

CARLOS ROBERTO LOBODA



**PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS E ESPAÇOS PÚBLICOS EM
GUARAPUAVA - PR**

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS E ESPAÇOS PÚBLICOS EM
GUARAPUAVA - PR**

CARLOS ROBETO LOBODA

Tese de Doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia, Área de concentração: Produção do Espaço Geográfico, da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente/SP, Universidade Estadual Paulista, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientadora: Maria Encarnação Beltrão Sposito

PRESIDENTE PRUDENTE
2008



GUARAPUAVA: PARQUE DO LAGO (Dia do Trabalhador)
Fonte: Foto do autor (2007)

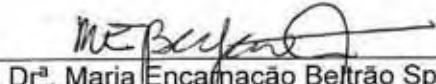
“Ninguém possui verdadeiramente o poder; ele surge entre os homens que atuam em conjunto, e desaparece quando novamente eles se dispersam”.

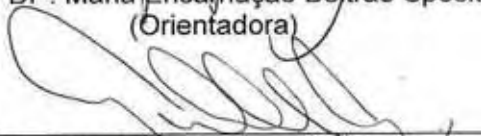
(Hannah Arendt)


“Construir sim, mas um mundo claro e humano, ser bons construtores. Construir com todos os instrumentos oferecidos pelo progresso da técnica e da indústria, porém lembrando que o homem necessita de ar, de sol, de verde, e de um espaço para seus movimentos”.

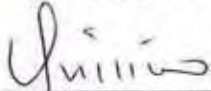
(Roberto Guiducci)

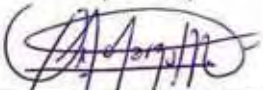
BANCA EXAMINADORA


Profª. Drª. Maria Encarnação Beltrão Spósito
(Orientadora)


Prof. Dr. Arthur Magon Whitacker
(FCT/UNESP)


Profª. Drª. Eda Maria Góes
(FCT/UNESP)


Prof. Dr. Antonio Firmino de Oliveira Neto
(UFMS)


Prof. Dr. Oscar Alfredo Sobarzo Miño
(UFRGS)


CARLOS ROBERTO LOBODA

Presidente Prudente (SP), 23 de outubro de 2008.

Resultado: Aprovado

AGRADECIMENTOS

Eis, que dentre todos os momentos de redação da minha tese, este foi um dos mais difíceis. A princípio, porque não é possível lembrar todos que colaboraram, para poder relacioná-los aqui, considerando o grande número de pessoas e suas contribuições que foram fundamentais no processo de construção desse trabalho; e, em segundo, pelo fato de que esse processo abarca uma série de pessoas e instituições às quais não posso de maneira alguma deixar de fazer um registro da minha gratidão.

Quero destacar que tive um início de curso conturbado, considerando que conciliei concomitantemente o doutorado com atividades de docência em duas instituições de ensino superior no Estado do Paraná. No entanto, no final do primeiro semestre de curso, fui contemplado com uma bolsa de estudos (CAPES) oferecida pelo programa, o que me permitiu a transferência para o local de curso e a dedicação exclusiva às atividades da pós-graduação, como: realização de estágio de docência; participação na representação discente junto ao Conselho de Curso da Pós-graduação; participação em bancas de monografias de graduação; participação nas atividades do grupo de pesquisa (GAsPERR), notadamente no projeto temático “Urbanização Difusa, Espaço Público e (In)segurança Urbana”; participação na comissão de edição das revistas Formação e Cidades, além, da organização de eventos, com destaque para a Semana de Geografia (nas comissões de organização e científica).

No entanto, a realização desse conjunto de atividades, foi possível por meio do acolhimento pelos professores e alunos do Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, ou seja, uma conjuntura que me possibilitou a dedicação com mais afinco à vida acadêmica e à busca dos elementos necessários para a construção da tese.

Assim, agradeço:

Primeiramente, a DEUS, pelo dom da vida, pelos sonhos e por ter permitido encontrar as pessoas certas para contribuírem comigo durante essa jornada.

À Professora Doutora Maria Encarnação Beltrão Sposito (Carminha), pela orientação exemplar e competente. Mais que a orientação, agradeço pela dedicação, pelo auxílio e estímulo. Pelas conversas, que foram mais que aulas, pelo crédito no meu crescimento e capacidade de trabalho. Enfim, um exemplo, que certamente repercutiu no meu crescimento, não somente intelectual, mas na minha postura enquanto pesquisador, profissional e como pessoa.

Aos Professores Dr. Arthur Magon Whitacker e Dr^a. Eda Maria Góes pelas contribuições significativas para a consecução da minha tese, durante o exame geral de qualificação. Ainda, no caso do primeiro, também por me acolher e orientar enquanto estagiário na Disciplina de Geografia Urbana; e, no caso da segunda, por ser a professora que contribuiu com minha pesquisa desde o pré-projeto, durante nossos colóquios.

À Secretaria de Pós-graduação e seus prestativos funcionários: a Márcia, o Washington, a Erynat, a Ivonete e o Edmilson. Além desses, todos os funcionários da biblioteca, da vigilância, da Fundacte, da cantina e do Diretório Acadêmico, pessoas com quem convivi nesse período de curso.

Aos colegas Oséias, Leandro, Xisto e Vitor pelo auxílio e pelas sugestões na elaboração das figuras da tese. Ao Terra, pela ajuda na formatação. Também ao Xisto e a Priscila, pelas nossas atividades e o grupo de estudos (metodologia e trabalho de campo), assim como os demais colegas da pós-graduação que de uma forma ou outra contribuíram.

A CAPES e ao Programa de Pós-Graduação pela bolsa de estudos que me possibilitou a dedicação com mais afinco à vida acadêmica e à tese.

Ao professor Mário Tarumoto do Departamento de Estatística da FCT/UNESP, pela orientação, tabulação e correlação dos dados referentes à enquete de opinião da tese.

Aos amigos do futebol (rachão) sempre no domingo pela manhã, nem mesmo o tempo de chuva ou então aquele friozinho nos impedia de jogarmos. Agradeço pelo acolhimento e pela amizade, lembrarei sempre de todos com satisfação.

À direção e funcionários da empresa de transporte coletivo Pérola do Oeste pela livre circulação nos veículos durante nosso levantamento de campo sobre o transporte coletivo em Guarapuava.

À direção, funcionários, pais e alunos dos colégios: Liane, Aliança, Francisco Carneiro Martins, Nossa Senhora do Belém, Visconde de Guarapuava, Cristo Rei, Dulce Maschio e Amália Pavilia, pelo intermédio na aplicação das nossas enquetes de opinião.

À direção da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava (SURG), na pessoa do Sr. César Sanches e, notadamente, os Engenheiros Cartógrafos Mônica e Marcelo, além do Geógrafo Edilson, que nunca mediram esforços no que se refere ao fornecimento de informações tão necessárias para a elaboração da tese.

Ao Departamento de Comunicação da Prefeitura Municipal de Guarapuava, notadamente, ao fotógrafo Abimael, pela liberação das fotos do Arquivo Histórico Municipal para que pudesse utilizá-las na tese.

Aos funcionários do Arquivo Histórico da Unicentro - Universidade Estadual do Centro-Oeste, pelos documentos históricos e fotografias antigas de Guarapuava.

À direção e aos funcionários da Biblioteca Municipal Padre Ruiz de Montoya pelo atendimento e préstimo em nosso levantamento de informações no Arquivo dos jornais históricos da cidade de Guarapuava.

Aos funcionários do IBGE, tanto em Guarapuava, como em Presidente Prudente, notadamente ao João em Guarapuava, pela atenção e disponibilização das informações, até pelo correio quando necessário. Ao Luiz em Prudente, pela dedicação e pelo auxílio na busca de informações.

Agradeço de forma especial a Dona Matilde que, apesar da sua pequena estatura, foi a “Mãezona”, nesses anos que permaneci em Prudente, pois me acolheu com muito carinho e atenção, que Deus pague-a com muita saúde. Vai aqui também o agradecimento a todos os que conviveram comigo na pensão: o seu Paulo, seu Zé, seu Nelson, o César, o José Marcos, o André, o Neto (pelas nossas conversas e as caminhadas), o Carlinhos e o Ademir, o Marcos Bovo (colega já no mestrado, pelo fato de ser a pessoa que me incentivou a prestar o processo de seleção para o doutorado), dentre outros que por lá passaram.

À “minha família” pelo apoio fundamental nessa caminhada. À minha mãe Lucia, que sempre me apoiou em todos os momentos e sentidos, principalmente com suas orações. Ao meu pai Paulo, uma pessoa batalhadora, a quem ofereço esse trabalho pelo fato de o mesmo não ter concluído o ciclo básico, mas ter me

ensinado, pela sua experiência e vivência, como viver a vida com dignidade. Às minhas irmãs, Ana Cristina (mesmo tendo sua trajetória de vida mudada por ter sofrido paralisia infantil nos primeiros anos, tem sido um exemplo de luta pela vida para todos nós) e Raquel, ao Vítinho (sobrinho) e o Amarildo.

Agradeço de coração à minha segunda família, principalmente minha Avó Maria e minha Tia Natália, que desde minha graduação nunca mediram esforços para que nada me faltasse quando estive por Guarapuava. Que Deus lhes pague com muita saúde. Vai aqui também meu agradecimento especial para uma pessoa também especial na minha trajetória acadêmica, o Tio João Luy, que sempre me incentivou e me ajudou, inclusive financeiramente, nos momentos difíceis. O agradecimento aqui vai também para todos os meus tios, tias e primos. A todos, sou grato pelo apoio.

E por fim, não menos importante por isso, agradeço de coração a minha noiva Ana Elaine, pelo apoio e paciência, nesse período em que passamos quase sempre distantes, mas, tenho certeza que, ao mesmo tempo, “juntos”, pois já é parte da minha vida.

Para concluir, quero agradecer a todas aquelas pessoas que contribuíram, de alguma forma, para a objetivação da minha pesquisa e aqui não foram nominadas, podem ter certeza que não foi por esquecimento, talvez pelo fato de que o fizeram mesmo sem intenção de ver seus nomes aqui e simplesmente pelo do prazer em contribuir sem esperar nada em troca.

Bem... Definitivamente... Já estou com saudades...

Mas, as boas lembranças, levarei para sempre comigo...

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	i
LISTA DE FIGURAS	ii
LISTA DE TABELAS	ii
LISTA DE FOTOS	vi
LISTA DE SIGLAS	v
RESUMO	1
INTRODUÇÃO	3

PRIMEIRA PARTE

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

CAPÍTULO I - O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	13
1.1. CONSTRUÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA E OBJETO DE ESTUDO	13
1.2. O PROCESSO DE PESQUISA	14
1.3. A CIDADE: GUARAPUAVA NO CONTEXTO DA PESQUISA	19
1.4. APRESENTAÇÃO GERAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE GUARAPUAVA	24
1.5. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E CONCEITUAIS	52

SEGUNDA PARTE

O ESPAÇO PÚBLICO E A CIDADE

CAPÍTULO II - O ESPAÇO PÚBLICO E A CIDADE: CONFIGURAÇÃO E OLHARES..	70
2.1. ESPAÇO PÚBLICO: RETROSPECTIVA E PERSPECTIVAS	72
2.2. ESPAÇO PÚBLICO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E USOS	83
2.3. ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL: SOBRE NOSSAS PARTICULARIDADES	93

TERCEIRA PARTE

ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

CAPÍTULO III - O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DE GUARAPUAVA	102
3.1. DO INÍCIO DO NÚCLEO URBANO ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX	108
3.2. O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO RECENTE DE GUARAPUAVA	129

QUARTA PARTE

A CIDADE ENQUANTO ESPAÇO PÚBLICO

CAPÍTULO IV - ESPAÇO PÚBLICO: ENTRE A CENTRALIDADE E ACESSIBILIDADE	152
4.1. CENTRALIDADE E ACESSIBILIDADE: FORMAS, USOS E FUNÇÕES	156
4.2. OS PERCURSOS DA CIDADE: TRANSPORTE COLETIVO E ESPAÇO PÚBLICO	193
CAPÍTULO V - A CIDADE: LUGAR DO ENCONTRO OU DESENCONTRO...?.....	221
5.1. A OPINIÃO DOS GUARAPUAVANOS SOBRE SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS	221
5.2. O PERFIL DOS RESPONDENTES	226
5.3. PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS: USOS E NÃO-USOS DO ESPAÇO PÚBLICO	236
5.4. ESPAÇO PÚBLICO: ENTRE AS NECESSIDADES E OS DESEJOS	245
CAPÍTULO VI - ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO	258
6.1. A CIDADE INCOMPLETA: ESPAÇO PÚBLICO E PERIFERIA	262
6.2. ESPAÇO PÚBLICO: ENTRE O SAGRADO E O PROFANO	281
6.3. TODOS OS CAMINHOS LEVAM AO CENTRO: O “RETORNO À CIDADE”	297
VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESE OU PERSPECTIVAS...?	319
VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	324
IX - ANEXOS	334

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	RELAÇÃO DAS PRAÇAS DE GUARAPUAVA	26
Quadro 2	RELAÇÃO DOS PARQUES DE GUARAPUAVA	26
Quadro 3	TRÊS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO ESPAÇO PÚBLICO	85
Quadro 4	GUARAPUAVA: TOTAL DE LOTES TERRITORIAIS E EDIFICADOS - 2006	165
Quadro 5	ENQUETE DE OPINIÃO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS	223
Quadro 6	GUARAPUAVA: VANDALISMO EM 12 MESES (2004)	248

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	GUARAPUAVA: MUNICÍPIO, DISTRITOS E ÁREA URBANA	20
Figura 2	GUARAPUAVA: PRAÇAS, PARQUES, CALÇADÃO E OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS (2006)	25
Figura 3	MAPA TEÓRICO-CONCEITUAL DA TESE	67
Figura 4	REPRESENTAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO BELÉM (1821)	109
Figura 5	GUARAPUAVA: PRIMEIRO QUADRO URBANO (1853)	110
Figura 6	GUARAPUAVA: ÁREA CENTRAL (2007)	158
Figura 7	GUARAPUAVA: USO DO SOLO URBANO, MENOS RESIDENCIAL (2006)	160
Figura 8	GUARAPUAVA: DISTRIBUIÇÃO DA RENDA MEDIANA POR BAIRROS (2000)	164
Figura 9	GUARAPUAVA: LINHAS DO TRANSPORTE COLETIVO E TERMINAIS URBANOS (2006)	198
Figura 10	GUARAPUAVA: EXEMPLO DE LINHA DO TRANSPORTE COLETIVO	200
Figura 11	GUARAPUAVA: TRANSPORTE COLETIVO NÚMERO DE PESSOAS POR PONTO DE ÔNIBUS (2006)	205
Figura 12	GUARAPUAVA: LINHAS DAS RAZÕES DE VIAGENS NO HORÁRIO DE PICO (MANHÃ)	208
Figura 13	GUARAPUAVA: LINHAS DAS RAZÕES DE VIAGENS FORA DO HORÁRIO DE PICO	208
Figura 14	GUARAPUAVA: COBERTURA ATUAL DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO (2006)	212
Figura 15	GUARAPUAVA: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR BAIRROS (2000)	266
Figura 16	GUARAPUAVA: ÁREA POTENCIAL DE ABRANGÊNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS (2007)	269

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	GUARAPUAVA: DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL POR DISTRITOS NO MUNICÍPIO (2000)	19
Tabela 2	DINÂMICA DEMOGRÁFICA DE GUARAPUAVA (1940 - 2000)	130
Tabela 3	DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESPONDENTE E DA POPULAÇÃO DE GUARAPUAVA	226

LISTA DE FOTOS

Foto 1	PRAÇA NOVE DE DEZEMBRO	28
Foto 2	PRAÇA CORONEL LUIZ DANIEL CLEVE	29
Foto 3	PRAÇA EURÍPIO RAUEN (LAGOA DAS LÁGRIMAS)	30
Foto 4	PRAÇA DA SAUDADE	31
Foto 5	PRAÇA DA UCRÂNIA	32
Foto 6	PRAÇA JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA	33
Foto 7	PRAÇA ESTEFANO TUROK	33
Foto 8	PRAÇA FERNANDO GASPARELLO	34
Foto 9	PRAÇA PADRE PAULO TSCHORN	35
Foto 10	PRAÇA CÂNDIDO XAVIER DE ALMEIDA E SILVA	36
Foto 11	PRAÇA DA FÉ	36
Foto 12	PRAÇA LUIZ CÚNICO	37
Foto 13	PRAÇA BASÍLIO WOLK	38
Foto 14	PRAÇA ESPORTIVA ALDEBRAN ROCHA FARIA	39
Foto 15	PRAÇA MÁRIO PEREIRA DE OLIVEIRA	39
Foto 16	PRAÇA PÉROLA DO OESTE	40
Foto 17	PARQUE DAS CRIANÇAS	42
Foto 18	PARQUE DO LAGO	43
Foto 19	PARQUE ESPORTIVO TRIANON	44
Foto 20	PARQUE LUIZ CISCATO (JORDÃO)	45
Foto 21	VISÃO AÉREA PARCIAL DO PARQUE MUNICIPAL DAS ARAUCÁRIAS	47
Foto 22	ANTIGA RUA BENJAMIN CONSTANT: DESFILE CÍVICO (1929)	48
Foto 23	DIVERSOS USOS DO ESPAÇO PÚBLICO: CALÇADÃO DA RUA XV	49
Foto 24	OUTRO ESPAÇO PÚBLICO: BAIRRO MORRO ALTO	50
Foto 25	PRAÇA NOVE DE DEZEMBRO (COMEMORAÇÕES CÍVICAS)	112
Foto 26	PRAÇA NOVE DE DEZEMBRO E CATEDRAL NOSSA SENHORA DO BELÉM	112
Foto 27	PRAÇA NOVE DE DEZEMBRO: CAVALHADAS (DÉCADA DE 1930)	113

Foto 28	TEATRO SANTO ANTONIO (INAUGURADO NA DÉCADA DE 1880)	119
Foto 29	COMBOIO DE CAMINHÕES NO TRANSPORTE DA MADEIRA	125
Foto 30	VISTA AÉREA PARCIAL DA CIDADE (FINAL DA DÉCADA DE 1960)	132
Foto 31	MONUMENTO: HOMENAGEM AO PADRE CHAGAS	142
Foto 32	MONUMENTO: HOMENAGEM AO CACIQUE GUAIRACÁ	142
Foto 33	VISTA AÉREA PARCIAL DO CALÇADÃO DA XV (DÉCADA DE 1980)	145
Foto 34	GUARAPUAVA: CONCENTRAÇÃO E VERTICALIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL (2003)	161
Foto 35	PARQUE MUNICIPAL DAS ARAUCÁRIAS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL	169
Foto 36	PARQUE LUIZ CISCATO (JORDÃO)	169
Foto 37	PARQUE DO LAGO: FESTA DO DIA DO TRABALHADOR	170
Foto 38	PRAÇA EURÍPIO RAUEN (LAGOA DAS LÁGRIMAS)	171
Foto 39	PARQUE DO LAGO: USOS DO ESPAÇO PÚBLICO (FAMÍLIAS)	173
Foto 40	PARQUE DO LAGO: USOS DO ESPAÇO PÚBLICO (FUTEBOL)	173
Foto 41	PARQUE DO LAGO: USOS DO ESPAÇO PÚBLICO (SKATE)	174
Foto 42	PARQUE DO LAGO: TORNEIO DE PESCA (FESTA DO TRABALHADOR)	176
Foto 43	PRAÇA DA UCRÂNIA: USOS DIVERSOS DO ESPAÇO PÚBLICO	177
Foto 44	PRAÇA DA UCRÂNIA: USOS DO ESPAÇO PÚBLICO (FUTEBOL)	177
Foto 45	PARQUE DAS CRIANÇAS: FESTA JUNINA	179
Foto 46	PARADA DE 7 DE SETEMBRO: MANIFESTOS	181
Foto 47	EXEMPLO DE USO PRIVADO DO ESPAÇO PÚBLICO (CALÇADA)	185
Foto 48	EXEMPLO DE USO PRIVADO DO ESPAÇO PÚBLICO (CALÇADA)	185
Foto 49	EXEMPLO DE USO PRIVADO DO ESPAÇO PÚBLICO (CALÇADA)	186
Foto 50	BARREIRA ARQUITETÔNICA: CALÇADA COM DECLINAÇÃO ACENTUADA	187
Foto 51	BARREIRA ARQUITETÔNICA: POSTES E LIXEIRA	187
Foto 52	ACESSIBILIDADE: AUTOMÓVEIS VERSUS PEDESTRES	188
Foto 53	PRAÇA CLEVE: PONTO DE ÔNIBUS (LINHAS DISTRITAIS)	210
Foto 54	TRANSPORTE COLETIVO: TIPOS DE PONTOS DE ÔNIBUS	213
Foto 55	TRANSPORTE COLETIVO: TIPO DE PONTO DE ÔNIBUS	216
Foto 56	TRANSPORTE COLETIVO: TIPO DE PONTO DE ÔNIBUS	216
Foto 57	TRANSPORTE COLETIVO: EXEMPLO DE <i>BUS-DOOR</i>	219
Foto 58	ESPAÇO PÚBLICO: UTILIZAÇÃO DA RUA (JOGOS E BRINCADEIRAS)	271
Foto 59	PRÁTICA DO FUTEBOL EM TERRENO BALDIO	271
Foto 60	PRÁTICA ESPORTIVA: ESCOLINHA DE FUTEBOL	273
Foto 61	PRÁTICA ESPORTIVA: TORNEIO DE FUTEBOL	273
Foto 62	BRINCADEIRA COM CARRINHO DE ROLIMÃ NA RUA	274
Foto 63	ORAÇÃO DO TERÇO NAS PRAÇAS (PRAÇA DA SAUDADE)	284
Foto 64	CAPELA DO DEGOLADO	285
Foto 65	CAPELA DO DEGOLADO: OBJETOS DE DEVOÇÃO	285
Foto 66	ENCENAÇÃO DA PAIXÃO DE CRISTO (PRAÇA DA FÉ)	287
Foto 67	CELEBRAÇÃO DE CORPUS CHRISTI (RUAS)	288
Foto 68	CELEBRAÇÃO DE CORPUS CHRISTI (PRAÇA DA FÉ)	288

Foto 69	SANTUÁRIOS: SANTUÁRIO DA DIVINA TERNURA	290
Foto 70	SANTUÁRIOS: SANTUÁRIO DE SCHOENSTATT	291
Foto 71	SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA APARECIDA (FESTIVIDADES)	292
Foto 72	PROJETO COMUNIDADE CULTURAL NOS BAIROS	294
Foto 73	PARADA DE 7 DE SETEMBRO: PALCO E AUTORIDADES	301
Foto 74	PARADA DE 7 DE SETEMBRO: EXPRESSÃO DE SERVIDÃO À PÁTRIA	303
Foto 75	PARADA DE 7 DE SETEMBRO: PROTESTOS	304
Foto 76	CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO: FOTÓGRAFO	307
Foto 77	CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO: ARTESÃO	308
Foto 78	CATADOR DE LIXO: RUA SALDANHA MARINHO	309
Foto 79	FEIRA DO ARTESÃO: CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO	312
Foto 80	ILUSIONISTA: PRAÇA NOVE DE DEZEMBRO	313
Foto 81	PASSEATA PELO DIA DA ÁGUA: RUA XV DE NOVEMBRO	316
Foto 82	ABRAÇO SIMBÓLICO DA PRAÇA NOVE DE DEZEMBRO	317

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
ACIG	Associação Comercial e Industrial de Guarapuava
ADFG	Associação dos Deficientes Físicos de Guarapuava
CEDETEG	Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Guarapuava
CEPLUG	Centro de Planejamento Urbano de Guarapuava
CEMAFLOR	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Florestal
CEMESPP	Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas públicas
COMPLUG	Conselho do Plano Diretor Urbano de Guarapuava
COMUTRA	Conselho Municipal de Trânsito
DETRAN	Departamento Nacional de Trânsito
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologia
GAsPERR	Grupo Acadêmico Produção do Espaço e Redefinições Regionais
GUARATRAN	Departamento de Trânsito de Guarapuava
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PDM	Plano Diretor Municipal
PMG	Prefeitura Municipal de Guarapuava
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNICENTRO	Universidade Estadual do Centro-Oeste
SEDU/PR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Paraná
SESC	Serviço Social do Comércio
SURG	Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

RESUMO

Por meio dessa pesquisa, realizamos uma reflexão acerca do espaço público no contexto da cidade. Num momento em que a sociedade clama por direito à cidade, procuramos enfatizar que lugares do espaço urbano podem contribuir para a formação de uma noção de espaço público enquanto lugares de sociabilidade urbana. Assim posto, esse trabalho aborda o processo de produção do espaço urbano na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, considerando sua dinâmica e relação com o espaço público, por meio das práticas socioespaciais que lhes são inerentes. Do ponto de vista teórico-conceitual, buscamos uma noção mais clara de espaço público, frente a uma generalização das acepções em torno do conceito, fato que leva à incompreensão do que, realmente, seja o espaço público na cidade, considerando as atuais circunstâncias. A partir desses pressupostos, trabalhamos com algumas acepções e perspectivas sobre o espaço público, destacando certas distinções teórico-conceituais que possam subsidiar a qualificação e atribuição de um estatuto a determinados lugares da cidade, enquanto espaços públicos. Ainda, no que concerne aos aspectos teóricos, essa pesquisa visa contribuir para os estudos da cidade e do urbano, enfatizando as práticas socioespaciais enquanto mediadoras das múltiplas formas de utilização e apropriação do espaço público, ou seja, os conteúdos que dão movimento ao processo de constituição da cidade, enquanto um espaço complexo e de múltiplos lugares e identidades. Tendo como base o trabalho de campo (instrumental empírico), associado ao referencial teórico-metodológico, voltados a dimensões analíticas apoiadas nas idéias de centralidade e acessibilidade, além da opinião dos diferentes sujeitos sociais, buscamos compreender, com base na articulação dialética desse conjunto de procedimentos, como o espaço público comparece, no processo de estruturação da cidade por meio da expressão das diversas práticas socioespaciais. Partindo dessas premissas, analisamos o espaço público enquanto lugares socialmente produzidos, considerando sua dinâmica geral, atrelados ao processo de produção e estruturação do espaço urbano, apresentam-se enquanto espaços em constante redefinição, lugares que expressam as múltiplas formas de (sobre)viver na cidade. Enfim, elementos necessários para a compreensão do sentido público dos espaços urbanos na cidade do século XXI.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano; espaço público; estruturação da cidade; cidades médias; Guarapuava.

ABSTRACT

The aim of this research was analyzing public spaces in urban contexts. When society demands its right to the city, we have sought to emphasize which locales in urban space may contribute to develop a public space concept as a place for urban sociability. This investigation, held in Guarapuava, a city in Paraná State, had its focus on the process which produces urban space, taking into account its dynamic and relation to public spaces, by means of its intrinsic social-spatial practices. On the theoretic-conceptual point of view, we have tried to clarify the idea of public spaces, since this concept generalization has not helped to understand the real meaning of urban public spaces, considering the current circumstances. Based on this premise we have analyzed some public spaces perspectives and acceptations, considering theoretic-conceptual distinctions which permit classify certain city locales by attributing them the status of public space. This research aims also to contribute to city and urban studies, giving emphasis to the role of social-spatial practices as mediators of the multiple ways public spaces are used and appropriated, in other words, the elements responsible for the city constitution as a complex space with many locales and identities. After having performed field work (empirical procedure), related to theoretic-methodological reference, focused on analytic dimensions based on the ideas of centrality and accessibility, as well as on different social individuals' opinions, and trying to articulate dialectically all these procedures, we have sought to understand the way public spaces appear in city constitution processes by studying the expression of different social-spatial practices. Starting with these assumptions, public spaces have been analyzed as socially generated places, considering their general dynamic and relation to processes of production and estructureation urban space, as well as their condition of permanent redefinition, as to say, taking them as locales which express the multiple ways of living/surviving in cities. Finally, the necessary elements to understand the public sense of urban spaces in 21st century cities.

Key-words: Urban space production; public space; city estructureation; medium-sized cities; Guarapuava.

INTRODUÇÃO

A temática que desenvolvemos durante nosso curso de doutoramento refere-se às práticas socioespaciais estabelecidas no movimento de produção do espaço público, especificamente na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná. No que concerne aos aspectos teóricos, nosso trabalho de tese insere-se num ramo da Geografia denominado de Geografia Urbana e, mais especificamente, em uma linha de pesquisa sobre espaços públicos. Tais espaços fazem parte do nosso recorte empírico, embora procuraremos trabalhar ao longo da tese com as diferentes noções em torno desse conceito, considerando sua polissemia. No entanto, quando fizermos referência aos espaços públicos abordados na pesquisa especificamente, entenda-se que estamos nos reportando às praças, parques, calçadão e vias públicas da cidade de Guarapuava.

Por meio desse objeto de pesquisa, buscamos chamar a atenção para a importância dos estudos relacionados à cidade e à vida urbana e, especialmente, às formas de apropriação dos seus locais públicos, por meio das práticas socioespaciais cotidianas dos cidadãos.

Na concepção de alguns autores, a Geografia pouco tem se ocupado da discussão do espaço público urbano (SERPA, 2004 e GOMES, 2002). Não somente na perspectiva da Geografia, mas também de outras ciências afins, vários estudos sobre o processo de produção da cidade abordam fatos, dinâmicas e processos que interessam ao tema aqui tratado, como os referentes à privatização, fragmentação, segregação socioespacial, exclusão social, movimentos sociais urbanos, conjuntos polifuncionais, *shopping centers* etc.

A nossa relação com a referida temática tem origem no desenvolvimento de nossa dissertação de mestrado realizada na Universidade Estadual de Maringá (UEM), defendida em abril de 2003, resultado de pesquisa sobre as “áreas verdes públicas em Guarapuava”. Por meio dela, realizamos um estudo das praças, parques e vias públicas da cidade com enfoque em suas condições urbanísticas, ou seja, uma análise do conjunto de infra-estrutura e equipamentos que os referidos espaços públicos dispunham para oferecer aos seus usuários. Entre as inquietações que foram levantadas naquela pesquisa ficou a de realizar uma análise de cunho geográfico voltada à compreensão de como a população se apropria ou não desses locais, notadamente públicos, e, para quais fins, por isso decidimos ampliar o estudo

enfocando agora as práticas socioespaciais cotidianas estabelecidas na cidade com olhar especial para esses lugares onde as formas de acesso se vêem questionadas e transformadas por novas tendências. A princípio, pensávamos em abordar algum espaço específico, mas depois optamos por trabalhar com três tipos de espaços públicos: praças, - parques, - calçada e vias.

As transformações ocorridas na cidade e seus respectivos espaços públicos, em razão de determinações de ordem socioeconômica, ambiental, estética, lazer, entre outras, têm sido tema de interesse de diversos pesquisadores, como de disciplinas que integram recortes analíticos que possibilitam o estudo da estruturação da cidade. Nossa preocupação também deriva da necessidade de nós, enquanto geógrafos, contribuirmos com essa discussão, dialogando com profissionais de áreas afins, pois esse tema é relevante para a Ciência Geográfica, do ponto de vista do processo de produção do espaço urbano.

Esse paradigma analítico do espaço urbano no qual nos fundamentamos teoricamente está embasado aqui na idéia de Carlos (2004b) de que a análise espacial da cidade, no que se refere ao processo de produção, revela a indissociabilidade entre espaço e sociedade, na medida em que as relações sociais se materializam num território material e concreto, o que significa dizer que, ao produzir sua vida, a sociedade produz/reproduz um espaço enquanto prática (CARLOS, 2004b, p. 14). Para essa autora, fundamentada no pensamento lefebvriano, a noção de produção deve referir-se a produção do homem, as condições de vida da sociedade em seus múltiplos aspectos, ou seja, a noção de produção deve estar articulada inexoravelmente, aquela de reprodução das relações sociais num determinado tempo e espaço.

A Geografia, enquanto ciência social tem por desafio a compreensão dessa problemática em sua perspectiva socioespacial e são significativas as contribuições recentes sobre a relação entre o público e o privado nas cidades, principalmente no que tange às transformações nas interações internas a esse par dialético, notadamente na cidade contemporânea.

Essa perspectiva mostra-nos que, para o entendimento das mudanças e funções diversas que os espaços públicos exerceram e continuam a exercer, no processo de estruturação da cidade, faz-se necessário enfatizarmos sua perspectiva histórica, fundamentando-nos nos referenciais que melhor explicitam os aspectos de sua produção enquanto parcelas do espaço urbano, nas cidades brasileiras e,

especificamente, numa cidade média. Esse ponto de partida apóia-se nas idéias de que as noções de público e privado constituem realidades históricas que sociedades diferentes desenvolveram de modos diferentes (JOVCHELOVITCH, 2000), em escalas diferenciadas também, além de que a reciprocidade desse par dialético depende do tipo de civilização e de sua história (YÁZIGI, 2000).

Com o desenvolvimento da tese, nossos objetivos orientaram-se pela definição e utilização de uma noção de espaço público a partir de seus usos. Esse enfoque permite uma análise do tema que vai além do estudo ou descrição dos locais. Ele possibilitou realçar a dinâmica da “estruturação da cidade”, que, no modo aqui abordado, refere-se à disposição dos diversos usos de solo no espaço urbano, mas não só a disposição, segundo a qual cada elemento do espaço urbano está (o centro e a periferia; o comércio, as residências, as indústrias etc; os **espaços públicos** e os privados), mas sim, como é que essas parcelas da cidade se relacionam entre si por meio das práticas socioespaciais que nela se estabelecem. Refere-se a determinado processo que vai além da simples estrutura e sua descrição, reforçando a idéia de ruptura, movimento, reconstrução, sobreposição, articulação e interação socioespacial. Um processo que se expressa por meio das práticas cotidianas e do diálogo que tais práticas proporcionam entre os diferentes locais, na cidade, entremeio às atividades do dia-a-dia, caracterizadas pelo circuito entre a casa e o trabalho ou pelas atividades “extraordinárias” (DA MATTA, 1991), ligadas aos encontros, ao lazer, à religiosidade e à festa na cidade.

Estes espaços, enquanto locais destinados ao uso público, são inerentes às dimensões da realidade urbana, sua estruturação e reestruturação, bem como do cotidiano do cidadão, devendo ser objetivadas pela Geografia por meio do estudo da produção e apropriação socioespacial do espaço urbano. No caso dos dois primeiros conceitos aqui mencionados são aqueles propostos por Sposito (2004 e 2005). Para a autora, a adoção dessa terminologia justifica-se por que a tradição, sobretudo na escola francesa de Geografia, era de abordagem da localização dos diferentes usos de solo (as plantas funcionais detalhadas são instrumentos importantes e, muitas vezes, suficientes para esse tipo de estudo, o que se denomina “estrutura urbana”). Enfatiza, ainda, que é preciso reconhecer que mudam constantemente as lógicas que orientam as escolhas locais, o que significa que há uma redefinição da estruturação e há, portanto, “reestruturação da cidade”, quando nosso foco analítico recai sobre o espaço interno da cidade e “reestruturação urbana”, quando essa

escala é articulada à escala da rede urbana (SPOSITO, 2005, p. 90). Já, no que refere-se ao “cotidiano”¹, estamos nos reportando a esse conceito em nossa pesquisa considerando as práticas socioespaciais cotidianas, ou seja, atividades realizadas pelos habitantes da cidade no seu dia-a-dia, seu movimento pela cidade em função de suas necessidades, seja o trabalho, o estudo, o lazer, dentre outras.

Como ressalta Carlos (2004b, p. 13), a compreensão da “cidade pensada na perspectiva da Geografia, coloca-nos diante da sua dimensão espacial, a cidade analisada enquanto realidade material”, e esta, por sua vez, “se revela pelo conteúdo das relações sociais que lhe dão forma”, ou seja, é necessário enfatizar, também, os “conteúdos das práticas sociais que produzem e reproduzem a cidade”. Devemos estar cientes de que na complexidade do fato espacial, as formas aparentes são insuficientes para compor o quadro permanente dos processos de apropriação e reapropriação que fundamentam os usos e não-usos dos espaços públicos na cidade contemporânea.

Para a análise do espaço público nas atuais circunstâncias, além da evolução dele ao longo do tempo, destacando suas transformações e redefinições, é necessário estarmos atentos para as novas tendências que fazem da cidade um espaço complexo. Devemos considerar o surgimento de novas práticas socioespaciais segregacionistas na cidade contemporânea, algumas delas realizadas nos espaços residenciais, caracterizados, por Caldeira (2000), como verdadeiros “enclaves” cercados por “muros” que fragmentam a cidade, tornando-se barreiras para a sociabilidade urbana. Observamos, nesse sentido, uma constante privatização do que é público, uma multiplicação de espaços comuns, coletivos, mas não caracterizados como públicos, constituindo-se num processo de reversão do sentido coletivo da nossa existência, ocorrendo, enfim, aquilo que Gomes (2002, p.174) chama de “confinamento dos terrenos de sociabilidade”.

Estes são alguns dos aspectos mais aparentes que acentuam essa concepção, ou seja, já não é mais possível pensarmos os espaços públicos como eles eram pensados, outrora na cidade pré-industrial, mas sim, por meio da análise de suas “redefinições” no tempo e no espaço, considerando Lefebvre (2001), para quem as necessidades sociais levam à produção de novos bens que não este ou

¹ Para uma análise de forma mais aprofundada sobre os autores e as concepções atreladas sobre esse conceito consultar obras como a de Lefebvre (1991), que aborda o cotidiano na vida moderna; De Certeau (2003) e invenção do cotidiano por meio das “artes de fazer”; Martins (2000), que trata do cotidiano na sociabilidade do homem simples.

aquele objeto, mas objetos sociais no espaço e no tempo. Na verdade, querer dissociar o espaço produzido, do seu valor junto ao momento social no qual se está inserido é fazer uma análise precária que não possibilita o entendimento deles enquanto elementos concretos que determinam e são determinados pela sociedade por meio do conteúdo das suas práticas socioespaciais.

No entanto, observamos nas atuais circunstâncias que a atuação dos diversos grupos produtores do espaço urbano (CORRÊA, 2001) denotam a primazia pela produção de uma cidade enquanto mercadoria (CARLOS 2001a) e funcionalista do ponto de vista socioeconômico, conseqüentemente, contraditório no que tange à realização do “direito à cidade”.

Por outro lado, observamos em curso a predominância de uma visão eminentemente economicista de cidade, ou seja, aquela da condição de reprodução do capital, ou dominação do Estado, ambas esvaziadas do sentido da vida humana (CARLOS, 2004b). Em função das necessidades da reprodução e acumulação capitalista, presenciamos uma relação desigual e combinada de contraposição entre o público e privado na cidade. Entre interesses sociais de cunho coletivo e interesses econômicos de natureza individual ou privada, prevalecem os últimos, ficando, aquilo que é público, em segundo plano, ou ainda considerado como problema, um problema do governo (DA MATTA, 1991), ou então a noção do espaço público enquanto “terra de ninguém”.

Somos conscientes de que o estudo dos espaços públicos, enquanto integrantes do movimento de estruturação e reestruturação de uma cidade média paranaense, não é suficiente para transpormos todos os obstáculos de ordem estrutural imanentes à cidade atual, ou tampouco capaz de superar as contradições presentes na cidade, entre elas as ensejadas pelas relações: público e privado, individual e coletivo, social e natural, social e econômico, todas elas expressas nas formas como os espaços públicos urbanos são vistos pela sociedade contemporânea.

A nosso modo de ver, é importante, nas atuais circunstâncias, compreender os espaços públicos não somente como elementos componentes físicos da estrutura da cidade, a forma, mas analisar seus usos e não-usos, suas formas e graus de apropriação pela sociedade contemporânea, seus potenciais de acesso para a realização de funções diversas da própria vida urbana, pois ocorre, nos espaços públicos, uma multiplicidade de manifestações de ser e estar que se expressam no

espaço urbano em escalas diferenciadas. Enquanto espaço produzido, o espaço público caracteriza-se como um conjunto indissociável constituído por um sistema de objetos e outro sistema de ações (SANTOS, 2002). É nessa perspectiva que a materialização das formas nada mais é do que o resultado e/ou produto das práticas socioespaciais num determinado tempo e espaço. Como frisou Carlos (2001b, p. 175), é conveniente continuar a insistir no fato de que o espaço geográfico articula duas dimensões, aquela da localização e aquela que dá conteúdo a essa localização, que qualifica, singulariza, enfim, que dá sentido aos lugares.

Por tanto, propomos uma análise da cidade a partir da busca por uma noção de espaço público que permeia por conceitos e categorias analíticas como: “estruturação da cidade”, atrelada às “práticas socioespaciais” cotidianas e, por fim, associada a “constituição dos lugares no espaço urbano”. Conceitos, categorias e noções que procuramos esclarecer como se enquadram em nossa pesquisa em item específico sobre os pressupostos teórico-metodológicos e conceituais. Enfim, a adoção desse cabedal teórico-conceitual é fundamental no sentido de sistematizar os apontamentos aqui efetuados, além de nortear nossa análise e compreensão do espaço público enquanto um elemento resultante do processo de estruturação da cidade.

Fundamentamo-nos na idéia de Lefebvre (2001 e 1991) e Carlos (2004a)², no sentido de que a noção de produção do espaço urbano especificamente, e não somente desse, é claro, deve referir-se à produção do homem e às condições de vida da sociedade em seus múltiplos aspectos.

A noção de produção deve estar articulada inexoravelmente àquela de reprodução das relações sociais num determinado tempo e lugar. Faz-se necessário incorporar ao espaço produzido a crítica das práticas socioespaciais cotidianas e seu conteúdo. Tais práticas se constituem numa dimensão analítica indispensável quando a produção socioespacial atinge a reprodução da própria vida.

² Para Carlos, significa considerar o que se passa fora da esfera específica da produção de mercadorias e do mundo do trabalho (sem, todavia, deixar de compará-lo) para estender-se ao plano do habitar, ao lazer, à vida privada, guardando o sentido do humanismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade, bem como, as mudanças do processo de apropriação (CARLOS, 2004a, p. 16).

Nessa perspectiva, procuramos considerar e/ou incorporar na análise, quem da cidade faz uso: o “cidadão”³, compreendido em sua diversidade, ou seja, como diferentes sujeitos sociais. Sejam enquanto habitantes da cidade ou mesmo aqueles que dela usufruem temporariamente, como os turistas e visitantes. A observação e a escuta por meio das práticas que na cidade se estabelecem, além da opinião do habitante enquanto quem faz uso do espaço urbano apresentam-se em nossa tese como instrumentos imprescindíveis na análise da atual dinâmica socioespacial da cidade.

Para tanto, é importante a construção de uma concepção por meio de uma abordagem materialista e dialética entre a disposição física das coisas e as atividades socioespaciais que aí se desenvolvem, o movimento e a ação. É por meio da articulação entre o que está fixo no espaço urbano e o movimento, ou seja, realizado pelos deslocamentos necessários entre os lugares onde as pessoas realizam suas práticas socioespaciais, que poderemos conceber seus usos e apropriações para atividades atinentes à própria vida urbana. A cidade, nessa perspectiva, só se concretiza a partir do momento em que passa a ser o centro de atração e de convivências múltiplas, um espaço marcado pela expressão dialética entre a unidade e diversidade, enfim, de um espaço compartilhado.

Nesse sentido, nossa preocupação mais imediata é justamente analisar a atual dinâmica imanente à cidade, buscando enfatizar como a população cidadina faz uso, cotidianamente, dos espaços ditos públicos e quais são as possibilidades dessas práticas contribuir para a compreensão do sentido de público no século XXI, tendo como recorte empírico uma cidade média situada no Centro-Sul do Estado do Paranaense.

Estruturamos nossa tese em quatro partes, sendo a primeira delas - **O processo de construção da pesquisa** - composto pelo capítulo I. Apresentamos, nessa parte da tese, o processo de construção da pesquisa, partindo da situação

³ A noção de “cidadão” empregada em nossa tese está fundamentada na perspectiva de Gomes (2002). Na concepção desse autor a idéia de ser cidadão está diretamente atrelada à noção de pertencimento a determinado lugar ou porção territorial no espaço urbano. Segundo Gomes (2002, p. 135) “a própria noção de cidadão tem sua origem no fato de habitar na cidade”. Nesse sentido, uma discussão sobre a noção de cidadão não deve ignorar a dimensão espacial. As disputas socioespaciais atuais são resultantes de uma luta constante pelo espaço que é condição e meio para o exercício de ações e práticas que levam à cidadania. Embora, seja importante evidenciar que para este autor, ocorre atualmente um recuo da noção de cidadania aliada ao recuo das práticas sociais e, da mesma forma, espaciais. Essa alteração de significados ensejada pela sociedade contemporânea tem sua repercussão nas redefinições dos quadros da vida social alterando suas práticas, ou seja, um processo que se caracteriza pelo recuo da cidadania e, por conseguinte, paralelamente, do espaço público.

problema levantada, passando para a apresentação geral dos espaços públicos de Guarapuava, nosso objeto de estudo, além dos pressupostos teóricos e conceituais que fundamentam a investigação científica realizada, subsidiando a abordagem e a análise do espaço público vinculado ao processo de estruturação da cidade.

A segunda parte do trabalho - **O espaço público e a cidade** - constitui-se no capítulo II. Nessa parte da tese, analisamos a relação entre o público e o privado por meio de uma abordagem das esferas pública e privada, ao longo do tempo, no intuito de subsidiar nossa abordagem do espaço público “concreto”, a praça ou a rua, por exemplo, enfatizando desde acepções mais gerais, conceitos, funções e usos, até as considerações iniciais sobre o espaço público no contexto urbano brasileiro. Nossa preocupação foi de referenciar e buscar uma análise do espaço público no Brasil e, especificamente em Guarapuava, no sentido de evitar a transposição integral de idéias e teorias, sem considerar escalas analíticas diversas.

Na terceira parte - **O processo de estruturação da cidade** - apresentamos por meio do capítulo III, esse processo em Guarapuava e sua relação com os respectivos espaços públicos. Para tanto, estabelecemos dois períodos distintos para a análise: no primeiro período, tratamos desde o início do núcleo urbano até meados do século XX; no segundo, fazemos uma abordagem do processo de urbanização recente de Guarapuava e de sua expansão territorial.

Por fim, na quarta e última parte - **A cidade enquanto espaço público** - constituída pelos capítulos IV, V e VI, tratamos do processo empírico, ou seja, daqueles levantamentos de dados *in loco*, que têm em nossa pesquisa, um peso fundamental, visto que trabalhamos com a análise das práticas socioespaciais cotidianas. São práticas que se expressam por meio das formas de apropriação e pelos diferentes usos dos espaços públicos e são, por nós, apreendidas por meio do nosso trabalho de campo: levantamento do transporte coletivo; enquete de opinião com a população; observação direta nos espaços públicos; e pesquisa em jornais. Enfim, uma gama de informações que, atreladas aos nossos objetivos e pressupostos teórico-metodológicos, nortearam a busca pela compreensão das formas, sentidos e usos dos espaços públicos na cidade média contemporânea por meio de dimensões analíticas apoiadas em conceitos como: centralidade, acessibilidade e estruturação da cidade.

PRIMEIRA PARTE

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

O conhecimento só se sustenta se compreendido como processo de efetiva construção dos objetos abordados. Por isso, impõe-se partir da equação de acordo com a qual educar (ensinar e aprender) significa conhecer; e conhecer, por sua vez, significa construir o objeto; mas construir o objeto significa pesquisar. Só aprendemos, só nos apropriamos do conhecimento se participamos efetivamente da construção do objeto desse conhecimento, seja ele um conceito, uma teoria, um fenômeno empírico, uma situação concreta.

Antonio Joaquim Severino (1996, p. 12).



Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Praça Nove de Dezembro

Décadas

1920

1970

2000

*Praça, piazza, place, platz, square,...
Espaço público, "cenário da vida urbana", "palco coletivo",... Urbanistas, arquitetos, geógrafos, sociólogos,..., definiram-na, conceituaram-na, caracterizaram-na. Deram-lhe funções e atributos os mais diversos. Ocupada por todo tipo de gente, já teve dias de grandeza, e hoje vai encolhendo, encolhendo, encolhendo, encolhendo, encolhendo...
Bruno Luiz Domingos De Angelis (2000, p. 46)*



Fonte: Foto Studio Cipriano



Fonte: Foto do autor (2007)

“O que mata um jardim não é o abandono, mas esse olhar de quem passa por ele indiferente”.

(Mario Quintana)

CAPÍTULO I - O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

*Na investigação científica, os novos problemas surgem sempre das novas indagações, propostas justamente a partir da “consciência” dos “vazios” contidos nos sistemas de conhecimento.
José de Souza Martins (2000, p. 94).*

1.1. CONSTRUÇÃO DA SITUAÇÃO PROBLEMA E OBJETO DE ESTUDO

Tomando como ponto de partida a epígrafe acima, evidenciamos que Martins (2000) chama atenção para o fato de que, no processo de investigação científica, devemos sempre buscar novas indagações e situações problemas. Seja do ponto de vista do conhecimento, na definição de seus fundamentos teóricos; ou então, no desenvolvimento de estratégias que possibilitem a análise e apreensão dos processos socioespaciais, por meio da relação da sociedade com determinado espaço e tempo.

Nessa perspectiva, assim se configura a questão principal que norteia nosso trabalho de tese: o espaço público, na cidade atual, é, ou não, utilizado pelo conjunto da Sociedade, considerando suas práticas socioespaciais cotidianas?

A busca de resposta a esse questionamento constitui o foco de nossa pesquisa, cuja problemática está calcada na análise das formas de apropriação da cidade e seus respectivos espaços públicos, por meio das práticas socioespaciais. Pretendemos, assim, desenvolver a argumentação sobre as formas, os sentidos e as funções de parcelas do espaço urbano para a formulação de uma noção de espaço público, na cidade média contemporânea.

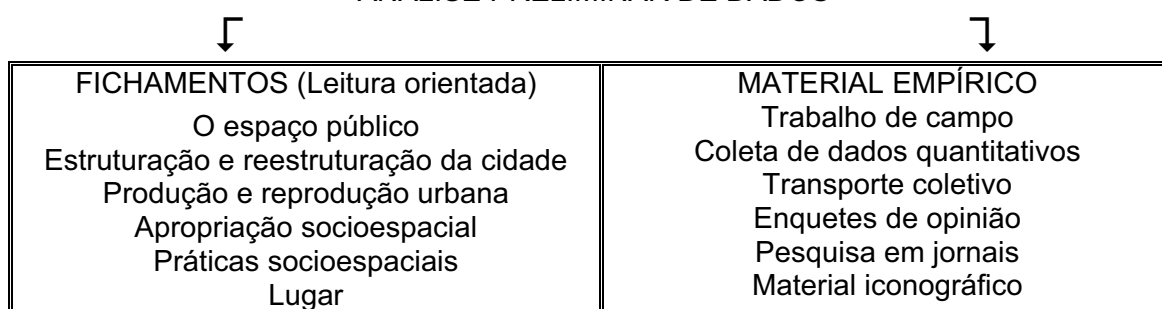
Com o desdobramento dessa questão, buscaremos refletir acerca das práticas socioespaciais que se definem por meio dos usos e não-usos desses espaços pela população: os diversos sujeitos sociais, seja o cidadão habitante da cidade, protagonista de histórias locais, ou então o passageiro ou visitante, para quem o deleite é apenas momentâneo ou retórico. Enfim, uma abordagem que permita pensar a cidade na perspectiva das pessoas. Essa reflexão se apresenta de acordo com Dascal e Segovia (2000), como desafio que reside em estabelecer uma nova síntese entre os diversos segmentos da sociedade urbana e os espaços públicos cotidianos, onde (con)vivem, transitam e permanecem os cidadãos.

Considerando os pressupostos acima, deparamo-nos com a necessidade da sistematização de um aporte norteador do processo da pesquisa que consiste na opção por recortes que fundamentaram nossa base teórica, nosso recorte espacial e temporal. Do mesmo modo, o desenvolvimento do pensamento segundo a orientação estabelecida possibilitou a análise do espaço público por meio da mobilização de conceitos, categorias e escalas geográficas que, norteadas por questões e objetivos previamente estabelecidos, dão sustentação a nossa abordagem do espaço público no contexto da cidade. Para tanto, lançamos mão do seguinte esquema, com o intuito de tornar mais claros e objetivos os caminhos por nós trilhados, enquanto pesquisador, no percurso de construção da tese.

Definição da questão problema

O espaço público, na cidade atual, é apropriado pelo conjunto da Sociedade por meios de suas práticas socioespaciais?

ANÁLISE PRELIMINAR DE DADOS



QUESTÕES NORTEADORAS

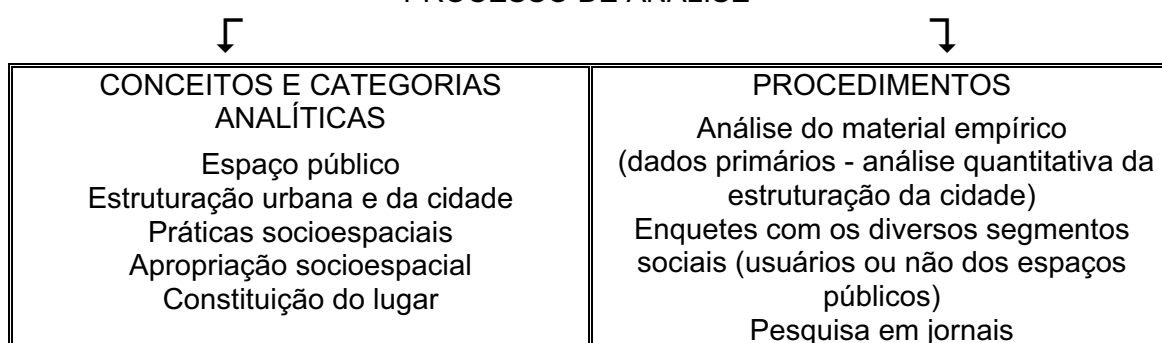
Quais têm sido os usos e os não-usos dos espaços públicos pelo cidadão guarapuavano?

Quais os significados e as conseqüências do atual ordenamento dos espaços públicos na cidade de Guarapuava?

Como é percebido o espaço público pelos diferentes segmentos sociais?

Como os espaços públicos aparecem na imprensa escrita e, principalmente, nas práticas socioespaciais?

PROCESSO DE ANÁLISE



1.2. O PROCESSO DE PESQUISA

Para fazer frente ao desenvolvimento da tese, pareceu-nos adequado incluir alguns parágrafos para esclarecimentos sobre o processo de construção da pesquisa e de delimitação do esquema proposto anteriormente. Enfatizamos que essa construção não foi, ou melhor, não é, apenas uma construção lógica ou uma acumulação linear determinada a partir de uma linha isotrópica, mas sim, a incorporação de novos elementos teóricos e práticos que se somam na busca incessante do conhecimento, fazendo com que o curso de doutorado possa ter sido muito mais que a produção da tese em si, mas sim, um amadurecimento teórico, intelectual e social. Como afirma Severino (1996, p. 12), conhecer é uma prática humana - ainda que teórica -, é prática simbolizada que vamos desenvolvendo socialmente, na condição de sujeitos coletivos, integrantes de uma cultura, no decorrer do tempo e que se efetiva por meio da “práxis”.

Nesse sentido, os contornos até então não são muito precisos, os recortes e delimitações teóricas e empíricas de nossa pesquisa ganharam um salto qualitativo a partir das considerações e sugestões efetuadas pela banca examinadora do projeto na disciplina Organização do Trabalho Científico, durante a semana de colóquios e debates dos projetos de pesquisa, realizada no início do curso. Esta uma atividade fundamental no processo de organização dos fundamentos que nortearam a pesquisa.

Os nossos referenciais, de forma geral, constituíram-se a partir da sistematização do material bibliográfico, seja sobre a temática, sobre os aspectos teórico-metodológicos, ou ainda sobre a cidade de Guarapuava, nosso local de estudo; Utilizamos de dados disponíveis no Arquivo Histórico e Biblioteca da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Museu Municipal e da Biblioteca Municipal, principalmente no que diz respeito às referências sobre o processo histórico de produção e estruturação da cidade (livros, teses, dissertações e crônicas); informações disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); materiais fornecidos pela Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava (SURG), como as bases digitais da cidade, planos de desenvolvimento urbano, transporte coletivo, dentre outras.

Efetuamos também uma pesquisa em jornais da cidade⁴ em diferentes períodos. Convém ressaltar que esse levantamento era almejado por nós desde o projeto da tese, no entanto não o tínhamos realizado até o exame de qualificação, justamente o momento em que a banca nos sugeriu a consecução do mesmo, com o intuito de complementar e qualificar nosso trabalho de tese. Como trabalhamos a estruturação da cidade considerando dois períodos distintos (1 do início do núcleo urbano até meados do século XX; e, 2 o relativo ao processo de urbanização recente de Guarapuava), optamos por levantar informações dos jornais em momentos diferentes e que contemplassem tais períodos, subsidiando nossa análise e proposição. Para tanto, nosso levantamento de matérias produzidas pela imprensa escrita local sobre a cidade e com olhar especial para as práticas ocorridas nos espaços públicos ficou assim dividida: o Jornal Folha do Oeste, notadamente as décadas de 1930 e 1940, com informações relativas ao primeiro período analisado; o Jornal Esquema Oeste durante a década de 1970; e, por fim, o Diário de Guarapuava, no período de 1998 até o ano de 2006, referentes ao processo de urbanização recente.

Além dessas atividades, representadas pela coleta e análise de material escrito, realizamos um importante levantamento de campo, visto que esse instrumental é o que mais se coaduna com nossa proposta de trabalhar com as práticas socioespaciais existentes na cidade, com o dia-a-dia dos seus habitantes. Enfatizamos que o trabalho de campo, ou seja, o “ir a campo”, assumiu papel fundamental no processo de nossa pesquisa, visto que constituiu-se como mediação para o exercício do diálogo entre os dois elementos da clássica relação: teoria e

⁴ Nossa análise dos jornais esteve pautada na identificação dos fatos ocorridos no espaço público, buscando analisar como estes eram apresentados pela imprensa local em diferentes períodos, enfatizando, de certa forma, a capacidade desses meios de comunicação, ora enquanto instrumentos de poder e legitimação de significados hegemônicos, ora como meios de representação e expressão da complexidade das dimensões sociais e culturais. Observamos, nesse sentido, que Góes (1998), fundamentada na idéia habermasiana, destaca a transformação dos jornais em “empreendimentos capitalistas” com grande eficácia publicitária, o que resultou num movimento que redimensionou a esfera pública e a esfera privada, notadamente a partir da segunda metade do século XIX. Para a autora, “num movimento contraditório, possibilitaram uma expansão da esfera pública e foram paulatinamente excluídos dessa esfera e reinseridos na esfera privada do intercâmbio de mercadorias, em função das pressões dos interesses privados dos quais tornaram-se dependentes (GÓES, 1998, p. 11).” Ainda, segundo a autora, sobretudo nas sociedades atuais, os jornais transformaram-se em “instrumentos de utilidade pública”, supondo uma ilusão de acesso à esfera pública, por meio da cunhagem de campanhas de interesse público. No entanto, em relação a uma análise mais aprofundada sobre a imprensa escrita em Guarapuava existem outros trabalhos importantes versando sobre essa questão como a tese de Silva (2005) que trata dos territórios conservadores de poder na região centro-sul do Estado paranaense, aprofundando essa análise crítica da imprensa escrita guarapuavana; além, da dissertação de Kobelinski (1994), que efetuou uma análise da imprensa, enfatizando o *marketing* urbano a partir de matérias veiculadas pela imprensa escrita guarapuavana.

prática, ou o teórico e a realidade concreta, como queiram. Embora sejam dois elementos distintos, intermediam-se e se articulam. Desta forma, são e devem ser, tratados enquanto partes fundamentais no processo de construção do conhecimento e na compreensão dos processos geográficos a serem estudados.

Nosso trabalho de campo foi subdividido em três momentos distintos: a princípio, analisamos a mobilidade socioespacial dos guarapuavanos por meio da utilização do transporte coletivo, com o intuito de estudar as formas de acesso à cidade e seus respectivos espaços públicos; num segundo momento, trabalhamos com uma enquete de opinião com o objetivo de subsidiar nossa análise de como a população percebe e faz uso na prática dos espaços públicos da cidade por meio dos elementos de produção ou de representação dos mesmos; e, por fim, utilizamos da observação direta (observação e comparação) nos espaços públicos (caderneta de campo) com o intuito de contrapor nossas evidências enquanto pesquisador com a opinião geral da população e as práticas socioespaciais que ocorrem efetivamente nesses locais.

Essa última atividade também nos possibilitou o registro de parte das práticas que se apresentam diariamente no cotidiano dos espaços públicos da cidade. Mais de duzentas fotos registradas durante nossas idas a campo permitiram-nos uma iconografia (selecionada na tese) que fundamenta nossa proposta e nossas argumentações, enquanto imagens da cidade, de representações denotativas das diferentes formas de uso e apropriação da cidade e de seus espaços públicos. Corroboramos com a perspectiva de Ferrara (2000, p. 118) de que a imagem corresponde à informação solidamente relacionada a um significado que se constrói numa síntese de contornos claros. Para essa autora, a imagem “é um código urbano e impõe uma leitura e fruição que estão claramente inscritos na cidade enquanto espaço construído”. Nesse caso, mesmo enquanto representação de determinado olhar, e nesse caso, do pesquisador, são expressões de ações em determinados tempos e locais, caracterizados por sua complexidade e diversidade, enfim, pelos diferentes modos de vida na cidade.

No entanto, queremos ressaltar aqui também alguns aspectos atrelados a determinados limites que a própria pesquisa nos impôs.

A princípio, enfatizamos a necessidade de produzir um conhecimento teórico-conceitual que dê conta de evidenciar as práticas socioespaciais que se

estabelecem na cidade para, a partir delas, compreendermos as formas, funções e os sentidos do espaço público na cidade contemporânea.

Fazemos referências, também, às dificuldades na busca e sistematização de informações, que segundo nossa proposição, estão basicamente ancoradas no empírico, ou seja, nos levantamentos de campo.

Outra preocupação é a desatualização de determinadas informações, principalmente no que tange aos aspectos populacionais e de renda. Por exemplo, as informações apresentadas na tese são as levantadas pelo IBGE (2000), com algumas projeções nos casos em que isso é possível.

E, por fim, mas nem por isso menos importante no processo de pesquisa, o tempo relativamente curto de contato com o local de estudo e os sujeitos pesquisados, períodos esses restritos aos nossos levantamentos de campo, atrelados à nossa vivência enquanto pesquisador morador da cidade estudada.

1.3. A CIDADE: GUARAPUAVA NO CONTEXTO DA PESQUISA

Nosso referencial empírico é uma cidade situada na Região Centro-Sul do Estado do Paraná, sobre o Terceiro Planalto paranaense, mais especificamente sobre o Planalto de Guarapuava.

Nossa opção pelo estudo de Guarapuava está fundamentada no grau de importância que a mesma possui no cenário regional, como cidade pólo, pelo fato de que desempenha diferentes papéis urbanos e regionais, sendo assim, uma cidade intermediária entre as cidades menores e cidades maiores. É sede da mesorregião Centro-Sul e também da microrregião dos Campos de Guarapuava⁵, e situa-se na zona fisiográfica dos Campos Gerais, a uma altitude de 1.064,43 m.

Com uma distância de 260 km de Curitiba, a capital do Estado, o município possui uma população estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 164.567 habitantes (IBGE, 2007), sendo que mais de 90% dessa população está hoje concentrada na área urbana, distribuídos entre o distrito sede e mais cinco outros que integram os domínios territoriais do município (Tabela 1 e Figura 1). Apesar dos vários desmembramentos ocorridos ao longo do tempo, o município destaca-se ainda como sendo o maior em área do Paraná, com uma extensão territorial equivalente a 3.053,83 km².

Tabela 1 - GUARAPUAVA: DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL POR DISTRITOS NO MUNICÍPIO (2000)

População	Total Geral	Total Urbana	Total Rural
Município	154.958	141.587	13.371
Sede	136.480	131.748	4.732
Entre Rios	8.962	5.779	3.183
Guairacá	1.693	136	1.557
Guará	3.261	981	2.280
Palmeirinha	4.118	2.943	1.175
Atalaia	444	0	444

Org.: Loboda (2007)

Fonte: Censo IBGE - 2000.

⁵ Segundo a divisão proposta pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada a microrregião dos Campos Gerais é a região de número vinte e nove (29), sendo constituída por um total de dezoito municípios, a saber: Guarapuava, Campina do Simão, Condói, Cantagalo, Espigão Alto do Iguaçu, Foz do Jordão, Goioxim, Inácio Martins, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Nova Laranjeiras, Pinhão, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu, Rio Bonito do Iguaçu, Turvo e Virmond (IPEA, 2001).

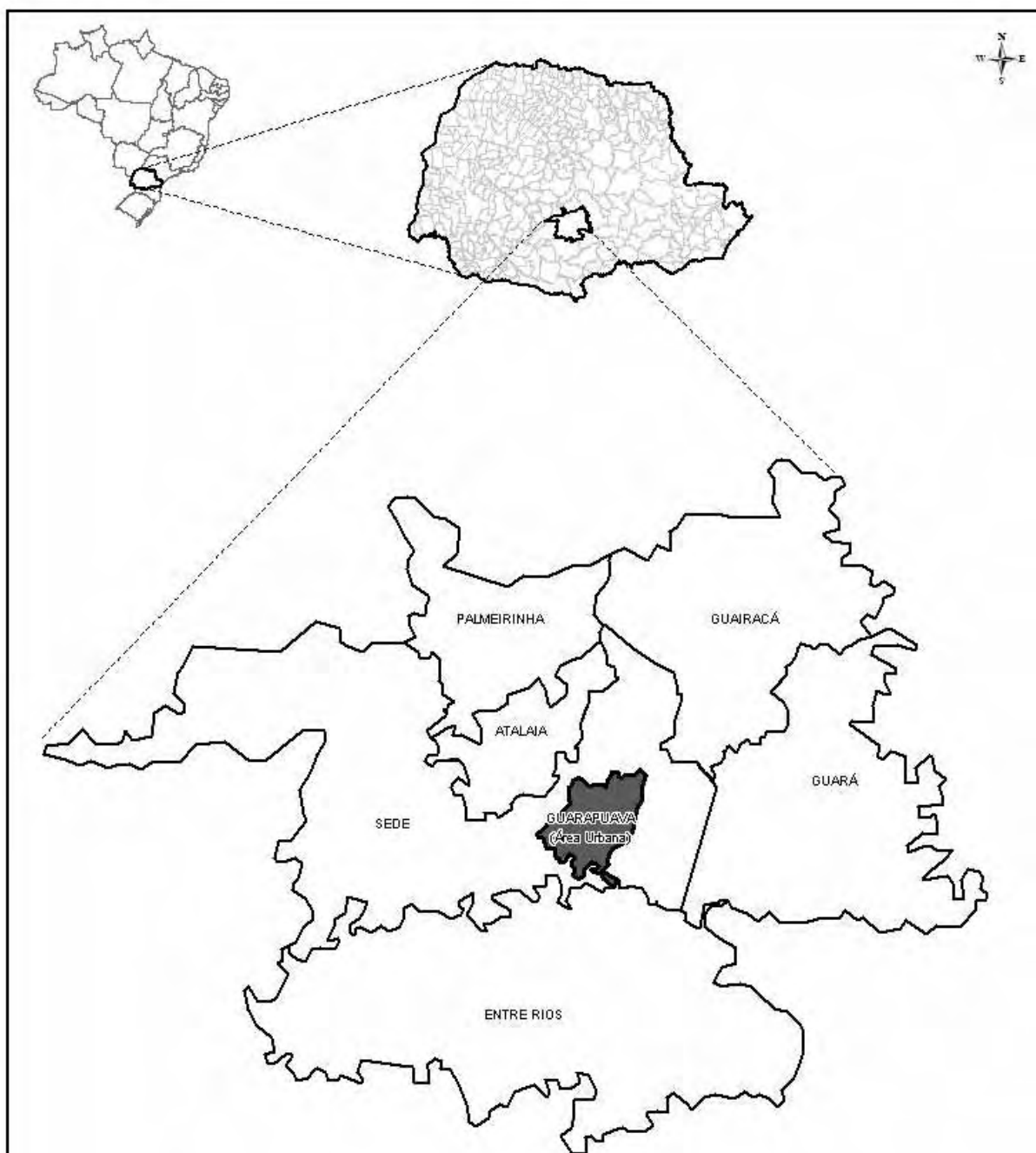
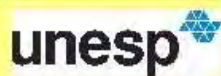


Figura 1 - GUARAPUAVA: MUNICÍPIO, DISTRITOS E ÁREA URBANA

Apoio: CEMESPP (Centro de Estudos e de Mapeamento da Exclusão Social para Políticas Públicas)

Elaboração: Carlos Roberto Loboda
Oséias Martinuci



Tais pressupostos são fundamentais no sentido de melhor compreendermos os atributos que caracterizam e qualificam uma cidade como “média”. Muito além dos aspectos demográficos, é necessário trabalhar com a compreensão das relações que se desenvolvem entre as cidades, com as áreas rurais, pela identidade ou pela diversidade de seus papéis urbanos.

Nesse sentido, observamos que Guarapuava destaca-se como município urbano de nível de centralidade forte para médio. Com uma estruturação urbana em franca expansão, vive ainda com a pressão da evasão populacional das proximidades, liderando uma região agroindustrial com a economia baseada na produção de soja e milho, na indústria de madeira e na produção de pasta e celulose (IPEA, 2001). Apesar de apresentar um crescimento industrial relativamente baixo, a cidade exerce uma centralidade acentuada, destacando-se pelo grau de importância de seu papel comercial e de prestação de serviços, com ênfase para a área de saúde e do ensino superior, atendendo toda uma rede de municípios da região que ela polariza.

Levando em consideração essa constatação, a partir desse momento estaremos tratando Guarapuava enquanto uma cidade média ao longo de todo o nosso trabalho. Uma cidade média que apresentou e continua apresentar rápido processo de crescimento, principalmente nas últimas décadas; uma expansão urbana marcada pela implantação de loteamentos em diferentes locais periféricos ocasionando uma descontinuidade da malha urbana, geralmente desprovidos da infra-estrutura básica; concentração e valorização de áreas dotadas de bens e serviços enquanto evidências da produção desigual do espaço urbano; enfim, alguns apontamentos que confirmam a evolução dos papéis que a cidade vai assumindo ao longo do tempo. Considerando, portanto, esse processo de produção e estruturação da cidade, buscamos refletir sobre o cotidiano dos “cidadãos” guarapuavanos, com olhar voltado de forma específica para o uso de seus espaços públicos como referências das múltiplas formas de viver/sobreviver na cidade média contemporânea.

Nossa preocupação em relação a essa temática deriva, também, da discussão em torno do “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001, p. 135), que se manifesta como forma superior aos direitos: direitos à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. Sobre essa questão, ressalta Carlos (2004b, p. 28) que o direito à cidade se realiza nas possibilidades reais de apropriação, pela

subordinação do valor de troca ao uso (e não ao contrário), da constituição da cidade enquanto espaço da criação superando a contradição usuário-usador. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o usuário dos espaços públicos usufrua deles pautado numa condição de o fazer pelo desejo, pela apropriação do espaço pelo corpo e pela satisfação da vida cotidiana, não na condição de consumidor do espaço fundado nas relações estabelecidas com o mundo do mercado.

Essa preocupação está presente também na idéia do “direito ao entorno” (SANTOS, 1996). No entanto, a representação dos locais públicos no âmbito social, no que tange ao direito ao entorno, é expressa segundo este autor da seguinte maneira:

[...] Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas, etc) foram impunemente privatizados. Temos que comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privatizados e publicizados, como play-grounds ou, ainda mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessário à sua proteção. O lazer na cidade se torna igualmente o prazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais (SANTOS, 1996, p. 48).

Levando em consideração essa premissa, partimos do pressuposto de que é necessário evidenciarmos, ou então, reivindicarmos um espaço público possível, direcionando nossa análise para o processo de produção e reprodução da cidade enquanto reprodução da vida (LEFEBVRE, 2001) e não simplesmente dos produtos. Considerando esse pressuposto, é fundamental, segundo Lefebvre, que ao sentido da produção dos produtos, ou seja, do domínio científico e técnico sobre a natureza material, deve-se acrescentar, para a seguir predominar, o sentido da obra, da “apropriação”, mas a apropriação do tempo, do espaço do corpo e do desejo.

Nesse sentido, nossa proposição consiste na busca de uma noção de espaço público, enquanto um espaço, em “redefinição”, que vá ao encontro de uma concepção adotada por meio da compreensão das práticas socioespaciais, abordando principalmente os “processos interativos”, (CORRÊA 2001 e 1997), inerentes à experiência vivida, de modo a se construir a sociabilidade do espaço público, enquanto o lugar de vida pública e estilo de vida urbana.

Para tanto, essa visada só nos parece viável se nosso enfoque estiver centrado no processo de reprodução da cidade e de seus locais públicos, mas

ênfatizando principalmente, as práticas sociais cotidianas que se estabelecem nesses lugares e as relações de tais práticas com a estruturação da cidade, como essas localizações dialogam entre si enquanto totalidade, ou então, no sentido lefebvriano do termo, com o “modo de vida urbano”. Enfim, nossa abordagem dos espaços públicos na cidade de Guarapuava  permeada por trs níveis de análise que compreendem a centralidade, a acessibilidade e a estruturação atual da cidade, associados e fundamentados em nossa base empírica. Assim por meio de uma relação dialética, abordaremos o processo de produção da cidade em busca da compreensão dos usos e funções de seus espaços públicos.

Trata-se, portanto, de uma articulação a partir da qual intentamos associar aspectos teóricos e empíricos por meio da relação entre o par dialético (teoria e prática), que assume aqui a função mediadora do processo de pesquisa. Essa relação requer um tratamento em que os elementos teóricos e empíricos devem assumir um sentido de complementaridade na qual uma parte fundamenta e d sentido a outra. Como enfatiza Serpa (2006), essa relação ainda é mais ampla, não podendo haver separação entre teoria e metodologia, entre os conceitos utilizados e sua operacionalização por meio da utilização do trabalho de campo (empírico), aspectos fundamentais para a compreenso dos processos geográficos estudados, em nosso caso, o espaço público.

Portanto, o aporte fornecido por uma concepção materialista e dialética proporciona-nos subsídios necessários para o estudo do espaço urbano uma vez que a partir dessa perspectiva podemos identificar a relação entre a disposição física das coisas e as atividades socioespaciais que aí se desenvolvem, o movimento e a ação, ou seja, uma concepção de espaço público a partir dos seus usos e funções, identificando esses espaços enquanto “lugares na cidade” produzidos pelos diferentes sujeitos sociais.

1. 5. APRESENTAÇÃO GERAL DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE GUARAPUAVA

Com o intuito de esclarecer ao leitor com quais espaços estamos trabalhando, ou seja, qual é nosso recorte empírico, trazemos nesse item uma apresentação geral dos locais trabalhados: praças, parques e calçadão da cidade de Guarapuava. A observação dos espaços públicos, realizada por nós pelo olhar e pela escuta permitiu-nos detalhar parte da experiência das práticas socioespaciais neles estabelecidas em diferentes dias e períodos, procurando identificar nesses lugares os diferentes ritmos da vida urbana em suas múltiplas formas de expressão. Nesse sentido, convidamos o leitor a tomar, juntamente conosco, conhecimento, mesmo que de forma genérica e preliminar, do nosso objeto de estudo e de alguns aspectos preliminares da constituição dos mesmos atrelados à dinâmica da estruturação da cidade.

Ao mencionarmos o espaço público, no decorrer do trabalho, estaremos enfatizando fundamentalmente as práticas socioespaciais estabelecidas cotidianamente na cidade, com olhar especial para aquelas ocorridas nas praças, parques, calçadão e outros⁶ espaços públicos (Figura 2 - de acordo com a respectiva relação numérica e Quadros 4 e 5 - com a confluência de duas ruas e o bairro de localização do referido espaço público) da cidade.

Não temos a pretensão de trabalhar, em nossa tese, de forma mais aprofundada as dimensões do espaço público e da experiência pública, a cidadania, a democracia ou então a identidade cultural sob uma ótica de cunho fenomenológico. No entanto, temos a clareza de que o espaço público concreto (a praça ou a rua, por exemplo) é fundamental na busca da legitimação dessas noções pelo conjunto da sociedade e esse processo é intrínseco às práticas sociais cotidianas que ocorrem no espaço público enquanto possibilitador e mediador de práticas coletivas, assim como das contradições e dos conflitos. Espaços que não se traduzem simplesmente pela sua configuração de estruturas físicas, em componentes e referências dos caminhos pela cidade, mas sim, enquanto espaços potenciais no processo de busca pelo caminho da cidade.

⁶ Existe um número significativo de locais públicos dispersos pela cidade que não constam legalmente como uma praça pública, embora assumam essa função nas áreas mais periféricas. Geralmente, estão associados às organizações de bairro, como as associações de moradores. Em grande parte, são dotados de algum tipo de equipamentos/infra-estruturas de lazer, já em outras situações, não passam de um espaço livre utilizado como campinho de futebol. Caracterizamos os mesmos, em nossa pesquisa, como sendo os “outros espaços” na representação e localização dos espaços públicos da cidade (Figura 2).

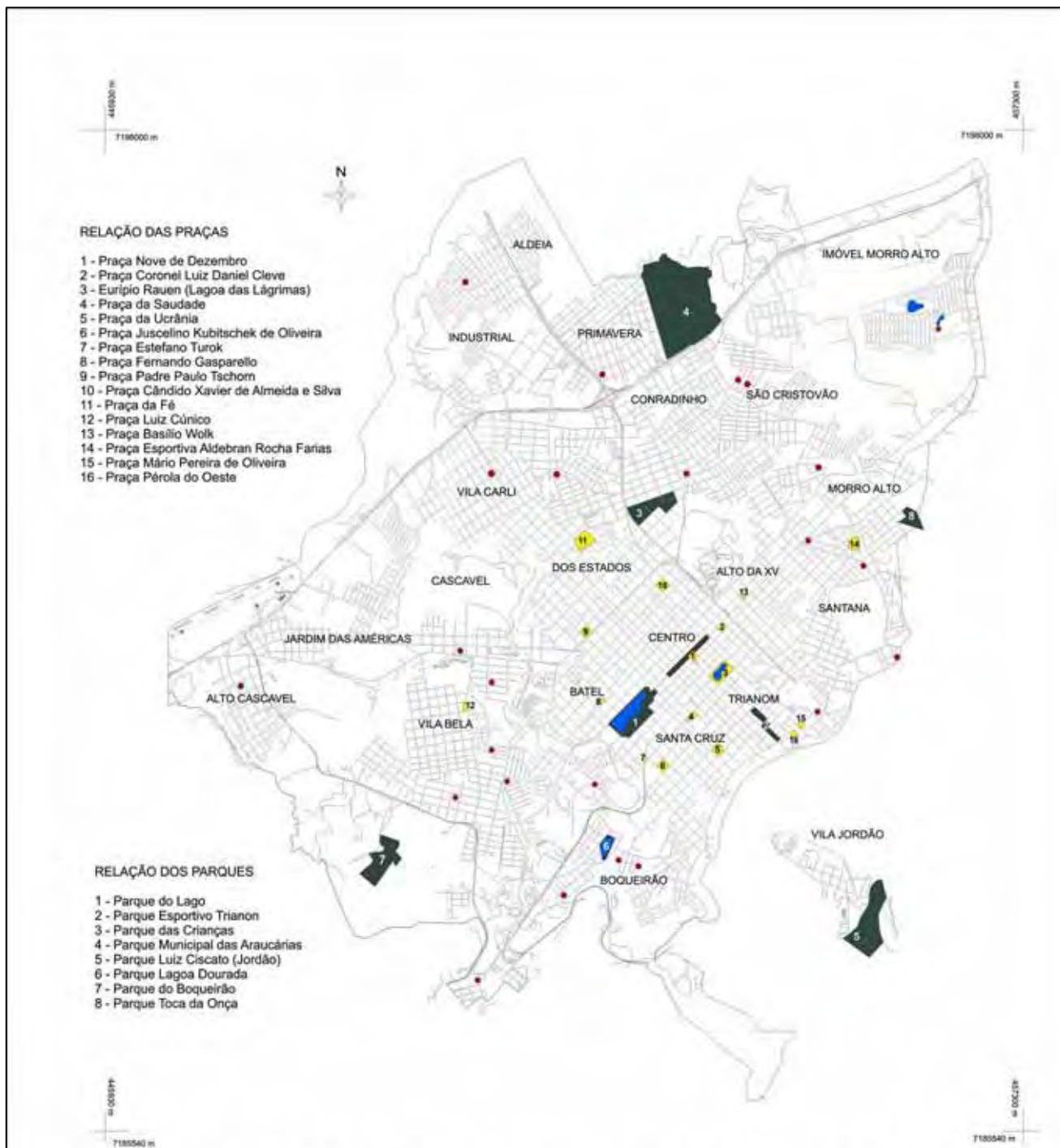


Figura 2 - GUARAPUAVA: PRAÇAS, PARQUES, CALÇADÃO E OUTROS ESPAÇOS PÚBLICOS - 2006

LEGENDA PARQUES PRAÇAS OUTROS CALÇADÃO LAGOS		Escala Gráfica 	Fontes: Companhia Urbanizadora de Guarapuava - SURG Centro de Planejamento Urbano de Guarapuava Departamento de Terras e Cartografia	Elaboração: Carlos Roberto Loboda Oséias Mariniuci Ano: 2006
--	--	---------------------------	--	--



Nº	Nome	Localização	Bairro
1	Praça Nove de Dezembro	Rua XV de Novembro/Rua Mal. Floriano Peixoto	Centro
2	Praça Coronel Luiz Daniel Cleve	Rua XV de Novembro/Rua Azevedo Portugal	Centro
3	Praça Eurípio Rauen	Rua Professor Becker/Rua Marechal Floriano Peixoto	Centro
4	Praça da Saudade	Rua Professor Becker/Rua Tiradentes	Trianon
5	Praça da Ucrânia	Rua Saldanha Marinho/Rua 17 de Julho	Trianon
6	Praça Juscelino Kubitschek de Oliveira	Rua Presidente Zacarias/Rua Andrade Neves	Santa Cruz
7	Praça Estefano Turok	Rua Presidente Zacarias/Rua Professor Becker	Santa Cruz
8	Praça Fernando Gasparello	Rua Barão de Capanema/Rua Barão do Rio Branco	Batel
9	Praça Padre Paulo Tschorn	Avenida Prefeito Moacir Julho Silvestre/Rua Rio de Janeiro	Dos Estados
10	Praça Cândido Xavier de Almeida e Silva	Rua Brigadeiro Rocha/Rua Arlindo Ribeiro	Centro
11	Praça da Fé	Rua dos Pombos/Rua Vicente Machado	Bonsucesso
12	Praça Luiz Cúnico	Rua Turíbio Gomes/Rua Doutor Roberto Cunha e Silva	Vila Bela
13	Praça Basílio Wolk	Rua XV de Novembro/Rua Pedro Siqueira	Alto da XV
14	Praça Esportiva Aldebran Rocha Faria	Rua Guanabara/Rua Pavão	Morro Alto
15	Praça Mário Pereira de Oliveira	Rua das Violetas/Rua das Orquídeas	Trianon
16	Praça Pérola do Oeste	Rua Brigadeiro Rocha/Rua das Hortênsias	Trianon

Quadro 1 - RELAÇÃO DAS PRAÇAS DE GUARAPUAVA - PR

Nº	Nome	Localização	Bairro
1	Parque do Lago	Rua Presidente Zacarias/Rua Padre Chagas	Santa Cruz
2	Parque Esportivo Trianon	Rua 17 de Julho/Rua Marechal Floriano Peixoto	Trianon
3	Parque das Crianças	Avenida Manoel Ribas/Rua Rivadávia Ribas	Bonsucesso
4	Parque Municipal das Araucárias	BR 277/Rua João Fortkamp	Primavera
5	Parque Luiz Ciscato (Jordão)	Avenida Vereador Rubem Siqueira Ribas	Vila Jordão
6	Parque Lagoa Dourada	Rua Rondônia/Rua Malett	Boqueirão
7	Parque do Boqueirão	Avenida Sumaré	Vila Bela
8	Parque Toca da Onça	Rua dos Ingazeiros/Rua Urbano da C. Araujo	Morro Alto

Quadro 2 - RELAÇÃO DOS PARQUES DE GUARAPUAVA - PR

Nessa perspectiva, apresentamos a seguir, de forma sintética, uma caracterização individualizada dos espaços públicos de Guarapuava (praças, parques, calçadão e outros espaços públicos) representados por meio da sua identificação, fotos e localização na malha urbana.

Entretanto, mais que a mera representação e descrição dos locais estudados procuramos apresentar, previamente, ao leitor alguns dos principais elementos e indicativos de como, a partir das práticas cotidianas, do dia-a-dia dos diversos sujeitos sociais, esses lugares são produzidos e/ou caracterizam-se enquanto *locus* de parte da vida na cidade.

Praças de Guarapuava

*A praça é, historicamente, o lugar reservado ao encontro, o grande espaço dedicado ao estar na cidade...
Tamara Tânia Cohen Egler (2000, p. 220).*

Praça Nove de Dezembro

Trata-se da mais central e antiga praça de Guarapuava (Figura 2). Uma referência histórica para se entender o processo de estruturação da cidade desde os primórdios do pequeno núcleo urbano enquanto o Largo da Matriz até os dias de hoje, seja enquanto um referencial histórico-social ou como um local que desempenha papéis de articulação da estrutura e da circulação urbanas da Guarapuava contemporânea (Foto 1).



É um local onde ocorriam as tradicionais festas da padroeira Nossa Senhora de Belém e ponto de encontro para fins religiosos, comerciais, cívicos e culturais. O dinamismo atual das atividades no centro da cidade contemporânea confere a esse espaço, uma característica mais de passagem do que de permanência, sobretudo no horário comercial e de espera, por curto intervalo de tempo, de parte de pessoas que aguardam horários de compromissos e de atividades realizadas nos estabelecimentos comerciais, de serviços, ou da vida política administrativa. Trata-se de um lugar de representação que guarda elementos marcantes que se confundem com a história da própria cidade. No ponto central da praça, para onde convergem

todos os caminhos que a cortam, encontra-se um monumento onde foram enterradas as cinzas do Padre Francisco das Chagas Lima (Benemérito fundador da cidade de Guarapuava), assim como dois bustos, um em homenagem ao Visconde de Guarapuava⁷ e, outro, ao Dr. Afonso Alves de Camargo⁸, conferindo ao local uma simbologia peculiar. O referido espaço é freqüentemente utilizado pelos mais variados sujeitos sociais: transeuntes, idosos, aposentados, vendedores ambulantes, prostitutas, artistas de rua, dentre outros. É importante destacar que a mesma está passando por reformas que culminaram com a remoção de parte da vegetação de grande porte, espécies exóticas segundo o Departamento de Praças e Parques da Prefeitura Municipal, além da recuperação dos canteiros, calçadas e na troca dos bancos.

Praça Coronel Luiz Daniel Cleve

A praça em questão é uma das que se encontram situadas ao longo da Rua XV de novembro, eixo principal da cidade (Figura 2). Situa-se na seqüência do seu tradicional calçadão, constituindo um dos locais de maior fluxo de pessoas (Foto 2).



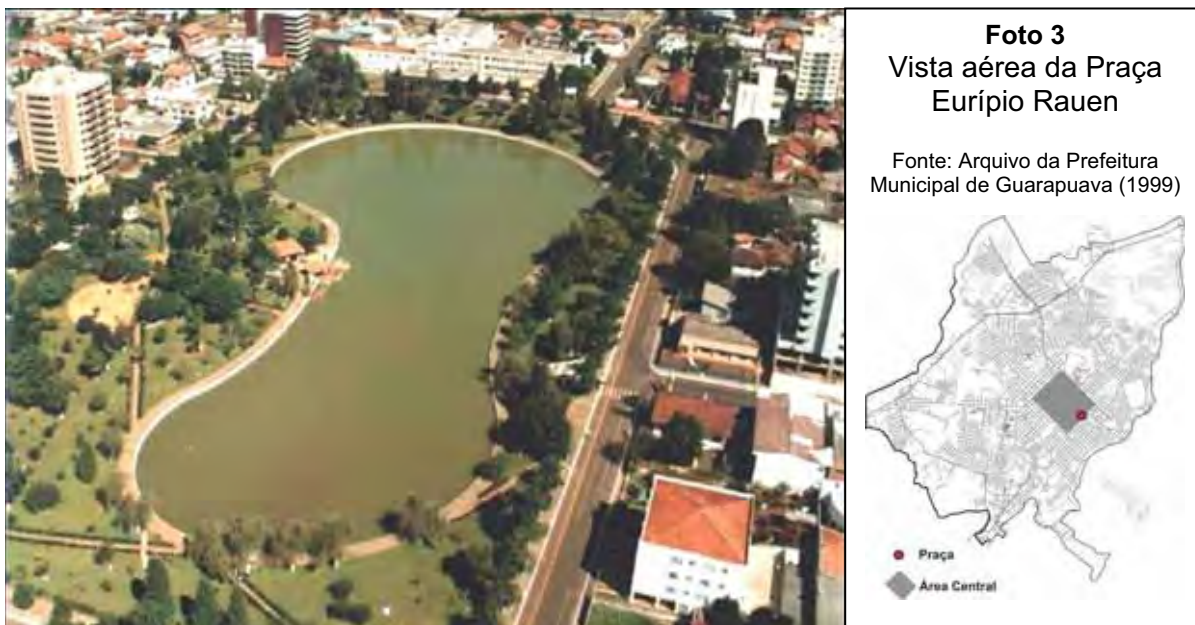
⁷ Político influente viveu por setenta anos em Guarapuava onde participou da vida pública e militar. Foi administrador na construção da Matriz Nossa Senhora de Belém. Compôs a primeira Câmara Municipal de Guarapuava e a Assembléia Provincial. Fez parte da guarda nacional local, participando da Guerra do Paraguai, razão pela qual recebeu o título de “Visconde de Guarapuava”.

⁸ Afonso Alves de Camargo, nascido em Guarapuava em 25 - 09 - 1873, foi Governador do Estado do Paraná, Deputado Estadual, Deputado Federal, além de Senador da República.

Considerada também uma das praças mais antigas da cidade. O traçado dos caminhos é simples, demarcado por duas vias ortogonais que se cruzam criando um espaço central e dividindo a praça em quatro retângulos. Pode ser considerada uma “praça temática”, uma vez que praticamente todo o local é destinado ao lazer, o que proporciona entretenimento às diversas faixas etárias. O local é bem freqüentado, tendo em vista a presença de pontos de ônibus na mesma, seja do transporte coletivo urbano ou das linhas distritais. É diariamente utilizada por aqueles que se deslocam para outras áreas da cidade, assim como para locais vizinhos e usufruem da mesma enquanto ponto de referência ou, notadamente, de espera. O local evoca também outros tipos de usos. No período noturno, é utilizada por grupos jovens que freqüentam barzinhos e o boliche localizados em seu entorno, um exemplo da multifuncionalidade representada pela temporalidade diferenciada dos usos, ou seja, a metamorfose do espaço público na cidade contemporânea.

Praça Eurípio Rauen (Lagoa das lágrimas)

Situada na divisa entre o núcleo inicial da cidade e, hoje, o Bairro Trianon (Figura 2). Localiza-se entre o Hospital São Vicente de Paulo e uma área residencial militar pertencente ao exército (Foto 3).



Sua história é muito interessante, visto ter passado por várias transformações e denominações ao longo do tempo como: Lagoa dos Padres, Lagoa do Padre Ângelo, Lagoa do Hospital, Praça da Independência, até sua

denominação atual, Praça Eurípio Rauen, embora seja conhecida popularmente pela denominação de “Lagoa das Lágrimas” em virtude de uma lenda existente sobre o local.

Confirmando a caracterização de muitas praças, enquanto locais de manifestações cívicas por meio da presença de monumentos, apresenta um busto em homenagem ao Presidente Humberto A. Castello Branco, além da identificação do Lions Clube Internacional de Guarapuava. É freqüentada por vários segmentos sociais para contemplação, descanso, prática de atividades esportivas, caminhadas e ciclismo. O local é também freqüente palco de conflitos entre a polícia e grupos de jovens que se encontram no local muitas vezes para consumir bebida e algum tipo de droga.

Praça da Saudade

Por estar situada em frente ao Cemitério Municipal, a toponímia expressa veneração a memória das pessoas falecidas (Figura 2). Apresenta também um ponto de freteiros com veículos utilitários e caminhões que aguardam diuturnamente por qualquer tipo de frete na cidade. A referida praça é freqüentada, sobretudo pelas pessoas que permanecem nos “guardamentos” que ocorrem na capela mortuária em seu interior. É utilizada também pelas pessoas que praticam diariamente a reza do terço nas praças. Por outro lado, o local serve de passagem para os transeuntes que cortam caminho em direção ao centro da cidade (Foto 4).



Praça da Ucrânia

É uma das maiores praças da cidade e o que é mais relevante é que está situada fora da área central (Figura 2). Está situada em frente à igreja de rito ucraniano. Podemos dividir o logradouro em dois patamares distintos separados por escadarias: no primeiro, o terreno encontra-se mais elevado com árvores de grande porte e com bancos dispostos ao longo dos caminhos, em recuo; no segundo, encontramos uma área dotada de equipamentos como quadra poli-esportiva e de areia, parque infantil com área própria, proporcionando entretenimento às diferentes faixas etárias. É freqüentada pela população do entorno para a prática de esportes, contemplação e para caminhadas (Foto 5).



Praça Juscelino Kubitschek de Oliveira

Praça de grande porte localizada em frente à Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO (Figura 2). Seu desenho apresenta caminhos ortogonais que se cruzam criando um espaço central e dividindo a praça em quadrículas, tem poucos bancos dispostos ao longo desses caminhos. Em virtude de a praça se encontrar em nível mais elevado, apresenta escadarias de acesso em frente à Universidade e à Rua Frei Caneca. Os caminhos internos bem espaçados ainda dispõem de canteiros, além de contar com parque infantil em área específica, dotado de *playground*. O local, geralmente, é utilizado por universitários, visto sua localização. No entanto, apesar dessas condições, a praça é mais utilizada enquanto

local de passagem de transeuntes que cortam caminho em direção ao centro da cidade (Foto 6).



Foto 6
Praça Juscelino Kubitschek de Oliveira

Fonte: Foto do autor (2007)



Praça Estefano Turok

Uma das menores praças de Guarapuava, este espaço em forma de triângulo é resultante da confluência de duas ruas (Figura 2). Sofreu alterações recentemente em função da construção de uma rotatória no local e da inversão do sentido das ruas que lhe dão acesso. Do ponto de vista dos equipamentos disponíveis, conta apenas com um ponto de ônibus (Foto 7).



Foto 7
Praça Estefano Turok

Fonte: Foto do autor (2007)



É um exemplo claro de espaço residual, ou seja, aqueles que não podem ser aproveitados economicamente e acabam sendo utilizados como espaços públicos na cidade. O fluxo de pessoas no local é quase que constante, no entanto, de passagem.

Praça Fernando Gasparello

É fato comum na implantação das praças mais recentes da cidade a diminuição desses espaços, ficando muitas vezes restritos a parte de quarteirões (Figura 2). Essa praça é mais um exemplo dessa prática, pois apresenta apenas uma quadra esportiva com piso em areia e fechada com alambrado. Dispõe de duas pequenas áreas, também com piso em areia destinadas a brinquedos infantis. Os brinquedos do parque infantil são confeccionados em ferro e pintados com cores fortes do tipo convencional, encontrando-se mal conservados, fato comum quando se trata da conservação desses locais localizados fora da área central (Foto 8).



Praça Padre Paulo Tschorn (Santa Terezinha)

Trata-se de praça localizada em bairro residencial que teve seu projeto original alterado com a construção do ginásio de esportes Padre Paulo Tschorn no interior da mesma na década de 1980 (Figura 2). A referida praça é o local onde freqüentemente ocorrem competições, atraindo, sobretudo os jovens a esse espaço.

Em frente à praça, encontra-se a Igreja da Paróquia Santa Terezinha, uma das mais antigas da cidade e em função da qual é comumente conhecida pelo nome homônimo (Foto 9).



Apresenta ainda um busto em homenagem ao Padre Paulo Tschorn por suas benfeitorias no local, que se apresenta sem identificação e pichado, caracterizando a praça pública como *locus* de grupos que a freqüentam e fazem questão de inscrever e delimitar formas diversas de uso e apropriação desse espaço.

Praça Cândido Xavier de Almeida e Silva (Praça do Paço)

Praça situada em frente ao Paço Municipal, em cujo centro há uma concha acústica - a única infra-estrutura dessa natureza existente nas praças de Guarapuava e que, raríssimas vezes é utilizada, a não ser, em datas comemorativas ou ocasiões especiais (Figura 2), raramente para shows de *rap* pelo movimento *hip hop* (Foto 10). Talvez, aqui, possa se fazer uma alusão às cidades gregas, onde existiam locais apropriados para as discussões pertinentes aos interesses da coletividade, embora, atualmente, estes debates tenham se transferido para um local específico (a Câmara de Vereadores), onde um grupo de pessoas tem “teoricamente” a função de representar a população local nos debates, por ocasião formulação de normatizações de interesses gerais da população.



Foto 10
Praça Cândido Xavier
de Almeida e Silva

Fonte: Foto do autor (2007)



Praça da Fé

Criada recentemente, a referida praça possui uma área de 18.628,15 m² e está situada próxima à estação rodoviária da cidade (Figura 2). Seu projeto de construção teve como intuito a recuperação de uma área degradada (antiga pedreira). Essa praça se destaca, não somente pelo fato de dar uso para um lugar outrora degradado, mas também pela sua dimensão territorial e projeto arrojado. Além disso, destaca-se, sobretudo, pela dinamicidade social do local, quando se constata que duas situações antagônicas passam a coexistir no espaço (Foto 11).



Foto 11
Visão aérea da
Praça da Fé

Fonte: Arquivo da Prefeitura
Municipal de Guarapuava
(2004)



Não foi por acaso que a praça recebeu tal denominação. O lugar passou a ser palco das maiores reuniões religiosas da região. Espaço aonde os fiéis vão para ouvir as pregações, participar das missas campais, cultos ecumênicos e apresentações religiosas como, por exemplo, a encenação da Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo no dia de Sexta-feira Santa, ou então a tradicional comemoração da Celebração Eucarística de Corpus Christi. No entanto, é também o lugar utilizado para a contemplação, para as caminhadas nos finais de tarde. Também é o local onde os jovens se reúnem para passar o tempo, para os shows do movimento *hip hop*. Caracterizando, nesse sentido, a coexistência num mesmo lugar do mundano (profano) e do sagrado (religioso) (ROSENDAHL, 2005; MARX, 2003 e DE ANGELIS, 2000).

Praça Luiz Cúnico

Localizada em zona residencial do Bairro Vila Bela, a praça está situada ao longo da Avenida Turíbio Gomes (Figura 2). A área reservada para parque infantil não dispõe de nenhum tipo de equipamento. O que se observa é certo abandono da área do ponto de vista da sua utilização pela população do entorno. No entanto, é necessário destacar a alteração na dinâmica da praça pela readequação do local, visto que, onde existia uma quadra de esportiva agora está sendo construído um ginásio de esportes, projeto da Prefeitura Municipal de incentivo ao esporte nos bairros (Foto 12).



Praça Basílio Wolk

Esta é a menor das praças de Guarapuava (Figura 2). Com uma área de apenas 298,02 m², é mais um dos locais situados ao longo da Rua XV de Novembro. Apesar de ser uma praça pública criada por lei ou decreto, o local é o exemplo de como se apresentam as relações entre público e privado na cidade (Foto 13). Criada por lei municipal, parte de seu espaço é privatizado, pois permite por meio de sua área acesso a uma residência particular, além de servir de estacionamento de automóveis de uma concessionária situada ao lado.



Praça Esportiva Aldebran Rocha Faria

O local denominado por lei como praça é, na verdade, um amplo espaço constituído de um campo de futebol, uma quadra de areia, além de alguns bancos e uma pequena área destinada a parque infantil com equipamentos como balança e gangorra. Em termos de estrutura esse espaço público ainda comporta a associação de moradores do Conjunto Residencial Daniel Massani no Bairro Morro Alto. Apesar de o local apresentar uma área relativamente grande, é totalmente desprovido de arborização e outras melhorias. Em virtude da sua extensa área e da falta de conservação, observamos que freqüentemente é utilizado como depósito de lixo. Seu uso fica restrito às práticas esportivas e recreação para o público infantil, geralmente nos finais de tarde e principalmente, finais de semana (Foto 14).



Foto 14
Praça Esportiva
Aldebran Rocha Faria

Fonte: Foto do autor (2007)



Praça Mário Pereira de Oliveira

É uma praça situada em área residencial (Bairro Trianon) e mais um exemplo da redução da área destinada para este tipo de espaço público nos bairros da cidade, onde resíduos de quarteirões são utilizados para construção de praças públicas (Figura 2). Podemos considerá-la como típica praça de bairro, onde predomina a tranquilidade do entorno. Dispõe de uma quadra de areia cercada com alambrado, um espaço para *straikebol* (basquete) e um pequeno parque infantil (Foto 15).



Foto 15
Praça Mário Pereira
de Oliveira

Fonte: Foto do autor (2007)



É geralmente utilizada pela população local, de forma mais expressiva nos finais de semana para prática esportiva e utilização dos brinquedos infantis.

Praça Pérola do Oeste

Esta é uma praça localizada em área residencial, Núcleo Pérola do Oeste, Bairro Trianon (Figura 2). Podemos dizer que dispõe praticamente da mesma estrutura apresentada na praça anterior, visto que estão muito próximas e possuem as mesmas características. Ela, assim como a anterior, também a Praça Basílio Wolk, são espaços residuais de quarteirões, caracterizando-se pela fusão da relação público e privado na cidade contemporânea, haja visto, que o acesso para residências particulares dos seus entornos é realizado por meio da área destinada à praça pública, ou seja, em determinados momentos observamos a utilização privada do espaço que teoricamente, é público (Foto 16).



Ao concluirmos esse item relativo à apresentação das praças trabalhadas na cidade de Guarapuava, queremos alertar o leitor para algumas especificidades na produção desses espaços públicos vinculados ao processo de produção da cidade, notadamente ao tratamento dado pelos diversos agentes produtores do espaço urbano (CORRÊA, 2004), enfatizando aqui o papel do poder público na criação, distribuição e (re)funcionalização de tais espaços públicos atrelados ao processo de estruturação da cidade.

É incontestável a carência dos espaços públicos na cidade, no entanto, determinadas áreas destinadas, a princípio, como praças públicas passaram a assumir outras funções. Não entrando aqui no mérito de que tais espaços poderiam ser melhor utilizados com as mudanças feitas, mas sim considerando que, de certa forma, retira-se do cidadão, a possibilidade de usufruir de um espaço que era seu de direito: a praça pública.

Alguns exemplos dessas ações do poder público municipal são os seguintes:

1 - *Praça João Fordkcamp*: O local destinado à referida praça foi transformado no Centro Integrado da Vila Primavera - clube da terceira idade, posto de saúde e creche.

2 - *Praça Tomé Cebolski*: Onde deveria ser uma praça, funciona hoje o Centro Integrado Morro Alto, composto por creche e posto de saúde. Aberta ao público, existe uma quadra esportiva que atende à população do entorno.

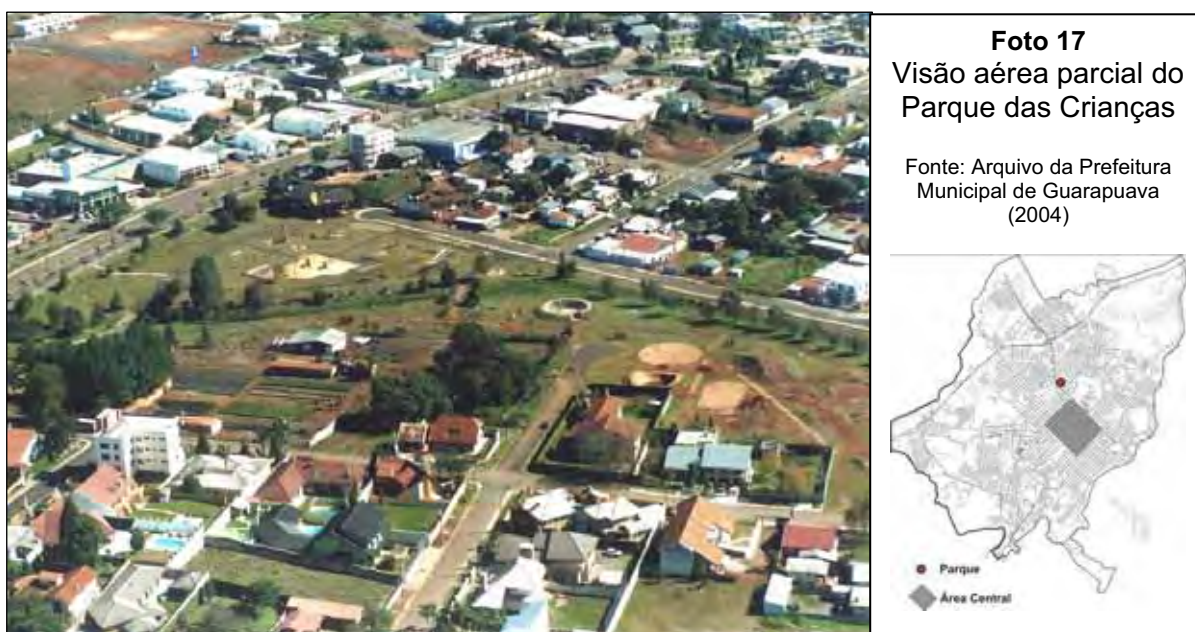
3 - *Praça Leonardo Coblinsk*: Mais um exemplo da destinação do espaço público a outras funções é o da referida praça, na Vila São Marcos, Bairro Boqueirão. Foi construída em parte de seu espaço a Escola Municipal Raul Henrique Lupatelli, enquanto o restante da área continua ocioso.

Além dessas praças que tiveram sua área redefinida por meio da reutilização do espaço público para novas funções que não aquelas para as quais realmente foram criadas por lei ou decreto do poder público, temos também aquelas “praças de papel”. São locais que foram legalmente criados como praças públicas, mas que inexistem na prática, como é o caso de dois locais destinados para praças no início da segunda metade do século passado: a Praça das Tradições e a Praça dos Pinheirinhos. Áreas destinadas para praças públicas, mas que acabaram loteadas, assumindo funções que não aquelas que deveriam desempenhar, ou seja, espaços públicos para uso da coletividade, pois acabaram por se tornar em áreas residenciais particulares.

Parques de Guarapuava

Parque das Crianças

Parque localizado em bairro residencial (Bonsucesso). Em quase sua totalidade, o parque é dotado de equipamentos, o que propicia entretenimento às diversas faixas etárias (Figura 2). Apresenta em sua área a Casa da Criança, um local bem elaborado arquitetonicamente, todo construído em madeira rústica. Nesse local, são desenvolvidos atividades e projetos pedagógicos voltados para as áreas de artes, entretenimento, jogos eletrônicos e reforço escolar (Foto 17).



Do ponto de vista dos equipamentos este local conta com duas quadras esportivas e pista de *bicicross* e *playgrounds*. Seus caminhos são de pavimentação asfáltica, utilizados para caminhadas pela população lindeira. Tem também uma concha acústica, embora este tipo de infra-estrutura seja utilizado esporadicamente. Os bancos em concreto circundam locais pavimentados no interior do espaço; em virtude do desconforto e também em função do pouco sombreamento, estes não permitem a permanência das pessoas por muito tempo no local.

Como prolongamento do parque, passando a Avenida Manoel Ribas está situada a Casa do Imigrante (residência construída em madeira que conserva o estilo arquitetônico europeu), local aonde se encontra instalada a Secretaria Municipal do Turismo, além de um monumento representando a Maçonaria na cidade de Guarapuava. O parque é freqüentado principalmente nos finais de

semana, dias de maior fluxo de pessoas de diferentes áreas da cidade que se dirigem para o local e cotidianamente pela população do entorno.

Parque do Lago

Área de grande porte e situada próxima ao centro da cidade, o Parque do Lago é um dos principais locais de lazer para a população lindeira, assim como para as pessoas de outros locais da cidade (Figura 2). Sua construção a partir da metade da década passada ocorreu com intuito de dar utilização ao antigo local que era formado por terrenos não urbanizáveis (fundo de vale) e conter uma área de favelamento. Ela era conhecida popularmente como “buraco quente” e pela favela “concordia” que se localizava nas adjacências da área então destinada para a construção do lago, além da valorização e melhoria da estética da cidade pelo Poder Público Municipal, visto que, a área do parque está justaposta com à área central da cidade. Além dessa ligação direta com o centro, localiza-se entre dois bairros residenciais - Santa Cruz e Batel, e a Leste com o centro ligado pela Rua XV de Novembro, eixo central da cidade que tem seu final no parque (Foto 18).



Destaca-se por oferecer diversas formas de lazer para as diferentes faixas etárias. Dispõe em sua área, de uma infra-estrutura completa para atividades como patins e *skate*. Possui também duas quadras de areia e uma área para *straikebol* (basquete). No que diz respeito aos equipamentos infantis, grande parte da área do parque é dotada dos mais variados brinquedos, como: escorregadouros, gangorra,

balanço, pista de obstáculos, corda bamba, dentre outros. Recentemente, o parque recebeu a implantação de vários equipamentos para a prática de exercícios físicos. Todo esse mobiliário é elaborado em madeira (eucalipto tratado), assim como as duas pontes existentes e os portais de acesso ao parque, o que confere peculiaridade ao local. Com um sistema de iluminação tipo superposte, possui também holofotes no nível do solo, os quais produzem efeito cênico na estrutura construída das pontes. Os caminhos são de pavimentação asfáltica e, além de margear o lago, dão acesso às outras infra-estruturas existentes. Embora localizado na área central, ou talvez por isso mesmo, é um dos espaços públicos mais utilizados da cidade, seja pela população lindeira, ou mesmo oriunda de outras áreas da cidade, considerando a diferenciação das possibilidades de usos que o local proporciona.

Parque Esportivo Trianon

Está localizado em bairro residencial, Núcleo Pérola do Oeste (Bairro Trianon). O referido parque é caracterizado como parque esportivo, tendo em vista que seu mobiliário é todo voltado para a prática de esportes, notadamente futebol e voleibol (Figura 2). O referido espaço foi destinado ao público já na década de 1960. É composto por quatro quadras poli-esportivas e uma com piso em areia, um ginásio de esportes, além de pequena área destinada a um parque infantil (Foto 19).



As quadras estão em processo de degradação, o que impossibilita o uso pela população lindeira. Apesar de parte da área sombreada, o local não dispõe de bancos e outras melhorias que poderiam atrair as pessoas para usufruírem desse amplo espaço público na cidade. O local é pouco freqüentado, em função das condições ruins e da falta de manutenção dos equipamentos disponíveis.

Parque Luiz Ciscato (Jordão)

Parque localizado no final do perímetro urbano da cidade no sentido Sul, mais precisamente na Vila Jordão, distanciando-se aproximadamente 5 km do centro da cidade (Figura 2). É considerado um local de fuga da conturbada vida urbana. Seu acesso fica restrito à parte da população, notadamente aqueles que dispõem do automóvel, por causa de sua localização, aspecto que confirma uma tendência do espaço público na cidade contemporânea, observado por Serpa (2007), de que, ainda que seja público, teoricamente comum a todos: poucos se beneficiam. As opções de lazer do local são as mais variadas possíveis. Além de áreas de *camping* com churrasqueiras, possui quadra com piso em areia, piscinas naturais (Foto 20).



Nos arredores do parque, encontram-se cachoeiras, pista de hipismo e *motocross*. Os caminhos dentro da área do parque são de pavimentação asfáltica e com calçamento de paralelepípedos. Tem vários quiosques e pequenas lanchonetes que funcionam na época de temporada (verão) ou então nos fins de semana. Dispõe ainda de sinalização e lixeiras. Possui também campos de futebol e quadras de areia para práticas esportivas. O que chama atenção no parque são as duas pontes paralelas sobre o Rio Jordão - rodoviária e ferroviária - que o cortam. Fazem parte da infra-estrutura desse espaço uma pequena gruta e/ou capela de São João Maria, reiterando aqui a estreita relação entre espaço público e espiritualidade na cidade, além de uma guarita do corpo de bombeiros e sanitários. É utilizado, geralmente, nos finais de semana para banhos, churrascos e demais atividades esportivas e de contemplação. É importante destacar em relação aos usuários do parque, que além daqueles que dispõem do automóvel para se deslocar até o mesmo, ou aqueles que o fazem por meio do transporte coletivo, estão os moradores da Vila Jordão, criada pelo poder público municipal na década de 1990.

Parque Municipal das Araucárias

Destacando-se como uma importante reserva e/ou um remanescente da vegetação regional de florestas com Araucárias, o local foi declarado como reserva ecológica em 1981 (Figura 2). Exatamente uma década depois, passou a ser uma área de preservação ambiental, enquadrando-se na categoria manejo e unidade de conservação permanente pela Lei nº. 198/91. Localizado hoje dentro do perímetro urbano de Guarapuava, o local oferece as mais variadas atividades com relação à sua utilização pela população local e também como um dos principais pontos turísticos da cidade, além de atividades de cunho científico, recreativo, cultural e educacional, vinculados à preservação ambiental.

É uma importante área de mata nativa. Segundo a Secretaria de Meio Ambiente o parque preserva mais de três mil árvores da *Araucaria angustifolia*, o “Pinheiro do Paraná”. Abriga também um Museu Entomológico e um Museu de História Natural, viveiro de mudas e plantas medicinais, além da proposta recente do poder público municipal em construir no local um Jardim Botânico (Foto 21).



Foto 21
Visão aérea parcial do
Parque Municipal das
Araucárias

Fonte: Arquivo da Prefeitura
Municipal de Guarapuava
(2003)



Além dos cinco parques aqui relatados, existem legalmente três outros espaços, conforme representamos na figura 2 que são: Parque Lagoa Dourada, Parque do Boqueirão e o Parque Toca da Onça (Parques n. 6, n. 7 e n. 8 respectivamente). Esclarecermos que o Parque Lagoa Dourada, localizado no Bairro Boqueirão, parte Sul da cidade, é uma área de campo natural e contém um lago, mas não dispõe de nenhuma melhoria, embora seja utilizada pela população do entorno, visto a carência de áreas de uso público nessa parcela do espaço urbano. Segundo o Departamento de Praças e Parques, existe uma proposta de que o mesmo seja dotado de mobiliário para uso da população lindeira, embora o local já assuma, em parte, essa função, visto a carência de espaços públicos nessa área da cidade. No caso dos dois últimos, foram áreas desapropriadas e destinadas a reservas de preservação ambiental no interior do perímetro urbano. No caso do último, além dessa função precípua, sua criação teve como objetivo a contenção de um processo de favelamento (favela Toca da Onça) em local de área de nascente.

Calçada da Rua XV de Novembro

Calçada da XV

Esta é a mais central e antiga Rua de Guarapuava (Figura 2). É uma referência histórica para se entender a estruturação da cidade de Guarapuava, desde os primórdios do seu pequeno núcleo urbano, quando era conhecida como a “Rua Larga”, “Rua Direita”, passando depois para “Rua Benjamin Constant”, até chegar a sua denominação atual Rua XV de Novembro, conhecida popularmente como o “Calçada da XV”.

Este espaço, notadamente público, foi, e ainda é, o ponto de encontro da população local para fins religiosos, comerciais, culturais e cívicos, por exemplo, como observamos a seguir na Guarapuava do final da década de 1920 (Foto 22). É, na Rua XV de Novembro, que ainda ocorre, todos os anos os “desfiles/paradas” em comemoração ao Dia da Pátria. Um momento em que o centro da cidade adquire um movimento próprio, uma centralidade simbólica, em torno de um “ritual” coletivo que ocorre longe dos locais de residência, fazendo com que os cidadãos tenham que se deslocar para a área mais central para, assim, transformarem-se em “cidadãos brasileiros”.

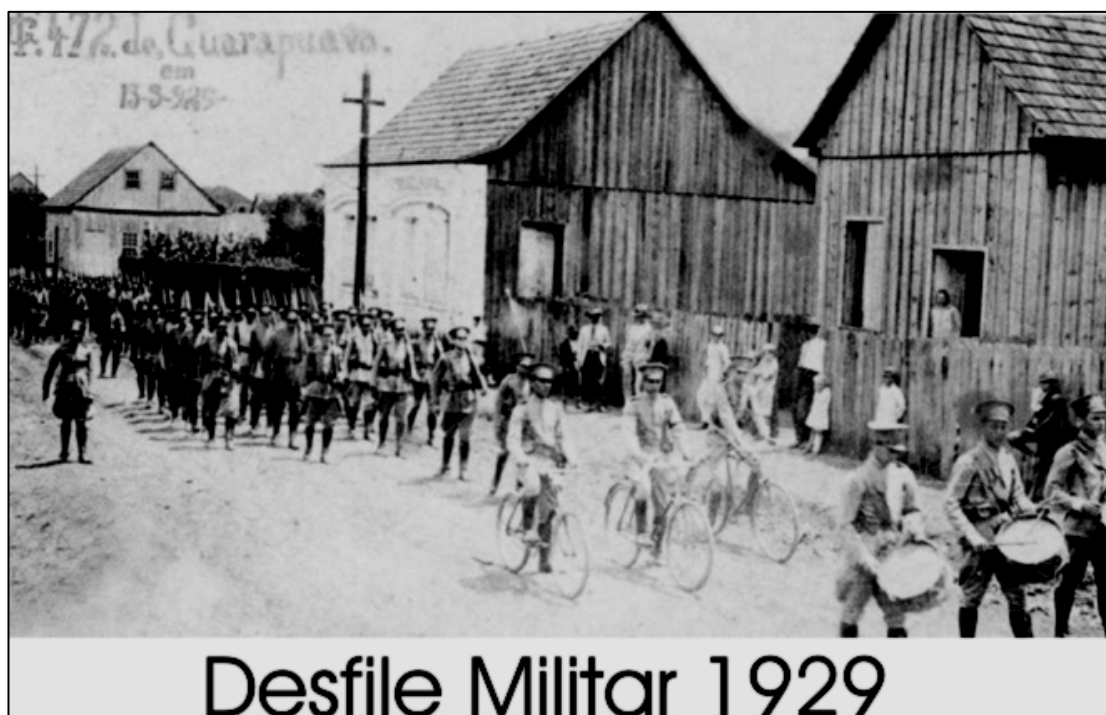


Foto 22 - ANTIGA RUA BENJAMIN CONSTANT: DESFILE CÍVICO (1929)

Fonte: Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal

O dinamismo das atividades socioespaciais na área mais central da cidade propiciou a esse espaço público uma série de redefinições no que diz respeito aos modos de usos e apropriação ao longo do tempo. Como Guarapuava é caracterizada como uma cidade que ainda possui uma estruturação do tipo monocêntrica, o calçadão é o principal local de movimento, sobretudo no horário comercial. Também é local de espera, por curtos intervalos de tempo, da parte de pessoas que aguardam horários de compromissos e atividades realizadas nos locais de serviços que estão concentrados ao longo dessa via. Trata-se, assim, de um espaço público onde as relações impessoais acontecem, por isso mesmo, um espaço caracterizado pela diversidade e pelas diferenças que lhe são inerentes do ponto de vista dos vários usos e funções que o espaço público assume na cidade. Enfim, o estatuto de um espaço que se define por sua multifuncionalidade (Foto 23).

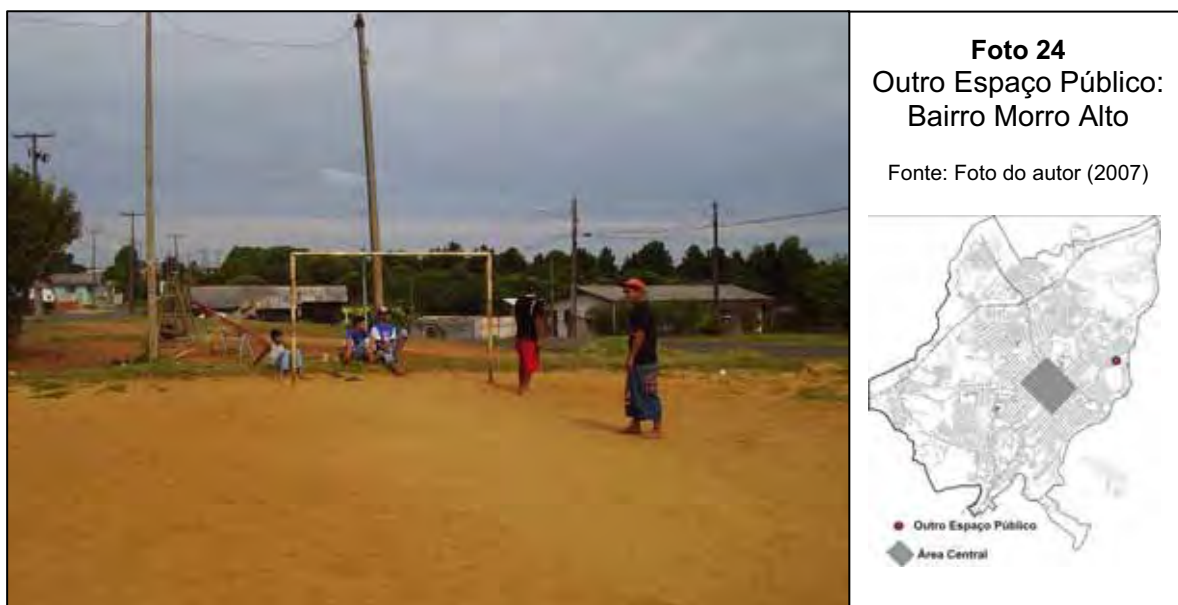


Em função de sua localização central, “a espinha dorsal da cidade”, é um espaço público freqüentemente utilizado pelos diversos atores e grupos sociais que fazem uso desse espaço em horários diferenciados como: transeuntes, vendedores ambulantes, artesãos, ilusionistas, engraxates, fotógrafos, grupos de jovens, catadores de lixo, pedintes, sorveteiros; além disso, há os cafés, os bares, as tradicionais feiras de artesanatos e guloseimas, reforçando as diversas formas de uso definidas pelos modos de ser e estar na cidade, que caracterizam a metamorfose do espaço público na cidade contemporânea.

Outros Espaços Públicos

Como já chamamos atenção anteriormente, nos esclarecimentos em nota de rodapé na apresentação geral dos espaços públicos de Guarapuava, representados na figura 2, a cidade apresenta uma série de locais, dispersos pela malha urbana, que embora não sejam espaços públicos do ponto de vista legal, ou seja, criados por lei ou decreto como praças públicas, assumem essa função, notadamente nas áreas periféricas da cidade. Nesse sentido, esses locais públicos têm um peso considerável em nosso trabalho, pelo fato de estarem dispostos fora da área central da cidade, justamente nos locais onde a população não dispõe de um espaço público como a praça pública, por exemplo, de um local para o encontro, para o lazer, enfim, para realização de práticas socioespaciais necessárias para o processo de humanização da cidade.

Entretanto, de alguma forma, as práticas cotidianas fazem-se de acordo com as condições em que a cidade vai se estruturando ao longo do tempo. É nesse contexto, que esses locais públicos assumem uma função importante nas áreas periféricas da cidade. Dos brinquedos infantis a uma quadra de esportes, mesmo que seja de areia ou simplesmente um campinho de terra, é nesses locais que parte da vida dos “cidadãos” que habitam a cidade possui momentos de lazer, de encontro, como, por exemplo, no espaço público localizado na Avenida Antônio Farah, Bairro Morro Alto (Foto 24). Além, dos equipamentos infantis, o local dispõe também de uma quadra de areia, geralmente utilizada pela população do entorno, principalmente nos finais de semana, para práticas esportivas.



Essa apresentação geral dos espaços públicos guarapuavanos vem no sentido de ratificar nossa proposição de analisá-los em sua dinâmica geral, servindo como meio para entendimento da própria cidade, evitando assim a transposição de escalas, ou então a atenção em demasia a esse ou aquele elemento de forma específica, o que poderia levar, de forma inadequada, para uma visão fragmentada, e não do conjunto do espaço urbano.

Nesse sentido, é que incorporamos na análise do espaço público de Guarapuava, seu processo de estruturação ao longo do tempo como um conjunto de fatores e dinâmicas que se mostram como fundamentais para compreensão desse tipo de espaço urbano, um processo que traz consigo as características que lhes são peculiares. Chamamos atenção, nesse caso, para uma realidade não metropolitana e sim para o contexto de uma cidade média e de suas especificidades, mas que, de certa forma, também apresenta problemas vivenciados na complexidade das grandes cidades brasileiras.

1.6. PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS E CONCEITUAIS

O passado e as possibilidades que se ensejam para o futuro são perspectivas importantes para que analisemos e possamos compreender a cidade atual. O presente nos aponta para um contexto de crise, bem como de mudanças paradigmáticas, que nos colocam diante do desafio de trabalharmos e construirmos novos conceitos, de lançar-nos mesmo às pós-vanguardas teóricas para entender o momento tão complexo que caracteriza a atual estruturação da cidade, enquanto uma realidade em movimento. Tais pressupostos, evidenciam-se com eminência nas reflexões recentes e na busca incessante da Geografia Urbana em rediscutir e requalificar a noção de espaço urbano e suas múltiplas dimensões.

No sentido de tornar mais claros os caminhos por nós trilhados e com o intuito de embasar teoricamente nosso trabalho de tese, consideramos fundamental a realização de uma discussão prévia sobre alguns dos conceitos e categorias analíticas utilizados para análise dos espaços intraurbanos. O ponto de referência é a importância na análise do processo de estruturação da cidade, fundamental para o entendimento do espaço público na cidade, considerando as diferentes escalas espaciais e temporais.

Temos, antes de mais nada, que tecer algumas considerações sobre as diferentes abordagens dos estudos das cidades a partir do entendimento da sua estruturação interna, ou seja, no âmbito do intraurbano. Em nosso modo de ver, toda escala analítica deve expressar, por sua vez, os conceitos e categorias analíticas do espaço a ser estudado. Optamos pela análise do espaço público na cidade a partir de um esquema teórico-conceitual que contempla as articulações entre, estruturação da cidade, práticas socioespaciais, apropriação socioespacial e, por fim, constituição do lugar.

A princípio, optamos pelo estudo da estruturação da cidade por consideramos que é na escala intraurbana que as formas de apropriação socioespacial se apresentam de forma mais contundente por meio das práticas socioespaciais cotidianas, ou seja, trata-se de analisar as diferentes formas de uso do espaço urbano, pela sociedade, enquanto um espaço complexo, de contradições e de conflitos.

A estruturação da cidade analisada, enquanto um processo, revela-se na distribuição desigual e hierarquizada dos diferentes segmentos sociais e das

atividades produtivas no espaço urbano, que contribuem para uma diferenciação socioespacial e uma produção desigual e combinada em diferentes escalas, seja em nível espacial, seja nas relações socioespaciais permeadas pelas relações de poder e dominação.

Para Cavalcanti (2001) o espaço intraurbano pode ser estudado a partir da sistematização de alguns elementos⁹ que integram a “dinâmica interna da cidade”.

Já, segundo a perspectiva de Carlos (2004b, p. 15), de forma mais aprofundada, a análise espacial da cidade, no que se refere ao seu processo de produção, revela-se por meio da indissociabilidade entre o espaço e a sociedade, mediada pelas práticas socioespaciais, considerando a articulação de três níveis principais, a saber:

- O econômico - a Sociedade produzida enquanto condição de realização do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realiza através da produção do espaço;
- O político - a cidade produzida enquanto espaço de dominação do Estado, na medida em que este domina a Sociedade através da produção do espaço normatizado; e,
- O social - a cidade produzida enquanto prática socioespacial, como elemento central da reprodução da vida humana.

Considerando tais pressupostos, queremos enfatizar que nossa abordagem está ancorada neste último nível de análise proposto por Carlos (2004b), aquele da realização da vida humana, na cidade, norteadas pelas práticas socioespaciais, logicamente, resguardando suas articulações com os aspectos da dominação política atrelado ao processo de acumulação capitalista no espaço urbano.

Entendemos, nessa perspectiva, que a estruturação da cidade apresenta-se enquanto um processo resultante de ações históricas, econômicas, políticas e sociais que não ocorrem de forma aleatória, mas num jogo de interação, de conflito e da contradição, assim como a própria história da cidade é também a história da diferenciação socioespacial. Estamos diante do fato de que há profundas transformações e que elas são também espaciais. Por conseguinte, a estruturação

⁹ Para esta autora, a dinâmica interna das cidades pode ser analisada por meio da sistematização dos seguintes elementos: **a produção** que refere-se à produção da vida cotidiana das pessoas que vivem na cidade e nela atuam, suas atividades e o arranjo espacial dessas atividades (de lazer, de educação, de trabalho); **circulação** que pode ser de pessoas e de objetos (mercadorias). A vida na produção da cidade ocorre em função da circulação e a participação, seja individual ou coletiva; **moradia** necessidade básica que, nas cidades, ganha contornos muito complexos e orienta de forma destacada seu arranjo espacial (CAVALCANTI, 2001, p. 13).

pode ser vista dialeticamente como um elemento substantivo das relações gerais de produção, simultaneamente sociais e espaciais, orientadoras do próprio processo de estruturação e reestruturação da cidade.

Os estudos urbanos apontam-nos algumas tendências ou posturas principais relacionadas à pesquisa urbana que são igualmente importantes do ponto de vista da evolução teórico-conceitual, desenhada a partir da adoção ainda da idéia de estrutura urbana, já com a Geografia tradicional de cunho positivista.

No capítulo seis de seu livro, Clark (1991) apresenta-nos uma boa síntese sobre as diversas abordagens utilizadas pela Geografia Urbana no sentido de entender a estrutura intraurbana enquanto um recorte temporal e espacial. Considerando a análise e a síntese de Clark (1991, p. 181 *et seq*), podemos evidenciar as seguintes abordagens:

- Uma que se caracteriza por ênfase essencialmente ecológica e que leva em consideração os padrões urbanos em termos de uma luta por localizações e espaço na cidade. “Ela coloca uma ênfase particular na competição pelo território entre os grupos sociais e as maneiras pelas quais isso conduz a emergência de áreas “naturais” em cada centro”. Essa abordagem refere-se à Escola de Chicago¹⁰ (Ecologia Urbana), a partir da qual a visão da estrutura urbana pressupõe a distribuição fixa dos elementos que a constituem, ou seja, uma preocupação em demasia com a localização das formas urbanas e sua descrição criteriosa, enfatizando padrões de concentração e modelos para explicar a forma urbana em detrimento das práticas socioespaciais que produzem essas formas.
- Já no caso da abordagem do “livre comércio”, originou-se da economia clássica e procura explicar os padrões de uso do solo urbano em termos do resultado de uma concorrência pela terra.
- No que diz respeito à análise da “área social” e da “ecologia fatorial”, são, antes de mais nada, uma extensão da abordagem ecológica básica, que interpreta as estruturas intra-urbanas em termos de teorias gerais de mudança social e econômica.
- A abordagem “conflito/administração” tem suas raízes na ciência política e na análise do poder e do conflito na cidade. Enfatiza a estrutura institucional de uso e desenvolvimento do solo com referência ao papel dos administradores urbanos e a natureza das forças impostas aos indivíduos dentro das cidades.

Para uma análise de forma mais aprofundada sobre os autores e as concepções atreladas à Escola de Chicago e as demais alternativas analíticas consultar: Clark (2001), Vasconcelos (1999), Gottdiener (1993), Castells (1983) George (1983) e Johnson (1974).

- E por fim, a abordagem explicitamente de cunho “marxista” explica a existência das divisões sociais e espaciais na cidade em termos da organização política da sociedade.

Essa ênfase aos modelos e elementos que evidenciam os padrões do uso do solo urbano por meio da localização e generalização é perceptível quando verificamos as três de formas de organização interna das cidades apresentadas por Harris e Ullman (2004): a) zonas concêntricas, b) setores, e, c) núcleos múltiplos.

<p>Teoria das zonas concêntricas</p>	<p>O padrão de crescimento das cidades pode ser melhor compreendido em termos das cinco zonas concêntricas formada por Burgess (1923) a partir do núcleo central:</p> <p>1) <u>distrito central de negócios (centro)</u>. É o centro da vida comercial, social, cívica e do transporte (coração da cidade); 2) <u>zona periférica do centro</u>. Em torno do distrito central existe uma zona residencial em deterioração. Comércio e indústrias leves penetram essas áreas caracterizadas por pensões; 3) <u>zonas de moradia de trabalhadores independentes</u>. Habitada por trabalhadores que escaparam à zona periférica do centro, mas que desejam morar em locais que facilitem acesso os locais de trabalho; 4) <u>zona de moradias melhores</u>. Constitui-se de residências exclusivas “distritos reservados” e de edifícios luxuosos; 5) <u>zona de migrações pendulares</u>. Situada geralmente fora dos limites da cidade é uma zona de desenvolvimento de residências luxuosas distribuídas ao longo das linhas de transporte rápido.</p>
<p>Teoria dos setores</p>	<p>O crescimento da cidade ocorre ao longo das principais rotas de transporte ou ao longo de linhas de menor resistência à formação de uma estrela, segundo Hoyt (1939).</p> <p>A cidade inteira é considerada como uma seqüência de círculos concêntricos subseqüentes, como previsto no modelo anterior, e várias áreas são vistas como setores que se irradiam a partir do centro principal, sobrepondo-se a esses círculos. Tipos semelhantes de uso da terra se originam perto do centro do círculo e migram para parte externa, na direção da periferia. Acrescenta-se aqui o uso industrial que não se encaixava na primeira abordagem teórica.</p>
<p>Teoria dos núcleos múltiplos</p>	<p>Modelo embasado na teoria do crescimento das cidades a partir dos núcleos múltiplos formulada por Harris e Ullman (1945).</p> <p>Considerada mais complexa que as anteriores pelo fato de evidenciar a existência de núcleos secundários distribuídos na cidade refletindo uma contribuição dos seguintes fatores:</p> <p>1) determinadas atividades demandam recursos especializados (comércio ↔ acessibilidade); 2) atividades afins agrupam-se porque se beneficiam dessa coesão (cidades como pontos de concentração de atividades especializadas); 3) atividades diferentes entre si são prejudiciais umas as outras (fábricas e o desenvolvimento de residências de luxo); 4) determinadas atividades não conseguem fazer face aos altos preços dos locais desejáveis.</p>

Fonte: Harris e Ullman (2004, p. 156 a 160).
Org.: Autor (2007).

A partir dessas abordagens, observamos que a cidade é interpretada como um organismo, concebida como uma entidade físico-territorial empiricamente constituída e delimitada espacialmente segundo critérios geográficos de localização e repetição e disposição das áreas geográficas, segundo uma série de padrões demográficos, numéricos e político-administrativos, fatos estes, preponderantes para a contraposição a essas idéias por parte da Escola Clássica Francesa (SANT`ANNA, 2003). Ou como enfatiza Whitacker (2003, p. 122), “a Geografia Francesa se propunha desvendar o porquê de uma dada localização ou uso do solo, procurando a explicação da relação forma-função na gênese resultante do seu arranjo”.

Considerando a perspectiva dos teóricos dessa última, fazia-se necessário buscar a origem dos processos sociais, enfatizando a importância e valorização da sua evolução, mesmo, mantendo-se restritos à idéia de estrutura urbana (ao estudo do que está fixo), ou seja, na dimensão material do espaço urbano, desconsiderando ainda os grupos sociais que atuam no nível intraurbano dando movimento ao processo.

Segundo Silva (2003), esta forma de estudar o espaço a partir de critérios de localização dos usos de solos, sobretudo econômicos, fundamentada nos princípios filosóficos do Positivismo, não considerava os conflitos entre os diferentes grupos sociais e reconhecia a segmentação e a segregação socioespacial como algo “natural”, não buscando uma interpretação das razões que levam à ocorrência de tais processos.

Gottdiener (1993), ao enfatizar as tendências de análises dos eventos e padrões urbanos contemporâneos, identifica a Ecologia, a Geografia e Economia Urbana e as considera em sua análise como uma visão convencional¹¹ e predominante nos Estados Unidos; reconhece, ainda, o estruturalismo marxista, a economia política urbana, o neo-weberianismo, e por fim, a perspectiva da produção do espaço urbano.

Esta síntese da perspectiva histórica, relativa à evolução da pesquisa urbana é importante, embora, discordemos aqui da idéia generalista de “superação” e, muitas vezes, desvalorização do conhecimento que precede as tendências atuais. Os enfoques anteriores são fundamentais do ponto de vista do processo evolutivo da produção do conhecimento científico.

¹¹ Este autor denomina tais abordagens como *mainstream* ou convencionais porque se tratam de modos institucionalizados de investigação e valem-se de um paradigma que considera ultrapassado.

Como ressalta Lefebvre (1967):

[...] O que se supera não se torna por isso nada... Aufheben tem na língua dois sentidos. Essa palavra significa aguardar, conservar e, ao mesmo tempo, fazer cessar, pôr fim a... O termo superado é ao mesmo tempo alguma coisa conservada e que somente perdeu sua existência imediata, mas que nem por isso está destruída (LEFEBVRE, 1967, apud DUARTE, 2005, p. 42).

Ao considerar as novas abordagens nos estudos da cidade, a partir de sua estruturação, queremos destacar uma nova perspectiva sob influência, sobretudo, dos geógrafos franceses que possibilitaram a passagem de uma análise limitada da cidade segundo localizações de construções e escolhas locacionais relativas a diferentes usos de solo, para uma abordagem da sua estruturação e continuidade de um processo, que é, sobretudo, resultante dos mais variados interesses socioeconômicos. É a partir dessa noção, de outro modo de entendimento, que surge uma nova concepção analítica da produção do espaço urbano através da noção da estruturação ou reestruturação urbana e da cidade. Suplantando, segundo Sposito (2004a), a primazia que era dada à análise das localizações, no âmbito da Geografia, e que foi, durante muito tempo, a razão pela qual a concepção de estrutura urbana ficou associada à dimensão material da organização da cidade.

De acordo com Limonad (1999), “estruturação urbana” e a “urbanização” tornaram-se um enigma a ser desvendado e um desafio para o “paradigma” crítico de “filiação marxista”; tratava-se de encontrar uma resposta política apropriada a uma urbanização crescente da economia e da vida social e política em todos os aspectos e escalas.

[...] A cidade foi descoberta, inicialmente, como *locus*, espaço, de reprodução da força de trabalho, da troca e do consumo. O planejamento urbano foi criticamente examinado como instrumento de coerção e normalização do espaço pelo Estado. A atenção dos analistas transferiu-se dos locais de trabalho (fábricas) para os conflitos nos locais de reprodução e sobrevivência da força de trabalho (meio urbano, habitação e equipamentos coletivos e serviços de infra-estrutura) que se consolidaram em diversos estudos sobre os movimentos sociais urbanos reificados como a nova forma de luta política por diversos estudiosos. Isto contribuiu para ampliar o campo da análise urbana em diversos segmentos preocupados principalmente com a reprodução da força de trabalho e o consumo coletivo (LIMONAD, 1999, p. 74 e 75).

Dentre as principais contribuições para os estudos urbanos no Brasil ressaltamos as contribuições da geografia francesa, principalmente no que diz

respeito à proposta teórica de Castells e suas idéias de cunho estruturalista, ou então na filosofia de Lefebvre, embora nenhum deles seja geógrafo. Referências fundamentais para a renovação da reflexão sobre a cidade, principalmente no que diz respeito à análise dos agentes produtores do espaço urbano, por meio de uma produção de inspiração marxista, compondo uma “corrente crítica” (Vasconcelos, 1996) nos estudos de Geografia Urbana. Fundamentada nessa perspectiva, a cidade passa a ser pensada por meio de um processo decorrente das relações de produção, consumo, troca e poder (SANT’ANNA, 2003).

Na concepção de Castells (1983, p. 160 e 161), a análise do espaço enquanto expressão da estrutura social é concebida a partir combinação de elementos e das práticas sociais decorrentes desses sistemas, quais sejam: a) econômico: está desmembrado em instâncias atreladas aos aspectos da produção, ou seja, localização industrial; do consumo, caracterizado pela habitação, segregação e meio ambiente; pela troca, subentendida pelo transporte; e, por fim, pela gestão; b) político: organiza-se no espaço por meio de duas relações básicas que o definem: dominação-regulação e integração-repressão; e c) ideológico: que demarca o espaço, por meio de uma rede de signos, cujos significantes se constituem das formas espaciais, seus significados e conteúdos ideológicos.

Para este autor, a noção de espaço urbano está associada à idéia de produto da sociedade, historicamente definido, trabalhado e praticado. O que lhe distingue da abordagem lefebvriana, segundo a qual o espaço é tratado como condição e produto do processo de produção e também da reprodução da sociedade e não somente enquanto um produto da mesma, mas considerando o espaço a partir do seu uso, identificando seus aspectos contraditórios.

Na perspectiva lefebvriana,

o espaço não é apenas parte das forças e meios de produção, constitui também produto dessas relações. Essa propriedade torna o *design* espacial diferente de qualquer outro valor social ou mercadoria, um conceito ignorado pela economia política. Lefebvre observa que, além um espaço do consumo ou, quanto a isso, um espaço como área de impacto para o consumo coletivo, há também o consumo do espaço, ou o próprio espaço como objeto de consumo (GOTTDIENER, 1993, p. 127).

Como lembra Corrêa (2001), os estudos focalizando o espaço urbano enquanto “campo de lutas” são relativamente recentes no âmbito da Geografia. Esta

vertente crítica está fundamentada no materialismo histórico e dialético e vem ampliando a análise sobre a cidade e o urbano.

É partindo dessa concepção, que advém nossa opção pelo estudo intraurbano, proveniente da idéia de inter-relação entre os elementos que produzem o espaço urbano (VILLAÇA, 2001), ou seja, o espaço intraurbano evoca um conjunto de elementos que são determinantes para a compreensão da estruturação interna da cidade e, também, do urbano enquanto modo de vida (LEFEBVRE, 2001).

Compartilhando, ainda nessa perspectiva, com a idéia de Harvey (1998, p. 69), de que “a aparência de uma cidade e o modo como seus espaços se organizam formam uma base material a partir da qual é possível pensar, avaliar e realizar uma gama de possíveis sensações e práticas sociais” que são, fundamentais para a análise da apropriação socioespacial da cidade e da sua dinâmica.

Nessa linha de raciocínio, alerta Sposito (1996 e 2004a), que o conceito de estrutura urbana foi, no geral, utilizado para se fazer referência ao “arranjo dos diferentes usos do solo no interior das cidades, ou seja, o mosaico - resultado do processo de alocação/relocação das atividades econômicas e das funções residencial, de lazer e de circulação nas cidades”, (SPOSITO, 1996, p. 111 e 2004a, p. 310). Confirma, assim, a ênfase de Villaça (2001, p. 13) de que a expressão “estrutura urbana” tem sido utilizada de forma simplificada, para fazer referência à materialidade da cidade e/ou a qualquer alteração do espaço urbano sem considerar os elementos espaciais da estrutura e as relações que há entre eles por meio das práticas socioespaciais, como os diferentes espaços e localizações da cidade dialogam entre si, por meio de uma concepção materialista e dialética.

Em síntese, queremos dizer que é na busca da compreensão da cidade a partir de sua estruturação interna e de forma mais específica, por meio de uma de suas dimensões que são os espaços públicos que propomos a construção de uma análise apoiada nas articulações entre “cidade”, “práticas socioespaciais” e “lugar”.

Considerando tais pressupostos, a abordagem do espaço público urbano remete-nos à perspectiva de analisar a produção do espaço urbano a partir da constituição dos lugares que nela se apresentam e se definem por uma multiplicidade de usos. Segundo esse enfoque, faz-se necessário compreender a cidade enquanto *locus* da apropriação socioespacial, dos usos e não-usos de seus espaços, procurando entender a relação do sujeito com o espaço, mas no tempo

(CARLOS, 2004a), subsidiando a compreensão do sentido de público, na cidade contemporânea.

A questão que apresentamos como principal ponto de reflexão, reside na tentativa de compreender as formas de utilização da cidade, pensando porque os lugares se diferenciam e produzem também as diferenças, passíveis de serem analisadas por meio das práticas socioespaciais que se revelam no dia-a-dia do cidadão. Em relação a essa questão, é importante ressaltar a afirmação de Sposito (2005, p. 90) de que se faz necessário estudar as diferentes relações entre os diferentes usos do espaço. “Não é suficiente localizar usos de solo num dado corte de tempo, mas sim, buscar a gênese das localizações e relações que estabelecem entre elas, por meio da estruturação da cidade”.

De acordo com Lefebvre (1979):

é preciso extinguir o sistema de relações de propriedade e formas institucionais de regular o espaço que produz a dominação dele tanto politicamente quanto economicamente, e precisamos substituir tais relações por relações sociais libertárias que favoreçam a capacidade de apropriar o espaço para usos sociais libertários. (...) a produção do espaço socialista não significa o fim da propriedade privada e a dominação política do espaço pelo Estado, que implica da passagem da dominação para a apropriação e o primado do uso sobre a troca... na medida em que podemos concebê-lo, dadas certas tendências, o espaço socialista será um espaço de diferenças. (LEFEBVRE, 1979 apud, GOTTDIENER, 1993, p. 132).

É, resguardando essa perspectiva, que intentamos compreender como o “cidadão” utiliza-se da cidade considerando as transformações históricas caracterizadas por Lefebvre (2001) pela supremacia do “valor de troca sobre o valor de uso”. Nesse contexto, torna-se necessário pensar formas de utilização da cidade que não sejam aquelas submetidas exclusivamente à esfera das trocas, mas sim da gratuidade, da impessoalidade e do sentimento de pertença.

Significa, nessa linha de raciocínio, considerar o que se passa fora da esfera específica da produção de mercadorias e do mundo do trabalho sem, todavia deixar de compará-lo para se estender ao plano do habitar, ao lazer, à vida privada, guardando o sentido do dinamismo das necessidades e dos desejos que marcam a reprodução da sociedade, bem como as mudanças no processo de apropriação (CARLOS, 2004b).

Tomando como base o processo de produção/reprodução da cidade com ênfase para três níveis principais de abordagem que se encontram articulados entre

si: centralidade, acessibilidade e estruturação da cidade é que buscamos apreender o sentido do espaço público em Guarapuava. É nos usos e não-usos, por meio das práticas sociais e apropriação socioespacial, que determinadas parcelas do espaço urbano tornam-se os lugares de ser e estar na cidade, constituindo-se nos espaços públicos por excelência por meio da alteridade, das disputas práticas e simbólicas, significativas para a retomada do sentido humanizador do espaço urbano.

É por meio dos espaços e dos caminhos da cidade e pelos percursos do cotidiano urbano que podemos tornar visível sua multiplicidade de usos, suas diferenças, sua pluralidade e suas particularidades. A apropriação do espaço urbano em suas múltiplas formas é determinada ao se alterarem as formas de utilização da cidade no decorrer do tempo e no espaço, segundo determinações e modos de gestão ocupação e utilização pelo cidadão. É nessa perspectiva que, os espaços públicos urbanos constituem-se em uma “dimensão do espaço urbano”, construída a partir das práticas, socioespaciais que atribuem sentidos específicos e estruturam os lugares na cidade.

O processo de estruturação da cidade deve ser considerado a partir da capacidade ativa do homem, visto que todas as relações sociais só podem existir num determinado espaço e num determinado tempo, o tempo da ação, da prática socioespacial. O espaço é, nesse contexto, a extensão do nosso corpo (LEFEBVRE, 2001 e 1991), na sua relação com a reprodução das relações sociais. No espaço e no tempo da ação, seja na vida privada, no trabalho, na circulação ou em espaços específicos. Todos esses momentos realizam-se por meio das práticas socioespaciais.

Para Carlos (2001a), essa perspectiva,

[...] levaria a arte de viver na cidade com estilo, como possibilidade de encontros, momentos de diversão, de criatividade, em que a apropriação dos lugares pelos indivíduos (por meio do corpo e seus sentidos) movidos pelo desejo, superaria a idéia reprodutora de uma relação dominada inteiramente pela necessidade satisfeita pela troca de mercadoria (CARLOS, 2001a, p. 215).

Nesse contexto, os atos e situações cotidianas do cidadão estão relacionados ao que adotamos em nossa tese como as “práticas socioespaciais” (CARLOS 2001a), ou seja, ações realizadas no dia-a-dia do cidadão e que assumem um papel fundamental enquanto condicionante para a “apropriação

socioespacial¹² do espaço urbano. Assim, as práticas são mediadoras da apropriação da cidade ou parte dela e, por conseguinte, dos seus lugares, incluso dos espaços públicos.

Segundo Carlos (2001a), é na análise das práticas socioespaciais cotidianas que o uso do espaço se expressa por meio de:

[...] relações de vizinhança, o ato de ir às compras, o caminhar, o encontro os jogos, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida/reconhecida em pequenos atos corriqueiros e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidades habitante - habitante e habitante - lugar, marcada pela presença. São, portanto, os lugares que o homem habita dentro da cidade e que dizem respeito a sua vida cotidiana, lugares como condição da vida, que vão ganhando o significado dado pelo uso (em suas possibilidades e limites) (CARLOS, 2001a, p. 35 e 36).

As práticas socioespaciais são importantes em nossa análise, a partir do momento que adquirem sentidos através dos usos efetuados, vivenciados e percebidos pelos diferentes sujeitos sociais, seja por meio das situações mais banais como o simples passar, ou, então, das práticas nas quais a interação do habitante com o lugar se mostra de forma mais contundente por meio da sua utilização e apropriação para necessidades diárias.

Essa última, nem por isso menos importante, considerando o contexto da dinâmica urbana, assume em nossa análise uma dúbia função. A princípio, a apropriação está atrelada a situações do dia-a-dia, do “uso” do espaço e do tempo. Pode estar representada no simples andar pela rua do bairro; no caminhar que leva ao trabalho, às compras ou à escola; pode ainda estar representada no uso da rua para brincadeiras infantis; na prosa com o vizinho que passa, ou simples no olhar pela janela. Já, num sentido mais amplo, a apropriação está associada com a constituição do lugar por meio de práticas que envolvem a apropriação do tempo, por meio do corpo, e dos desejos, com base no conceito lefebvriano. No entanto, essa constituição e apropriação dos lugares na cidade ocorre efetivamente por meio

¹² A noção de “apropriação socioespacial” aqui adotada está fundamentada na perceptiva de compreender como os diversos segmentos sociais fazem “uso” da cidade com olhar especial para seus espaços públicos, além da busca pela compreensão de porque esses lugares da cidade se diferenciam e produzem também as diferenças entre si. Segundo Seabra (1996, p. 71), fundamentada na perspectiva lefebvriana “o uso do espaço, do tempo, do corpo são essenciais, pelo fato de que abrigam dimensões da existência, os sentidos da vida: o prazer, o sonho, o desejo, o riso!...”. Ou enquanto dimensões básicas para o predomínio do sentido da obra, da cidade enquanto produto de transformação, ato ativo do homem, da apropriação do tempo, do espaço, do corpo e do desejo (LEFEBVRE, 2001 e 1991).

da “identidade” do sujeito com o espaço e no tempo, da relação “habitante - lugar”, por meio das diferentes formas de uso (CARLOS, 2001a).

Já, Casttels (1999a, p. 22), de forma mais abrangente, quando trata da identidade na era informacional, enfatiza que essas são fontes de significados e trazem em seu bojo as características da autoconstrução e individuação que envolve, ou seja, organizam uma série de significados que se traduzem na “identificação simbólica”. Na perspectiva desse autor, as identidades, individuais ou coletivas, as circunstâncias que levam a sua construção, estão em grande parte associadas ao seu conteúdo simbólico, os significados para os que dela compartilham ou dela se afastam.

Para Castells (1999a), essas identidades podem assumir uma das três formas e origens de construção, sendo:

- A *identidade legitimadora* - por meio da qual as instituições dominantes legitimam seu domínio em relação aos atores da sociedade;
- A *identidade de resistência* - criada pelos atores que são dominados ou desvalorizados, com o intuito de resistir e sobreviver ao processo de dominação;
- E, por fim, a *identidade de projeto* - em que os atores sociais utilizam algum elemento cultural para construir sua própria identidade, sendo capaz de redefinir sua posição na sociedade (CASTELLS, 1999a, p. 24).

Enfim, por meio dessas noções, podemos identificar a existência das identidades dos habitantes com os mais variados lugares da cidade, constituindo-se, também, em função de quais práticas socioespaciais os cidadãos se apropriam ou não, de determinadas parcelas do espaço urbano. Na prática, evidenciamos que essa noção está geralmente atrelada aos locais de vivência, principalmente aqueles que envolvem o morar e o trabalhar, por meio dos quais se desenvolvem e se geografizam o cotidiano do cidadão. No entanto, queremos enfatizar que é em meio ao cumprimento das obrigações diárias, nos trajetos que elas demandam, que podem ocorrer momentos de utilização de determinados espaços públicos da cidade, sem mencionar aqueles que trabalham diretamente nesses locais, notadamente os que trabalham informalmente.

Para Carlos (2004a), é na análise dessa vida cotidiana que as práticas socioespaciais se desenrolam esclarecendo o vivido na medida em que a sociedade produz o espaço, apropriando-se do mesmo para fins diversos da própria vida

urbana. Nessa mesma linha, para Corrêa (1997, p. 279), o resultado das práticas socioespaciais também está associado ao que ele denomina de “interações espaciais” que se traduzem num amplo e complexo conjunto de deslocamentos e circulação de pessoas, mercadorias, capital e informações sobre o espaço geográfico. Desde ações mais simples e banais como um passeio pela cidade, até outras mais complexas como a circulação de mercadorias entre empresas ou pelo deslocamento de consumidores é que se configuram as correntes de interações socioespaciais em que, de uma forma ou outra, todos nós estamos envolvidos.

Não casualmente, é a partir da utilização dos espaços públicos que se mantêm aspectos marcantes da vida, ou parte dela, nos trajetos e lugares da cidade. São essas parcelas do espaço urbano que carregam os sentidos, não somente da história da cidade, mas da expressão da diversidade de comportamentos, estilos e modos de vida que circulam em fronteiras flexíveis próprias da dinamicidade socioespacial que lhes são inerentes. Nessa perspectiva, quando, então, supomos que o espaço público pode ser considerado enquanto uma categoria de análise no processo de estruturação da cidade, pelo fato de que estes lugares não designam simplesmente espaços geográficos dispersos ou coisas físicas, quantificáveis e materializados no espaço urbano, mas acima de tudo, lugares de interação socioespacial, ou ainda, segundo Sobarzo (2007, p. 159), “um possibilitador das relações sociais”.

Queremos abrir um parêntese nesse item, para exemplificar, por meio de uma situação hipotética, a relação teórico-empírica aqui proposta: eu, enquanto cidadão comum, escolho fazer determinado trajeto na cidade (uma prática socioespacial) e me utilizo de determinado espaço como o banco de uma praça. Ao me sentar, eu redefini o conteúdo desse espaço público. Eu sentei nesse banco, passou uma pessoa conhecida e ela resolveu interagir comigo, propiciando outras práticas que são determinantes no processo de apropriação socioespacial desse espaço público, assim como são relevantes, da mesma forma, para a constituição de uma noção de lugar nesse espaço público. Este último, por sua vez, é um elemento de redefinição da estruturação da cidade, mais, à medida que o lugar se constitui na interação socioespacial, eu estabeleço identidade, eu construo noções de pertencimento àquele lugar, proporciono laços identitários, que se traduzem por meio da relação com o outro num lugar determinado, trata-se de algo que se produz concretamente. Com isso, eu redefino as formas pelas quais me aproprio desse

espaço e redefino as práticas socioespaciais, redefinindo também a estruturação da cidade, além do próprio espaço público.

Como enfatiza Carlos (2004a, p. 50) o “lugar” pode ser entendido como a base da reprodução da vida e o espaço da constituição da identidade criada na relação entre os usos, pois é, por meio do uso, que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de interações que sustentam a vida na cidade, dando-lhe sentido.

A noção de lugar que buscamos na análise dos espaços públicos guarapuavanos está relacionada com as práticas que neles se desenvolvem por meio dos usos dos mesmos, desde as atividades mais simples como o passar, até aqueles rituais que caracterizam o espaço público enquanto *locus* de identidade, que se realiza no plano do local, por intermédio do uso do reconhecimento do lugar e no lugar pelo habitante, ou seja, a constituição do lugar enquanto uma categoria analítica é o ponto por meio do qual podemos pensar a estruturação da cidade.

É nessa perspectiva que enfatizamos que a cidade é complexa marcada pela unidade e pela diversidade, ou seja, a cidade é plena de lugares. Ela não é uma instituição, nem tão pouco homogênea, mas sim, um conjunto de fragmentos, articulados entre si, denotados pelas práticas socioespaciais. Muitas vezes, procura-se reconhecer na cidade uma “ordem”, mas ela é, na verdade, um conjunto de ordens e interesses, alguns combinados e outros contraditórios entre si, talvez, por isso mesmo essa “ordem” não exista.

Nesse sentido, enfatizamos a necessidade de pensar a cidade na perspectiva dos lugares produzidos pelas pessoas, ou seja, é fundamental compreendermos e/ou, incluirmos na análise, as diversas formas de usos do espaço urbano que não estão escritas do ponto de vista legal e nem visíveis, mas se apresentam de forma contundente na estruturação da cidade por meio da relação habitante - lugar, enquanto uma realidade em movimento.

Apresentamos a seguir, de forma sintética, por meio de um mapa teórico-conceitual, a fundamentação da nossa abordagem dos espaços públicos vinculados ao processo de estruturação da cidade por meio das práticas cotidianas da sociedade que lhe dão forma e conteúdo (Figura 3).

Embora tenhamos muito claro que a análise do processo de produção do espaço público atual não se resume a uma simples situação esquemática,

amalgama de conceitos, categorias ou noções, o que intentamos aqui foi uma forma de sistematização que nos ajude a ir além da simples caracterização dos espaços públicos, ou seja, na possibilidade de transpor a descrição e a identificação de um estudo socioespacial.

Chamamos a atenção do leitor para o fato de que, em nosso mapa teórico-conceitual, o “espaço privado” aparece em segundo plano, o que não significa que sua importância seja secundária, mas em função de que ele não é diretamente o nosso objeto de análise, embora tenha uma relação direta com o espaço público, visto que a noção deste último se apresenta com mais clareza quando o espaço privado lhe define as fronteiras no processo de estruturação da cidade.

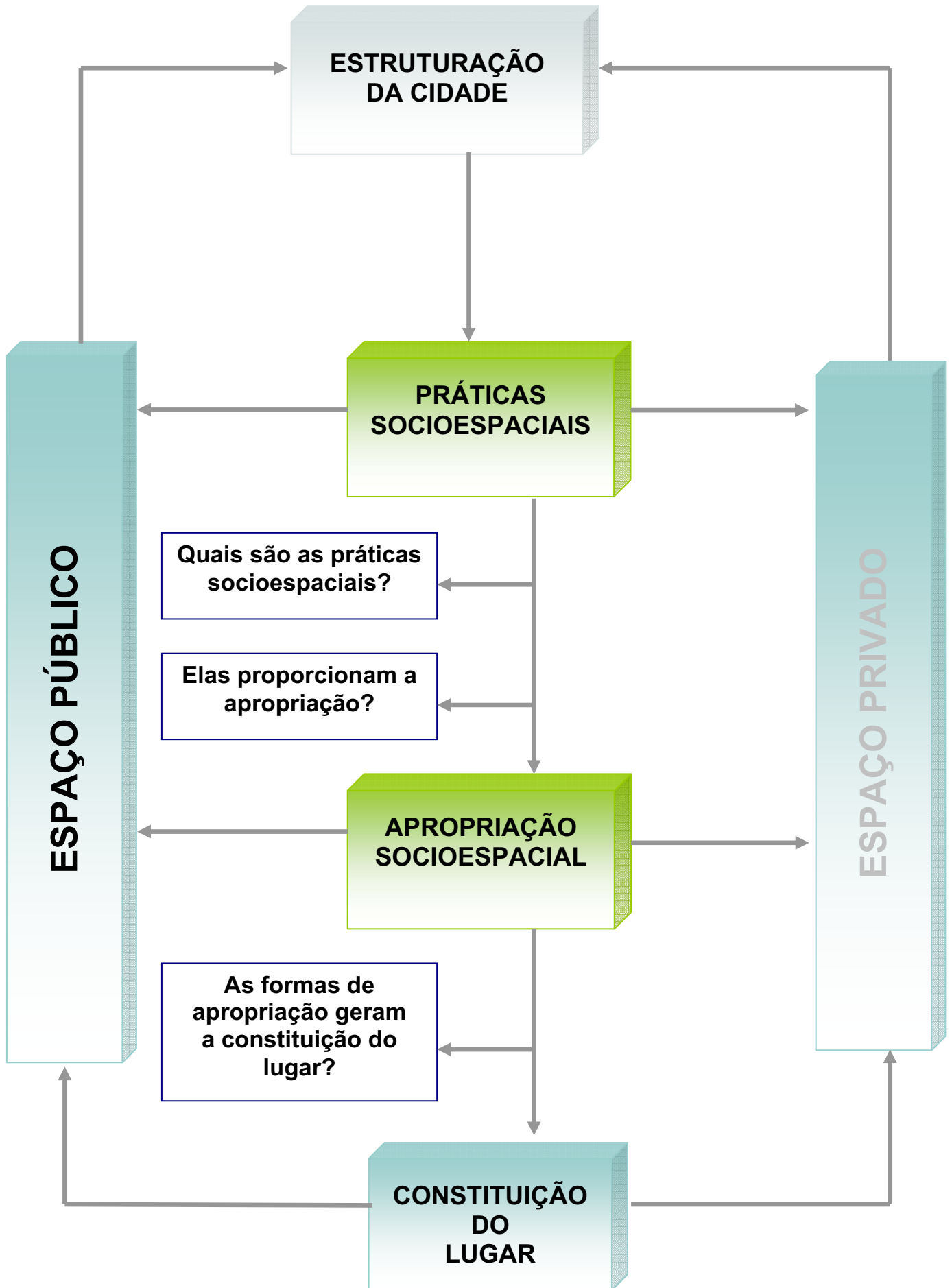


Figura 3 - MAPA TEÓRICO-CONCEITUAL DA TESE

SEGUNDA PARTE

O ESPAÇO PÚBLICO E A CIDADE

A importância da vida urbana, sempre esteve ligada a alguma forma de ambiente público transparente para seus participantes. A cidade sempre esteve ligada a formas de ambiente público, como praças e assembléias públicas, o areópago, tribunais públicos - sua forma pública não é um fenômeno casual. (...) Quando desaparece essa forma de ambiente, desaparece também a vida urbana.

Oscar Negt (2002, p. 23).



Fonte: Foto do autor (2007)

Parada de 7 de Setembro
Calçada da XV
2007

Festival Internacional de Folclore
Rua Saldanha Marinho
2003

Artesão no Calçada da XV
2007

O espaço público é o *lócus* da lei.
O espaço público é o lugar das
diferenças, ou seja, onde as
afinidades sociais, os jogos
de prestígio, as diferenças,
quaisquer que sejam,
devem se submeter
às regras da
civildade...

Paulo C. da Costa Gomes (2002, p. 162)



Fonte: Arquivo Histórico Municipal (2003)



Fonte: Foto do autor (2007)

“Vivo do espaço público. É aqui que
eu trabalho e ganho meu sustento”.

Artesão Willian (2007)

CAPÍTULO II - O ESPAÇO PÚBLICO E A CIDADE: CONFIGURAÇÃO E OLHARES

*Todavia, sempre existe uma cidade ideal dentro ou sob a cidade real, distinta desta como o mundo do pensamento o é do mundo dos fatos...
Giulio Carlo Argan (1992, p. 73).*

A problemática da qual tratamos nessa tese não é recente, pois as relações entre o público e o privado sempre foram foco das mais variadas discussões. Entretanto, como chama-nos atenção Martins (2000), a relação entre o público e o privado, como análise do conhecimento, apresenta-se como uma temática recente, que passa a ganhar notoriedade na consciência social da sociedade contemporânea e, sobretudo, por se tratar de uma questão problema.

No plano teórico e filosófico, a análise do espaço público sempre esteve relacionada ao debate entre o público e privado, incorporando nessas reflexões diversos temas tratados pelas Ciências Sociais como: cidadania, democracia, identidade, cotidiano, espaço vivido, memória, cultura, segregação, exclusão, fragmentação, dentre outros. Enfim, uma série de conceitos, categorias analíticas e noções estão presentes na discussão recente em torno do espaço público.

Em nossa pesquisa, não tratamos de forma mais aprofundada nenhum desses conceitos, especificamente, pois embora os mesmos não sejam totalmente negligenciados, não assumem em nosso trabalho de tese uma posição central na discussão. Nosso enfoque maior está centrado na formulação de uma noção de espaço público vinculado à sua transformação, um “espaço em redefinição”, junto ao processo de estruturação da cidade, com ênfase para as práticas socioespaciais cotidianas que aí se estabelecem por meio dos usos e não-usos cotidianos.

Em nosso modo de entender, tais práticas são fundamentais para a análise do processo de produção e reprodução dos espaços públicos enquanto locais de interação socioespacial, ou seja, condições básicas para a cidadania e a democracia do/no espaço urbano, enfim, para qualquer projeto de humanização da cidade. Nesse sentido, procuramos trazer a princípio uma reflexão em torno de algumas das principais acepções e perspectivas sobre o espaço público no contexto da cidade e ao longo do tempo.

Essa retomada, podemos assim dizer, tem por objetivo subsidiar uma compreensão do espaço público atual, considerando seu processo histórico de construção atrelado às relações entre: - público e privado; e, - entre esfera pública e

esfera privada. Essas dimensões analíticas são fundamentais para subsidiar nossa abordagem do espaço público concreto, como a praça, a rua e outros espaços públicos na cidade contemporânea.

Além dessa contextualização geral em torno do espaço público e sua relação com a cidade ao longo do tempo, procuramos direcionar e/ou afunilar numa abordagem em torno dele dando maior atenção às especificidades do Brasil. Essa ênfase às nossas especificidades vem na perspectiva de que trabalhamos com um contexto que difere das fundamentações das noções clássicas de espaço público que tem por base as cidades européias e a relação entre a esfera pública e esfera privada, nas cidades pré-industriais, em que estas eram vividas enquanto totalidade em torno dos seus principais espaços públicos, considerando suas funções de locais aglutinadores da população para diversos fins como o encontro e o comércio.

Enfim, procuramos trabalhar nesse capítulo, com uma noção de espaço público que parte de suas acepções mais gerais, a partir de autores basilares como: Habermas (1984), Sennett (1998) e Arendt (1983); além de outros autores que trabalharam o espaço público a partir dessas concepções, dentre os principais: Marzochi (2005), Resende (2005), Lavallo (2005), Dupas (2003) e Borja y Muxí (2003); até chegar a um breve contexto das cidades brasileiras com autores como: Serpa (2007 e 2004), Sobarzo (2007 e 2004), Gomes (2002), Jovchelovitch (2000), Caldeira (2000), Martins (1999 e 1991), Da Matta (1991).

Também tivemos a preocupação de destacar, fundamentado nessa mesma literatura, algumas das principais distinções teórico-conceituais frente a uma generalização do conceito, fato que, de forma negativa, apresenta-o como polissêmico, levando-nos muitas vezes, à incompreensão do que seja o espaço público, de forma mais específica, no contexto da cidade.

2.1. ESPAÇO PÚBLICO: RETROSPECTIVA E PERSPECTIVAS

O espaço público é tão antigo quanto à cidade (BORJA y MUXÍ, 2003; GOMES, 2002 e YÁZIGI, 2000). As primeiras cidades tinham como marca a imponência dos locais de encontro, como foi o caso da ágora grega, como símbolo do poder, ou o local de tomadas de decisões públicas como o fórum romano. De acordo com Saldanha (1993), esses locais eram centrais e vitais, historicamente reconhecidos como o ponto de encontro dos cidadãos e símbolo da participação do povo nas questões políticas, além de suas funções comerciais.

Observamos em Dupas (2003) e Jovchelovitch (2000) que, para os gregos, uma vida vivenciada na privacidade, ou seja, sem a participação na esfera pública, significava a privação das faculdades humanas mais valiosas, significava ser privado da realidade que deriva de ser visto e ser escutado por outro, ser privado de uma relação que se define por estar ligado e, ao mesmo tempo, separado de outros, assim como só poderia ser bom político quem, na esfera privada, fosse ético, moral e digno. Estas eram as prerrogativas da cidade política.

Creemos que, a princípio, a discussão sugere uma tentativa de diferenciação entre esfera pública e esfera privada para, na seqüência, esboçarmos uma noção de espaço público, passando por algumas das principais idéias que foram sobre ele desenvolvidas, ao longo do tempo. Mesmo que esses conceitos extrapolem a temática aqui trabalhada, as particularidades que os mesmos angariaram no decorrer do tempo são, a nosso ver, de fundamental importância para a compreensão das relações que esses estabelecem com o espaço público enquanto “espaço concreto”, da praça ou da rua, por exemplo, na atual conjuntura do processo de estruturação da cidade.

Essa é também a preocupação apresentada por Sobarzo (2007) em sua proposição teórico-metodológica para a análise do espaço público. Ao evidenciar o recente e crescente interesse pelos estudos do espaço público, afirma que convivemos também com uma constante generalização na adoção dessa expressão, ou seja, nem todas as análises estão pautadas efetivamente no espaço público, visto que consideram tanto a esfera pública, quanto a vida pública, tratando-as como espaço público.

Frente a essa problemática, intentamos trazer algumas das principais concepções, perspectivas e abordagens do ponto de vista histórico, político e social

em torno da dialética relação entre o público e o privado, destacando certas distinções teórico-conceituais que possam subsidiar nossa compreensão dessa complexa relação, assim como, ajuda-nos na qualificação e atribuição de um estatuto a determinados lugares da cidade enquanto espaços públicos ao longo do tempo.

Em relação a tal diferenciação, ainda na cidade-estado grega, Jovchelovitch (2000) esclarece-nos que:

[...] a vida política e a vida domiciliar sempre existiram como entidades independentes - embora relacionadas - coincide com o contraste entre uma esfera pública e outra privada. O que caracterizava a esfera domiciliar, ou esfera privada era que nela as pessoas viviam juntas de acordo com suas necessidades e o impulso que as guiava era a vida ela mesma; nessa esfera se encontram os ciclos do nascimento e morte, e, nas suas sombras, tudo o que se relacionasse com as necessidades biológicas da vida era mantido em segredo e longe dos olhos dos demais. A esfera da *polis*, ou do domínio público, por outro lado, era o reino da liberdade e a relação entre a esfera da vida pública e da vida privada se assentava sobre o fato de que o controle das necessidades da vida dentro do lar era condição prévia para a liberdade da *polis*. Simplesmente libertar-se do domínio da necessidade, contudo, não pode ser confundido com a liberdade, porque a liberdade envolve seu próprio espaço - o espaço público da palavra e da ação (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 48 - 49).

Observamos, também, segundo Habermas (1984) que, para os gregos, existia uma sobrevalorização da vida no âmbito público e esses valores se materializavam na *polis*, em oposição à vida do *oikos*, ou seja, dentro do lar. Nesse caso, a esfera pública consistia no local da liberdade e da continuidade, sendo que a esfera privada era o *locus* da necessidade e transitoriedade. Apresenta-se aqui uma relação de complementaridade entre as esferas pública e privada, na medida em que a superação das necessidades da vida do lar proporcionava as condições necessárias para a atuação na vida pública.

Esse pressuposto corrobora a perspectiva política de Arendt (1983), para a qual o lugar público consiste no espaço da identidade e do reconhecimento por meio de referenciais comuns, que proporcionam a identificação, o diálogo e, principalmente, a ação da coletividade. Na visão de Freitag (apud DUPAS, 2003), na teoria política clássica, desde os gregos, o espaço público era o espaço da liberdade dos cidadãos, onde estes exerciam sua capacidade de participação crítica na gestão

de assuntos comuns sob o princípio da deliberação; um espaço regulado que se opunha, portanto, ao espaço privado regido pela dominação do poder.

A conotação de público ou de vida pública, aqui empregada está estritamente ligada à participação exclusiva dos “cidadãos” da época. Ressalta Habermas (1984) que essa atuação direta na vida pública era algo exclusivamente dos “homens livres”, não incluindo nesse patamar as mulheres e os escravos, por exemplo. Observa Resende (2005) que:

A praça era o local onde se discutiam questões de interesse desses cidadãos (os *eleutheroi*), questões reduzidas a um espaço determinado pela relação de dominação que eles mantinham na sociedade em que estavam inseridos. O espaço público era então reduzido aos partícipes dessa “comunidade”, atores de uma comunicação ainda distante de ser social, de uma comunicação cujo objetivo se restringia ao conceito de “tornar comum”, comum limitado à esfera do *koinos*, mundo dos gregos no espaço da *polis* (RESENDE, 2005, p. 130).

Na seqüência a que nos propomos, no início dessa discussão, vinculada à idéia de “espaço público” nos aglomerados urbanos ao longo do tempo, queremos enfatizar que foi durante os idos da Idade Média que surgiram as primeiras tensões na complexa relação entre o público e o privado. Sobarzo (2004, p. 196), fundamentado na perspectiva habermasiana, enfatiza que não é possível distinguir esfera pública e esfera privada usando critérios institucionais nesse período, mas os atributos da soberania do senhor feudal passam a ser chamados de públicos, com isso a representatividade pública começa a ser relacionada aos atributos das pessoas e seus códigos de comportamentos, especialmente os da nobreza.

Embora, seja nesse mesmo período, nas cidades da Idade Média que, segundo Resende (2005), surgem as “comunidades”, enquanto conjuntos de espaços apropriados pelo povo separadamente dos locais privados. Nasce com o direito romano à institucionalização e à delimitação entre o público e privado. Para os romanos, o comum estava associado a “locais públicos” como a “rua” e a outros espaços de ordem pública que não eram de domínio de apropriação privada.

Para Arendt (1983), a figura do senhor feudal, que encarnava o poder nesse período, representou a transferência para a esfera privada das atividades humanas e, conseqüentemente, o surgimento da noção de “bem comum” como uma instância administrada por uma pessoa, enquanto todos os demais cuidam dos seus assuntos na privacidade. Assim, produz-se um esvaziamento da dimensão política da esfera

pública. Essa definição mostra claramente a dificuldade de diferenciar, de forma precisa, uma noção do que seja o espaço público, mas já é possível identificar uma primeira privatização da esfera pública (SOBARZO, 2004, p. 126).

No intuito de complementar e qualificar essas noções gerais sobre tais noções em torno da relação entre público e privado, fazemos uso das considerações de Arendt (1983), a qual identifica momentos-chaves para a compreensão da relação dialética entre os referidos conceitos. A princípio, esta autora enfatiza que, na Antigüidade, existia uma “esfera pública”, embora, os “cidadãos” que participavam dessa esfera fossem aqueles que tinham propriedade privada, como já identificamos no início dessa discussão. Com o advento da Modernidade, esclarece que surge a “esfera social” que relegou para a intimidade a capacidade de ação dos homens, através da normatização das pessoas e seus comportamentos.

Um fator importante e que merece ser destacado em relação aos espaços públicos diz respeito às suas funções comerciais ao longo do tempo. Além do que caracteriza a cidade como política inicialmente, tendo no espaço público um ponto de referência para suas ações, evidenciamos a *posteriori* que é nesse mesmo espaço público que vão se concentrar as principais atividades comerciais da cidade, ou, segundo Lefebvre (1999), uma nova característica, da cidade mercantil. Esse processo se evidenciou por meio das praças de mercado mantidas por meio das feiras locais e regionais e até internacionais.

Segundo Monte-Mór (2006) esse processo tem uma significativa ligação com as relações de troca estabelecidas na “cidade mercantil”, contribuindo para a descentralização do poder político concentrado nos palácios para as praças de mercado, culminado com a entrada da burguesia na cidade e sua respectiva conquista. Enfim, temos aí, o anúncio da emergência da urbanização, o que vai se constituir a *posteriori*, na cidade moderna.

No entanto, quando nos referimos à esfera pública nos aglomerados urbanos modernos, não podemos deixar de tomarmos como base as idéias de Habermas (1984) e Sennet (1998), os quais caracterizam o surgimento e evolução nesse período dessa esfera social a qual denominam de “esfera pública burguesa”, enquanto uma esfera que se refere ao público de forma geral, no entanto, formada por um grupo de pessoas que se reúnem em público para discutir questões de interesses privados.

No entanto, é entre a noção de “esfera pública” e “esfera privada”, na relação entre esse par dialético que surge a idéia do “social”, emergindo também a idéia de “cidadão” (DUPAS, 2003) e suas demandas, bem como as preocupações com a vida pública, os interesses comuns e a formação de consensos. Nessa perspectiva, Sobarzo (2004) fundamentando-se na idéia de Habermas, enfatiza que, num primeiro momento, a “esfera pública burguesa” correspondia a uma esfera pública literária, representada na reunião de pessoas em cafés e salões para a crítica literária e política. Passando para outro momento, a esfera pública literária dá lugar à esfera pública política, que inclui o surgimento de instituições (por exemplo, clubes partidários), a circulação de órgãos de imprensa política diariamente e o princípio de publicidade dos atos do governo, sob os auspícios do Estado.

Na concepção de Jovchelovitch (2000),

[...] a esfera pública burguesa envolvia mecanismos institucionais que buscavam a racionalização da vida pública de forma a abrir o Estado ao escrutínio dos cidadãos. Ao mesmo tempo, ela envolvia um diálogo entre os cidadãos incorporado certas características ideais como: o debate no espaço público deve ser aberto e acessível a todos; as questões em pauta devem ser de interesse comum a todos os participantes; interesses meramente privados eram inadmissíveis; desigualdades de posição eram desconsideradas; e, as decisões eram tomadas por participantes em igualdade (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 56 - 57).

É nesse sentido que, para Marzochi (2005),

[...] a esfera pública seria composta por cidadãos livres de interesses privados ou estatais; uma instância intermediária entre o Estado e o mercado, reservada ao debate público, à disputa de interesses e concepções conflitantes da realidade. Algo construído coletiva e permanentemente, essa esfera possui como instrumento principal a **imprensa de opinião** que, diferente dos meios de comunicação de massa, preserva a dimensão reflexiva (MARZOCHI, 2005, p. 64, grifos da autora).

No entanto, como relata Serpa (2004 e 2007, p. 17), “a partir da evolução do capitalismo e com o avanço do liberalismo, dissolve-se, de fato, essa relação original entre o público e o privado, através da decomposição generalizada das características essenciais da esfera pública burguesa”, o que de certa forma, também contribuiu igualmente para a erosão do espaço público concreto e suas funções de local de discussões e consensos em torno do bem da coletividade.

Esclarece-nos, sobre essa questão, Marzochi (2005) para quem:

[...] o espaço que deveria ser do debate, da crítica, da concorrência entre opiniões e definição de interesses gerais, transforma-se pela influência de interesses privados que nele passam a ser privilegiados. (...) a publicidade ocupa o lugar da opinião pública, confere prestígio a pessoas e coisas e faz com que interesses particulares sejam aceitos como gerais. Grandes corporações, inclusive o Estado, apóiam-se na publicidade com o objetivo de aparentar o consentimento de massa (MARZOCHI, 2005, p. 65).

Esse declínio da esfera pública ou da “cultura pública” levou Sennet (1998), a anunciar da mesma forma o declínio do homem público, o que nos oferece elementos para refletir sobre a mudança dos conteúdos sociais e culturais dos espaços públicos e de suas formas de apropriação. Já, para Habermas (1984), a esfera pública burguesa perdeu suas características tradicionais pela debilitação de suas funções críticas e, principalmente, por se transformar num embate de forças sociais. Enquanto o primeiro autor propicia que pensemos sobre o esvaziamento do espaço público na cidade moderna, ou seja, a crise do ponto de vista da utilização do espaço público concreto, o segundo possibilita-nos concluir que esse espaço, enquanto lugar de diálogos e debates, perdeu importância, ou melhor, foi transformado num espaço controlado por processos midiáticos de interesses cada vez mais particularizados, descaracterizados dos interesses da coletividade, uma refuncionalização da esfera pública em detrimento da política institucional e da comunicação de massa. Ressaltamos aqui que, embora Habermas seja referência fundamental no tocante à noção de espaço público, sua abordagem tem uma conotação voltada para a formação da “esfera pública comunicativa” no espaço público e não enfocando a dimensão espacial, o “espaço público concreto”, mas subsidiando o processo de publicização da vida ocidental, a qual comparece como aspecto fundamental na compreensão do espaço público no contexto das cidades.

É, nessa perspectiva, que o próprio Habermas denuncia, em sua análise, que fenômenos como o consumismo, os meios de comunicação, a expansão das sociedades industriais avançadas, constituem-se em alguns dos elementos que conspiram para a debilitação da esfera pública contemporânea, para a erosão do espaço público e, por conseqüência, dos seus atributos básicos.

Nessa mesma linha de raciocínio, esclarece-nos Dupas (2003),

[...] que na modernidade, com o iluminismo, a economia vestiu o manto da ciência, pretendendo abranger todas as atividades do homem, tornando-o um ser previsível e absolutamente racional. Surgiram então as fantasias do mercado perfeito e da mão invisível. Na verdade, nenhum desses mecanismos mágicos mostrou-se

suficiente para reencontrar o equilíbrio entre as esferas pública e privada (DUPAS, 2003, p. 28).

Essa idéia é reforçada por Jovchelovitch (2000, p. 60) ao analisar a esfera pública, atualmente, a partir da discussão em dois níveis principais:

- Como um conceito-guia no projeto político de estabelecer uma democracia radical;
- Como um fenômeno histórico, aberto à avaliação e crítica.

Nesse sentido, a “esfera pública” permanece enquanto uma idéia paradigmática para pensar a democracia e a possibilidade de um espaço para o exercício do diálogo da vida comum, um espaço compartilhado. Enfim, de forma direta ou indireta, queremos ressaltar que essas diferentes concepções entre o que sejam o público e o privado por meio das suas respectivas esferas, refletem-se diretamente nas formas dos usos e não-usos e da apropriação dos espaços públicos pela sociedade que produz e reproduz esses lugares da cidade, bem como neles se produz e reproduz. Daí, segundo Lavallo (2005, p. 39) a necessidade e a pertinência de pensar no espaço público a partir da articulação de diferentes dimensões como:

- O *social* - consubstanciado nas instituições civis da vida pública, na “arte da associação”, ou sociedade civil, nas regras de civilidade que tornam possível o convívio social em um mundo de estranhos (grandes *urbs*).
- O *político* - cristalizado no arcabouço de instituições incumbidas, tanto de processar decisões vinculantes, quanto de implantá-las, mediante imposição de penas se necessário.
- O *comunicativo* - entendido não apenas como expressão e recepção de conteúdos, mas principalmente como construção de consensos na percepção social de mundo.

Levando em consideração a inter-relação entre tais dimensões, queremos enfatizar que, ao fazermos referência ao “espaço público urbano”, temos que frisar as determinações estabelecidas na relação entre a esfera pública e esfera privada, no entanto e principalmente, aquelas que são levadas para o espaço público concreto (a rua, a praça) para conhecimento da coletividade e do bem comum.

Como enfatiza Serpa (2007), a relação entre forma e conteúdo é indissociável e a discussão sobre o espaço público necessariamente passa pelas determinações que dão concretude à esfera pública urbana e a um estilo de vida pública. Determinações estas que tendem a se tornar referências ou leis gerais por

meio da sua assimilação ou não, pela coletividade, em suas práticas socioespaciais cotidianas, integrantes do modo de vida urbano.

Considerando tais pressupostos, a busca pela compreensão, ou uma noção geral do que seja a “esfera pública”, ou a “esfera privada” é fundamental para a formulação *a posteriori* da noção de “espaço público” enquanto espaço concreto, ou seja, uma análise, que a nosso ver, proporciona à Geografia demonstrar por meio da estruturação da cidade, como estas noções se interpenetram, ora se opõem e ora se complementam, de acordo com as práticas socioespaciais, por meio das quais os interesses privados, cada vez mais, apropriam-se do espaço público e o privatizam, notadamente a partir da cidade moderna.

Esse aspecto merece destaque em nossa discussão pelo fato de que a noção de espaço público, nas atuais circunstâncias, não pode abdicar do espaço público no plano do concreto e, nesse sentido, deve ser visto por meio da relação entre as formas e os seus conteúdos. Como enfatiza Gomes (2002):

[...] as práticas sociais são em certa medida, dependentes de uma dada distribuição ou arrumação das coisas no espaço. (...) o lugar físico orienta as práticas, guia os comportamentos, e estes por sua vez reafirmam o estatuto público desse espaço, e dessa dinâmica surge uma forma-conteúdo, núcleo de uma sociedade normatizada, o espaço público (GOMES, 2002, p. 164).

Ou, ainda, como nos esclarece Caldeira (2000, p. 302), o espaço construído não é um tipo de “cenário neutro para a expansão das relações sociais”. (...) “a qualidade do espaço construído inevitavelmente influencia a qualidade das interações sociais que lá acontecem”.

A própria noção de espaço público enfatizando as versões da “moderna” cidade ocidental está calcada nos elementos básicos da “experiência moderna de vida pública” que são

[...] a primazia e abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças, e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentados nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as para seus festivais e comemorações (CALDEIRA, 2000, p. 302).

As ruas abertas, os espaços de encontro e circulação, bem como o local da convivência e da interação, são alguns dos pressupostos da imagem da cidade

moderna. No entanto, em relação ao cumprimento dessas funções básicas idealizadas, não podemos deixar de enfatizar, segundo Dupas (2003, p. 66), um processo em curso, que modifica desde as grandes avenidas às pequenas ruas de nossas cidades, transformando-as em imensos espaços de *outdoors*, placas de anúncios ou logomarcas, tornando a paisagem pública urbana uma espécie de “lixo midiático privado”.

Em face desse quadro, caracterizado pela visão economicista e funcional do processo de urbanização a partir das “sociedades industriais e complexas” (DA MATTA, 1991), é fundamental analisar as formas de estruturação, produção e reprodução das mesmas, buscando novos modos de pensar os usos e os modos de apropriação de seus espaços de forma diferenciada, orientando a reestruturação da cidade, considerando-se não pura e simplesmente as determinações econômicas, políticas e técnicas, mas também seu sentido social, como nos chama atenção Damiani (2001, p. 162), o social não pode permanecer em termos de análise, submerso aos aspectos econômicos ou políticos meramente. “O econômico e o político pressionam a vida social, no sentido de ela se dobrar à vida privada, num mundo tecnológico e economicamente desenvolvido”, mas que passa a ser a negação de um processo de humanização da cidade e/ou da sociedade urbana (LEFEBVRE 2001).

Quando nos referimos a uma cidade mais humana, a uma cidade constituída de cidadãos, concordamos com a concepção de Gomes (2002), para quem, essa não é uma cidade qualquer,

[...] mas uma cidade que se define como uma associação de pessoas unidas por laços formais e hierárquicos; uma cidade que dispõe de lugares próprios a essa nova atividade e natureza do homem grego, espaços públicos; uma atividade que não vem simplesmente do fato de morar juntos, pois nem todos os moradores são originariamente cidadãos, o que nos dá uma medida da diferenciação interna à própria cidade (GOMES, 2002, p. 135).

Considerando essa perspectiva, não podemos deixar de incorporar na análise um dos principais problemas inerentes à sociedade moderna levantado por Dupas (2003), fundamentado na teoria arendtiana, de que o enriquecimento do sentido do privado, trazido pelo individualismo moderno, fez do domínio privado um sinônimo de proteção à liberdade enquanto ideal de modernidade.

A tendência é que, se não tomarmos uma providência no que diz respeito à reabilitação dos espaços públicos na cidade, não somente suas estruturas físicas, mas, sobretudo, suas funções sociais, os espaços de uso coletivo tendem a ser cada vez mais privados (*shopping centers*, condomínios residenciais fechados, edifícios polifuncionais) em detrimento das praças, parques e vias públicas, e sua possibilidade de locais de encontro e interações socioespaciais, mesmo que essas se expressem, cada vez mais, enquanto locais das diferenças e, por isso mesmo, das contradições e dos conflitos, retratando parte da vida na cidade.

Podemos tomar como base a tese de Santos (1997, p. 16), quando enfatiza que o “o espaço está em constante transformação”. Ou ainda, considerando, de forma mais específica, a perspectiva de Lefebvre (2001), para quem “a cidade muda quando a sociedade muda em seu conjunto”. Portanto, é irreal, utópico e, também, ilusório querer crer e viver de um tempo em que os espaços públicos eram freqüentados assiduamente.

Tal constatação é fundamental, no sentido de que, nas atuais circunstâncias, torna-se eminente a necessidade de irmos além de uma visão saudosista do espaço público, considerando-o enquanto um local em constante “redefinição”, ou seja, não podemos viver de um “passadismo” e nem cairmos na idealização de um “tempo” que também era marcado por diferenças socioespaciais. Nesse sentido, enfatizamos a perspectiva de Sobarzo (2007), para quem “a consideração desses elementos é muito importante para se evitarem idealizações extremas e simplistas, e para que se ofereçam parâmetros para contextualizar o espaço público que hoje estamos transformando”.

Ainda segundo esse autor,

[...] numa outra perspectiva, é necessário destacar que o espaço público deve ser assumido como um “ideal da Modernidade. Ele pretendia alcançar certos objetivos mas se os alcançou efetivamente depende do contexto social em análise. Isso sem deixar de ressaltar que ele próprio representa um elemento da consolidação de um projeto político-econômico de caráter liberal-capitalista que se fundamenta na desigualdade, mas se escuda num discurso igualitário, o que representa que a contradição é um aspecto inerente a esse espaço público ideal da Modernidade (SOBARZO, 2007, p. 160).

Enfim, tais apontamentos, mesmo que iniciais, revelam alguns dos impasses, para cuja superação a Geografia enquanto “ciência social” pode

contribuir, pois esse conflito revela-se, de forma contundente, por meio das formas de estruturação e apropriação da cidade que define e é definida pelas práticas socioespaciais.

É, nesse sentido que o espaço público se apresenta, para nós, como uma noção a ser buscada e compreendida. Enquanto uma dimensão imprecisa, mas existente, presente e de forma marcante na vida urbana, apresenta desdobramentos que estão diretamente atrelados a realidades históricas diferentes e de diferentes modos que retratam as relações sociais no tempo e no espaço. Assim sendo, passaremos, na seqüência, para uma abordagem de forma sintética, de algumas das principais acepções que envolvem o conceito de espaço público, caracterizado, a princípio, como polissêmico, além de tratarmos de suas funções e de seus usos na cidade.

2.2. ESPAÇO PÚBLICO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES E USOS

Estamos desenvolvendo uma temática polêmica e difícil de ser trabalhada, uma vez que são variadas as formas de abordagem que se apresentam sobre os espaços públicos na cidade. Dependendo da matriz teórica e metodológica, tais espaços podem ser pauta de múltiplas análises no âmbito do processo de estruturação da cidade.

Seja do ponto de vista teórico-conceitual, ou então na busca por uma noção de espaço público, deparamo-nos com uma generalização das acepções em torno desse conceito dependendo das perspectivas e abordagens (SERPA, 2007; GOMES 2002; LAVALLE, 2001 e SOBARZO, 2004). Esse fato, de certa forma, leva à incompreensão do que realmente seja o espaço público no atual contexto da cidade.

Para dar os primeiros passos na tentativa de compreendermos essa noção, além da sintética abordagem retrospectiva esboçada anteriormente, a qual é de fundamental importância na formulação de uma noção de espaço público nas atuais circunstâncias, uma espécie de caracterização é necessária, com o intuito de melhor definirmos nosso foco de interesse a partir de algumas das principais idéias acerca da mesma.

No sentido de melhor conduzir essa reflexão, alguns questionamentos apresentam-se:

- De qual espaço público estamos falando?
- Qual é o nosso recorte teórico e empírico?
- O que realmente distingue o espaço público do espaço privado e do espaço comum ou coletivo?

Para fazer frente a tais questionamentos, procuramos destacar, na seqüência, algumas idéias que reforçam esse embate, buscando determinados aspectos, tanto teóricos, mas, sobretudo, conceituais, que possam contribuir para a formulação da noção de espaço público, especialmente, no atual contexto da cidade.

É necessário trazermos à tona algumas entre as principais concepções e perspectivas em torno do espaço público e sua relação com a estruturação da cidade. A importância de destacar algumas das principais distinções conceituais reside no intuito de atribuímos um estatuto que qualifique determinadas parcelas da

cidade enquanto espaços eminentemente públicos. De forma complementar, justifica-se pela preocupação simples de entender o sentido público dos espaços urbanos na cidade do século XXI.

De acordo com Arendt (1983), de forma abrangente, o termo “público” significa dois fenômenos relacionados, mas não idênticos: - em primeiro lugar, o que é público pode ser visto e escutado por todos e possui maior publicidade possível; - em segundo, o termo se refere ao próprio mundo que é comum a todos os seres humanos e se diferencia do ponto de vista do lugar privado que cada pessoa ocupa nele.

No sentido de relativizar essa idéia genérica, ressaltamos a análise desenvolvida por Lavallo (2005, p. 36 - 39) sobre as “dimensões constitutivas do espaço público” ao longo do tempo. Este autor sistematiza três dimensões e tensões do espaço público por meio da correspondente definição do público e do privado, da explicitação da tensão existente entre ambos ao longo do tempo e, principalmente, da dicotomia associada a tal tensão (Quadro 6).

Pelo fato de o espaço público tratar-se de um termo polissêmico por excelência, a precisão cabal do seu sentido apenas torna-se possível quando analisado em oposição ao privado, numa relação contínua de oposição e interposição de tais conceitos. Considerando a análise e síntese de Lavallo (2005), observamos, **na primeira dimensão**, que à noção de privado correspondem os registros da privacidade, daquilo que por ser considerado próprio da intimidade exclui qualquer direito externo de intervir ou participar. Aqui a noção de privado vem no sentido de privar, de retirar do mundano, de domesticar e de levar para o domínio doméstico. Já a noção de público, emerge sob a roupagem da vida pública, com suas conotações de convívio social e de acesso aberto ou irrestrito e, conseqüentemente, de âmbito propício para locais pecaminosos. As dicotomias notáveis, relacionadas a essa dimensão, são observadas, por exemplo, na tensão existente entre a casa e a rua, entre a família e o mundo.

Na **segunda dimensão**, notamos que a noção de privado surge sob o registro da propriedade. No entanto, não aquela carregada de sentimentos e valores pessoais, arraigada no mundo privado e da intimidade, mas sim, aquela engendrada como motor da riqueza que controla a sociedade moderna. Os sentidos do privado, nesse caso, foram redefinidos e impregnados com os valores do capital e do consumo. Como lembra-nos Lefebvre (2001), “a oposição entre o valor de uso (a

cidade, a vida urbana, o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens e dos lugares)”.

	I	II	III
Público:	Aquilo que é aberto, irrestrito: sem restrições excludentes de entrada ou circulação, acessível.	Aquilo que é comum, geral e de interesse de todos: excluído das possibilidades de apropriação privada.	Aquilo que é amplamente difundido e aquele para quem é divulgado ou que assiste um evento ou espetáculo.
Próprio de termos como:	Parque público, via pública, transporte público, telefone público, mulher pública, casa pública.	Bem público, propriedade pública, poder público, orçamento público, educação pública.	Publicar, publicidade, publicitar, opinião pública, conhecimento público, em público, público (espectador).
Privado:	Aquilo que pode ser considerado próprio da intimidade exclui qualquer direito externo de intervir ou participar.	Aquilo que pode ser considerado propriedade privada pressupõe direito de uso e abuso	Aquilo que não atinge notoriedade pública, permanecendo no conhecimento de um número limitado de particulares.
Associa organiza dicotomias como:	Casa x rua, conhecimento x estranho, fechado x aberto, família x mundo, segurança x perigo, moral x direito.	Particular x geral, interesse x razão, economia x política, opaco x transparente, desigualdade x igualdade, mercado x estado.	Local x geral, opinião particular x opinião pública, irrelevante x relevante, “irreal” x verosimilhante, ignorado x notório.
Tensão:	Espaço público como oposto ao mundo da privacidade: público x íntimo privado (privacidade)	Espaço público como oposto ao mundo da propriedade: público x privado-capital (propriedade)	Espaço público como oposto ao mundo das particularidades: público x individual privado (particularidades)
Exemplo:	<i>Priver</i> (francês. s. XIX): domesticar, amansar, amestrar “pássaro privado” (não existe mais).	<i>Private</i> (francês. s. XVI): privilegiado, de alto nível de governo.	<i>La cour e la ville</i> (francês. s. XVII): audiência das obras de teatro (<i>le public</i> aparecem em meados do s. XVII).
Real Academia Espanhola:	1ª e 2ª acepções: “notório”, “vulgar ou notado por todos”.	3ª e 4ª acepções: “potestade, jurisdição de autoridade para fazer uma coisa”, “pertencente a todo povo”, “comum do povo ou cidade”	10ª e 11ª acepções: “conjunto de pessoas aficionadas que partilham a mesma afeição”, “pessoas reunidas para assistir um espetáculo”.

Quadro 3 - TRÊS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO ESPAÇO PÚBLICO (ANÁLISE SEMÂNTICA)

Fonte: Org. Lavalle (2005).

Em contraposição, a noção de público aparece como aquilo que pode ser de interesse da coletividade, deve ser excluído das possibilidades da apropriação privada, resguardando bens materiais e imateriais dos usos e abusos e das apropriações guiadas pela lógica dos lucros. Dentre as principais dicotomias

associadas a essa dimensão estão: particular e o geral, o interesse e a razão, além do mercado e o Estado. Destaca Lavallo (2005, p. 36), nessa dimensão, que à medida que público coincide com geral, Estado, igualdade, razão e manifesto, transfere esses sentidos quando aplicados como adjetivo. Como, por exemplo, “o poder e o orçamento são públicos, não porque residem ou são exercidos no âmbito do Estado, mas também porque devem responder a uma racionalidade geral, cujos critérios devem ser manifestos a população”.

Já, na **terceira dimensão**, a noção de privado subjaz um sentido mais restrito e recente. Aquilo que não atinge notoriedade pública e permanece sob o conhecimento de um número restrito de pessoas ou particulares. Em contrapartida, a noção de público, refere-se a um só tempo a assuntos amplamente difundidos e ao receptor, ou seja, à platéia, espectadores e/ou ouvintes de determinada mensagem (LAVALLE 2005).

Tais dimensões, embora retratadas aqui de forma ainda que genérica, permitem-nos evidenciar diferentes atributos do público ao longo do tempo, caracterizado a princípio pela polissemia, mas que, a partir da sua relação como privado, passa a ter uma conotação significativa em torno da fundamentação e compreensão dessa noção no tempo e também no espaço. Essas dimensões constitutivas do espaço público são esclarecedoras pelo fato de retratarem os diferentes sentidos e significados que o termo público foi adquirindo ao longo do tempo, além de servirem como base para compreensão do espaço público concreto no contexto da cidade contemporânea.

Ampliando essa perspectiva, Gomes (2002, p. 159 e 160) apresenta-nos uma recente e importante reflexão em torno da problemática que ora se analisa. Para este autor, é importante destacar algumas incompreensões sobre ela:

- A forma negativa de definição largamente utilizada, ou seja, “é público aquilo que não é privado”. Do ponto de vista conceitual, como uma forma prática de identificação essa noção não parece ser apropriada, visto também que existem outros estatutos para o espaço-comum, coletivo etc;
- Tomar o espaço público como uma área juridicamente delimitada. Essa noção significa, antes de qualquer coisa, uma inversão de procedimentos. Os espaços públicos caracterizam-se como locais que precedem os textos legais que regulamentam sua existência. Além de ser o *locus* de manifestações de uma variedade fenomenológica que não obrigatoriamente é descrita na legislação;

- O espaço público é definido pelo livre acesso. Aqui a compreensão da noção de espaço público fica obscura pelo fato de não diferenciar público de coletivo ou comum, ou seja, o fato de proporcionar um livre acesso não configura um estatuto de público ao espaço.

Esses pressupostos são fundamentais na tentativa de formularmos uma noção de espaço público nas atuais circunstâncias. É trivial fazermos referência aos espaços de uso coletivos da cidade, no entanto, não nos certificamos se estamos frente a um espaço efetivamente público ou se estamos perante um espaço que é apenas coletivo ou de uso comum. Pode não parecer, *a priori*, mas trata-se de espaços que se distinguem entre si.

Nessa perspectiva, temos os ditos espaços públicos comuns que são aqueles locais institucionais, como por exemplo, as repartições públicas governamentais em todas as suas instâncias, hospitais e locais militares como sendo alguns dos principais exemplos de espaços atrelados ao Estado. Diferem, nesses casos, as funções desses espaços ditos como públicos e de uso comum, notadamente aquelas de cunho burocrático e de assistência aos diversos segmentos sociais, aos quais o acesso é diferenciado, ou restrito aos interesses e necessidades particulares. Esses aspectos singularizam e/ou, melhor, diferenciam os espaços públicos na cidade do ponto de vista dos usos, funções e influências que exercem, e da influência que exercem na dinâmica socioespacial da cidade.

Por outro lado, um *shopping center*, uma galeria comercial são alguns dos exemplos de espaços de uso coletivo que paralelamente aos espaços públicos, assumem um suposto estatuto de semi-públicos, mas na verdade são pseudo-públicos (SOBARZO, 2004). Há, de certa forma, uma proliferação de locais dessa natureza em nossas cidades, é claro, que notadamente com ênfase para sua difusão entre as grandes e médias cidades. Em relação ao *shopping center*, Corrêa (2007) enfatiza que:

[...] Trata-se de uma forma espacial que deriva da apropriação por diversos segmentos do capital (financeiro-industrial, comercial, imobiliário, de entidades previdenciárias, entre outros) do sentido de economias de aglomeração, transformada em fonte de lucros. (...) Local de compras, de obtenção de uma variedade crescente de serviços, de lazer (que inclui a ida aos restaurantes) e de encontros sociais, o "shopping center" tornou-se a forma espacial mais significativa do capitalismo atual (CORRÊA, 2007, p 13).

No entanto, além de ser um local planejado e programado, com inúmeros papéis, há que se destacar uma tendência inerente a eles. Como ressalta Carlos (2001a), estes espaços, cada vez mais, tendem a substituir o público por meio de usos organizados e normatizados que os caracterizam também enquanto como locais de exclusão socioespacial.

[...] São espaços que têm horário de funcionamento, abrem e fecham, são vigiados, não são acessíveis a qualquer hora do dia, nem a “qualquer um”, contêm códigos e normas de uso (muitos deles são espaços abertos a encontros organizados em torno de signos, como aquele ritual da mercadoria, onde o habitante se transforma, potencialmente em consumidor) (CARLOS, 2001a, p. 36).

Tais pressupostos mostram-nos que esses locais caracterizam-se como espaços de propriedade privada, dotados de regulamentações próprias no que tange aos tipos de usos, assim como de seus frequentadores. Com práticas pré-determinadas e direcionadas, são espaços produzidos com propósitos específicos, que não outros que condicionam e sujeitam seu “público” ao consumo (GOMES, 2002).

Essa condição de uso atribui também a esses espaços, segundo Featherstone (2000), um estatuto de locais semi-públicos/privados, visto que estão constantemente vigiados por sistemas de circuito fechado de televisão e de sistemas de segurança no sentido de inibir ou expulsar indivíduos indesejáveis desses ambientes. São, na verdade, segundo Sobarzo (2004), caracterizados como espaços pseudo-públicos, porque negam o público, mediante a vigilância e o controle.

Embora, como visto acima, sejam claras as divergências em torno do espaço público temos que levar em consideração, em nossa análise, as relações entre este e o espaço privado, ou formas diferenciadas de privatização do espaço em nome de espaços coletivos ou de uso comum. Em se tratando de um conceito polissêmico por excelência, a sua noção de forma mais precisa apenas se torna possível quando a “oposição com o privado lhe define as fronteiras” (LAVALLE, 2005) e quando levamos em consideração suas formas e funções, também diferenciadas na cidade. São os contornos entre esses dois conceitos que se expressam por meio das práticas socioespaciais e dão sentidos aos lugares na estruturação da cidade.

Nessa perspectiva, a idéia de Rabotnikof (2005, p. 45) parece-nos importante quando ressalta que “la idea de espacio público emerge en parte entonces como respuesta a la necesidad de presencia ciudadana frente a la fragmentación identitaria y de reivindicación de la pluralidad frente a viejas caracterizaciones unitarias”, ou seja, o espaço público ora se apresenta enquanto local de culto às tradições, ao encontro, da festa, da reivindicação da afirmação das identidades; ora esfumaça-se no turbilhão de novas tendências da cidade contemporânea pautada numa sociedade de cunho individualista e consumista que nega o outro e os interesses coletivos.

É importante evidenciar que, para Rabotnikof (2005), o conceito de espaço público ora se apresenta como essencialmente normativo no sentido de que se mede por sua adequação descritiva sem sistematizar um horizonte de expectativas e de idéias de liberdade e racionalidade. É relacionado, nesse sentido, diretamente ao horizonte do desejável. Ora, é, entretanto, entendido como conceito normativo em contraste com a realidade histórica e parece condenado a engendrar decepções e alimentar o discurso crítico em torno do Estado dominador, da manipulação da mídia e da impermeabilidade da burocracia na relação com a discussão pública.

Outro fato que afeta o conceito enquanto normativo está inscrito em uma rede que o relaciona com as idéias e vontade coletivas, de representação e discussão, de comunidade, de autonomia, de cidadania, de legitimidade, com uma imagem de racionalidade. Categorias todas que devem ser repensadas à luz das sociedades complexas, funcionalmente direcionadas, no âmbito das quais parece difícil pensar em uma autodeterminação como um modelo de uma meta resultante da ação coletiva (RABOTNIKOF, 2005).

Considerando esses pressupostos, podemos observar que, do ponto de vista físico ou no sentido do “espaço urbano materializado”, o espaço público é, antes de tudo o local, a praça, a rua, a praia, ou seja, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer pessoa (GOMES, 2002).

No entanto, a essa concepção é conveniente acrescentar a diferenciação estabelecida por Geiger (2005) entre espaço público edificado e aberto. Nesse caso, os palácios, museus, igrejas, repartições e outras construções formam o espaço público edificado ou construído. Ruas, jardins, praças e parques formam um espaço público aberto. O importante, na concepção desse autor em relação aos espaços

não edificadas, é que os modos pelos quais esses espaços são apropriados pela população revelam os diferentes significados sociais.

No entanto, é importante acrescentar à concepção de Geiger que não raro em nossas cidades, são os espaços públicos “abertos” caracterizados como praças, parques e jardins que trazem em seu contorno grades de proteção, dificultando e limitando o livre acesso aos mesmos, aqui o deleite aos espaços públicos é apenas retórico.

Já, para Dascal e Segovia (2000, p. 11) a noção de espaço público está focada no fato de que o mesmo se constitui num “lugar de encuentro, de desarrollo de identidad y de pertenencia en todas las escalas - barrio, ciudad, región y país -, así como de expresión de diversidad cultural, generacional y social”. Na concepção desses autores, o espaço público, além dos seus componentes físicos e jurídicos, mencionados anteriormente, constituem-se como tal a partir de suas dimensões socioespaciais, culturais e políticas.

É nessa perspectiva que, para Gomes (2002):

O espaço público também é o lugar dos conflitos, de problematização da vida social, mas, sobretudo é o terreno onde esses problemas são analisados e simplificados. Por um lado ele é a arena onde há debates e o diálogo; por outro, é um lugar das inscrições e do reconhecimento do interesse público sobre determinadas dinâmicas e transformações da vida social (GOMES, 2002, p. 164).

Já, Caldeira (2000, p. 301) ao analisar os espaços públicos nas atuais circunstâncias mostra-nos que “os encontros no espaço público se tornam cada dia mais tensos, até violentos, porque têm como referência os estereótipos e medos das pessoas”. Acrescentando também que “tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública”.

Por outro lado, consideramos importante acrescentar a essa questão a análise de Borja y Muxí (2003, p. 40) de que “o espaço público não provoca e nem gera os perigos, sendo que é o local onde se evidenciam os problemas de injustiça social, econômica e política”. Na concepção dos autores, a debilitação do espaço público aumenta o medo de uns e a marginalização dos outros, bem como a violência urbana sofrida por todos que vivem e convivem na cidade.

Como observamos, as dimensões do espaço público são múltiplas no contexto da cidade e reveladoras de que, mais do que nunca, um espaço em

transformação permanente assim como é a própria cidade. Nessa perspectiva Sobarzo (2007) reitera que,

[...] Para compreender essa transformação do espaço público, é fundamental partir da sua característica de possibilitador de encontros impessoais e anônimos, os quais devem ser entendidos como instâncias de co-presença, sem um contato profundo com os outros, ou seja, a possibilidade de compartilhar os mesmos territórios com outras pessoas sem a compulsão para conhecê-las em profundidade (SOBARZO, 2007, p. 159).

Essa constatação é importante, a partir do momento em que percebemos que tais transformações vão muito além das questões físicas e estruturais do espaço produzido, esses locais retratam o modo de vida da sociedade urbana, os novos hábitos e costumes que são caros da cidade contemporânea.

No entanto, tais pressupostos nos parecem fundamentais para justificar nossa abordagem no sentido de primar pela existência e/ou permanência dos espaços públicos em nossas cidades, haja visto que nem todos os nossos cidadãos dispõem do livre acesso à cidade como um todo, como por exemplo, a lugares, ditos “emergentes”, como o caso dos *shoppings centers*, galerias comerciais centrais, clubes sociais, dentre outros.

Nessa perspectiva, é que, para Jovchelovitch (2000, p. 50), “a imortalidade do espaço público reside em sua capacidade de produzir, manter e transformar uma história preservada em artefatos e narrativas de ações humanas”. Enfatiza essa autora, por exemplo, que se as pessoas estivessem sempre isoladas em seus espaços privados no mundo, nem a história e nem a vida política seriam possíveis. São os encontros no âmbito do público que engendram e fornecem as condições para estabelecer as preocupações comuns atuais, mas sim, para identificar que o presente deve ao passado e quais as esperanças que nutre em relação ao futuro.

Considerando essas premissas, devemos nos ater para as relações entre a forma e o conteúdo, entre tempo e espaço, como nos afirma Villaça (2001, p. 12), “as estruturas são dotadas de movimentos e grande desafio intelectual reside em desvendar a fonte desse desenvolvimento”. Na perspectiva desse autor, há uma interconexão entre o centro principal e os subcentros, entre estes e os bairros, assim como entre as áreas industriais, dessas como o sistema de transporte, etc. É também, nesse sentido, que “a estrutura territorial urbana está também articulada com outras não territoriais como a economia, a política e a ideologia”.

Enfim, esse movimento concreto ao qual se refere o autor é condicionante imprescindível na análise da apropriação socioespacial e suas dinâmicas atreladas ao processo de estruturação da cidade, quais estaremos abordando na seqüência, ao adentrarmos especificamente no processo de produção e estruturação da cidade, com ênfase para as cidades brasileiras e especialmente à cidade de Guarapuava, com olhar especial para as especificidades das práticas socioespaciais estabelecidas nos seus espaços públicos e como esses espaços dialogam entre si e com a cidade.

2.3. ESPAÇO PÚBLICO NO BRASIL: SOBRE NOSSAS PARTICULARIDADES

Todos nós somos esse homem que não só luta para viver a vida de todo dia, mas que luta também para compreender em viver que lhe escapa porque não raro se apresenta como absurdo, como se fosse destituído de sentidos.
José de Souza Martins (2000, p. 11).

Trabalharmos com o espaço público, nas atuais circunstâncias, já é, por si só, uma atividade difícil, seja por meio da reflexão teórico-conceitual, seja analisando seus usos e funções na cidade contemporânea. No entanto, essa tarefa torna-se ainda mais complexa pelo fato de que a noção de espaço público, aqui buscada, deve considerar o contexto urbano brasileiro e suas especificidades.

A princípio, partimos do pressuposto de que qualquer discussão sobre a noção de espaço público, no Brasil, significa, antes de qualquer coisa, uma análise do processo de produção desse espaço, com ênfase para suas formas específicas de apropriação e diferenciação atreladas à tênue relação entre o público e o privado e suas contradições e conflitos.

Na tentativa de trazer essa discussão à tona, buscamos estabelecer uma relação entre a condição cidadã atual e a configuração espacial de nossas cidades, sua produção e reprodução, ou seja, entre cidadão e espaço público, contribuindo assim para a retomada desses locais para a vida social urbana por meio das relações socioespaciais que lhe são inerentes.

Nessa linha, Saldanha (1993) e Lefebvre (2001) ressaltam que os gregos já diziam que havia povos com ágora e povos sem ágora, uns com liberdade e outros sem liberdade. É importante trazeremos para essa discussão a crítica de Lefebvre (2001) ao modelo de cidade ideal, proposto para a cidade moderna a partir de uma visão da mesma sendo composta não exatamente por cidadãos, mas sim, por cidadãos livres, libertados da divisão do trabalho, das classes sociais e da luta de classes, constituindo uma comunidade, associados para fins de gestão da comunidade.

Num outro contexto, mas não desconexo a esse, podemos evidenciar na análise recente de Santos (1996), que a cidade de hoje também se caracteriza pela expressão do cidadão sem espaço e espaços sem cidadãos. Enfim, tais pressupostos são elementos importantes na identificação de que as cidades exibem

representações espaciais do exercício da cidadania e, ao mesmo tempo, de diferenciação socioespacial (GOMES, 2002).

No entanto, o deslocamento dessas preocupações para as especificidades da sociedade brasileira, enquanto uma sociedade de origem colonial que ocupa posição periférica na economia capitalista, ainda que sejamos um país industrializado, pressupõe que estamos frente a inúmeras dificuldades. A princípio, devemos considerar a evidente diferenciação social brasileira e o processo de urbanização, caracterizado por dinâmicas de diferenciação socioespacial do espaço urbano. Esse tipo de realidade conduziu o país a um desencantamento pela esfera pública (JOVCHELOVITCH, 2000).

Para esta autora,

[...] alguns dos sintomas desse desencantamento aparecem claramente na vida cotidiana: a debilidade do laço social pode ser visto na criminalidade, que no caso brasileiro tornou-se patologia social; no tráfego, que tornou-se uma espécie de campo de batalha para sujeitos que parecem não ter ligação nenhuma com os outros; na ausência de confiança mútua que é extremamente necessária para construir qualquer projeto de vida, que pelo menos em alguma medida, tome em consideração o espaço público, ou seja, o espaço do outro (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 25 - 26).

Significa, nesse sentido, tentar entender uma realidade social que desafia explicações e modelos preestabelecidos é, no entanto, segundo Souza (2003) trabalhar com a simultaneidade de tempos e a multiplicidade das expressões espaciais que se revelam nas formas de apropriações socioespaciais, pois, a sociedade brasileira, em constante mutação, tem conferido feições diversas aos espaços públicos que se metamorfoseiam ao longo do tempo e no espaço.

É nessa perspectiva que procuramos particularizar nosso trabalho enfatizando o espaço público enquanto o local onde se desenvolve parte da vida urbana e como caminho para, a partir das práticas socioespaciais, conhecer seus atributos urbanos, considerando-se o conteúdo social inerente a esses locais, notadamente, tendo em vista seu caráter público. Este é, talvez, o melhor caminho para se questionar a convivência com a tradição de nossa formação social, segundo a qual o que é público não é de ninguém, e pode ser apropriado individualmente, ou então, a idéia de que o responsável direto pelo espaço público é o Estado, portanto não temos uma relação afetiva com esses lugares e, pelas mesmas razões, com quem deles faz uso, o outro.

Por outro lado, essa idéia reforça o que nos lembra Martins (1999) no que tange à difícil relação entre público e privado em uma sociedade desigual, em que o Estado de cunho clientelista e patrimonialista, sempre atende aos interesses e necessidades de uma elite aos quais representa. Como enfatiza Faoro (1993, p. 17), essa característica patrimonialista coincide com a história brasileira, no âmbito da qual, em todos os momentos, o poder público dispõe da riqueza, da propriedade dos bens particulares, ou seja, pelo fato de não termos uma sociedade civil viva e atuante, desenvolvemo-nos em decorrência dos impulsos ditados pelo poder público. Essa nossa peculiaridade acentua a assertiva de que não existe no Brasil uma diferenciação muito, ou nada clara, entre o que seja público e o que seja privado.

O Estado, representado em suas escalas federal, estadual e municipal, pelos “donos do poder”, tem, teoricamente, a função de atender aos interesses da coletividade. No entanto, enfatiza Martins (1999, p. 20) que “a política do favor, base e fundamento do Estado brasileiro, não permite e nem comporta a distinção entre o público e o privado”. No Brasil, a distinção entre o público e o privado nunca chegou a se constituir na consciência popular, como distinção de direitos relativos à pessoa e ao cidadão. Ao contrário, foi distinção que permaneceu circunscrita ao patrimônio público e ao patrimônio privado. Portanto, uma distinção relativa ao direito de propriedade e não relativa aos direitos da pessoa (MARTINS, 1999).

Nesse sentido, é importante considerar também a visão de Da Matta (1991, p. 31) de que essa relação está distante de ser estabelecida pelo fato de que resulta, na maioria das vezes de um sistema ritual marcado pela festa, fundado num nacionalismo exacerbado, mas que não se traduz, da mesma forma, num espaço democrático do ponto de vista socioespacial. Traduzida aqui pela análise de Faoro (1993, p. 16), “que não é a sociedade civil a base da sociedade, mas uma ordem política em que os indivíduos ou são basicamente governantes ou governados”.

Nesse caso, geralmente, a ação do poder público apresenta uma fusão de interesses públicos e privados, que vão desde os interesses próprios da autoridade aos interesses de elites locais dominantes, fazendo do espaço urbano um “campo simbólico de lutas” (CORRÊA, 2001), controlado pelas relações de poder que aí se estabelecem.

Faoro (1993), ao tratar das nossas bases de cunho clientelista, e, principalmente, patrimonialista, destaca que somos um misto da herança do

patrimonialismo português, somados ao impacto da independência do mundo moderno inglês, em que apenas adotamos uma máscara capitalista e liberal, no entanto, sem superar as características ainda expressivas do patrimonialismo. Ou, como alerta-nos Martins (2000, p. 57), a noção de uma suposta “modernidade” estimulou o desenvolvimento de uma cultura imitativa, em que o “ser visto é o seu componente mais expressivo”.

Como observa Martins em outro momento:

[...] No caso latino-americano e, sobretudo, brasileiro, a crítica constitutiva da modernidade vem do “hibridismo” cultural, da conjunção do passado e do presente, do acabado e do inconcluso, do recurso ao tradicionalismo e ao conservadorismo que questionam a realidade social moderna e das concepções que dela fazem parte e a mediatizam; (...) a opressão e os absurdos do moderno, da racionalidade, da quantidade, do modismo, do transitório e do passageiro como maneira permanente de viver e de ser (MARTINS, 2000, p. 24).

Esse falso “ideal de modernidade” de que nos fala Martins (2000), remete-nos para um momento crescente de privatização e virtualização dos espaços sociais da cidade contemporânea. São elementos e/ou processos que aumentam de forma acentuada o processo de diferenciação socioespacial, exatamente por não serem susceptíveis de acordo com o interesse público e com a coisa pública, por isso mesmo, inibindo o processo de democratização e interação socioespacial necessária para o exercício da cidadania no processo de produção do espaço urbano (KOHN, 2004).

Por outro lado, e como conseqüência desse processo, a deterioração da esfera pública é expressa na conversão dos nossos espaços públicos em “terra de ninguém”, ou seja, é latente a perda de algumas de suas características fundamentais como de locais de encontro, das festas, comunicação, do improviso, convivência e, principalmente, da ação, (LEFEBVRE, 2001; DA MATTA, 1991; HABERMAS, 1984 e ARENDT, 1983).

Mas, enfim, esses pressupostos mostram-se aqui como fundamentais, no sentido que temos que incorporar em nossa análise as características da relação entre o ideal de Modernidade que passa a se instaurar de forma parcial em nossa sociedade de cunho colonial e conservadora. O resultado desse processo em que o passado está apenas camuflado em meio às aparências de uma sociedade que se apresenta como moderna, mas que pesa mais do que a realidade fragmentada de

um moderno que se apresenta de forma parcial frente às nossas bases coloniais que ainda persistem. Essa visão é corroborada pela idéia de Martins (1999, p. 11), de que “na verdade, a história da sociedade brasileira tem sido uma história inacabada, uma história que não se conclui, uma história que não chega ao fim de períodos definidos, de transformações concluídas”. Este autor ainda vai além, ressaltando que nossa história “não é uma história que se faz”, mas sim, “uma história sempre por fazer”.

É considerando esse breve contexto em torno das nossas especificidades históricas, que adentramos de forma mais específica no âmbito em que se insere nossa pesquisa quando procuramos compreender o espaço público em uma cidade média situada no Centro-Sul do interior do estado paranaense. Uma realidade, que se apresenta de forma específica, mas que não foge da regra geral que foi, e é, o contexto das inúmeras cidades brasileiras que desde seu surgimento trazem em seu bojo as características de uma relação entre o público e o privado pautada no clientelismo e no patrimonialismo.

Com seu surgimento no início do século XIX, sob os auspícios do governo português, com o intuito de ocupar o território na região da fronteira com as colônias espanholas, a cidade de Guarapuava retrata um espaço que passou por diversas transformações enquanto tradução dos diferentes momentos históricos atrelados aos respectivos interesses, os quais serão tratados de forma mais detalhada, no próximo capítulo, em que abordaremos o processo de estruturação da cidade de Guarapuava ao longo do tempo.

No entanto, para concluirmos esse item, queremos enfatizar que procuramos trazer para a análise alguns dos princípios teóricos e conceituais acerca do espaço público e no contexto da cidade enquanto um espaço produzido. Esse esforço desenvolveu-se no sentido de fundamentarmos nosso estudo do espaço público guarapuavano, um espaço enquanto elemento fundamental da cidade moderna que se mostra como resultado de um processo marcado pela interposição, sobreposição e conflito nas relações entre o público e o privado.

Mesmo, em se tratando de um local que possui suas especificidades, está atrelado a determinadas instâncias que extrapolam os limites da própria cidade, enquanto materialização dos seus espaços físicos. A cidade assumiu a *priori* a função de um espaço de defesa em torno do referencial que era a igreja, o órgão responsável pela construção religiosa, pelo planejamento e controle do núcleo

urbano. Os momentos de expansão e incrementos da vida urbana estiveram estritamente ligados a determinados ciclos que comandavam os sistemas produtivos da região.

Contudo, o dinamismo das atividades estava diretamente relacionado ao campo, com a agricultura de subsistência, com a criação de gado (uma das principais atividades relacionada ao tropeirismo) e na extração da erva mate, atividades correspondentes ao período que vai, desde o final do século XIX ao início do século XX. No entanto, a partir da década de 1940, com o impulso da economia local com a exploração da madeira, o incremento populacional proveniente da imigração e da interligação do município com outros centros urbanos, evidenciamos a busca intensa pelo progresso mediado por novas tendências incorporadas pela elite guarapuavana associada ao poder público local. Segundo Tembil (2007), a elite local impulsionada pela idéia de progresso passa a se revigorar em torno de um discurso pautado pelas transformações das formas urbanas, enfim, pela modernização da cidade.

[...] Nesse sentido, o progresso, que em períodos anteriores se traduziam pelos meios de integração da cidade, seria agora corporificado pela materialidade de suas formas urbanas. Em meio ao processo desenvolvimentista, o discurso norteava uma visão de mundo que deveria se voltar ao avanço, o que significou, muitas vezes, romper os laços com aquilo que representasse o passado (TEMBIL, 2007, p. 206).

Esse processo, iniciado e desenvolvido ao longo da segunda metade do século passado, evidenciou-se ao longo do período por meio de um intenso movimento de expansão urbana, a superação da população rural pela população urbana. Um processo que trouxe consigo os ideais da “cidade moderna” almejada, atrelado aos interesses imobiliários, à luta pela terra urbana, à valorização da área central por meio do processo de verticalização e monumentalização. Enfim, a representação simbólica de um espaço controlado por uma série de agentes produtores do espaço urbano que, em suas relações clientelistas e patrimonialistas, transformam o mesmo segundo interesses próprios e, muitas vezes, pautando-se em discursos que atribuem essa noção de progresso associado à coletividade.

No entanto, a cidade não é apenas, os seus edifícios dispostos de forma concentrada na sua área mais central, não é, também, somente, os principais espaços públicos enquanto representação de uma cidade que prima pelos locais de convivência, de forma centralizada. A cidade é um conjunto em movimento, um

conjunto que se traduz num espaço atual marcado pela diferenciação, pelos espaços periféricos e, por isso mesmo, pelos diferentes sujeitos sociais. É, nesse sentido, que buscamos compreender o espaço público dentro desse contexto maior que é a produção da cidade.

TERCEIRA PARTE

ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

Não há cidadania sem democracia, não pode haver cidadania sem espaços públicos, e o espaço público não pode existir sem uma dimensão física.

Paulo César da Costa Gomes (2002, p. 168)



Fonte: Abreu e Marcondes (2001, p. 18)

Freguesia Nossa
Senhora do Belém
1821

Guarapuava/Décadas
1920
2000

“A cidade é um amálgama de
permanências e mudanças”
(Le Goff, 2000).



Fonte: Arquivo Histórico Municipal



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal

Que a cidade mudou, basta olhar.
Gerações novas e desencantadas
conglomeram-se em colméias de
cimento sem ar e sem amor,
e partiram para a vida de
olhar cínico e punhos duros,
cheios de ritmo e violência,
mas angustiados como pássaros
em busca de espaço onde voar.
Não, não há duvida,
a cidade mudou...

Vinicius de Moraes (1992, p. 26).

CAPÍTULO III - O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DE GUARAPUAVA

A história é uma totalidade em movimento, um processo cujas partes colidem continuamente para produzir um novo momento. O movimento da sociedade é sempre compreensivo, global, totalizado, mas a mudança ocorre a diferentes níveis e em diferentes tempos: a economia, a política, as relações sociais, a paisagem e a cultura mudam constantemente, cada qual segundo uma velocidade e direção próprias - sempre, porém, inexoravelmente vinculadas umas as outras.
Milton Santos (1997, p. 53).

Como sugere o título, faremos aqui uma abordagem dos principais aspectos que determinaram o surgimento da Cidade de Guarapuava e seu processo de estruturação ao longo do tempo. Segundo Santos (1997), citado acima, podemos considerar que o processo de estruturação da cidade é resultante de um conjunto de ações historicamente produzidas e que não ocorrem aleatoriamente, mas segundo um jogo marcado pela interação e também pelo conflito. Sem a pretensão de contar a história da cidade, faremos uma incursão no passado com o intuito de subsidiar a análise do seu processo de estruturação, enfatizando a relação entre ela e seus respectivos espaços públicos, nosso objeto de análise, considerando o processo de produção da cidade em seus aspectos espaciais e sociais.

Esse processo tem, a princípio, uma relação direta com o surgimento das cidades no Brasil colonial e suas principais transformações até a cidade contemporânea. Para que possamos entender, de forma mais contextualizada, como surgiu a Cidade de Guarapuava, é necessária uma retomada de alguns dos principais aspectos que envolveram a colonização em nosso país. Tal procedimento pode ser estabelecido por meio da relação existente entre as origens não somente da cidade de Guarapuava, como de outras cidades paranaenses e brasileiras que, no início do século XIX, foram alvo da ocupação luso-brasileira.

De acordo com Omega (1961 apud DE ANGELIS, 2000), as primeiras cidades que se edificaram no Brasil foram fixadas com o intuito de demarcar um ponto estratégico no mapa da conquista. São as cidades de ocupação, ou seja, fortalezas que mais tarde vieram ou não constituir uma nova cidade.

O interesse na localização e criação de determinada cidade responde a uma lógica de “necessidades” e “possibilidades” que envolvem seu surgimento (CORRÊA, 2004). As lógicas das necessidades estão diretamente ligadas às funções que esse novo núcleo urbano deve desempenhar (de defesa, de trocas, de

produção industrial, dentre outras); já no caso das possibilidades, estas são derivadas das condições de efetivação das funções a que se destina a cidade emergente (um local de passagem, defesa do território, mercado, existência de recursos minerais etc.).

Considerando esses aspectos, o processo de ocupação da Região Centro Sul do Estado do Paraná teve uma íntima ligação com a distribuição dos recursos naturais e seus momentos de valorização. Portanto, a organização do território paranaense, durante o período da colonização, foi movida pelo processo de dominação e apropriação dos recursos naturais, com finalidade única de garantir as necessidades externas.

Como salientam Harris e Ullman (2005), as cidades surgem e se constituem pontos focais da ocupação e utilização da terra pelo homem. Resultantes de um produto de influência sobre determinada região, elas se desenvolvem a partir de padrões bem definidos como sustentáculos de necessidades econômicas e sociais específicas.

A corroborar com essa idéia, Padis (1981) pondera que a ocupação pode assim ser entendida:

[...] A ocupação dos Campos de Guarapuava, por sua vez iniciado e mal sucedido, desde sua “descoberta”, nos começos do terceiro quartel do século XVIII. Aliás, os esforços nesse sentido, eram fruto do temor, por parte do governo português, de uma efetiva ocupação da tomada do território não só pelo estabelecimento de fortificações militares, como também, pelo “desbastamento do sertão” (PADIS, 1981, p. 21).

Considerando estes pressupostos, podemos dizer que as intenções do governo português em colonizar os Campos de Guarapuava, devem-se, de um lado à sua posição estratégica em relação à sua proximidade com a fronteira das colônias espanholas, fronteira que não estava ainda claramente delimitada e, de outro, à expansão da atividade tropeira, no então espaço paranaense, que dava suporte à mineração do ouro em outras regiões do país.

O modelo de ocupação inicial deu-se por meio do sistema de sesmarias que originou as propriedades da região do Terceiro Planalto. A sociedade que aí se instalou dedicou-se num primeiro momento à lavoura de subsistência e à pecuária extensiva que visava ao atendimento das mineradoras das Minas Gerais. De acordo com Thomas (2000, p. 115), “o litoral paranaense, o primeiro e o segundo planalto,

já haviam sido ocupados anteriormente por atividades de mineração (litoral) e pela criação de gado (primeiro e segundo planalto)”.

Com a ocupação da região, Guarapuava foi instalada definitivamente em 1819. A consolidação veio com sua integração à atividade tropeira¹³, que ocorria em meados do século XIX. Como descreveu Defontaines (2004), a maior parte do gado, mulas e burros que servia ao transporte do Brasil litoral e central não era produzida no próprio local, mas sim, provinham das regiões do sul e, sobretudo, do território das Missões e do Uruguai.

Paralelamente à atividade tropeirista, a extração da erva-mate foi desempenhada por uma população marginal à atividade tropeira. Esta extração tornou-se uma das mais importantes na região, tendo em vista a decadência do sistema tropeirista no final do século XIX e início do século XX.

Silva (1995), ao analisar os ciclos produtivos, em nível regional, ressalta, que:

[...] embora a produção da erva-mate tenha sido significativa em termos regionais, pois durante o início do século XX passou a ser a principal atividade econômica da região, a nível nacional sua importância era insignificante, mesmo porque o Governo Central estava preocupado com a produção do café. (...) a economia ervateira teve muitas dificuldades para se desenvolver por tratar de uma atividade extrativa que se realizava em moldes rudimentares e também pela baixa qualidade do produto e as precárias vias de comunicação dificultavam a comercialização (SILVA, 1995, p. 50).

Mesmo possuindo grandes reservas e significativa produção da erva-mate bruta, a região de Guarapuava não se beneficiou com a exploração. Como atividade puramente extrativa não reteve capitais na região. Mostra Tembil (2000) que a comercialização da erva-mate era efetivada em outros centros como foi o caso da cidade de Ponta Grossa ou até mesmo Curitiba, não contribuindo, nesse sentido, para fixação e, da mesma forma, nem para a melhoria da qualidade de vida da população local.

Nesse contexto, outra atividade extrativa vegetal de grande magnitude na região de Guarapuava foi a exploração da madeira. De acordo com Silva (1995), esta atividade ganha impulso, a partir da década de 1940, associada à conjuntura

¹³ Guarapuava ficava na rota dos tropeiros que traziam gado da região das Missões (RS), para a feira de Sorocaba (SP), caminho este, conhecido como “Caminho das Missões”.

favorável criada a partir da Segunda Guerra Mundial, que dificultou a importação da madeira européia, valorizando a madeira paranaense no país.

No entanto, apesar da importância desses ciclos econômicos para a região, observa-se que as características eminentemente predatórias, vinculadas à comercialização externa da produção, não proporcionaram uma base sólida de produção em nível local. Da mesma forma, as relações socioeconômicas estabelecidas não permitiram a formação de uma rede urbana, ou seja, as características das atividades econômicas de caráter exploratório e itinerante não permitiram a fixação e ampliação da população na região. É nesse sentido, que a cidade permaneceu, segundo Silva (1995) como um “apêndice do campo” até praticamente a metade do século passado.

Por outro lado, a partir da década de 1950, com o incremento na região de um grande contingente populacional resultante da chegada e fixação de imigrantes, a integração da cidade por meio da ferrovia e de rodovias com outros centros urbanos, fez com que a cidade passasse a assumir novos papéis no âmbito regional. Mudanças estas, que também tem influências diretas no núcleo urbano, como o surgimento de novos loteamentos em diferentes áreas periféricas.

O crescimento e a expansão urbana ocorreram, de forma acelerada, visto que, já na década de 1980, a população estava fixada em maior número na área urbana. Tomando o crescimento populacional como base, evidenciamos segundo os dados da Caracterização e Tendências da Rede Urbana (2000), que o Município de Guarapuava passou por um processo contínuo de aumento da população total nos períodos 1970/1980, 1980/1991 e 1991/2000, superior ao total da população do estado. Enfim, é considerando esse processo de estruturação da cidade ao longo do tempo que estaremos enfatizando as formas de utilização da mesma com olhar especial para as práticas socioespaciais atreladas aos usos dos espaços públicos enquanto locais de expressão da parte da vida na cidade.

No tocante aos recortes temporais, não consideramos, nessa parte da análise, todos os períodos da expansão da cidade de Guarapuava, isso por dois motivos: 1) porque nem todos os períodos históricos são de nosso interesse visto que trabalhamos com aqueles que estiveram ligados diretamente ao processo de estruturação, implicando em mudanças significativas na cidade; 2) simplesmente pelo fato das dificuldades impostas durante o levantamento de informações detalhadas de todos os períodos históricos.

Nossos referenciais utilizados, como já mencionamos de forma mais detalhada na introdução, constituíram-se do material bibliográfico sobre a cidade; dados disponíveis no Arquivo Histórico da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Museu Municipal e da Biblioteca Municipal; crônicas mesmo que estas sejam portadoras dos discursos da cidade observada e idealizada pela memória dos respectivos autores; informações da Companhia Urbanizadora de Guarapuava (SURG); pesquisa em jornais em diferentes períodos; e, por fim, o material iconográfico enquanto representação denotativa das formas de apropriação socioespacial da cidade enquanto lugar das práticas socioespaciais cotidianas.

Para analisar a cidade na longa duração, Vasconcelos (1999) sugere-nos fazer uma periodização, não necessariamente a partir dos eventos históricos, mas sim, das mudanças espaciais que ocorreram ao longo do tempo. Como nosso enfoque está centrado na forma como a sociedade guarapuavana se organizava, e organiza-se na cidade e, principalmente, em relação aos seus espaços públicos, limitar-nos-emos aqui a enfatizar os aspectos que consideramos mais significativos do ponto de vista dos usos da cidade, ou parte dela para atividades diversas, abarcando uma série de sentidos intrinsecamente ligados aos aspectos socioculturais e aos costumes locais, os quais são determinantes e determinados pela produção e reprodução socioespacial do espaço urbano.

O importante, nesse caso, é apreender as relações existentes entre os espaços públicos e a estruturação da cidade, procurando perceber o lugar, suas formas e funções, por meio das práticas socioespaciais, ou seja, das diversas partes que constituem a formação da estruturação da cidade e, principalmente, as articulações entre elas. Do ponto de vista metodológico para se estudar o “todo”, salienta Santos (1997, p. 5) que através da “análise” deve-se dividir o mesmo em partes, sendo que “a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição do todo”.

Nesse caso, o que nos parece relevante são os períodos significativos, ou seja, aqueles em que as mudanças têm um peso considerável no processo de estruturação e reestruturação da cidade. Mesmo porque as mudanças, em maior ou menor grau, ocorrem a todo tempo, a cidade é um espaço em movimento e o movimento da sociedade urbana como um todo é uma combinação entre as permanências e mudanças desse processo (LEFEBVRE, 2001; CORRÊA, 2001 e SANTOS, 1997).

Considerando, ainda, Santos (1997 e 2002), constatamos que as mudanças estruturais não podem recriar todas as formas o que nos leva a utilizar, em nossa análise, as formas do passado ou as “rugosidades do espaço”. Ou ainda, como afirma Carlos (2004b), há que se considerar que se produzem novas formas, funções e estruturas sem que as antigas tenham, necessariamente, desaparecido, apontando uma contradição importante entre as “persistências”: ou seja, o que resiste e se reafirma continuamente enquanto referencial da vida e o que aparece como novidade e como centro inexorável do processo de modernização em curso. Essa relação entre o velho e o novo, na qual podemos incluir também a idéia de Lefebvre (2001) sobre as “permanências e as mudanças” é a base para que possamos analisar o processo de estruturação de Guarapuava, um processo que se fez, e continua articulado aos auspícios de uma sociedade que, segundo Silva (2005)¹⁴, tem suas bases de cunho tradicional e conservadora de poder e, ao mesmo tempo, apresenta um discurso recente pautado na busca por uma “cidade sempre nova”, atrelada aos ideais de Modernidade.

Para fazer frente a essa demanda, estabelecemos dois períodos distintos de análise: (1) do início do núcleo urbano até meados do século XX, período marcado pela predominância das atividades no campo e que a cidade era mantida como um apêndice do mesmo, sempre ligada aos acontecimentos externos em virtude do seu isolamento em relação a outros centros maiores; (2) o relativo ao processo de urbanização recente de Guarapuava, notadamente a partir da década de 1950, período marcado pela expressiva expansão da cidade, assim como dos diferentes papéis urbanos, passando, nesse sentido a comandar o espaço produtivo, sendo o centro das atenções, em que o “progresso” passa a ser expresso por meio da materialização do espaço urbano. Enfatizamos que essa retomada é necessária para subsidiar nosso entendimento das mudanças e funções diferenciadas que os espaços públicos exerceram e continuam a exercer no processo de estruturação da cidade e, nesse caso, é fundamental recorrermos à dimensão histórica das dinâmicas que envolveram a cidade e seus locais de convivência, vinculadas ao seu processo de estruturação ao longo do tempo.

¹⁴ Em sua tese de Doutorado sobre os territórios conservadores de poder na região Centro-Sul do Paraná, mais especificamente no Município de Guarapuava, essa autora retrata a política recente a partir da análise dos principais grupos de poder políticos e de seus discursos de “renovação” e tradição, como forma de apoderar-se do imaginário social para a permanência ou para a conquista do poder. Para ela, trata-se de “uma política conservadora sustentada por práticas clientelistas, na troca de favores, com elevada associação personificada do poder, sem ou com pouca mediação das instituições, bem como no desejo de preservar a “ordem” estabelecida, em valorizar a “sabedoria” dos ancestrais etc.” (SILVA, 2005, p. 42).

3.1. DO INÍCIO DO NÚCLEO URBANO ATÉ MEADOS DO SÉCULO XX

O início do aglomerado urbano que deu surgimento à Freguesia de Nossa Senhora de Belém, povoamento que originou a Cidade de Guarapuava¹⁵, deu-se em 1819. Tendo em vista as estreitas relações existentes entre a Igreja e o Estado na época, foi nomeado o Padre Francisco das Chagas Lima para escolher o local da nova sede para constituir a paróquia, local este de onde constituiria definitivamente o núcleo urbano da povoação.

O nome da Guarapuava Espanhola era Província de Vera, criada em 1541 por Dom Alvár Cabeza de Vaca. Sertões do Paiquerê, Sertões do Tibagi ou Sertões Desconhecidos eram os nomes dados pelos portugueses antes que Guarapuava fosse por eles ocupada em idos de 1770.

Após essa ocupação, passaram a chamá-la de Campos de Guarapuava. Depois que os portugueses chegaram a essa região e fizeram a ocupação luso-brasileira, em 1810, passaram a chamar de Povoado de Atalaia. Com a mudança dos povoadores do Atalaia para o local onde hoje está a Cidade de Guarapuava, cuja instalação ocorreu em 9 de dezembro de 1819, tomou o nome de Freguesia de Nossa Senhora de Belém (MARCONDES, 1998, p. 20 e 21).

Em 17 de julho de 1852, a freguesia foi elevada à vila, pela Lei Imperial nº. 12, passando a ser chamada de Vila de Guarapuava. De acordo com Teixeira (1999), Guarapuava, enquanto vila se constituía de um modesto conjunto de casas ao redor da igreja matriz, marco de sua fundação a 9 de dezembro de 1819, que era apenas um oratório construído em taipa (Figura 4).

Somente a partir de 12 de abril de 1871, através da Lei Provincial nº. 271, foi então denominada de Guarapuava (MARCONDES, 1998). No seu início, a cidade, apenas servia para encontros e para a participação nas festividades religiosas, nas comemorações cívicas ou mesmo encontros para decisões políticas, pois a vida dos primeiros habitantes estava totalmente atrelada às atividades ligadas ao campo.

¹⁵ O local onde hoje está situada a Cidade de Guarapuava era uma terra habitada por índios que viviam basicamente da coleta de frutas, da pesca e da caça de animais. Como havia uma grande quantidade de lobos, eles eram os mais caçados. Pela abundância dessa caça, os índios chamavam essa região de GUARÁ (lobo), PUAVA (bravo) (MARCONDES, 1988).

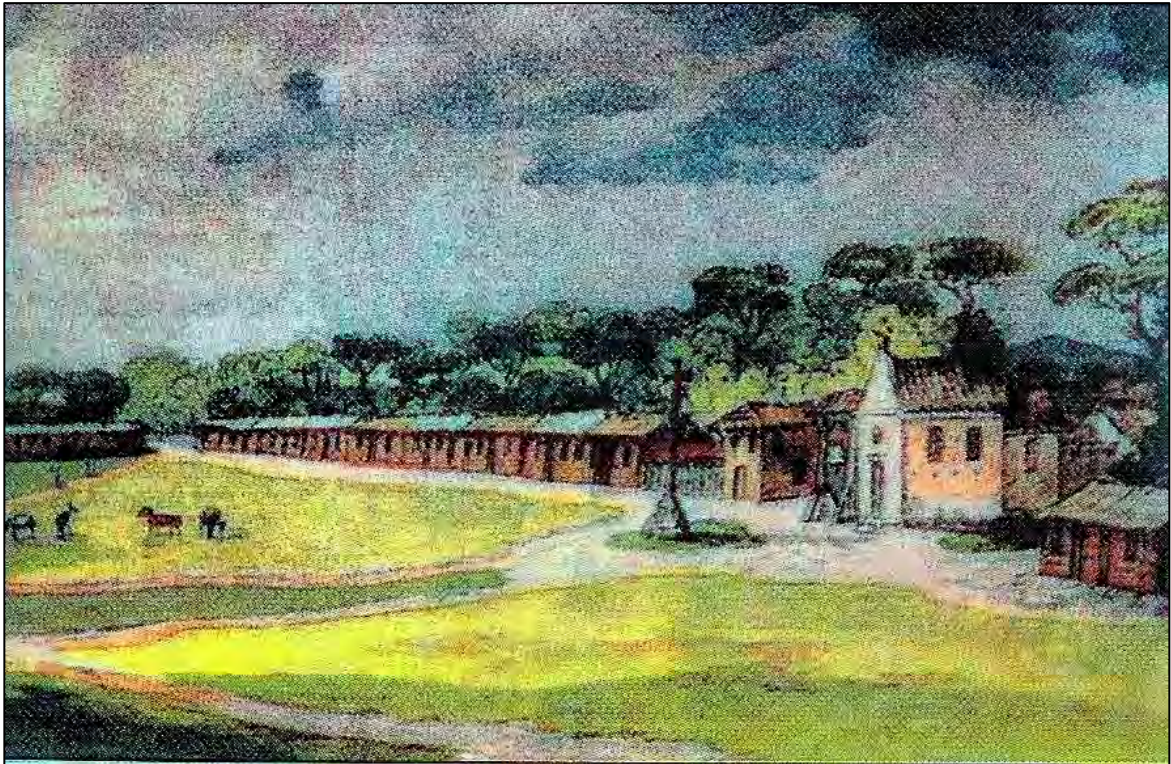


Figura 4 - REPRESENTAÇÃO DA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO BELÉM (1821)

Fonte: Abreu e Marcondes (2001).

Figura: DEBRET, Jean B. (Quarenta paisagens inéditas do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Museu Castro Maia - RJ).

Vamos encontrar em Marx (1991), de forma sistematizada, como ocorreu a origem e expansão de grande parte das cidades no Brasil, sobre a influência da Igreja, a partir da:

[...] Concentração de moradas e uma capela, depois capela-curada ou visitada por um padre, quem sabe uma paróquia mais tarde. Um povoado de determinado porte aspiraria construir uma paróquia ou denominação que prevaleceu entre nós, uma freguesia. Depois tal freguesia vai almejar a autonomia municipal que, se alcançada, implicará o seu símbolo, o pelourinho, e a sua casa de câmara e cadeia... O ponto privilegiado topográfico já está escolhido, a área mais prestigiada do lugar definida, o largo principal constituído (MARX, 1991, p. 12).

A escolha da localização, do que seria mais tarde, a cidade de Guarapuava levou em consideração a abundância dos recursos naturais e a topografia do terreno, tendo em vista que a área marcada para início da povoação foi estabelecida em local de destaque entre dois arroios denominados de Central e Pocinho.

Dessa forma, no auto de fundação, já era especificado que as paredes das casas deveriam ser construídas de pedras, taipas de pilão ou, ainda, firmadas sobre esteios de cerne, cobertas de telhas. Em 15 de dezembro de 1821, contava-se, em

Nossa Senhora de Belém, 14 casas de alvenaria de taipas, sendo oito grandes e seis pequenas (GUARAPUAVA, 1986). Segundo Ribeiro (1929 apud SILVA, 1995):

Cuidava-se da largura das ruas (100 palmos, pelo menos, isto é, 22 metros) e da estética da povoação, que seria erigida de acordo com uma planta que 'levantou e ofereceu o reverendo vigário Francisco das Chagas Lima'. Assim, no centro deveria reservar-se uma área quadrada, de 90 braças de lado, destinado ao largo fronteiro da igreja, atrás da qual se construía a casa do vigário e do coadjutor. Para os lados ficariam as habitações dos empregados e na parte mais baixa desceriam três ruas na largura de oitenta braças craveiras (SILVA, 1995, p. 64).

A autonomia municipal ocorreu em 17 de julho de 1852, quando o povoado de Nossa Senhora de Belém foi elevado à categoria de Vila. Neste mesmo ano, instalou-se a Câmara Municipal, onde todos os problemas passaram a ser debatidos pelos vereadores. Em 1853, a Câmara aprovou a denominação de cinco ruas longitudinais e sete transversais (Figura 5), dando origem ao que denominaram de primeiro “quadro urbano” de Guarapuava (ABREU e MARCONDES, 1992).

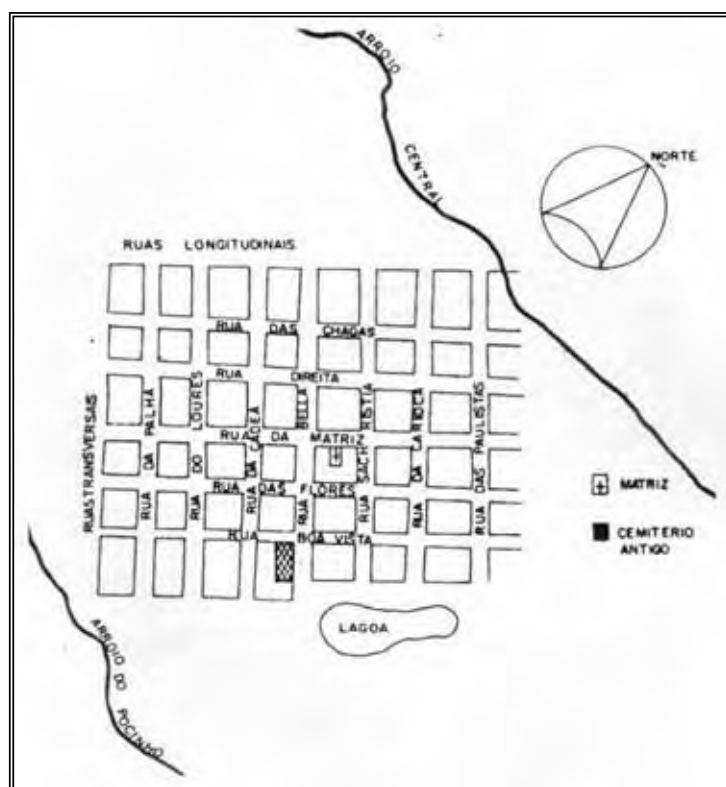


Figura 5 - GUARAPUAVA: PRIMEIRO QUADRO URBANO (1853)

Fonte: Abreu e Marcondes (1992, p. 40).

A ocupação do sítio urbano e a primeira orientação à constituição de sua morfologia urbana deram-se em torno de edificações em que se instalaram instituições compondo um quadro de símbolos municipais, formados pelo prédio da

Câmara Municipal, a Cadeia e a Igreja Nossa Senhora de Belém construída por volta de 1887. Estavam todos localizados em privilegiado patamar topográfico, em torno do antigo Largo da Matriz, hoje a Praça Nove de Dezembro. De acordo com Souza (1995), o fator topográfico teve grande influência na expansão territorial da cidade, pois ela se situa em superfície suave e ondulada, o que possibilita a demarcação do traçado ortogonal, tradicionalmente conhecido como tabuleiro de xadrez, partindo de um núcleo, no entorno de uma pequena capela.

No Brasil, a presença de praças e largos vem de longa data, remontando aos primeiros séculos de colonização. Sobre esses espaços, recaíam as atenções principais dos administradores, pois constituíam pontos de atenção e focalização urbanística, localizando-se ao redor da arquitetura de maior apuro, já que eram pontos de concentração da população (REIS FILHO, 1968). Como ressalta Marx (1991 e 2003), ao analisar a evolução dos espaços públicos brasileiros, especialmente da cidade de São Paulo, via de regra, havia nas cidades antigas, “uma igreja, uma praça”, fato comum em Guarapuava, quando observamos que parte das praças mais antigas estão situadas em frente ou em torno das igrejas. Além da Praça Nove de Dezembro, já mencionada, havia a Praça da Saudade juntamente à capela mortuária municipal, a Praça da Ucrânia situada em frente à igreja de rito ucraniano e a Praça Santa Terezinha, em frente igreja de nome homônima; (praças nº. 1, 4, 5 e 9, respectivamente, da figura 2), embora, com exceção das duas primeiras, as outras duas sejam mais recentes, confirmam essa tradição da vinculação entre o espaço público e o espaço religioso.

Nessa abordagem histórica, já tratamos esses espaços públicos como praças, visto que o termo é o mais utilizado para a designação desses locais nas cidades, atualmente. Entretanto, ressaltamos que, além desse termo, na época da colonização, diversos termos especificavam diferentes espaços públicos nos aglomerados urbanos, dentre os quais podemos citar os seguintes: rossios, campos, terreiros, largos e adros¹⁶, principalmente (VAZ, 2001 e MARX, 1991 e 2003).

Uma análise da Praça Nove de Dezembro, juntamente com a Rua XV de Novembro (embora não tivessem essa denominação naquele período) mostra-nos que eram os locais mais importantes do ponto de vista da interação e das trocas de informação, debates coletivos, lazer e festividades. No caso da primeira, ressalta-se

¹⁶ Para Vaz (2001, p. 135) o “adros” era um espaço público destinado a atrair curiosos para a igreja e para reunir pessoas para realização de cerimônias religiosas, festas e procissões.

que era o local da expressão de atitudes cívicas, religiosas, ou de lazer e contemplação (Fotos 25, 26 e 27).



Foto 25 - PRAÇA NOVE DE DEZEMBRO
(Comemorações cívicas na década de 1920)
Fonte: Arquivo Histórico da Unicentro



Foto 26 - PRAÇA NOVE DE DEZEMBRO E CATEDRAL NOSSA SENHORA DO BELÉM
(Festa da padroeira na década de 1930)
Fonte: Arquivo Histórico Municipal



Foto 27 - PRAÇA NOVE DE DEZEMBRO: CAVALHADAS (Início da década de 1930)
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Há que se levar em consideração que era, nesse espaço, que ocorria: as festas da padroeira caracterizadas por um momento de encontro e interação da população do núcleo urbano e da sua região; as comemorações cívicas como as paradas de 7 de Setembro e do Dia da Bandeira; as práticas religiosas como as quermesses; e, de lazer, como por exemplo as cavalhadas¹⁷, que foram muitas vezes realizadas no local em frente à Matriz, onde hoje é a Praça Nove de Dezembro. Em matéria publicada pelo jornal *Folha do Oeste*¹⁸, alusiva ao início da década de 1940, observamos como se desenrolavam as festividades referentes às comemorações do Dia da Pátria, com a concentração na praça da matriz:

Após a missa realizada na Igreja Matriz, que teve cunho expressivo de religiosidade e de fé nos destinos da Pátria, teve início o programa das comemorações. As altas autoridades se reuniram na Praça da Matriz e, ali, conjugou com o povo diante do Altar da

¹⁷ As cavalhadas são uma manifestação folclórica que, desde idos de 1870, ocorrem atreladas as festividades da padroeira em fevereiro, durante a Semana da Pátria, ou então, durante a comemoração do aniversário da cidade no mês de dezembro. Incorporadas pela presença portuguesa no povoamento dos campos de Guarapuava, representou, segundo Teixeira (1999, p. 71 e 72), por um longo tempo, uma verdadeira odisséia para os habitantes da pequena cidade favorecidos pelas atividades campesinas, provocando intensas vibrações nos lances emocionantes das inúmeras evoluções daquela teatralização, que tinha por característica, a evocação da luta entre mouros e cristãos. As cavalhadas, geralmente, aconteciam após a missa, precedendo os fandangos que aconteciam no início da noite. Essa tradição ainda perdura em Guarapuava, mesmo que o acontecimento seja esporádico, as cavalhadas ainda acontecem enquanto rememoração, enquanto parte do imaginário social, das tradições e manifestações culturais.

Pátria, onde estavam sob a Bandeira, as efigies de Tiradentes, o proto-martir da Independência; de Caxias, o patrono glorioso de nosso Exercito; e do Dr. Getulio Vargas, o benemérito e inconfundível Presidente do Brasil.”

(...) Às dez horas, presente grande massa popular, vendo-se também os nossos colégios e o grupo escolar, formados garbosamente em tórno do mastro juntamente com os escoteiros, foi solenemente hasteado o pavilhão nacional pelos drs. Mário Pimentel de Camargo e Lauro Fabrício de Mello Pinto, Prefeito Municipal e Juiz de Direito da Comarca.

(...) O povo que enchia literalmente as dependências da praça homenageou, nesse instante magnífico, o símbolo sagrado da Pátria com calorosa salva de palmas. (FOLHA DO OESTE, 1942, p. 1).

Considerando tais aspectos, constatamos que a noção de espaço público, naquele período, era aquela voltada para o uso, estritamente associado aos aspectos culturais, cívicos e religiosos, que determinavam uma identidade de cunho “legitimadora” de poder (CASTELLS, 1999). Denotam o perfil da sociedade tradicional campeira e as características que lhes eram peculiares no uso dos seus espaços consoantes às suas necessidades vividas ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, ressaltamos a idéia de Egler (2000, p. 215), enfatizando que “encontrar e festejar são elementos de um mesmo processo de apropriação social do espaço. Significa em sua essência, ser potencialmente incluído, participar de forma igualitária de um evento”. Na concepção dessa autora, o “encontro” está sempre associado ao “acontecimento”, que constitui uma forma de refazer o cotidiano, de reinventar e de reviver, interrompendo, ainda que, por pouco tempo, a reprodução da exclusão, ou seja, trata-se de um momento de renovação da vida (EGLER, 2000).

Tembil (1984), em sua crônica, assim narra o desenrolar dos momentos festivos no pequeno aglomerado urbano em torno desses espaços públicos:

Nossa Senhora de Belém. De fevereiro, no seu segundo dia.

A imagem aqui chegou conduzida por Laura Rocha de França Loures esposa do Brigadeiro Rocha, no lombo do cavalo, sob ataque de índios.

Nesse dia, Guarapuava amanhece engalanada, céu anilado. Lindíssimo. À tarde: chuva. Barraquinhas roda da sorte, prisão, cavalinhos, correio sentimental. O bingo era com Onofre.

Churrasco: dezenas de vacas ofertadas pelos fazendeiros, minga da boa. Bolos de diversos tipos - saborosos.

Apostolado da oração. Dona Nenê Schamber, Mamãe, dona Agueda, tia Mila, lá estavam. O padre vigário. Tudo observava e comandava. Dona Nanhã era um símbolo. Matrona respeitável.

No leilão. A vibração do Fontoura. A banda do Pedroca com um belo dobrado. Nelson Guiné firme no seu instrumento musical.

Uma bela lembrança foi a apresentação da família de Jonathas Cruz. Pai e irmãos. Uníssonos com seus violões gaitas e pandeiros. (TEMBIL, 1984, p. 12 -13).

Não casualmente, são essas parcelas da cidade que mantêm aspectos marcantes dos momentos de ruptura com rotina urbana marcada pelo cotidiano repetitivo. Carregando os sentidos não só da história da cidade, mas de retratar a diversidade de comportamentos, estilos e interações que ocorrem em fronteiras flexíveis da dinamicidade socioespacial que lhes são inerentes (LEITE, 2004).

As festas marcavam, de forma significativa, os momentos de ruptura e o ritmo da vida da população em torno das práticas socioespaciais estabelecidas no núcleo urbano, o momento da interação dos diferentes atores sociais em torno de um único espaço partilhado. No dizer de Da Matta (1991, p. 45), estes são os momentos “extraordinários”, curtos interregnos de tempo em que nos transformamos em agentes exemplarmente coletivos, momentos esporádicos em que nos incorporamos a uma multidão ou público, mesmo que temporariamente.

Em relação a esses momentos festivos na cidade, relata o cronista:

Vestidos e saias rendadas, lamês, laquês, anáguas... Namoros para um casamento futuro. A fazendeirada com roupa nova, alegres e joviais.

Uvas deliciosas do Jordão. A italianada faturava.

Na procissão, sacristão na frente abria o cortejo. Turíbulo aspergindo o aroma de incenso.

Todos contritos acompanhavam o andor da Santa Padroeira que em tempos idos possuía um colar de ouro e brilhante.

(...) Os cedros plantados na década de vinte, rodeiam a Matriz, Frondosos, cheirando a resina. Um abrigo para o povaréu. Após a procissão quase sempre chovia.

O bar América (portas cerradas). Respeito. Foguetes, cor, barulho, retreta, girândolas que espoucam.

Nove dias. Nove noites, Novenas, Festeiros, Fé e devoção. (TEMBIL, 1984, p. 13).

Uma análise do papel desempenhado pelos espaços públicos na cidade, ao longo do tempo, remete-nos a um perfil deles, de acordo com as necessidades

experimentadas, a cada momento, visto que são um reflexo dos gostos e costumes da sociedade. Tais espaços carregam consigo suas peculiaridades enraizadas na história e nas experiências das práticas socioespaciais cotidianas de neles estar, permanecer, passar, observar, sentir.

As modificações ocorridas no núcleo urbano, nesse período, estiveram estreitamente ligadas à evolução da economia tropeirista, não proporcionando modificações significativas à estruturação interna da cidade. A infra-estrutura era rara, exigindo da administração da época providências para cuidar da estética da cidade. As medidas tomadas pela Câmara Municipal proibiam a construção de casas de madeira no centro da cidade, obedecendo à tendência geral de valorização do estilo arquitetônico europeu. Segundo Teixeira (1999), as casas de madeira serrada surgiram somente, no final do século XIX, quando apareceram os primeiros engenhos e exímios serradores na feitura de tábuas, principalmente a imbúia, retiradas manualmente.

Enfatiza Marques (2000), que as posturas municipais no período passaram a ser observadas no sentido de garantir uma aparência do estilo colonial português à vila. Padronizou-se o número de janelas, a altura dos pavimentos e a porta da frente passou a ser disposta no alinhamento da rua. O ferro importado da Europa passou a ser utilizado nas varandas, portões e sacadas das residências.

Teixeira (1999, p. 40) afirma que os edifícios que se construíssem dentro dos limites do quadro urbano deveriam apresentar 24 palmos de pé direito portas com 13 palmos nas ombreiras e janelas com 8 e meio de vão. Os proprietários obrigavam-se a calçar defronte de sua propriedade e a caiarem a frente das casas de dois em dois anos.

A simplicidade da cidade do início do século passado era resultante da concentração da maioria da população no campo, em função das atividades econômicas ligadas à agricultura de subsistência e à criação extensiva de gado, comandadas pela sociedade tradicional campeira¹⁹. Na cidade, concentravam-se as instâncias de poder, marcadas sempre pela estreita relação entre o poder público e a igreja, e também o comércio.

¹⁹ Segundo Abreu (apud SILVA, 2005, p. 41), o termo sociedade tradicional campeira é um misto da sociedade tradicional, constituída pelos “descendentes do branco-português, negros e índios”, com a sociedade campeira, composta por aqueles que se dedicavam à pecuária, como criadores e invernadores do gado vindo do Sul. Para esta autora, ao longo do tempo, o termo passou também a agregar toda a sociedade originária desses pecuaristas, mesmo aquela que teve sua atividade econômica diversificada.

Enfim, nas palavras de Silva (2004), a cidade era apenas um “apêndice do campo”, expressando um tímido crescimento, com as atenções voltadas sempre para questões regionais, ou então, para o surgimento da linha férrea que, desde o início do século passado, era uma esperança de maior integração com outros centros maiores. Além de representar um grande impulso para a cidade, era também uma via para assimilação da vida moderna (TEMBIL, 2004), embora isso só tenha vindo a concretizar-se na década de 1950.

No entanto, considerando essas características do núcleo urbano e sua relação com o espaço público de outrora, observamos que tanto a Praça Nove de Dezembro, como os Largos dos Alves e o Largo Sete de Setembro, onde hoje estão respectivamente as Praças Coronel Luiz Daniel Cleve e o Colégio Francisco Carneiro Martins (TEIXEIRA, 1993), eram os característicos locais de encontro da população (MARCONDES, 1998), tanto para quem residia no núcleo urbano, quanto para quem se deslocava das fazendas para a realização de negócios, compras e passeios.

É interessante enfatizarmos, também, naquele momento, as funções básicas da rua “Larga” como se refere o cronista ao narrar às formas, funções e os fatos ao longo da Rua Larga, Rua Direita, Rua Benjamin Constant:

Na minha Guarapuava, a sua via mais central. Acontecimentos. Desfiles cívicos e familiares. Cochichos. Cavalos atados nas soleiras das portas. Vacas soltas. Barro e poeira. Polainas, chapéus côco, bengalas.

No alto do Ramalho, avistávamos a chegada das diligências do Mezzomo. Azuis, magrelas, malas sobre o teto. Passageiros ilustres.

Ao poente a casa de João do Prato - agrimensor. Manoel Santo Hilário - delegado e dono de empresa funerária. Glicínias em toda a área; vivenda de Alexandre Cleve. Cartório, documentos e registros.

Para nascente: Jerônimo Abreu. Na porta o Ford bigode do Juca Abreu. Carnes, lingüiças e “xaxixo” do bom, com o palheiro na boca e a cuspida atrás do balcão: Hipólito Gomes.

Mais uvas e vinhos caseiros: Miguel Passarelli. Trajano Caldas. Salim - casa de comércio. No Tuffi Saab: retrós, banana, guloseimas, secos e molhados. O Pharol saía da tipografia do Lustosa, na casa seguinte. Posteriormente: Comercio do Singer.

Praça 9 de Dezembro. Festas da Padroeira. Cavalhadas, Solenidades cívicas. Cel. Lustosa Danguí, Rosa Siqueira, Eugenio Branco, Arlindo e Emilia Saldanha. Eram os proprietários das casas enfileiras, unidas, completando a visão da praça central.

Tijolos à vista, sem reboco, destacando-se num estilo arquitetônico diferente: José Correia Júnior - Coletor e dono de Olaria. Chimarrão. Papos no banco comprido da farmácia - Antonio Zarur.

Discursos. Solenidades. Posses. Discussões na Câmara. Inúmeros Prefeitos Cadeia no térreo. Prédio da Prefeitura Municipal.

Defronte, o casarão do seu Brunfeld. O nego Jair servindo taças de sorvete com um copo de água.

No início do Miquilino e depois do Chico Demario - lendário Bar América. Em frente o agente do correio - Joaquim Nascimento. Hospital na revolução de 1924.

Bailes em traje a rigor. Imponente. Clube Guairá. Lisboa & Filhos. "Armarinhos, ferragens, fazenda, chapéu. Drogas. Etc." com filial no alto cascavel.

Uma das casas mais antigas, dizem ter sido do Capitão Rocha. Lembramos dona Romanita e filhos sua presteza e atenção.

Após o Bar América, casa de Generoso Teixeira Bento de Camargo Barros e do outro lado da rua, Sergio Taques. (TEMBIL, 1984, p. 17 - 19).

A narrativa acima faz referências à Rua XV de Novembro, principal rua da cidade de outrora, que ainda hoje exerce essa função ao nos reportarmos ao atual "Calçadão da XV", onde se concentravam as principais atividades, notadamente, as de comércio, com exceção do Mercado Municipal, que se localizava onde hoje está situado o terminal de ônibus central. Nesse caso, essa via assumiu a conotação de espaço efetivamente público ao passo que se constituiu e se constitui ainda hoje, como o principal local do encontro, do movimento e da interação socioespacial expressão maior da centralidade urbana.

Foi também em torno desses espaços, ditos públicos, vinculados ao centro de poder como a Igreja, Prefeitura, Câmara, Cadeia e a praça principal, que se estabeleceram as principais residências de um centro constituído pela elite guarapuavana. Já, na década de 1880 (retornando um pouco na seqüência que vimos desenvolvendo), em terreno doado pela Prefeitura foi fundado pela elite local o Teatro Santo Antonio como expressão da força cultural local (Foto 28).

Com aproximadamente 120 lugares, saguão de entrada, palco, amplos camarins e oito camarotes²⁰, seu prédio figurava entre os melhores existentes no Estado do Paraná (TEIXEIRA, 1999).

²⁰ De acordo com Teixeira (1999) e Krüger (1999) o camarote número um era de exclusividade de Antônio de Sá Camargo "Visconde de Guarapuava", dada a sua grande colaboração financeira para a construção do mesmo.



Foto 28 - TEATRO SANTO ANTONIO (Inaugurado na década de 1880)

Fonte: Arquivo Histórico da Unicentro

Realizavam-se, no local, espetáculos de teatro amador e música ao vivo. Relata Tembil (2004) que:

O Teatro Santo Antonio, integrava, portanto, esse centro. Além de peças teatrais, eram realizados em seu espaço os concertos musicais, que também eram efetivados nas casas das famílias mais abastadas. Atividades dessa natureza, no que refere às residências, inauguraram um cômodo que a princípio só era utilizado pelo fazendeiro proprietário quando recebia homens de negócio: a sala de visitas.

(...) A partir disso, as mulheres, que ficavam a maior parte do tempo nas alcovas, passaram a fazer uso desse local, uma vez que em geral eram as moças da casa que tocavam piano, liam poesias e trechos de romances para os convidados (TEMBIL, 2004, p. 113 - 114).

No início do século XX, o teatro foi adaptado para ser o cine Santo Antonio, passando mais tarde para o Cine Pimpom. Essas ações estiveram vinculadas ao surgimento dos primeiros clubes e associações na cidade. É, nesse período, que surge o mais tradicional clube guarapuavano para abrigar os tradicionais eventos sociais e políticos da elite de guarapuavana, “Clube Guayra”, o qual perdura ainda nos dias de hoje, enquanto o “Guaira Country Clube”. Enfim, como relata Teixeira

(1999), é nesse período que a cidade atinge o apogeu cultural, ao fazer referência às intensas atividades musicais, literárias e jornalísticas.

É nessas fronteiras flexíveis entre o público e o privado que a cidade se define enquanto um espaço produzido pelas práticas socioespaciais que lhes são específicas. Assim como a casa, também a rua, a igreja, a praça, o clube enquanto locais de experiência dos homens na cidade traduzem “modos de ler, explicar e falar do mundo”, ou seja, inscrevem uma trajetória temporal cuja densidade reflete as crenças e costumes de uma cidade (TEMBIL, 2004).

Embora seja visível a tendência da sociedade guarapuavana de se organizar em torno de espaços como os clubes, teatros e cinemas, onde as atividades se destinavam a determinado público, notadamente a elite local, observamos que, nos espaços públicos como a “rua”, por exemplo, as práticas socioespaciais se apresentavam com maior dinâmica, pelo fato de que a cidade ainda era vivenciada em sua totalidade.

Era, pois, na rua, também, que aconteciam as tradicionais “avenidas”. Fazendo referência à “rua” e à “praça” mais central da cidade, Tembíl (1984, p. 23) relata que os alto-falantes irradiavam uma programação de discos diretamente do sobrado em frente à pracinha (praça da matriz), onde um cronista local atendia aos pedidos, espiando da janela do sobrado os pares e grupos que passavam e focavam na praça. E vai além,

lembro-me de quando era garoto, a satisfação que tinha em participar das famosas “Avenidas” nas noitinhas de domingo na Rua Quinze de Novembro e na Praça 9 de Dezembro.

Naquela época, todos os domingos, ao começar pela tarde e se prolongando até o mais tardar nove e meia da noite, era hábito do povo, fazer, como se dizia: “a avenida”.

(...) Era, ali, nas “Avenidas”, que muitos olhares eram trocados. Muitos lencinhos caíam para serem apanhados. E, no serviço de alto-falantes os “pedidos” funcionavam. Quando Santoros guarapuavanos ali estavam lançando seus lânguidos olhares sobre as Firminas. (TEMBIL, 1984, p. 23 -25).

Esse costume foi uma das principais funções dos espaços públicos nas cidades coloniais, que eram os lugares nas cidades destinados a que a sociedade pudesse “ver e ser vista” (SEGAWA, 1996). Esse costume, na cidade de Guarapuava, permaneceu até o final da década de 1940.

Segundo Teixeira (1999, p. 49), essa prática socioespacial ocorria com movimentação da população local pela Rua XV de Novembro, desde o Clube Guaíra até a Praça Nove de Dezembro. Permaneciam até o início da noite, num vai e vem constante. Era o dito “fazer avenida”. Essa prática também é evidenciada quando ressaltamos a entrevista do Senhor Josoel de Freitas, com 68 anos, ao Jornal Diário de Guarapuava²¹, por ocasião da comemoração do aniversário da cidade pelos seus 186 anos.

A avenida era ponto de encontro dos jovens e local para passear no domingo com a família. (...) quando a gente gostava de uma moça, marcava encontro na avenida, que era de chão batido. Muitos guarapuavanos faziam esse passeio, com a família. As mulheres estendiam uma colcha na janela e ficavam observando o movimento na rua (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2005, p. 13).

Enfim, tratava-se de um *footing* onde se desenrolavam as práticas socioespaciais na cidade, os relacionamentos, inclusive familiares, que permitiram o surgimento de vários namoros, noivados e futuros casamentos, revelando os hábitos e costumes da sociedade guarapuavana, no referido período.

No entanto, se por um lado é certo que o espaço público, a rua e a praça são os locais destinados ao encontro, ao viver/conviver juntos na cidade, por outro lado, esses locais, ditos como terra que pertence ao governo ou ao povo, também são considerados como perigosos, mundanos e, portanto, propícios para atos ilícitos que escapam ao domínio e ao controle possível de ser estabelecido no espaço privado, no espaço vigiado enquanto símbolo da vida (DA MATTA, 1991).

Em matéria publicada pelo Jornal Folha do Oeste, no final da década de 1930, com destaque para sua primeira página, podemos evidenciar que a relação entre o público e o privado ora se apresenta como complementar e ora como algo dicotômico, característico das contradições e dos conflitos. Com destaque para a “rua” e com a preocupação em alertar os pais em relação aos perigos que esse espaço público pode representar para seus filhos, enfatizava que uma das mais importantes regras da educação é a vigilância.

²¹ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. História. Lembranças, objetos e fotos antigas: o início de Guarapuava. Entrevista. Guarapuava, 09 de dezembro de 2005. p. 12 e 13. (Edição Especial dos 186 anos de Guarapuava).

E que, nesse sentido, os pais deviam vigiar seus filhos, não os perder de vista, não os abandonar aos “perigos” da rua²².

A palavra “rua” abrange nesse sentido todo lugar que está fora da vigilância ou do controle dos pais ou dos educadores, de modo que não se refere apenas à via e a praça pública, mas também a outros lugares fora da casa paterna, onde os jovens ficam subtraídos ao olhar dos seus. O jovem que se sente livre de qualquer vigilância, sente desde logo inclinado e decidido a entregar-se às suas inclinações, a sua natural vivacidade e leviandade que o leva a travessuras, chegando muitas vezes a roubar, a meter-se em discussões e brigas, a descuidar-se dos trabalhos e de sua obrigação (FOLHA DO OESTE, 1938, p. 1).

Essa matéria é importante do ponto de vista do espaço público tido como oposição ao espaço privado, ou seja, uma inversão do sentido clássico do espaço público enquanto o “espaço da liberdade” (HABERMAS, 1984 e HARENDT, 1983), embora, aquela noção de liberdade estivesse supostamente subsidiada por meio de referenciais comuns, do diálogo e da coletividade, diferentemente da tendência à sobrevalorização do espaço privado na cidade moderna.

Nesse sentido, queremos evidenciar que essa análise se desdobra em outra questão que merece destaque, aquela do espaço público enquanto local propício para transgressões de supostas regras de convívio que estão postas para a utilização do espaço público. Não tomando aqui o espaço público enquanto uma área juridicamente delimitada, visto que também representa um conjunto de idéias e vontades coletivas e que não necessariamente estão descritas em normas de uso.

No entanto, e onde queremos chegar com essa reflexão, é que a noção do espaço público enquanto um espaço de todos, pode levar também a uma noção totalmente contrária dessa desejada, ou seja, aquela não rara em nossas cidades de espaço público enquanto “terra de ninguém” e, aqui, queremos chamar atenção, principalmente para um efeito maléfico dessa noção, que é a aquela da “erosão do espaço público” (SENNET, 1998) e, conseqüentemente, da depredação do patrimônio público enquanto bem da coletividade. Nossa pesquisa em jornais demonstrou que isso é uma tendência na cidade, não que seja uma particularidade

²² PJB, A rua. **Folha do Oeste**. n. 51, Ano I, Guarapuava, Paraná, 6 de março de 1938. p. 1. O leitor deve estar atento para o fato de que os trechos da matéria sobre a “rua” e seus perigos, aqui apresentados, são fiéis ao original: FOLHA DO OESTE. A Independência do Brasil: alcançaram brilhantismo invulgar as comemorações do < Dia da Pátria > em nossa cidade. n. 102, Ano 3, Guarapuava - Paraná, 13 de Setembro de 1942. p. 1. Essa ressalva é válida também para todas as reportagens apresentadas na tese de forma literal, notadamente àquelas alusivas ao Jornal Folha do Oeste nas décadas de 1930 e 1940, que se referem ao primeiro período da estruturação urbana de Guarapuava.

de Guarapuava, mas que aqui se apresenta com muita frequência em todos os períodos por nós analisados, os atos de vandalismo contra o espaço público.

Segundo o Jornal Folha do Oeste (1946, p. 1)²³, em matéria publicada no final do referido ano, eram grandes as dificuldades da Prefeitura Municipal para plantar e conservar o único jardim público da cidade que é a Praça 9 de Dezembro. “Presenciamos diariamente atos de vandalismo como a destruição dos jardins, a quebra das lâmpadas e os fusíveis das luminárias da praça. Além, da escrita de obscenidades nas paredes e muros da cidade”. Em outra matéria, Folha do Oeste (1947)²⁴, constatamos que a cidade, já naquele período, padecia com as atitudes depreciativas de determinados indivíduos que se davam o prazer de praticar atos de vandalismo nas vias públicas:

Não raro é uma rua inteira que fica às escuras, com a destruição, a pedradas, das lâmpadas da sua iluminação. Outras vezes são os bancos de cimento da Praça que amanhecem grosseiramente danificados. Outras, ainda, é um prédio recém construído, que apresenta as vidraças quebradas as paredes esburacadas e as molduras destruídas (FOLHA DO OESTE, 1947, p. 1).

Enfim, as formas de apropriação da cidade não podem ser analisadas sem levarmos em consideração as relações entre espaço e tempo, o tempo da ação e seus reflexos socioespaciais. Existe, para determinados momentos e para determinadas sociedades, um conjunto de condições que se traduzem nas mais variadas maneiras de vivenciar e compreender as oportunidades oferecidas pela configuração espacial, ao mesmo tempo em que o espaço, em sentido pleno, expressa as formas de apropriação dessas condições (EGLER, 2000). Enfim, tais pressupostos permitem-nos enfatizar que a cidade era vivida, de forma mais totalizante, embora, com todas as opressões e diferenciações socioespaciais, que lhes são inerentes, fato que não é específico da cidade de Guarapuava, mas que em maior ou menor grau caracterizavam as cidades de modo geral.

Um dos fatores importantes e que, certamente, refletiu na estruturação da cidade foi a própria crise da atividade tropeirista na região, extinta completamente no final da década de 1930 início de 1940 (SILVA, 1999), quando muitos fazendeiros deixaram o campo e passaram a residir na cidade. A casa na cidade simbolizava,

²³ FOLHA DO OESTE. Vandalismo. n. 28, Ano V, Guarapuava - Estado do Paraná, 1º de Dezembro de 1946. p. 1.

²⁴ FOLHA DO OESTE. Vandalismos: abusos que precisam ser corrigidos. n. 40, Ano V, Guarapuava - Estado do Paraná, 23 de Fevereiro de 1947. p. 1.

para os fazendeiros, o *status* adquirido por meio da comercialização do gado e muares, ou seja, a cidade passa a ser o local onde gozavam do poder econômico e político subsidiado pela concentração da renda (MARQUES, 2000). É, a partir desse período, que a cidade passa a ser alvo do discurso sincrônico entre o poder público e a elite local em busca da modernização por meio das melhorias urbanas.

Essa preocupação mostra-se evidente quando constatamos as preocupações com a estética da cidade por ocasião das comemorações alusivas ao seu aniversário na segunda metade da década de 1940. Ao referir-se às comemorações, a direção do Jornal Folha do Oeste²⁵ publicou a seguinte matéria:

Este ano como nos anteriores, a data 9 de Dezembro será comemorada com grande brilhantismo, estando a Prefeitura confeccionando primoroso programa de festejos, para os quais já forma convidadas altas personalidades do Governo do Estado e demais pessoas gradas da sociedade paranaense. Resta que a nobre gente guarapuavana saiba cooperar com a administração municipal principalmente, no sentido de que os proprietários de casas e de terrenos situados nas ruas centrais da cidade, mandem pintar suas casas, muros e cêrcas, para melhor aspécto oferecer aos olhos de nossos visitantes, a fisionomia colonial de nossa cidade. Cidade é mulher... E mulher por mais modesta que seja, deve sempre estar com as vestes limpas, para agradar e mostrar o grão de educação e galhardia (FOLHA DO OESTE, 1946, p. 1).

Essa matéria é importante no sentido de que expressa uma necessidade de confirmar e legitimar o tradicionalismo por meio da imagem da cidade, notadamente o seu centro. Uma cidade que se espelha nas suas formas urbanas mais aparentes e têm nos rituais festivos e comemorativos, corroborando com a idéia de Martins (2000, p. 33), “que o mundo da tradição foi e tem sido entre nós muito mais o mundo da fé e da festa que o mundo das regras nas relações do trabalho, do direito costumeiro aos privilégios ligados às corporações profissionais”. Ainda, segundo esse autor, “aqui o tradicionalismo foi sem dúvida referência mais de uma consciência nacional que uma consciência social”.

É importante evidenciar aqui, que a partir da década de 1940, a exploração da madeira passou a ser o fator determinante, do ponto de vista socioeconômico da região e por conseqüência da cidade, visto que, segundo Silva (1999), até aquele momento era a maior reserva florestal da América do Sul, trazendo como resultado a instalação de aproximadamente 300 serrarias ao redor de Guarapuava. Eram

²⁵ FOLHA DO OESTE. Melhoramentos para nossa terra. n. 26, Ano 5, Guarapuava - Paraná, 17 de Novembro de 1946. p. 1.

comuns os comboios de caminhões transportando a madeira para os grandes centros de comercialização (Foto 29).



Foto 29 - COMBOIO DE CAMINHÕES NO TRANSPORTE DA MADEIRA
(Início da segunda metade do século XX)
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

No âmbito intraurbano, em paralelo ao crescimento contíguo da malha urbana ao entorno do núcleo central, ocorreu à proliferação de pontos esparsos de ocupação, contornando áreas do antigo meio rural próximas a centros de interesses e de maiores fluxos, como as indústrias madeireiras e os locais de comércio que surgiam ao longo dos caminhos de acesso ao núcleo urbano. Segundo Marques (2000),

[...] a extração da madeira passou a ser protagonista da economia da região. Os madeireiros não eram membros da antiga classe dominante, possuidora de terras. Em geral, arrendavam-nas ou simplesmente compravam as árvores em pé, dando, com isso, um outro destino às fazendas de criação. A intensificação da atividade madeireira esteve inserida, no contexto nacional, numa política de industrialização adotada pelo Brasil, iniciada após a Primeira Guerra Mundial, quando se vê obrigado a voltar sua economia sobre si mesma, num processo de substituição das importações (MARQUES, 2000, p. 37 e 38).

Esse processo, notadamente predatório das reservas naturais, como ocorrera com a erva-mate anteriormente, demonstra que o processo de produção da

cidade estava diretamente ligado a outra escala que extrapola os limites administrativos da própria cidade. O processo de estruturação da cidade estava atrelado a fatores e razões que suscitam as transformações locais, mas que são resultantes de uma relação complexa mediada por questões de ordem política e econômica que têm suas origens em espaços mais amplos e tem suas repercussões no âmbito do local. É, nesse sentido, que a cidade permaneceu até meados do século XX, enquanto um “apêndice” das áreas rurais de sua região.

Entretanto, a partir de 1940 e com maior expressividade na década de 1950, inicia-se um processo de incremento em diferentes setores produtivos. O beneficiamento de produtos agrícolas, derivados da madeira, intensificação das atividades comerciais e de serviços básicos, uma considerável mudança no perfil populacional em decorrência das mudanças que passaram a nortear as atividades no campo e que, no mesmo sentido, vão dar novas feições para a cidade enquanto resultado de uma nova fase para a economia local. Segundo Schmidt (2006), isso provocou uma também mudança da elite, composta de outras pessoas juntamente com os fazendeiros locais, dando uma nova feição para a cidade, como a valorização da sua área central e o início do seu crescimento horizontal. Como consequência desse processo, a expansão urbana passou a ocorrer em vários sentidos, principalmente pelo surgimento de muitos loteamentos, inclusive irregulares, em diferentes áreas na periferia, entre os vazios urbanos.

Outro fato importante, que merece destaque nesse processo, é a estreita relação/articulação entre o poder público e a elite local, culminando muitas vezes até com a subordinação do primeiro aos interesses da elite guarapuavana, mesmo que as justificativas para tais ações estivessem sempre pautadas nos “interesses gerais da sociedade guarapuavana”. Essa relação fica explicitada na matéria publicada pelo Jornal Folha do Oeste, publicada na década de 1940²⁶, sobre o calçamento das primeiras ruas da cidade.

Os bons guarapuavanos, no afan de auxiliar e acelerar o progresso e o embelezamento da cidade, espontaneamente, dirigem-se a Prefeitura, pedindo a iniciar das ruas a paralelepipedos, cabendo á Prefeitura apenas a assistencia técnica (FOLHA DO OESTE, 1946, p. 1).

²⁶ FOLHA DO OESTE. Guarapuava terá suas ruas calçadas. n. 30, Ano 5, Guarapuava - Paraná, 15 de Dezembro de 1946. p. 1.

Enfim, eis que a cidade passa a ser o local dos mais variados interesses, o *locus* de representação do poder dos diferentes grupos sociais. A terra urbana passa a ser vista como uma “mercadoria”, desencadeando no espaço urbano um processo de diferenciação dos usos, na diferenciação das formas urbanas e a simbologia que lhe é peculiar. Algumas dessas expressões e suas conseqüências estaremos tratando de forma mais detalhada no próximo item, referente à estruturação recente da cidade de Guarapuava.

No intuito de concluir esse item, ressaltamos que, do ponto de vista das interações socioespaciais no espaço urbano (nosso enfoque nesse processo), evidenciamos no tocante ao primeiro período da estruturação da cidade aqui estudada, que essas práticas continuavam a ocorrer principalmente na área central em torno dos prédios públicos, dos locais de comércio e das construções da elite campeira que passaram a se estabelecer na cidade.

A rua principal e as praças a ela ligadas continuavam sendo os locais dos principais acontecimentos festivos e comemorações, notadamente aquelas programadas pela igreja como o a comemoração do Dia da Padroeira e procissões, das comemorações alusivas as atividade cívicas, ou então das festas pela passagem do aniversário da cidade; enquanto outras atividades festivas eram realizadas de forma esparsa pela população operária das serrarias e comunidades como a Dança de São Gonçalo, por exemplo. Segundo Marcondes (1998), a dança é uma herança trazida para Guarapuava pelos portugueses e que ainda sobrevive na periferia da cidade e na zona rural. Outra festividade relevante era a peregrinação da Bandeira do Divino. Segundo a autora, os devotos saem de casa em casa conduzindo a bandeira, entoando cânticos e rezando para agradecer, implorar graças e pagar promessas. Além dessas, eram freqüentes na cidade as cavalhadas e, também, as tradicionais festas juninas.

Uma análise mais acurada dos espaços públicos, efetivamente, nesse primeiro período, reporta-nos exclusivamente para as praças e o calçadão principal, com destaque para a centralidade em torno dos mesmos. Levando em consideração que surgiu desde o período inicial da cidade até a década de 1970, (correspondente aqui ao que tratamos já no âmbito do processo de estruturação recente de Guarapuava e que estaremos abordando na seqüência), um número de sete praças públicas que eram os espaços públicos mais representativos.

Um aspecto que podemos adiantar, em relação às mesmas, é que se comparadas com as praças mais recentes, aquelas geralmente ocupavam todo o quarteirão, seguindo o plano inicial de expansão da cidade colonial, enquanto as atuais, geralmente, estão condicionadas a partes do quarteirão ou, então, espaços residuais entre meio aos novos loteamentos que parecem ter assumido uma característica voltada para a preocupação que não aquela do viver a cidade, mas simplesmente habitar nela, onde a necessidade básica é a do morar, ao menos para uma grande parcela da população, notadamente, aquela de menor poder aquisitivo.

Enfim, alguns dos indícios que ao concluir esse item reportam-nos para o anúncio de uma cidade que em busca da experiência da modernização, traz consigo as mazelas de um processo que faz da cidade um espaço produzido de forma desigual.

3.2. O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO RECENTE DE GUARAPUAVA

*A cidade moderna se contrapõe à antiga exatamente na medida em que reflete o conceito de uma cidade que, não tendo mais uma instituição carismática, pode continuar a mudar sem uma ordem providencial e que, portanto, exatamente sua mudança contínua é representativa, de modo que o que resta do antigo é interpretado, sim, como pertencente à história, mas a um ciclo histórico já acabado...
Giulio Carlo Argan (1992, p. 73).*

Argan chama atenção para a contraposição entre a cidade do mundo moderno e a cidade do mundo antigo. Embora, no caso de Guarapuava ela não se aplique à constatação desses dois períodos, parece-nos cabível. A partir de meados do século XX, verifica-se a articulação entre novas variáveis no processo de crescimento urbano local. Fatores como a ampliação e melhoria da malha viária e ferroviária do estado fizeram com que o espaço urbano de Guarapuava passasse a ser visto como um novo “mercado”, passando a integrar um circuito produtivo marcado pela interligação com outros centros maiores. Observamos que este foi e continua sendo caracterizado por profundas alterações na estruturação da cidade.

Essas mudanças estão diretamente atreladas à idéia de Santos (2005) de que “as cidades locais mudam de conteúdo”.

[...] antes eram as cidades dos notáveis, hoje se transformaram em cidades econômicas. (...) A cidade dos notáveis, onde as personalidades importantes eram, o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica (SANTOS, 2005, p. 127).

A introdução de novo contingente populacional, vinculada às inovações tecnológicas, acarreta o aprofundamento das relações capitalistas de produção e, no mesmo sentido, de consumo. Observa Marques (2000) que,

[...] ainda na década de 1950, a instalação de imigrantes suábios em terras guarapuavanas, que deram origem a “Colônia de Entre Rios”, iria transformar substancialmente as relações fundiárias nessa região na medida em que, junto com eles, implantar-se-á a lavoura mecanizada, modificando as bases produtivas e também a situação da posse da terra, que era fundamentada na relação latifundiário-proprietário rural (MARQUES, 2000, p. 40).

Paralelamente às novas bases produtivas ou, então, para dar sustentação aos novos padrões de produção, observa-se um incremento no setor de transportes. As vias receberam atenção especial por parte do governo, ampliando-se o ramal

ferroviário que, desde início do século XX, era esperado e representava a expectativa da elite guarapuavana de inserção de Guarapuava no cenário econômico nacional, o que veio se concretizar somente na década de 1950. O incremento da interligação do município e, particularmente, da cidade com outros centros urbanos dinamizou o processo de escoamento dos produtos regionais. Na perspectiva de Silva (1995), o asfaltamento da BR 277 e o estabelecimento de uma ligação direta entre Foz do Iguaçu e Curitiba, a capital do estado, abriu novas perspectivas para a economia do município e acentuou o aprofundamento das relações capitalistas de produção.

Considerando a dinâmica populacional, tomada aqui como referência, observa-se que a maior taxa de crescimento da população urbana ocorreu no período correspondente à década de 1950, em função dos primeiros fluxos migratórios relacionados ao crescimento total da população do município. A título de comparação, a população urbana que representava, em 1940, 5,98% da população total do município, em 2000 passou a representar 91,37%. Há que se destacar que as taxas de crescimento da população urbana, a cada década, são superiores a 100% no período entre 1950 e 1980, embora tenha se apresentado uma pequena regressão no ritmo de crescimento nos dois últimos períodos censitários.

Tabela 2 - DINÂMICA DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA (1940 - 2000)

Ano	População rural (a)	% a/c	População urbana (b)	% b/c	População total (c)
1940	90.476	94,02	5.759	5,98	96.235
1950	61.779	91,61	5.657	8,39	67.436
1960	80.315	82,84	16.632	17,16	96.947
1970	68.021	60,80	43.861	39,20	111.882
1980	76.106	48,35	81.304	51,65	157.41
1991	52.646	32,97	107.046	67,03	159.692
2000	13.371	8,63	141.587	91,37	154.958
2007	-	-	-	-	164.567*

Org.: Loboda (2007).

Fonte: Censos Demográficos do IBGE.

* Estimativa - IBGE, 2007.

Os dados apresentados na tabela 2, notadamente aqueles relativos às últimas décadas, revelam, ainda, que a população do município é essencialmente urbana, pois mais de 90% da população está assentada na cidade. Mesmo que a população urbana tenha ultrapassado a população rural somente na década de 1980, em razão dos intensos fluxos migratórios campo/cidade, ocorreu estabilização do crescimento da população total do município e um contínuo crescimento da população urbana.

Apesar dos contínuos desmembramentos que o município sofreu com a emancipação de vários distritos, tornando mais difícil a análise dos dados censitários, verifica-se a princípio uma constante, que foi o crescimento da população na área urbana, embora essa tenha se tornado maior que a rural somente na década de 1980. Fica demonstrado, assim, um crescimento de forma acentuada nas últimas três décadas do século passado, fazendo com que a cidade passasse a assumir novos papéis, seja no âmbito intraurbano, seja no contexto regional.

Se, no sistema de produção tradicional, a cidade era o “apêndice” do campo, nessa nova conjuntura, a da modernização da agricultura nos campos de Guarapuava, ela passou a comandar o espaço produtivo. Não se trata, no entanto, de uma posição de dualismo em que a cidade se opõe ao campo, mas sim de um processo de articulação, em que cidade e campo retroalimentam-se, porém, agora, com predomínio dos papéis exercidos pela cidade comandando as ações no campo. Um processo, que segundo Lefebvre (1993), trata-se da subordinação do campo à cidade.

A ideologia da elite guarapuavana pela modernização já anunciava que Guarapuava deveria ter as características de uma cidade “sempre nova” (SILVA, 1999, p. 100). Tentavam camuflar, assim, os vestígios da sociedade tradicional campeira, cuja história, não interessava mais ser contada. Enfatizava-se um novo contexto reificado por uma ruptura com o passado e pela incorporação de idéia de Modernidade que deveria se expressar por meio da construção de novos empreendimentos urbanos.

Esse paradoxo se mostra evidente no reordenamento socioespacial da cidade e que se expressa nas relações que se colocam em evidência entre os componentes do processo de estruturação da cidade, como podemos observar por meio de alguns aspectos como: estruturação a partir de um plano ortogonal; o processo de intensificação do espaço construído e o início de edificações com mais de um pavimento (Foto 30).

Um estudo sobre o perfil da cidade de porte médio (GUARAPUAVA, 1986) enfatiza que, a partir de 1965, as práticas de especulação imobiliária já se faziam notar na redução da oferta de terrenos nas áreas centrais da cidade, ou então, por outro lado, pela constituição nessa área de vazios urbanos, ou de lotes não edificados que aguardavam sua valorização.



Foto 30 - VISTA AÉREA PARCIAL DA CIDADE (Final da década de 1960)
Fonte: Arquivo Histórico Municipal

Reforçando a idéia de transformação dos papéis urbanos, segundo diversos interesses, Kobelinski (1994) enfatizou a problemática de que a incorporação de terrenos devolutos nas circunvizinhanças do centro obrigava os cidadãos de menor poder aquisitivo, que ocupavam essas áreas, a se afastarem para locais distantes, isto é, das áreas consideradas mais valorizadas. Esse processo já se evidenciava, ainda na década de 1940, quando por iniciativa do poder público representado pelo então Prefeito A. Lustosa de Oliveira, reservou-se certa área da municipalidade, nos arredores da cidade para a localização de uma Vila Operária, onde todos os trabalhadores e pessoas reconhecidamente sem recursos pecuniários pudessem adquirir seu lote e construir sua casa de morada, de acordo com a planta fornecida pela prefeitura (FOLHA DO OESTE, 1946)²⁷. Evidenciamos, nesse sentido, que o poder público utiliza-se da prerrogativa de que é preciso criar moradia para o trabalhador, ou seja, para a população carente, por meio do discurso pautado nos valores do planejamento e da boa vontade para mascarar a diferenciação socioespacial, por meio de um suposto “ordenamento” da cidade.

²⁷ FOLHA DO OESTE. Louvável iniciativa. n. 3, Ano 5, Guarapuava - PR, 9 de Julho de 1946. p. 1.

Enquanto nas áreas periféricas da cidade a infra-estrutura incipiente era contraposta aos investimentos na área nobre, atribuindo a essa última um sentido de uso coletivo e ao coletivo o progresso que, na verdade, restringia à determinada parcela da população, notadamente a elite guarapuavana.

Essa incursão em alguns dos aspectos que extrapolam os “limites” do intraurbano é no sentido de considerar que a análise da cidade está diretamente atrelada a um processo mais amplo e os resultados dessa conjuntura se manifestam no nível local. De acordo com esse ponto de vista mostra-nos Santos (2005) que:

[...] a localização dos homens, das atividades e das coisas no espaço explica-se tanto pelas necessidades “externas”, aquelas do modo de produção “puro”, quanto das necessidades “internas”, representadas essencialmente pela estrutura de todas as procuras e as estruturas das classes, isto é, a formação social propriamente dita (SANTOS, 2005, p. 28).

Enfim, todo esse processo acaba por afetar diretamente as relações socioespaciais no espaço intraurbano. A cidade passa a caracterizar-se pela segmentação e diferenciação, refletindo nas formas e práticas socioespaciais a complexidade estrutural das relações entre diferentes segmentos sociais. A respeito desse pressuposto, enfatizamos a concepção de Corrêa (2001, p. 145), que atribui importância a determinados fatos que contribuem para o entendimento dessa dinâmica como: a separação ente o trabalho e a habitação; a coexistência de formas diferentes, de tempos originários diferenciados; a desigualdade enquanto característica básica do espaço capitalista; e, a dinamicidade da sociedade, mutabilidade complexa vinculada a ritmos e natureza diferenciados.

De acordo com a análise de Silva (1999, p. 115), foi notadamente nos primeiros anos da década de 1970, que a cidade de Guarapuava se incorporou, na medida do possível, às condições concretas de sua existência urbana, quando se dá, na prática, a realização de uma cidade onde o “moderno e o antigo iriam fundir-se”.

No início dessa mesma década, foi criada por meio da Lei nº. 52/71 a Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava (SURG). Uma entidade de economia mista que passou a coordenar e executar os programas de melhoramentos urbanísticos do município. Como adendo à referida Lei, foi criado também o Fundo de Urbanização de Guarapuava (FURG) que era responsável por angariar recursos diversos e financiamentos para subsidiar as obras de urbanização.

No entanto, do ponto de vista prático, evidenciamos que gradativamente, os remanescentes dos casarões que ainda representavam o estilo arquitetônico colonial foram sendo substituídos por edifícios modernos, o centro da cidade principiava por se verticalizar, alguns bairros expandiram-se ao redor do seu núcleo central e, para além desses, multiplicavam-se as favelas.

No núcleo central, principalmente a partir da década de 1970, muitos palacetes e casas modernas construídas no período do tropeirismo foram demolidas, justificando a demolição usual de “a década da picareta” (TEMBIL, 2007 e 2004), para dar lugar às “modernas construções”.

Para retratar essa situação apresentamos a seguir um exemplo que retrata um caso específico (dentre muitos outros que ocorreram no período²⁸) que foi a demolição do prédio da Antiga Prefeitura Municipal. Na principal rua da cidade, a Rua XV, que foi vendido pela Prefeitura Municipal para o Banco Brasileiro de Descontos S.A., que segundo matéria publicada pelo Jornal Semanário Esquema do Oeste de dezembro de 1977 foi o vencedor da licitação. Fazemos destaque para o discurso do poder público no período de que a negociação previa que, futuramente, o local seria utilizado para a construção de um hotel, um empreendimento que viria a ser explorado pelo Turismo Bradesco (ESQUEMA OESTE, 1977). Na verdade o local acabou transformando-se mais tarde em estacionamento privado da agência bancária do Bradesco.

De acordo com matérias publicadas na imprensa escrita local, notadamente no Semanário Esquema Oeste, já citado, assim como no Jornal Folha do Oeste (matérias publicadas na década de 1970), observamos que o discurso do poder público local sempre atuou no sentido de promover uma “idealização” da “cidade moderna”. Esse discurso ancorava-se na idéia de “progresso” e na divulgação imagética dos novos empreendimentos como a construção de edifícios e demais empreendimentos, os quais eram sempre inaugurados durante as comemorações do aniversário da cidade. Assim, frente a toda uma espiral de desigualdades, o poder público atrelado aos interesses corporativos e financeiros emergentes é expresso pelos meios de comunicação (nesse caso os jornais), como promotor da idéia de crescimento e do progresso coletivo.

²⁸ Para visualização de outros exemplos consultar o trabalho de Dalla Vecchia et al (1989): Guarapuava em dois tempos. Por meio de uma rica iconografia essa obra mostra a Guarapuava de ontem e a Guarapuava de hoje, considerando o final da década de 1980. No entanto, retrata de forma coerente esse processo de substituição abrupta das construções antigas e de cunho colonial pelos modernos empreendimentos.

Esse discurso foi, por nós, percebido em várias passagens e reportagens em que eram lançadas *slogans* como: “Guarapuava não pode parar”²⁹; “A beleza do progresso”³⁰; “Em ritmo de progresso”, ou então, “hora e vez do progresso”³¹.

Ancorado nos novos empreendimentos, novas construções, além de reafirmarem o discurso progressista assumido pela administração pública, reforçado por membros da elite local, processa-se uma constante valorização do centro da cidade, tornando-o praticamente inacessível, ao menos do ponto de vista da moradia para a população de baixa renda. Conseqüentemente, houve o afastamento dos segmentos de menor poder aquisitivo para outras áreas da cidade, notadamente para a periferia em que glebas descontínuas da malha urbana eram destinadas para a população de baixo poder aquisitivo.

É nessa perspectiva que os espaços públicos urbanos, notadamente as praças da cidade e o calçadão (embora essa denominação só venha se confirmar com a inauguração do mesmo na década de 1980) passaram a ser alvo do poder público, do ponto de vista do embelezamento da cidade e no sentido de idealizar uma noção de progresso em torno do bem comum. Não somente nos planos de desenvolvimento urbano, por meio da divulgação de fotos desses espaços, mas de forma expressiva nos discursos das autoridades locais se prenunciava a preocupação com a fisionomia inspirada em projetos de modernização.

Do ponto de vista dos usos da cidade e de seus espaços públicos, observamos que os mesmos locais de outrora, embora reordenados segundo as novas exigências da sociedade moderna constituem-se espaços de socialização e lazer, embora tenhamos a clara evidência de que as formas de acesso passam a ser diferenciadas, na medida em que a cidade cresce. Por conseqüência, os usos da cidade e seus espaços públicos pelos diversos sujeitos sociais também se diferenciam no tempo e no espaço.

Essa constatação é importante do ponto de vista de que o lugar, embora sofra as conseqüências das tendências gerais, permanece ou transforma-se sempre resguardando peculiaridades ou particularidades. Essa visada é fundamental do

²⁹ ESQUEMA OESTE. Guarapuava não pode parar. n. 389, Ano 8, Guarapuava - Paraná, 9 - 16 de Dezembro de 1977. p. 7.

³⁰ FOLHA DO OESTE. A beleza do progresso. n. 2105, Ano 40, Guarapuava - Paraná, 21 de Agosto de 1977. p. 1

³¹ FOLHA DO OESTE. Hora e vez do progresso. n. 2083, Ano 40, Guarapuava - Paraná, 20 de Março de 1977. p. 7.

ponto de vista da constatação dos ritmos e necessidades da sociedade que lhe atribui formas e funções. Destaca Tembil (2004) em relação à Praça Nove de Dezembro, no final da década de 1950 e 1960, que enquanto em outros centros maiores do país, já se observava o esvaziamento dos espaços públicos em função da conjuntura pela qual passava o país, tanto no que se refere aos movimentos repressivos, que ocorriam nas grandes metrópoles, quanto em função do privilegiamento da utilização do tempo para a produção em detrimento do ócio, em Guarapuava, notadamente suas praças centrais, eram locais favoráveis às relações de socialização, concentração de famílias, encontros entre amigos e namorados, realização de serenatas e quermesses.

Podemos afirmar que esse aspecto reforçou o papel de centralidade exercido não somente do ponto de vista da localização e/ou situação geográfica, mas também a partir do que esses espaços representavam: uma centralidade que era simbólica do poder, expresso no embelezamento das edificações públicas, notadamente a Catedral Nossa Senhora de Belém, ou seja, o centro passou a espelhar a cidade moderna e progressista, concebida pelas autoridades guarapuavanas.

Entretanto, nessa cidade inscreveu-se uma outra. Como nos mostra Argan (1992) sempre existe uma cidade ideal que se quer sobrepor à cidade real. Nas décadas subseqüentes, em Guarapuava, essa dinâmica foi marcada pelo crescimento desordenado da periferia e pela pobreza de grande parte da população, ou seja, a cidade que se pretendia moderna evidenciava também o seu paradoxo.

Como aborda Silva (1995), praticamente a totalidade do espaço urbano de Guarapuava foi produzida sem o mínimo de exigências no que diz respeito à implantação de infra-estruturas em determinadas áreas. Assim, os lotes eram vendidos a baixos preços, pois não eram realizados grandes investimentos. Alguns aspectos levantados pela autora são de fundamental importância para se compreender o processo de estruturação da cidade, a partir do final da década de 1980, tomando como referência o perfil adotado pelo Poder Público Municipal, por meio da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava (SURG):

1 - cumprimento rigoroso das prescrições legais constadas na legislação municipal aprovada em 1987, exigindo por parte dos loteadores a infra-estrutura básica de água e luz;

2 - o reforço à tendência da fragmentação e segregação da cidade, dividindo-a em zonas de uso e adotando diferentes níveis de potencial construtivo associados ao zoneamento;

3 - a destinação de 35% da gleba a ser loteada para o uso público, sendo parte para o arruamento e parte, para áreas institucionais, destinadas à implantação de equipamentos como escolas, postos de saúde e praças.

Com a aprovação pelo poder público municipal da Lei nº. 45 de dezembro de 1987, todos os loteadores, após a década de 1980, passaram a ser responsáveis pela implantação de infra-estrutura nos novos loteamentos. Foi desse momento, também, o início dos trabalhos de diagnóstico para a realização do Plano Diretor Municipal (PDM) de Guarapuava no início da década passada, o qual foi aprovado recentemente.

Como resultado desse processo algumas considerações são de relevância e merecem ser enfatizadas, tomando como base o processo de produção da cidade por seus agentes produtores. Gostaríamos de concentrar nossa atenção ao item da lei acima citada, no que diz respeito ao resguardo de parte dos loteamentos para serem destinados ao uso público, para espaços institucionais públicos e áreas livres como, por exemplo, a implantação de uma praça pública, para uso dos “cidadãos”.

Destaca Silva (1995), que a maior parte dos loteamentos pesquisados, quando apresentam reservas para áreas institucionais, que são os loteamentos da década de 1980 em diante, apresentam tais reservas nas áreas mais problemáticas do loteamento, ou seja, áreas do loteamento que apresentavam baixo valor comercial. Essa problemática está atrelada também ao fato da implantação dos loteamentos irregulares. Segundo demonstra o Caderno Diagnóstico para elaboração do Plano Diretor Municipal com levantamentos efetuados no início da década de 1990, mais de 40% dos loteamentos da cidade foram de origem ilegal, ou seja, loteamentos em sua maioria de terras privadas e que eram oferecidos a quem detinha o poder de compra, não atendendo, por exemplo, a demanda da população mais carente (PLANO DIRETOR MUNICIPAL, 1997).

Durante muito tempo, os órgãos responsáveis submeteram-se à vontade da destinação da área pelo loteador, negligenciando sua função em zelar pelo patrimônio público, algo fundamental no que tange ao espaço de uso público enquanto fomento da interação socioespacial, dos locais de encontro na cidade.

Assim, se por um lado o loteador cumpriu a lei, a inadequada escolha dessas áreas para destinação pública era resultado de uma “troca de favores” já que as áreas doadas dificilmente seriam comercializadas, devido suas péssimas localizações e condições naturais. O resultado desta prática é a necessidade de desapropriação, por parte do poder público municipal de áreas para implantação de equipamentos de educação, saúde e lazer, ou seja, estamos tratando de uma prática freqüente, visto que a preocupação foi basicamente com o oferecimento da moradia. Em função do fato de que a terra urbana é mercadoria e tem preços elevados, as escolhas feitas deixam o cidadão alijado do espaço público que deveria existir próximo aos seus locais de moradia.

Esse fato foi por nós constatado em outro momento (LOBODA, 2003) pois, do ponto de vista legal, até a década de 1970, havia na cidade sete praças públicas³², número que pouco mais que duplicou, pois existem atualmente somente mais nove praças³³ criadas, efetivamente, enquanto logradouro público, por lei ou decreto. No entanto, a título de comparação com o número de habitantes, observamos que, na década de 1970, a cidade possuía uma população de pouco mais de quarenta mil pessoas, já, atualmente, a cidade comporta aproximadamente mais três vezes essa quantidade de pessoas, demonstrando claramente um descompasso entre os ritmos de crescimento dos espaços públicos e o da população da cidade.

Entretanto, são encontradas várias áreas públicas pela malha urbana (na Figura 2, são denominadas de “outros espaços públicos”), que embora não sejam legalmente praças, exercem essa função na periferia da cidade, pois algumas dessas áreas são transformadas em campos de futebol, dependendo da dimensão, ou simplesmente num pequeno espaço, dotado de alguns equipamentos destinados ao lazer da população lindeira.

Por outro lado, não podemos deixar de fazer menção aqui às “praças de papel”, locais que constam do ponto de vista legal como praças públicas, mas que

³² De acordo com os dados do Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Guarapuava e os levantamentos nos locais (trabalho de campo), observamos que existia, até aquele período, as seguintes praças na cidade (considerando a relação numérica da figura 2): Nove de Dezembro, nº. 1; Coronel Luiz Daniel Cleve, nº. 2; Eurípio Rauen, nº. 3; Saudade, nº. 4; Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº. 6; Padre Paulo Tschorn, nº. 9 e a Praça Cândido Xavier de Almeida e Silva, nº. 10.

³³ Considerando as praças criadas por lei ou decreto, a partir da década de 1980, observamos que foram implantadas as seguintes: Da Ucrânia, nº. 5; Estefano Turok, nº. 7; Fernando Gasparello, nº. 8; Luiz Cúnico, nº. 12; Da Fé, nº. 11; Basílio Wolk nº. 13; Esportiva Aldebran Rocha Frias nº. 14; Pérola do Oeste nº. 15 e Mário Pereira de Oliveira nº. 16.

não existem ou, então, tiveram seu espaço utilizado para outras funções, que não as que se destinavam a *priori*. Essa prática foi comprovada a partir do nosso levantamento de campo e também por meio da pesquisa no setor jurídico da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e em jornais da cidade.

Duas matérias publicadas no semanário Esquema Oeste, no início da década de 1970, confirmam que o poder público municipal simplesmente transformou duas áreas legalmente criadas por decretos como praças públicas em áreas residenciais particulares.

Recentemente divulgamos que uma área destinada a “praça das tradições” no quadro urbano foi loteada e vendida. Agora, verificou-se que outra Praça Pública, cuja área destinada desde janeiro de 1963, pelo prefeito Dário Ribeiro, através do decreto n. 102/63, p. 144, do livro próprio da Prefeitura, foi também loteada e vendida.

(...) em 29 de setembro de 1972, a ex. administração na procura de áreas da Prefeitura para a venda a correligionários e amigos, descobriu a futura Praça Pública. Incontinenti, através de um decreto de n. 96/72, revogou o anterior (n. 102 de 21 - 01 - 1963), para lotear a área. Para que o público não tomasse através da imprensa conhecimento do que se pretendia revogar, simplesmente: “fica revogado o Decreto n. 102/63” (ESQUEMA OESTE, 1973, p. 6).

Como enfatiza Martins (1999, p. 29), práticas como esta, de fato, “sugerem que o clientelismo foi e é troca antes de tudo, preferencialmente uma troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importando a escala”. Essa problemática está, também, atrelada ao fato de que grande parte da cidade de Guarapuava cresceu em função da implantação de loteamentos destinados à população de baixa renda, geralmente sem infra-estrutura disponível e em posição periférica (SILVA, 2005), com a formação dos chamados “vazios urbanos”. Assim, a população mais pobre acaba sendo relegada às piores áreas da cidade, enquanto contribuem para que se constituam reservas de valor, sob a forma de terras urbanas localizadas entre a periferia e a área mais central.

Por outro lado, e concomitantemente, uma simples visada no mapa da cidade e seus espaços públicos é suficiente para concluirmos que há concentração dos mesmos na área central ou próxima dela. Nas áreas mais periféricas, quando esses espaços lá existem, não passam de resíduos de quarteirões ou áreas improvisadas pelas associações de bairro para proporcionar algum tipo de lazer para a população que, geralmente, é desprovida das condições básicas necessárias para a vida urbana na periferia pobre da cidade.

Em detrimento dessas, a área mais central da cidade passa a ostentar os traços da cidade moderna. É aí que se concentram os edifícios residenciais e comerciais das elites, as praças públicas com seus jardins e seus respectivos zeladores, o cartão de visitas da cidade. No entanto, de forma simultânea, também representa o espaço plural da cidade, onde também transita o cidadão com seus sentidos e os seus desejos em fazer com que as coisas estejam próximas a si e que passa a se sentir parte da cidade, mesmo que o deleite seja momentâneo, pois uns se fixam, outros, simplesmente, passam.

Observa-se que já na década de 1970, desencadeava-se um processo de verticalização da cidade³⁴, que se acentuou nas décadas posteriores. No imaginário da elite guarapuavana, o progresso da cidade seria medido pelo número de prédios edificadas, privilegiando-se, portanto, as formas urbanas visíveis. Entretanto, como nos mostra Lefebvre (2001) e Santos (1997), a sociedade é um movimento que se constitui das permanências e das mudanças. O que era considerado “velho” cedeu lugar ao “novo”, ao moderno, ou seja, a arquitetura do século passado demolida tinha cedido seu lugar para os novos edifícios, enquanto símbolos da nova cidade que se almejava.

As práticas do exercício municipal representavam a prosperidade do trabalho coletivo, embora tenha se mantido um espírito da tradição e de rememoração para validar as proposições dos discursos (KOBELINSKI, 1994). Mas, apesar de tais esforços, o desenvolvimento urbano ocorrera de forma lenta, pois, os ideais da modernidade encontraram em Guarapuava uma realidade de estilo colonialista, resultando numa modernidade inacabada, incompleta e superficial. Como afirma Martins (2000), transformado em simulação, em máscara, em expressão da inautenticidade:

[...] o moderno é capturado pela mentalidade tradicional na trama de relações sociais que não se modernizam além de certo ponto, bloqueadas pela condição dependente do capitalismo na periferia dos centros hegemônicos. Essa referência da sociedade camponesa e tradicional constitui a base da crítica do moderno na própria ação, a crítica sem clareza que se expressa muito mais no rir do que no pensar (MARTINS, 2000, p. 39).

³⁴ Sobre o processo de verticalização da cidade de Guarapuava consultar os trabalhos desenvolvidos por Silva (2002) sobre “a verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais” e Quadros (1992) sobre “o crescimento vertical da cidade de Guarapuava”.

É, nesse contexto, que os espaços públicos urbanos vão assumir uma dúbia função no processo de criação social e histórica da cidade. Kobelinski (1994), já chamava atenção para a utilização da imagem dos espaços públicos por meio de fotografias na imprensa local e nos planos urbanos elaborados pela Companhia de Serviços de Urbanização da cidade enquanto locais de convivência, além de uma conotação turística e do *marketing* urbano, em que nessas imagens somente o centro da cidade era retratado.

Por outro lado, ao mesmo tempo que representam uma imagem do futuro, do moderno, do vir a ser, verifica-se também uma tentativa de rememoração do passado por meio desses espaços, marcada por uma monumentalidade, como por exemplo o monumento que faz referência saudosa ao Padre Chagas - fundador da cidade, na Praça Nove de Dezembro. Esses elementos constituintes da paisagem urbana, geralmente localizados em determinados espaços públicos, são construídos pelo Estado com o intuito de fortalecer identidades locais ou então que necessitam serem recriadas (CORRÊA, 2005).

A administração pública municipal, novamente durante as comemorações do aniversário da cidade (155 anos), montou uma comissão, cuja incumbência era a exumação dos restos mortais do corpo do Padre Chagas, de Santana do Parnaíba - SP para Guarapuava. A reportagem do Semanário Esquema Oeste de Dezembro de 1974 mostrou, em primeira página os preparativos, além de ressaltar a preocupação em rememorar um passado recente da cidade que se via camuflado em meio a busca por uma “Guarapuava sempre nova”. Assim referenciou o Esquema Oeste: “Pe. Chagas de volta, depois de 155 anos”.

Há 155 anos, o Pe. Francisco das Chagas Lima implantava nos campos de Guarapuava uma nova civilização, que hoje representa um dos mais importantes núcleos de desenvolvimento do Estado. O fundador não viu sua obra, mas agora repousará junto dela, com a transladação de seus restos mortais de Santana do Parnaíba, SP, para Guarapuava. Na homenagem marcada para o dia 9 ficará, assim, simbolizado o reconhecimento do Município, ao trabalho pioneiro e à obra missionária do Pe. Chagas (ESQUEMA OESTE, 1974, p. 1).

No monumento erigido na área central da Praça Nove de Dezembro, inscrevem-se os seguintes termos: “Nesse monumento foram depositas as cinzas do Rvmo. Padre Francisco das Chagas Lima - benemérito fundador da cidade de Guarapuava e seu primeiro vigário colado, nascido em 1775, em Curitiba e falecido

a 6 de outubro de 1832, em Parnaíba - Estado de São Paulo. Homenagem da Prefeitura Municipal de Guarapuava e de seu povo no seu 155º aniversário de fundação, sendo prefeito o Sr. Nivaldo Passos Krüger; Resgate de uma dívida de gratidão”³⁵ (Foto 31).

Outro exemplo que reforça essa tentativa de rememoração trata-se do monumento criado em homenagem ao Cacique Guairacá (Foto 32), enquanto criação social e histórica, localizado numa rotatória da Avenida Manuel Ribas que dá acesso à cidade, conhecido também como o “Trevo do Índio”. O monumento está erguido no local que foi por muitos anos, o limite entre a terra conquistada pelos brancos e a terra defendida pelos guerreiros de Guairacá (OLIVEIRA, 1978). O monumento encerrou vários significados dados: - pelo seu pedestal que está compartimentado em três blocos referenciando os planaltos paranaenses; por se constituir num evento comemorativo realizado pela administração municipal; - pelos significados referentes ao tratamento dado aos povos indígenas que passou a conotar (KOBELINSKI, 1994, p. 190).



Foto 31 - MONUMENTO: HOMENAGEM AO PADRE CHAGAS (2004)
Fonte: Arquivo Histórico Municipal (2004)

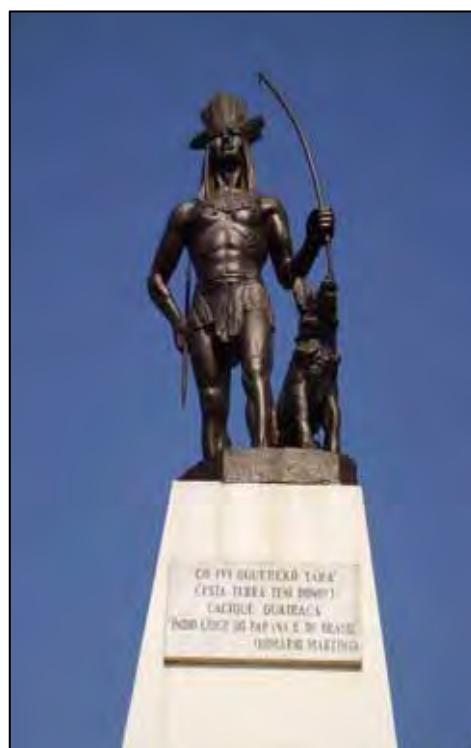


Foto 32 - MONUMENTO: HOMENAGEM AO CACIQUE GUAIRACÁ
Fonte: Foto do autor (2007)

³⁵ ESQUEMA OESTE. Obra de fé: Pe. Chagas de volta, depois de 155 anos. n. 237, Ano V, Guarapuava, 4 - 10 de Dezembro de 1974, p. 1 e trabalho de campo 2006. É importante informar o leitor de que a foto referente ao monumento é de 2004 e não retrata o original inaugurando na década de 1970. Com as últimas reformas realizadas na praça no final de 2007, o monumento foi novamente alterado, conservando, porém, os escritos aqui citados.

É importante destacar aqui a perspectiva analítica de Corrêa (2005, p. 11) quando trata desses elementos integrantes da paisagem no espaço urbano. Para este autor, “os monumentos apresentam forte potencial no sentido de perpetuar antigas tradições e, nesse sentido, fazer parecer antigo o que é novo e representar valores que são passados como se fossem de todos”. Essa idéia é relevante do ponto de vista da compreensão dos valores simbólicos que estão incrustados nos monumentos, valores que traduzem uma história contada geralmente a partir dos valores e ideais políticos de quem os constrói e os representa. Ou como ressalta Lefebvre (2001, p. 65 e 1999, p. 86), da “dimensão simbólica da cidade”, que de forma geral refere-se aos seus monumentos e, por conseguinte, às ideologias e instituições presentes ou passadas.

Essa ambigüidade, podemos assim dizer, é evidenciada, por exemplo, na criação do monumento em homenagem ao Cacique Guairacá. Segundo Marcondes (1998, p. 24), o lendário Cacique ficou conhecido pela expressão “COVIOGUERECÔIARA” (Essa terra tem dono), quando reuniu outros caciques das tribos guaranis que viviam nas proximidades do Rio Paraná e caingangue da região de Guarapuava, derrotando os exércitos espanhóis que ocupavam o oeste paranaense. Os confrontos com os povos indígenas estenderam-se também durante a ocupação dos campos de Guarapuava pelos portugueses. Um território conquistado por meio da força, como verificado nos confrontos contra os povos indígenas (PADIS, 1991) e como nos mostra Marcondes (1998), já no Fortim Atalaia, primeiro local de ocupação, antes de deslocar-se para a então Freguesia de Nossa Senhor de Belém pelo Padre Chagas, local de origem da cidade.

No entanto, eis que na década de 1970, ressurgiu na figura do Cacique Guairacá a imagem do “herói” que, na entrada da cidade, continua a expressar a “bravura” do seu povo, mesmo que grande parte das tribos indígenas³⁶ da região de Guarapuava tenham sido praticamente dizimadas. Como ressalta Martins (2000, p. 35), esse foi um retrato do Brasil enquanto um país de longa história de lenta ocupação territorial, que foi e tem sido, ao mesmo tempo, a história da subjugação dos povos indígenas, seja mediante sua submissão à escravidão, seja por seu

³⁶ Segundo Marcondes (1998, p. 38), quando os portugueses chegaram na região de Guarapuava encontraram aqui três tribos de Caingangues: **Camé ou Kamé** (tímido ou medroso) - habitavam os sertões de Guarapuava até Campo Mourão e de Palmas até o Rio Uruguai; **Votorões ou Votoró** – que habitavam a região aonde hoje estão os municípios vizinhos de Candói, Pinhão e Palmas; e, por fim, os **Cayeres, Kañerus ou Cairukrês** (apelidados de dorins ou macacos). Segundo essa autora, as duas primeiras tribos foram colonizadas, enquanto a última, não permitiu a colonização por meio da catequização do Padre Chagas.

extermínio. Aqueles poucos, que ainda resistem, tiveram suas características culturais totalmente alteradas em função das influências da ocupação, alguns ainda são vistos pela cidade, vendendo seus produtos artesanais ou então como pedintes.

Mas, enfim, o que queremos chamar atenção aqui é para a questão da simbologia que se expressa por meio dos monumentos espalhados pelos espaços públicos de Guarapuava. No entanto, é importante destacarmos a relação entre a representação que ambos encerram. Representações estas, que trazem em seu bojo uma relação complexa permeada pela significação de valores identitários e, ao mesmo tempo, enquanto representação do poder. Segundo Corrêa (2005, p. 15), a identidade e o poder manifestam-se de formas diferenciadas. Ressalta o autor, que “por meio da necessária espacialidade que têm, implicando localizações fixas, dotadas de longa permanência, os monumentos são poderosos meios de comunicar valores, crenças, utopias e afirmar o poder daqueles que o construíram”.

Nesse sentido, verificamos que, nas últimas décadas, essa divulgação da cidade continua priorizando as imagens que faziam alusão ao desenvolvimento ou a evolução urbana, priorizando a área central da cidade, a Catedral Nossa Senhora de Belém, a Rua XV de Novembro (Calçada da XV), a Lagoa das Lágrimas e, também, as novas avenidas criadas pelo plano diretor, ou seja, uma ênfase aos aspectos relacionados ao progresso e à transformação das formas urbanas.

Entretanto, essa preocupação muda de foco com as novas formas e elementos que passam a constituir a paisagem urbana, com relevância sempre para aqueles locais que passam a ser de referência popular, geralmente os espaços públicos, atribuindo uma noção de progresso calcado na valorização do bem coletivo, entretanto, sempre permeado por interesses de grupos que controlam o processo de produção da cidade, notadamente o setor empresarial, comercial e imobiliário, todos estes atrelados ao poder público. Nesse contexto, podemos fazer alusão ao processo de construção e inauguração do novo calçamento da Rua XV de Novembro que passou, a partir do início da década de 1980, a ser denominado “Calçamento da XV” (Foto 33).

Aliás, por ser a principal artéria da cidade e por sua localização mais central, foi a que mais sofreu alterações no processo de busca por uma cidade “sempre nova” e em consonância com os ideais de progresso. Segundo Tembil (2007, p. 29), inspirada na Rua das Flores na capital paranaense, Curitiba, oito quadras da Rua XV de Novembro foram interditadas para o trânsito de veículos e, em sua extensão,

foram instalados bancos, nova iluminação e, como consequência, houve o incremento imobiliário, do comércio e de serviços.

Diante de toda uma polêmica gerada em torno dessa obra, podemos afirmar que ela mesma teve um impacto significativo do ponto de vista da circulação do cidadão pela área central da cidade e do uso do espaço público, visto que a nova configuração desse espaço público possibilitou a priorização do pedestre. Esse aspecto não pode ser considerado em si, sem se observar que, por outro lado, essa configuração seja o resultado da concentração no entorno desse espaço público do incremento imobiliário, levando a sua transformação em área mais valorizada da cidade, pela concentração em seu curso de vários edifícios, prioritariamente pelo oferecimento de serviços e do comércio, ou seja, um local voltado para o consumo, mas, que de certa forma, evidencia as diversas formas de ser e estar na cidade.



Foto 33 - VISTA AÉREA PARCIAL DO CALÇADÃO DA XV (Década de 1980)
Fonte: Foto Studio Cipriano

Entretanto, ressaltamos que essa ação não resistiu à pressão e tendência à circulação e ao fluxo na cidade atual, principalmente dos veículos na cidade “moderna”, visto que atualmente o calçadão já é transpassado novamente, caracterizando a “metamorfose do espaço urbano”, uma vez que se prioriza a fruição

do trânsito de veículos por vias de rápido acesso aos diferenciados locais do espaço urbano, onde o que importa é o trajeto e o tempo para transpô-lo.

Enfim, de forma geral, observamos que as preocupações recentes do poder público, enquanto um dos principais agentes no processo de estruturação da cidade, estão voltadas para a compatibilização entre as normas constitucionais e os objetivos da elaboração de uma política urbana que viabilize o cumprimento das “funções sociais” no que tange ao uso e ocupação do solo. Verifica-se, no período atual, a contenção da expansão urbana e o adensamento populacional como objetivos estabelecidos nas metas do Plano Diretor Urbano recentemente aprovado.

Esse processo de estruturação veio acompanhado de obras de grande impacto na cidade como a construção do novo Terminal Rodoviário no início da década 1990 em local fora da área central, culminando com um processo de valorização imobiliária da sua hinterlândia no Bairro Bonsucesso. Ressaltamos, nesse contexto, que a produção dos espaços públicos tem um aumento significativo, não no número de áreas, mas do ponto de vista do seu tamanho e localização, notadamente na década de 1990, com a criação dos grandes parques urbanos como o Parque das Crianças e o Parque do Lago. A preocupação do poder público vem permeada pela iniciativa de tornar a cidade “esteticamente agradável” e “ambientalmente correta”, mesmo que esse processo seja resultado das mais diversas formas de interesses e conflitos imanentes aos diversos sujeitos e grupos produtores do espaço urbano.

Quando nos referimos aos conflitos estamos tentando afirmar que toda ação que se estabelece na (re)utilização do espaço urbano para os diversos fins, interfere de alguma forma na configuração preexistente dos locais que já possuem uma história, uma identidade que vão além dos projetos, leis e zoneamento que procuram impor limites que desconsideram muitas vezes a ordem social e as práticas sociais que delas derivam. É nesse processo de reestruturação da cidade que partes da cidade passam num período recente por uma reorganização, marcada por profunda transformação e mudanças que, por conseguinte, são socioespaciais.

A produção de parques públicos em Guarapuava é uma prática relativamente recente. Além do Parque Esportivo Trianon, do Parque Luis Ciscato, conhecido popularmente como “Parque Recreativo do Jordão”, e do Parque Municipal das Araucárias (parques nº. 2, 4 e 5, respectivamente, da figura 2), que remontam às décadas de setenta e oitenta do século passado, foram criados na

área mais central da cidade dois parques. Um deles é o Parque do Lago localizado na área paralela ao quadrilátero central, onde desemboca a principal “artéria da cidade”, para usar a metáfora de Sennet (1998), a Rua XI de Novembro; o outro é o Parque das Crianças no bairro Bonsucesso (parques nº. 1 e 3 da figura 2).

Enquanto obras de impacto, a implantação desses parques sempre esteve permeada por questões socioespaciais que envolvem desapropriação e especulação imobiliária atrelados aos novos sentidos de qualidade de vida associada aos novos espaços de convivência na cidade. Corroborando a constatação de Serpa (2007, p. 21), “os parques públicos surgem na cidade contemporânea, sobretudo enquanto meio de controle social, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano”.

Esse tipo de ação enquanto resultado de um jogo de interesses é denotadora de dois aspectos que consideramos fundamentais: a princípio, beneficiam as áreas remanescentes adjacentes pela valorização imobiliária, ou seja, uma pequena parcela, geralmente de maior poder aquisitivo, que se beneficia das melhorias que foram financiadas com recursos públicos; no entanto, por outro lado, observamos geralmente, uma expropriação da população de menor poder aquisitivo desses locais, assim como das suas imediações. Seja porque nesses locais geralmente existem moradores que habitavam na “ilegalidade” ou, então, porque as indenizações pagas pelo poder público não proporcionaram condições aos antigos moradores de permanecer na área ou próxima dela, visto que a valorização territorial gera conseqüentemente o aumento de impostos e encarece o custo de vida.

No caso da construção do Parque do Lago, esse conflito de interesses mostrou-se muito evidente no processo de desapropriação de muitas residências que se encontravam nos limites da construção do novo empreendimento. No caso dos moradores que dispunham da posse legal dos terrenos, as indenizações não proporcionaram a permanência dos mesmos nas adjacências e, sim, praticamente obrigaram a busca por nova habitação em outras áreas, até mesmo na periferia da cidade.

Esse embate também se fez notar no que diz respeito à remoção dos indivíduos que moravam ilegalmente no local, visto que na área de construção do parque e suas adjacências, existiam favelas. Nesse contexto, o trabalho de Marques (2000), mostra que muitas famílias pobres que habitavam a favela Concórdia, foram desalojadas em detrimento da construção do novo empreendimento. Enfim,

podemos constatar que as características presentes no espaço urbano recente de Guarapuava são aquelas da urbanização brasileira e suas especificidades, um processo, marcado em geral, pela acumulação de capitais que se traduz na utilização do espaço urbano como mercadoria e o resultado dessa tendência não é outra que, a acentuada diferenciação socioespacial urbana.

A expansão faz-se por meio do afastamento das camadas pobres da população para as áreas periféricas, ostentando a valorização da área central via processos de verticalização e monumentalização, da descontinuidade da expansão decorrente da incorporação de áreas resultantes de práticas individuais e pela valorização diferenciada incrustada pelo valor da terra urbana. Respalda-se, nesse sentido, a concepção de Carlos (2001a), para quem:

A cidade, hoje, revela uma dupla tendência: a imposição de um “espaço que se quer moderno”, homogêneo, monumental e bem desenhado que abriga as construções em altura associadas a uma rede de comunicação rápida e densa; e por outro lado, as “condições de possibilidade” que se referem à realização da vida, caracterizado por uma intensa luta por meio dos modos de apropriação socioespacial, revelando um processo que ocorre de modo desigual e fragmentado (CARLOS, 2001a. p. 36).

No entanto, é também nessa mesma cidade, que se constitui a complexidade da convivência entre seus cidadãos, é nela que surgem as possibilidades da transformação desse espaço pluralizado e multifacetado em um grande “espaço público”, num ambiente da vida coletiva, viabilizando e incentivando a impessoalidade e a alteridade que deve orientar a coexistência entre os diferentes e as diferenças entre os cidadãos.

Nessa perspectiva, ressalta Lefebvre (2001) que a cidade tem uma história, ela é obra de uma história, isto é, de grupos bem determinados que realizam essa obra, segundo condições históricas. Ou ainda, como afirma Whitacker (2001), a cidade é um conjunto de apropriações, sincrônicas e diacrônicas, que valoram diferentemente os lugares e os espaços, ou seja, longe da ideologia da homogeneização espacial em tempos de globalização, percebemos que a cidade atual se apresenta mais que nunca como o espaço resultante do acúmulo de tempos e expressão de diferenciação, mas é nesse contexto também, que a cidade encerra a complexidade da coexistência humana e o ambiente da vida coletiva compartilhada.

No entanto, para concluirmos esse item, queremos insistir na idéia de que, mesmo com os percalços da vida na cidade contemporânea e sem um sentimento saudosista ou nostálgico dos tempos passados, é importante ratificar a permanência e a importância dos espaços públicos ditos “tradicionais” (praças, parques e jardins)... Esses lugares continuam sendo o *locus* do bem público, permitem o acesso de todo e qualquer cidadão e são facilitadores do encontro, da reivindicação e da política, das interações socioespaciais, ou seja, elementos fundamentais e, por isso mesmo, possibilitadores no processo de humanização da cidade, o que estaremos abordando na seqüência por meio do acesso ao espaço público na cidade de Guarapuava.

QUARTA PARTE

A CIDADE ENQUANTO ESPAÇO PÚBLICO

La ciudad es entonces *urbs*, concentración de población e *civitas*, cultura, comunidad, cohesión. Pero es también *polis*, lugar de poder, de la política como organización y representación de la sociedad, donde se expresan los grupos de poder, los dominados, los marginalizados y los conflictos.

Jordi Borja e Zaida Muxí (2003, p. 35)



Fonte: Foto do autor (2007)

Praça Nove de Dezembro
2007

Feira de Artesanatos e Campanha
Eleitoral no Calçadão da Rua XV
2007

Catadora de Resíduos
no Calçadão da Rua XV
2007

Os espaços públicos, são lugares da coabitação, onde se podem expressar as múltiplas diferenças. Neles o encontro acontece, ou pode acontecer, assim como ocorre a explicitação das diferenças, das divergências, das contradições.

Lana de Souza Cavalcanti (2007, p. 22)



Fonte: Foto do autor (2007)



Fonte: Foto do autor (2007)

Escamotear os problemas enfrentados pelos cidadãos de uma cidade multicultural revela um empecilho moral de inspirar sentimentos calorosos e espontâneos ao Outro.

Richard Sennett (2003, p. 305)

CAPÍTULO IV - ESPAÇO PÚBLICO: ENTRE A CENTRALIDADE E A ACESSIBILIDADE

*A ocupação é a garantia da mistura urbana. (...) A concentração, a circulação e o contágio em plena rua que garantem a nossa presença e a nossa liberdade de circular e, portanto, nossa relação ativa com a cidade.
Janice Caiafa (2007, p. 25).*

Considerando os pressupostos teóricos por nós adotados e apresentados anteriormente, fundamentaremos nossa abordagem em autores como: Villaça (2001), Castells (1999 e 1983), Lefebvre (2001; 1999 e 1991), Carlos (2004; 2001a e 2001b), Corrêa (2001), Sposito (2007; 2005; 2004 e 2001), Whitacker (2001, 2003 e 2007), Gomes (2002), Serpa (2007 e 2004), Caiafa (2007), Borja y Muxí (2003) e Verdaguer (2002), dentre outros; com o intuito de realizarmos uma análise dos conceitos de “centro e centralidade”, de “acessibilidade e mobilidade”, enquanto elementos necessários para a compreensão das formas de utilização dos espaços públicos na cidade de Guarapuava, na perspectiva do processo de sua estruturação e como resultado das práticas socioespaciais cotidianas que aí se apresentam, dando conteúdo ao processo de produção da cidade.

Para tanto, nossa análise pauta-se aqui em três níveis de abordagem que estão atrelados diretamente ao processo de estruturação da cidade de Guarapuava: centralidade, acessibilidade e, por fim, a estruturação da cidade e seus respectivos espaços públicos por meio de uma relação dialética entre centro e periferia. Essa parte de nossa tese está apoiada de forma mais específica em nossos referenciais empíricos que assumem aqui uma função principal, visto que trabalhamos com as práticas socioespaciais, enfatizando a rotina das pessoas na cidade, ou ainda, como enfatiza Martins (2000), a sociabilidade do homem simples.

A nossa relação direta com o objeto de estudo por meio do nosso trabalho de campo e vivência na cidade foi uma oportunidade muito rica no sentido de entrarmos em contato com as pessoas, indo além da simples observação dos lugares na cidade, para estabelecer a relação direta com uma realidade cotidiana em movimento, ou seja, uma relação entre sujeitos.

Considerando os procedimentos adotados e já anunciados na primeira parte da tese (processo de construção da pesquisa), subdividimos nossos referenciais empíricos em quatro dimensões distintas, a saber: a) análise da mobilidade socioespacial por meio do estudo do transporte coletivo; b) aplicação de enquête de opinião junto à população sobre os espaços públicos; c) realização de pesquisa em

jornais da cidade em diferentes períodos; e, d) observação direta nos espaços públicos com anotações em caderneta de campo e registros iconográficos.

Enfatizamos, nesse sentido, que o trabalho de campo, ou o “ir a campo”, assumiu papel fundamental no processo de pesquisa, visto que atuou como mediador por meio do exercício do diálogo entre a clássica relação: teoria e empiria - abstração e materialidade, representados pelo pensamento em movimento e uma realidade em movimento, a cidade. Embora sejam dois níveis distintos de uma apreensão, eles se articulam. Desta forma, devem ser tratados enquanto partes fundamentais no processo de construção do conhecimento e na compreensão das relações sociais por meio dos processos geográficos estudados. Nesse caso, em ao menos três, dentre os procedimentos adotados em nossa tese, estivemos diretamente em contato com as pessoas que vivem a/na cidade e suas diferentes realidades. Estabelecendo, assim, relação entre os sujeitos, o que pesquisa e os que são pesquisados.

Ressaltamos e acrescentamos nesse item, nossa experiência, em viver na cidade de Guarapuava por dez anos, período em que pudemos observá-la e vivenciá-la enquanto a materialização das mais diversas práticas socioespaciais. Em nossa trajetória acadêmica, passamos a “olhar a cidade” não somente a partir da sua “estrutura” física, uma soma de edifícios, equipamentos e infra-estruturas, mas também dos trajetos e meandros por onde se inscreve ou se geografiza a luta do cidadão pelo acesso à cidade e seus diferentes lugares, mediado por suas práticas socioespaciais diárias que caracterizam suas necessidades e desejos.

Nos interstícios de uma visibilidade materializada, aparentemente explícita e identificável ao nosso olhar, existe, de forma indefinida, os aspectos contraditórios que impedem o vislumbrar dos diferentes contextos que determinam e são determinados por sua estruturação aparente. Essa “leitura da cidade”, em nosso modo de ver, pode ser mais significativa, na medida em que buscamos uma articulação entre sua base material e as práticas socioespaciais que as determinam, ou são por ela determinadas, enquanto expressão do acontecer diário dos seus cidadãos, práticas que ensejam a relação entre a forma e seus conteúdos, suas dimensões socioespaciais.

Pressupondo que a cidade é apropriada por uma multiplicidade de segmentos da sociedade, interessa-nos, identificar como esses diferentes tipos sociais utilizam-se dela e de forma peculiar de seus espaços públicos, quais são os

usos e as funções deles no sentido de garantir as necessidades dos cidadãos que aí vivem, sobrevivem e convivem.

Considerando essas especificidades que, teoricamente, caracterizam parte da vida na cidade, duas categorias analíticas parecem-nos fundamentais e, por isso, nortearão nossa análise. Tratam-se da centralidade e acessibilidade.

As discussões sobre a “centralidade urbana”³⁷ envolvem a sistematização de diferentes concepções e acepções em torno do termo em diferentes escalas e dimensões, e dessas ao longo do tempo. No âmbito da Geografia Urbana o termo “centralidade” vem de longa data. A princípio com os estudos desenvolvidos sobre os padrões de uso do solo intra-urbano pela Escola de Chicago e seus expoentes, estudos estes, voltados para o nível de análise metropolitano estadunidense. Posteriormente com a influência significativa da teoria Christalleriana das localidades centrais, mesmo que voltada para o âmbito regional. A influência da Geografia Urbana francesa também foi significativa nesse processo no sentido de buscar a compreensão do porque das diferentes localizações e usos do solo no espaço urbano. Recentemente, os estudos sobre a centralidade urbana encerram a complexidade que é estudar a própria cidade e as profundas transformações envolvendo também a descentralização e a multicentralidade. No entanto, queremos ressaltar que em nossa tese não trataremos de forma aprofundada a centralidade urbana, ela assume aqui o papel de subsidiar a compreensão do espaço público no processo de estruturação da cidade de Guarapuava.

A utilização do termo “acessibilidade” assume, em nossa tese, uma dupla função: a princípio, está diretamente relacionada às condições e às oportunidades que as pessoas dispõem para fazer uso da cidade e seus diferentes locais (questão que estaremos abordando adiante em momento oportuno e de forma mais aprofundada sobre o transporte coletivo em Guarapuava), na perspectiva de que o acesso à cidade está atrelado aos diferentes usos do espaço urbano e que passa necessariamente por um sistema de transporte coletivo que permita que os diversos segmentos sociais possam desenvolver suas atividades cotidianas na cidade, para tanto, estaremos nos fundamentando teoricamente em autores como Caiafa (2007), Villaça (2001) e Vasconcellos (1996), além, da acessibilidade para quem faz uso da cidade enquanto pedestre, ou seja, quem faz uso da cidade por meio do corpo

³⁷ Para uma análise de forma mais aprofundada sobre concepções atreladas a centralidade urbana no âmbito da Geografia Urbana consultar: Harris e Ullman (2004), Clark (2001), Lefebvre (2001 e 1999), Corrêa (2001 e 1997), Gottdiener (1993), Castells (1983) George (1983) e Johnson (1974).

Carlos (2004 e 2001a), Sennett (2003); num segundo momento, a “acessibilidade” interessa-nos a partir da sua representação, enquanto dimensão simbólica. Fundamentando-nos em pressupostos teóricos de autores como: Serpa (2007 e 2004), Verdaguer (2002), Lefebvre (2001) e Carlos (2001a), na perspectiva de que a acessibilidade não é somente física, mas que também possui um conteúdo pautado na dimensão simbólica, na representação e na potencialidade de vivenciar o acesso a determinados locais da cidade, como a centralidade urbana, os espaços públicos, para citar alguns dos exemplos.

Em relação às categorias analíticas propostas, é conveniente destacar, inicialmente, que não temos a pretensão de desenvolver um estudo aprofundado sobre cada uma delas e apresentá-las de forma compartimentada na tese. Elas apresentam-se, aqui, como instrumentos para se apreender processos dinâmicos necessários para a compreensão da estruturação da cidade por meio das práticas socioespaciais cotidianas. Práticas que dão conteúdo a mesma, considerando, nesse caso, o processo de produção da cidade e seus respectivos espaços públicos pelos diferentes sujeitos sociais.

4.1. CENTRALIDADE E ACESSIBILIDADE: FORMAS, USOS E FUNÇÕES

*Não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro. (...) Não existem lugares de lazer, de festa, de transmissão oral ou escrita, de intervenção, de invenção, sem centralidade...
Henri Lefebvre (1999, p. 93).*

Há todo um debate atual sobre a nova estruturação da cidade e, principalmente, sobre esse processo em cidades médias, pois verifica-se que há tendência nelas de uma configuração que indica sua reestruturação e, por conseqüência, certa diminuição do papel articulador do centro, também chamado Centro Principal ou Tradicional³⁸.

No entanto, tomamos como pressuposto a afirmação de Villaça (2001), de que, embora a tendência do distanciamento do centro seja clara em muitas cidades brasileiras, ainda está longe de ser minimamente significativa em comparação com a proximidade ao centro. Nesse sentido, mesmo com a tendência à desconcentração, seja do ponto de vista da habitação, seja do comércio e dos serviços, é preciso verificar que muitas cidades, apesar de apresentarem tais mudanças, do aparecimento de novos loteamentos, de novos equipamentos mais afastados, apresentam estruturas, no geral, ainda do tipo monocêntricas, aonde a descentralização ocorre de forma lenta, ou seja, articulam-se ainda em torno de um centro principal e, por outro lado, resguardam também a complexidade de uma grande cidade.

As características básicas da estruturação de Guarapuava enquanto uma cidade que se constitui pelo tipo “monocêntrica”, uma configuração que segundo Corrêa (2001), a ligação entre os bairros passam necessariamente pelo centro, direciona-nos, da mesma forma, para uma análise da importância de sua centralidade enquanto representação e expressão dessa forma de estruturação da cidade. Uma centralidade que se expressa não somente na cidade, como também

³⁸ Podemos evidenciar em pesquisas recentes, realizadas no âmbito das cidades médias, que estas estão passando por um processo de reestruturação pautada na desconcentração/descentralização de equipamentos urbanos, de residências e, por conseqüência, de atividades de comércio e serviços. Segundo Sposito (2007), os estudos recentes sobre as cidades médias apontam para uma redefinição das suas relações entre centro e periferia. Para essa autora, até os anos de 1970 e 1980, a circulação intra-urbana nessas cidades articulava-se em torno de um centro principal, compondo estruturas monocêntricas fortemente integradas a uma única área importante de concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços. Nos últimos vinte anos, observou-se multiplicação de áreas de concentração dessas atividades (eixos comerciais, centros comerciais em bairros de bom poder aquisitivo e *shopping centers*), bem como verificou-se o fenômeno de diversificação delas, acompanhado de segmentação dos mercados consumidores, segundo diferentes padrões de consumo e maior ou menor facilidade para se locomover por automóvel.

se evidencia para além dela, ou seja, na escala interurbana. Embora, nosso enfoque esteja pautado na escala intraurbana, o segundo nível de análise não pode ser negligenciado totalmente (só não assume aqui uma função central na discussão), visto que há uma complementaridade entre ambos e que deve ser levada em consideração no processo de análise da estruturação da cidade, ou seja, ela assume diferentes papéis regionais e de intermédio entre as cidades pequenas e as maiores.

Portanto, no sentido de tornar mais clara nossa proposição em meio às diferentes acepções e concepções em torno do centro, evidenciamos a necessidade de precisar melhor o que estamos tratando enquanto “centro da cidade”, para a partir dele e dos principais elementos e atributos que o constituem - a aglomeração e a concentração de bens e serviços; o local para onde converge os maiores fluxos de pessoas, de produtos e informações; o local da gestão e do controle político; também o local da representação simbólica; enfim, o *locus* articulador da cidade -, estabelecer uma relação entre as formas da cidade e suas transformações no tempo e no espaço, os seus movimentos e conteúdos que, por meio das práticas socioespaciais, determinam e, ao mesmo tempo, são reflexos do processo de estruturação da cidade e sua respectiva centralidade.

Ressaltando os apontamentos de Villaça (2001), Corrêa (1997 e 2001), Castells (1983) e Lefebvre (1999), o termo centro pode assumir uma série de sentidos e conotações como: o centro histórico, o centro tradicional ou ainda o centro de comércio e serviços, além da dimensão social e simbólica inerente a ele.

Em nosso caso, estamos fazendo uso da área mais central da cidade, uma forma institucionalizada representada pelo Centro de Planejamento Urbano de Guarapuava (CEPLUG) como Bairro Centro, ou simplesmente Centro. No entanto, salientamos que não se trata de uma visão reducionista do que seja o centro ou a centralidade urbana, ou então, que ambos os elementos estejam restritos a um quadrilátero delimitado rigidamente pelas ruas e avenidas. Nesse sentido, o quadrilátero composto pelas Avenidas Manoel Ribas e Prefeito Moacir Julio Silvestre, fechado pela confluência das Ruas Professor Becker e Tiradentes configura-se como a área da cidade que representa a concentração da maioria das atividades de comércio e serviços, além da concentração nessa área, ou próxima dela, dos principais espaços públicos, atribuindo, dessa forma, uma centralidade no processo de estruturação da cidade (Figura 6).

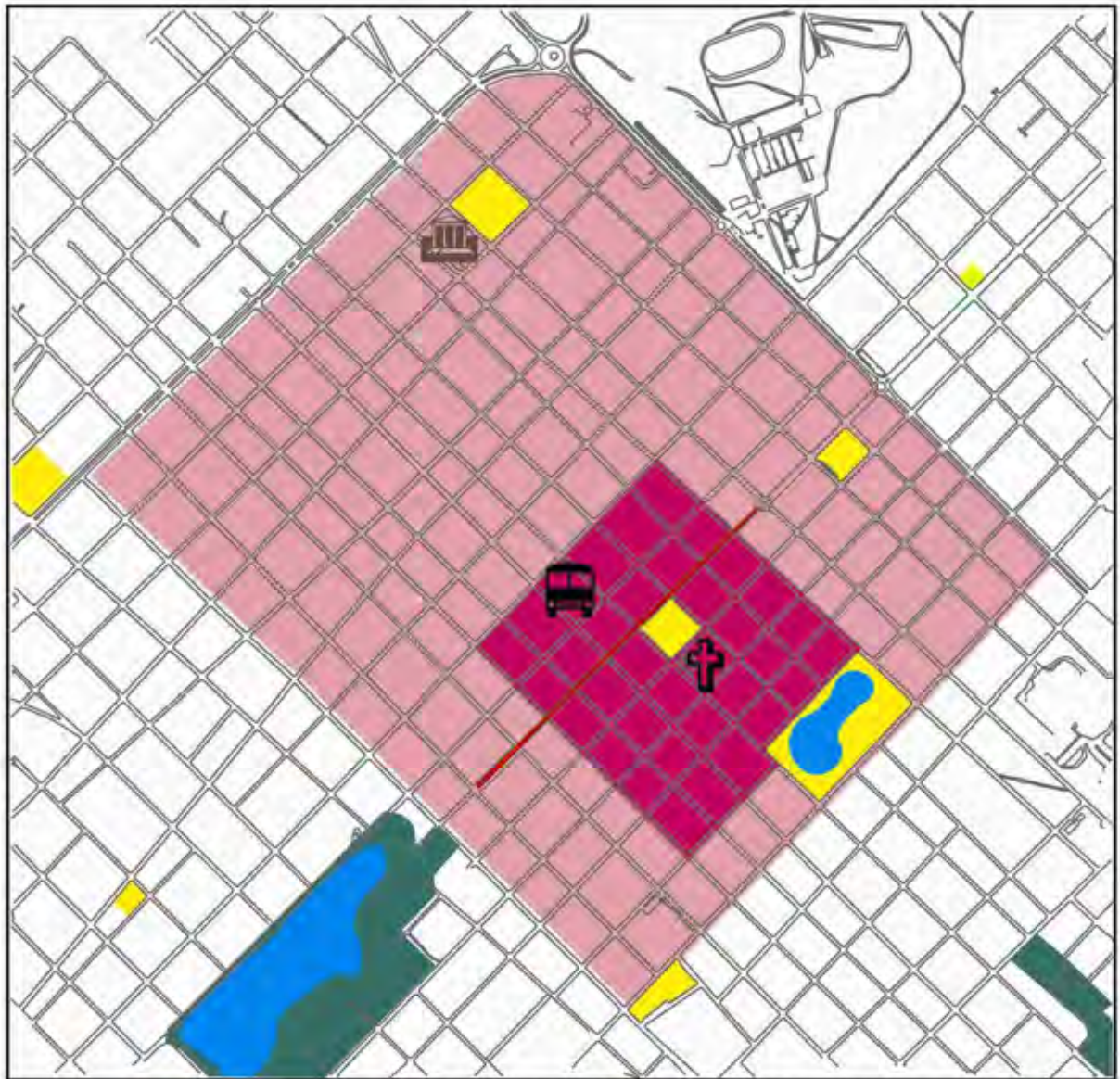
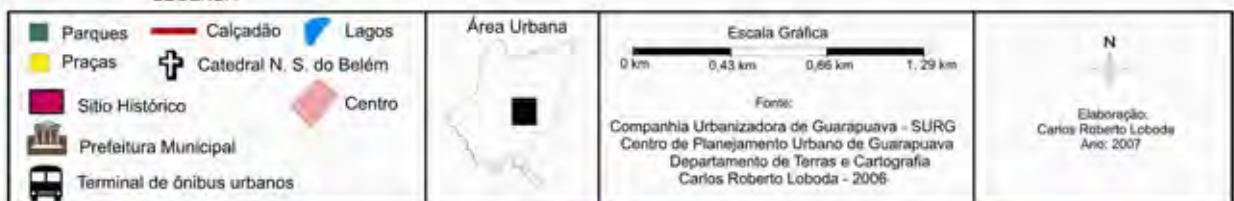


Figura 6 - GUARAPUAVA: ÁREA CENTRAL, 2007

LEGENDA



No entanto, é sabido que as relações que garantem a afirmação do centro e sua respectiva centralidade vão muito além da mera localização e concentração material de infra-estruturas, edifícios e construções simbólicas da cidade, como visto na figura 6 e atividades diversas que os mesmos ensejam. Como ressalta Whitacker (2003), devemos procurar compreender os conteúdos do centro e da centralidade nos diferentes momentos históricos e recortes compreendidos para seu entendimento. Essa perspectiva é fundamental no sentido de entendermos como se constituem no âmbito das diferentes formações sociais.

Ainda, no que diz respeito aos centros e centralidades urbanas, Sposito (2001) ressalta que a ocorrência dessas áreas resultam, via de regra, de um processo histórico de localização de atividades comerciais e de serviços no espaço urbano:

[...] esse processo é dinâmico e para ele concorrem determinantes de diferentes naturezas, tais como: mudanças dos papéis urbanos de cada cidade numa divisão territorial do trabalho que se estabelece entre as redes de uma rede urbana; ritmo de crescimento econômico e demográfico das cidades; formas de expansão dos tecidos urbanos relacionados com seus sítios urbanos; instalação de infra-estruturas para circulação e emergência de novas formas de transporte; ampliação dos gradientes intra-urbanos de preços fundiários e imobiliários; investimentos privados e públicos, estes últimos sobretudo, em meios de consumo coletivo; dinâmicas de diferenciação socioespacial dos usos de solo residencial, comercial e de serviços; etc. (SPOSITO, 2001, p. 237).

Para essa autora, o centro expressa a concentração dos bens e serviços em termos locacionais. No entanto, afirma também, que é de fundamental importância ressaltarmos nesse processo a sua congênere: a centralidade. Esta última, assume um papel relevante enquanto processo, representando a noção de movimento através da sua redefinição constante pelos fluxos que se configuram por meio da circulação das pessoas, das mercadorias, informações, idéias e valores.

Nesse sentido, observando-se a figura 7, que representa o uso do solo urbano³⁹ em Guarapuava, evidenciamos, ao menos em primeira instância e de forma nítida, a concentração e centralização das principais atividades urbanas.

³⁹ Queremos alertar o leitor em relação à figura 7, que essa não se trata da representação do uso e ocupação do solo urbano na cidade de Guarapuava, isso por dois motivos a saber: a princípio, pelo fato de que para uma representação como tal, necessariamente teríamos que representar também a disposição do uso residencial; e, em segundo lugar, porque priorizamos de forma geral, a representação dos elementos econômicos, e políticos/culturais, evidenciando sua concentração na área central da cidade, assim como, nos principais eixos de circulação.

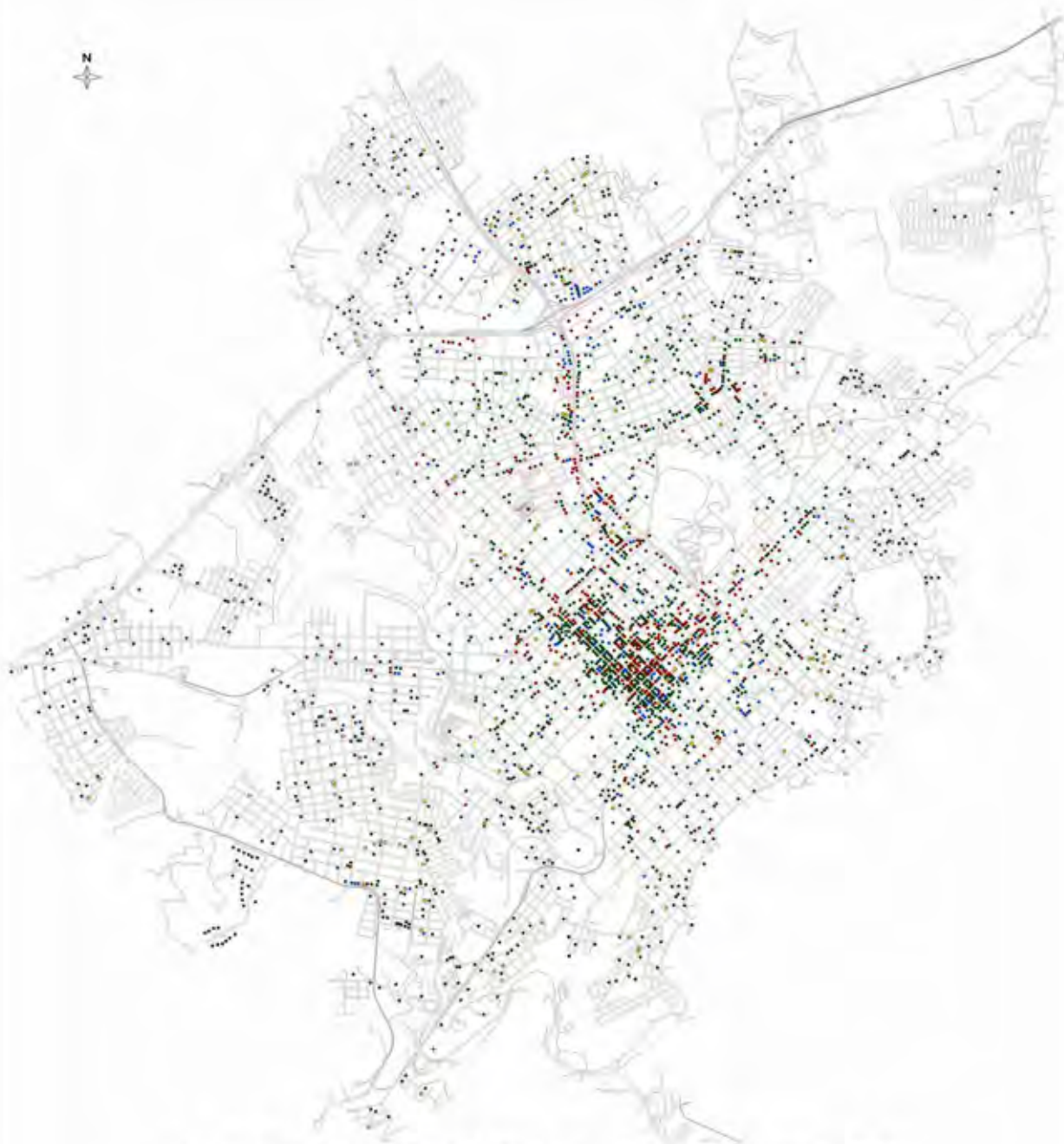


Figura 7 - GUARAPUAVA: USO DO SOLO URBANO NÃO RESIDENCIAL - 2006

<ul style="list-style-type: none"> ● Comercial ● Esporte e Lazer ● Religioso ● Prestação de Serviços 	<ul style="list-style-type: none"> ● Educacional ● Misto ● Industrial 	<p>Escala Gráfica</p>	<p>Fontes:</p> <p>Companhia Urbanizadora de Guarapuava - SURG Centro de Planejamento Urbano de Guarapuava Cadastro Técnico Municipal - 2006</p>	<p>Elaboração:</p> <p>Carlos Roberto Loboda Ano: 2006</p>

Sejam aquelas puramente econômicas, voltadas para o comércio e prestação de serviços, sejam as relevantes no âmbito do político ou do cultural, representados pelas formas institucionalizadas de poder, tais atividades assumem na cidade, de forma peculiar, uma disposição que se traduz nas formas de produção do espaço urbano, seja de forma concentrada, ou de forma dispersa, enfatizando que, na cidade de Guarapuava, predomina o primeiro tipo (como observado na figura 7), enquanto resultado das formas características da produção e acumulação capitalista da cidade, em que predomina a idéia de cidade enquanto espaço da mercadoria e das trocas em detrimento dos usos.

Esse processo, marcado pelos movimentos de estruturação e reestruturação da cidade, é de certa forma dependente de como as dinâmicas se organizam no espaço urbano. Nessa linha de raciocínio, mesmo num momento em que proliferam novas formas de *habitats* urbanos, como no caso dos loteamentos fechados ou os condomínios horizontais, enfatizamos que a expansão recente da cidade de Guarapuava continua sendo marcada pelo seu crescimento horizontal, mas, sobretudo, acompanhado da valorização da área central, como podemos evidenciar por meio da concentração e verticalização da mesma, demarcando, de certa forma, as práticas socioespaciais na cidade (Foto 34).



Foto 34 - GUARAPUAVA: CONCENTRAÇÃO E VERTICALIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL
(Visão aérea parcial da cidade - 2003)
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal

Tais processos fazem-se evidentes nas diversas escalas representados pelo crescimento contínuo, mas não contíguo, da área urbana, como podemos também evidenciar na foto 34. Sua expansão recente, considerando aqui as últimas três décadas, foi marcada pelo afastamento das camadas pobres da população para a periferia, pela racionalização e especialização da área central via processos de implantação, ampliação e reestruturação de ruas e avenidas de rápido acesso que priorizam o fluxo cada vez maior de veículos.

Essa constatação leva-nos a evidenciar um processo de intensificação da centralidade urbana, em torno da densidade construída e correlacionada à concentração das pessoas, caracterizando a homogeneização dessa área da cidade, mesmo que isso ocorra basicamente durante o dia, visto que, no final da tarde, grande parte dos que aí se encontravam para o trabalho, compras, negócios ou lazer, retorna para suas residências. Eis, então, que o sistema de transporte coletivo assume essa função, de “misturar” as pessoas na cidade, de lhes propiciar o encontro, bem como o compartilhamento de um mesmo território urbano, como pudemos constatar em nossa enquete de opinião, em que a maioria dos guarapuavanos utiliza-se do transporte coletivo para seus deslocamentos.

Essa dinâmica é resultante da continuidade da concentração e ampliação do capital das empresas, do comércio e mesmo da habitação, que ainda encontram na área central seu espaço preferido, pelo fato da existência de lotes não edificadas, locais resultantes da especulação imobiliária enquanto acumulação de capital e transformação da terra urbana em mercadoria, mesmo com o alto valor do solo que a área pressupõe, o fator localização continua permitindo novos empreendimentos comerciais, de serviços, residenciais, dentre outros. Segundo Corrêa (1998), esse processo, dá-se, de certa forma pela reprodução simples do espaço e, por outro lado, pela reprodução espacial de forma ampliada:

[...] No primeiro caso, um local de concentração de atividades, como o centro da cidade, expande-se vertical e horizontalmente. Isto se dá, pelo aparecimento de novas empresas que são agregadas ao espaço já construído. No segundo caso, uma nova organização espacial é criada ou alterada pelo aparecimento dos subcentros comerciais (CORRÊA, 1998, p. 73).

Nesse sentido, considerando também a idéia de Villaça (2001), evidenciamos que pode haver renovação do espaço sem necessariamente haver reestruturação. Nesse caso, o que ocorre é a alteração do espaço construído, mas

não há alteração da estrutura da cidade, uma vez que os bairros mantêm sua natureza, classe social e localização enquanto elementos da estruturação.

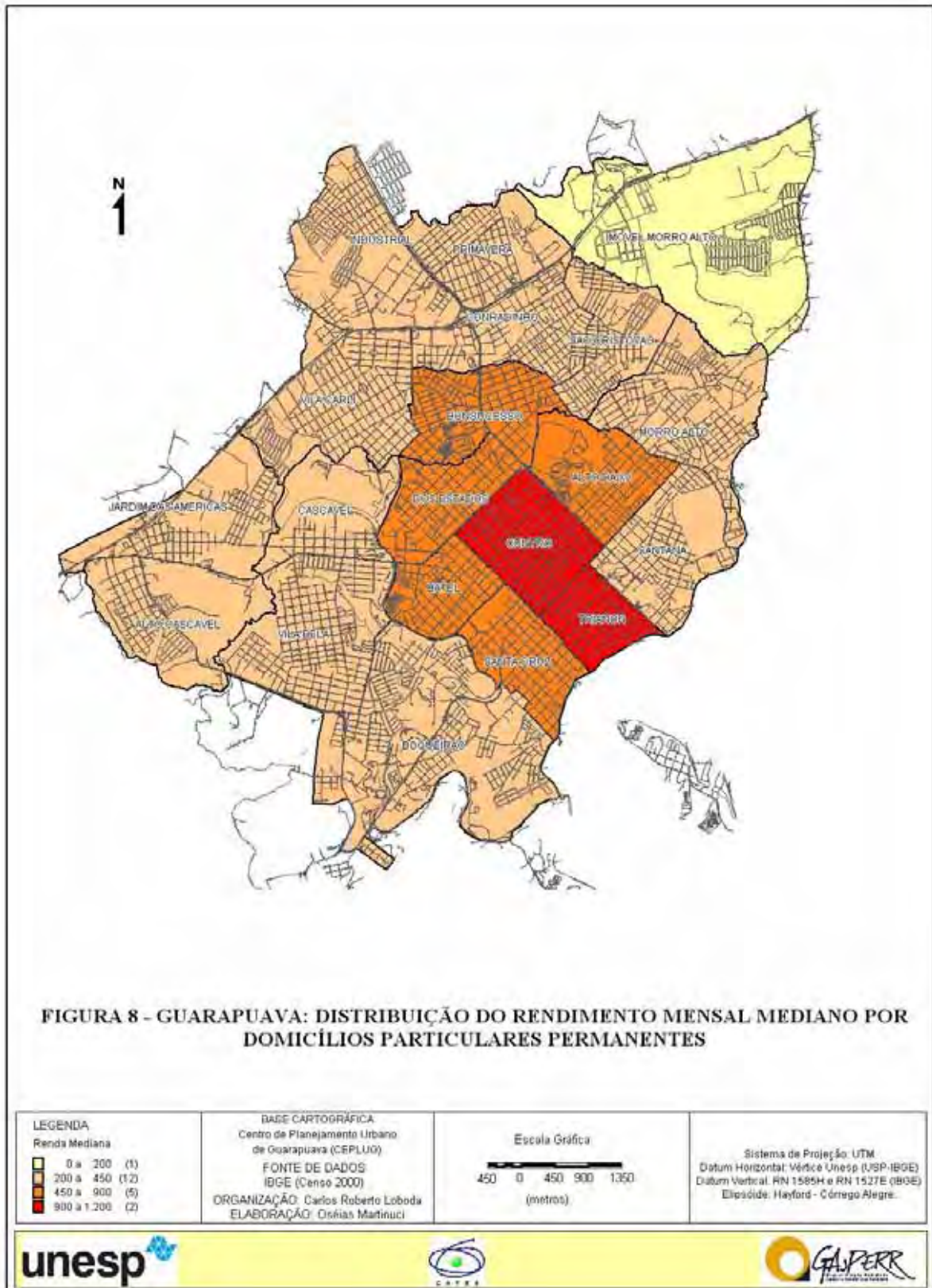
Essa forma de estruturação mostra-se em clara evidência em Guarapuava e, nesse caso, queremos chamar atenção para alguns aspectos que podem nos ajudar a compreender determinadas circunstâncias do processo de produção do espaço urbano enquanto produto, favorecendo, na maioria das vezes, a concentração da renda (Figura 8) e, respectivamente, da terra urbana via especulação imobiliária, pois a apropriação privada, fundada no valor de troca (LEFEBVRE, 2001), sobrepõe-se de forma significativa ao valor de uso ou da apropriação mais coletiva do espaço urbano.

Queremos retomar um fato já apontado no capítulo anterior, que foi aquele da expansão urbana da cidade por meio da abertura de loteamentos irregulares (o que representa mais que a terça parte do total de iniciativas realizadas), atrelada à não exigência da infra-estrutura por parte dos loteadores, notadamente as parcelas destinadas às áreas de domínio público, como os arruamentos, áreas institucionais e espaços públicos. Segundo informações do Caderno Diagnóstico para elaboração do Plano Diretor realizado no início da década passada, escrito e concluído na segunda metade da mesma década, evidenciamos a seguinte situação:

Se for observado, o demonstrativo de uso das áreas do Cadastro Técnico Urbano, observar-se á, que tais loteamentos irregulares não possuem faixas de domínio, áreas de preservação, áreas de lazer, ou uso público e muito poucas áreas de poder da Prefeitura Municipal, para poder implantar os equipamentos comunitários necessários, ou implantar programas habitacionais para população de baixa renda (PLANO DIRETOR URBANO, 1997, p. 32).

Outro aspecto decorrente desse processo caracterizado por uma economia de mercado é a dificuldade ao acesso à cidade. Marcado *a priori* pelo acesso à moradia, por exemplo, no entanto, ficando muito aquém, do acesso à cidade de forma mais equitativa, principalmente, tratando-se da população de baixa renda, condenada a constante luta pela moradia, sem mencionar o acesso ao direito ao entorno, como o caso do espaço público. Corroborando com essa perspectiva, Carlos (2004a), ressalta que:

A contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada marca e delimita a vida cotidiana, isto porque numa sociedade fundada sobre a troca a apropriação do espaço, ele próprio é produzido, enquanto mercadoria, liga-se, cada vez mais à forma mercadoria (CARLOS, 2004a, p. 26).



Essa característica do processo de produção social do espaço, da apropriação privada do excedente social, expressa-se de forma significativa, na cidade de Guarapuava quando evidenciamos descontinuidades do tecido urbano, sejam glebas chamadas vazios urbanos, que se constituem como reserva para parcelamento urbano futuro, seja de lotes já parcelados sem edificações, resultantes da especulação imobiliária. Novamente, recorrendo ao diagnóstico realizado para realização do Plano Diretor Urbano, destacamos informações relevantes, como constatamos a seguir:

Outro aspecto gritante na área urbana de Guarapuava, são as imensas áreas vazias inseridas dentro da malha urbana existente e servidas de infra-estrutura, totalizando 15.092.363 m². Essa área vazia, dentro do perímetro urbano já se extraindo as áreas institucionais necessárias, abrigaria uma população de 108.999 habitantes (PLANO DIRETOR URBANO, 1997, p. 32).

Ainda, no sentido de complementar tais informações, queremos enfatizar números mais recentes apresentados pelo Centro de Planejamento Urbano de Guarapuava (CEPLUG), que baseado no Cadastro Técnico Municipal mostra o total entre os lotes não edificados e os lotes edificados, considerando os loteamentos parcelados no perímetro urbano (Quadro 4).

BAIRRO	Total de Lotes Territoriais Cadastrados	Total de Lotes Edificados Cadastrados
Aldeia	570	80
Alto Cascavel	594	407
Alto da XV	437	1073
Batel	232	1222
Bonsucesso	572	1821
Boqueirão	1114	3792
Cascavel	110	378
Centro	178	3690
Conradinho	581	1953
Dos Estados	290	1381
Imóvel Morro Alto	1246	584
Industrial	484	1982
Jardim das Américas	801	769
Morro Alto	994	2318
Primavera	208	1518
Santa Cruz	275	1886
Santana	344	2026
São Cristóvão	475	1812
Trianon	117	1314
Vila Bela	978	2652
Vila Carli	1076	2232
Total Geral	11.676	34.890

Quadro 4 - GUARAPUAVA: TOTAL DE LOTES TERRITORIAIS E EDIFICADOS - 2006
 Fonte: Cadastro Técnico do Centro de Planejamento Urbano de Guarapuava (2006).

Enfim, o que queremos ressaltar aqui, a partir das informações elencadas, anteriormente, é uma correlação entre a produção do espaço urbano, enquanto processo fundado numa economia de mercado que se faz por meio da apropriação privada da terra urbana, isso se evidencia quando constatamos que a terça parte dos loteamentos parcelados constitui-se de lotes vazios. Enquanto, e/ou por outro lado, falta habitação, para as camadas mais baixas da sociedade, assim como faltam também os espaços públicos.

Nesse sentido, chamamos atenção para as conseqüências negativas desse processo, principalmente no que tange ao direito à cidade, ou seja, como a partir dessa realidade posta, podemos pensar na produção mais socializada da cidade, quando, na verdade, o que observamos é uma delimitação da vida cotidiana da população, principalmente para aqueles de menor poder aquisitivo, tendo que habitar distante do trabalho, da escola, do comércio e dos serviços, e do **espaço público** que, de certa forma, estão hierarquizados, atrelados à área mais central da cidade.

Enfim, quando nos referimos à área mais central da cidade queremos enfatizar que é nesse local, marcado, a princípio, pela concentração e localização de bens e serviços, gestão, lazer e valores materiais e simbólicos, que estão presentes os principais espaços públicos da cidade, organizados a partir da Praça Nove de Dezembro e os elementos históricos do seu entorno como a Catedral Nossa Senhora do Belém e o Museu Municipal, mesmo que enquanto redutos da cidade de outrora; do Calçadão da Rua XV de Novembro e outras ruas principais como a Rua Saldanha Marinho enquanto signos⁴⁰ da cidade moderna. Lembrando aqui que, no caso dos dois primeiros, são os únicos locais da cidade tombados pelo Patrimônio Histórico Municipal, enquanto rememoração dos aspectos e estilos da cidade de cunho colonial; no caso do Calçadão e da Saldanha, são exemplos de locais que passaram por reestruturação recente no sentido de priorizar a pedestrelização das

⁴⁰ Fazemos referência aqui aos aspectos que expressam as dimensões concretas e simbólicas da cidade. Nessa perspectiva, salienta Lefebvre (1999, p. 11), que a centralidade, concerne tanto às questões matemáticas, quanto concerne também ao drama. “Ela os reúne, como reúne “tudo”, inclusive os símbolos e os signos (entre eles o da reunião). Os signos do urbano são os símbolos da reunião: as coisas que permitem a reunião (a rua e a superfície da rua, pedra, asfalto, calçada etc.) e as estipulações da reunião (praças, luzes, etc.)”. No entanto, o mesmo autor (2001, p. 63 e 64), adverte que os símbolos da cidade podem transforma-se em um processo de alienação, representado por signos sem conteúdos, “consome-se tanto signos quanto objetos: signos de felicidade, da satisfação, do poder, da riqueza, da ciência, da técnica etc.”.

áreas centrais, associando-as com as atividades de comércio e serviços. No caso da última, o objetivo foi de transformá-la num *shopping* aberto linear.

Segundo Sposito (2004), tais signos são exemplos de sucessão ou de “fases” do que se considera como moderno nas cidades médias, geralmente, associado ao intuito de se parecer com o que ocorre na metrópole. Para a autora:

[...] Nas três últimas décadas, destacam-se as iniciativas de dotação das áreas centrais com vias de uso exclusivo para pedestres (calçadas), imitando a iniciativa pioneira, no Brasil, da cidade de Curitiba, e os esforços das municipalidades para atrair investimentos para a construção de *shopping centers* (SPOSITO, 2004a, p. 377).

Observamos, nessa linha de raciocínio, que a forma assume um papel significativo enquanto elemento estruturador da cidade, no entanto, há que se levar em consideração igualmente os conteúdos sociais que dão sentidos a forma urbana. Como ressalta Lefebvre (2001), “não há forma sem conteúdo e não há conteúdo sem forma”. Na perspectiva desse autor,

[...] aquilo que se oferece a análise é sempre uma unidade entre a forma e o conteúdo. A análise rompe a unidade. Faz aparecer a pureza da forma, e a forma remete ao conteúdo. A unidade, indissolúvel e no entanto rompida pela análise é conflitante (dialética). (...) através da razão dialética, os conteúdos superam as formas a forma dá acesso aos conteúdos. A forma leva assim a uma dupla “existência”. Ela é e não é. Só tem realidade nos conteúdos e no entanto separa-se deles (LEFEBVRE, 2001, p. 87).

Essa reflexão de Lefebvre faz-se pertinente considerando que a forma urbana é permeada pelas práticas socioespaciais cotidianas, um conjunto de interações marcado pela contradição e pelos conflitos, pela simultaneidade, pelos acontecimentos e pelas percepções, pela articulação, fragmentação e diferenciação que passaram a orientar o processo estruturação da cidade atual e, por conseguinte, das formas de acesso e utilização dos seus espaços públicos. Nesse sentido, queremos chamar atenção, como já procuramos demonstrar no capítulo anterior, para o fato da concentração dos espaços públicos na área central da cidade guarapuavana. Portanto, somos levados a encaminhar nossa análise para além dessa disposição dos espaços públicos no centro e em seu entorno próximo, ou seja, faz-se necessário buscarmos suas funções e seus usos, ou seja, intentarmos identificar a quem e como esses espaços servem.

Para encaminharmos nossa discussão nesse sentido estaremos nos fundamentando nas formas e apropriação do espaço público com olhar especial

para as diferentes formas de acesso, formas estas, que interferem diretamente nas condições do uso e ocupação dos diferentes lugares na cidade, corroborando com a idéia de Serpa (2004, p. 22), de que a “acessibilidade não é somente física, mas também simbólica”. Segundo esse mesmo autor (2007, p. 20), a questão do acesso à cidade está totalmente atrelada a “demarcação dos diferentes territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (abstrata) à concretude física dos espaços públicos urbanos”. Portanto, essa perspectiva alerta-nos para o fato de que os espaços públicos são lugares onde se manifestam, também, com maior frequência e intensidade as formas de viver a/na cidade conferindo-lhes uma simbologia que lhes é peculiar enquanto dimensões da cidade e do urbano ao longo do tempo.

Chamamos atenção aqui para o deslocamento das atenções para outros espaços públicos, que não aqueles símbolos espaciais de outrora, aos quais fizemos referência anteriormente, como a Praça Nove de Dezembro e Calçada da Rua XV. Como nos mostra Whitacker (2001), embasado na concepção lefebvriana, os símbolos espaciais passam por um processo em que suas formas se mantêm, com pequenas alterações, ao longo do tempo, porém, seus significados vão passando por um processo de simplificação. É, nesse sentido, que do ponto de vista da diversidade dos usos, a Praça Eurípio Rauen (embora esteja também atrelada aos aspectos históricos da cidade), mas principalmente ao Parque do Lago assumem a função dos principais locais públicos da cidade.

Já, por outro lado, fazendo parte de um processo de transmutação de valores apregoados recentemente, por meio da melhoria da qualidade de vida urbana, da preocupação com as condições ambientais, com a presença das áreas verdes urbanas atreladas ao lazer e a contemplação, estão o Parque Municipal das Araucárias e o Parque Luiz Ciscato (Jordão). O primeiro, localizado ao norte da cidade, junto ao Bairro Primavera, possui o caráter de área de preservação permanente da mata de araucárias (Pinheiro do Paraná), no entanto, permitindo o acesso da população a trilhas ecológicas, visitaçã ao Museu de História Natural e de Entomologia, viveiro de mudas e plantas medicinais, atividades de Educação Ambiental (Foto 35), dentre outras. Já, o segundo, conhecido popularmente por “Parque Recreativo do Jordão”, assume as funções exclusivas, que são aquelas de proporcionar o lazer e o entretenimento às pessoas, por meio de das mais variadas opções em ampla área de lazer (Foto 36).



Foto 35 - PARQUE MUNICIPAL DAS ARAUCÁRIAS: EDUCAÇÃO AMBIENTAL
Arquivo da Prefeitura Municipal (2004)



Foto 36 - PARQUE LUIZ CISCATO (JORDÃO)
Fonte: Foto do autor (2008)

No entanto, essa transformação e suas novas tendências de usos do espaço público, foi por nós evidenciada, por meio das informações obtidas com a enquete de opinião efetuada junto à população guarapuavana sobre tais espaços. Quando pedimos para que falassem sobre o primeiro espaço público que lhes vinha em mente, os mais lembrados pelos respondentes, de forma expressiva foram justamente o Parque do Lago (Foto 37) e a Praça Eurípio Rauen (Fotos 38).

Os espaços públicos localizados próximos ao centro assumem um caráter de locais de passagem como a Praça Nove de Dezembro e a Praça Cleve, ou então, o Calçadão da Rua XV. Essa constatação corrobora a perspectiva de Sennett (2003), quando ao tratar da nova história da cidade por meio da experiência corporal, nos mostra que o espaço público tornou-se, em grande parte, um lugar de passagem, medido pela facilidade que nos dirigimos através dele ou nos afastamos do mesmo. Enfim, uma tendência de locais produzidos para o consumo, para o fluxo, ou então de esperas de curta duração, mesmo que neles seja maior a concentração de pessoas, observamos que outros espaços, como praças, parques e demais espaços públicos assumem a função de oferecer à população cidadina, diferentes opções de lazer e entretenimento, por exemplo.



Foto 37 - PARQUE DO LAGO: FESTA DO DIA DO TRABALHADOR
Fonte: Foto do autor (2007)



Foto 38 - PRAÇA EURÍPIO RAUEN (LAGOA DAS LÁGRIMAS)
Fonte: Foto do autor (2007)

Tomando como referência a opinião dos guarapuavanos em relação aos seus principais espaços públicos, não temos dúvida, também, de que são os espaços os lugares conhecidos popularmente como o “Lago” e a “Lagoa”, ambos associados à área central da cidade. Além de estarem associados à dinâmica da centralidade da cidade, tais espaços assumem uma centralidade própria, não somente em função da grande dimensão em termos de área disponível, como também da diversidade de opções de lazer e entretenimento para a população, como já considerava Ferrara (2000), para quem a apropriação é o espaço da cidade qualificado, informado pelos seus atributos, pelos usos que proporciona.

Entretanto, queremos contextualizar alguns aspectos que consideramos relevantes no que diz respeito ao entorno desses espaços. No caso da Praça Eurípio Rauen, este espaço público situa-se na área limítrofe entre os bairros Centro e Trianon, considerada um local constituído por segmentos de médio e alto padrão, com a presença significativa de edifícios residenciais. Enfim, trata-se de uma das áreas mais valorizadas da cidade. Já, no caso do Parque do Lago, apesar de ser um espaço público recente, implantado há aproximadamente uma década, assumiu um caráter de dar nova “visibilidade” ao local, associado à idéia do poder público

municipal em dar novos usos para uma área de fundo de vale, assim como, conter focos de favelamento e áreas de alagamento.

Na verdade e para além desses objetivos precípuos, não podemos deixar de acrescentar à análise, que esse tipo de empreendimento sempre está associado à valorização de suas adjacências, como enfatizamos no capítulo anterior. Nesse sentido, apoiamo-nos na idéia de Serpa (2007, p. 17), ao abordar a implantação de tais espaços públicos na cidade contemporânea. Segundo a perspectiva desse autor, “o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano”.

Para Serpa (2007), as construções desses grandes empreendimentos atuam como “álibis” para justificar as transformações físicas e sociais onde são implantados:

[...] Álíbis porque os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente seus limites espaciais. Qualquer que seja a época, esses valores estão presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades: higienismo, pacifismo, beleza estética (SERPA, 2007, p. 46).

Tais pressupostos são importantes, no sentido de encaminharmos nossa análise para o enfoque principal que é o da utilização dos espaços públicos, algo que pressupõe irmos além da própria existência dos espaços e de seus atributos. Assim sendo, parece-nos coerente chamarmos atenção para dois aspectos centrais na discussão: a disponibilidade e condições de uso dos espaços públicos; e a sua possibilidade de utilização, referimo-nos, principalmente ao acesso por parte do conjunto da sociedade aos mesmos.

É inconteste que a apropriação socioespacial pressupõe uma série de atributos que qualificam e garantem os usos diferenciados dos espaços públicos, quais sejam: infra-estrutura para o público infantil, bancos e espaços para o descanso e contemplação, aspectos simbólicos (monumentos), quadras esportivas, equipamentos para a prática de exercícios físicos, amplo espaço para caminhadas, locais adequados para as tradicionais festas institucionais e culturais, como podemos observar por meio de alguns exemplos de usos como, a presença de famílias e da prática esportiva, no caso do futebol e do *skate* (Fotos 39, 40 e 41). No entanto, devemos associar também a esses aspectos, outros, igualmente

importantes, que são aqueles atrelados às condições de acesso que tais lugares proporcionam ao conjunto da população no espaço urbano.



Foto 39 - PARQUE DO LAGO: USOS DO ESPAÇO PÚBLICO (FAMÍLIAS)
Fonte: Foto do autor (2007)



Foto 40 - PARQUE DO LAGO: USOS DO ESPAÇO PÚBLICO (FUTEBOL)
Fonte: Foto do autor (2007)



Foto 41 - PARQUE DO LAGO: USOS DO ESPAÇO PÚBLICO (SKATE)
Fonte: Foto do autor (2007)

Nesse sentido, queremos novamente chamar atenção para a questão da acessibilidade à cidade e principalmente aos seus espaços públicos. Mesmo que públicos, acabam sendo utilizados por poucos na cidade e muitos não se beneficiam de um espaço que deveria ser comum a todos. Num momento em que o conjunto da sociedade clama pelo direito à cidade, evidenciamos que o acesso ao espaço urbano e seus atributos são fundamentais na busca por uma cidade mais justa, por um espaço urbano que possa ser apropriado de forma mais equitativa.

Considerando esse pressuposto, partimos da idéia de que a cidade deve ser pensada por meio de estratégias que possam privilegiar uma distribuição de forma mais igualitária do espaço público. Para além dessa ação paliativa, faz-se necessário acrescentar novas formas de produção da cidade com ênfase para o coletivo, na perspectiva de Caiafa (2007, p. 25), para quem “a produção do coletivo está no repovoamento das cidades, naquilo que poderíamos chamar de estratégias espaciais na promoção dessa dessegregação provisória que é a força das cidades”. No entanto, como enfatiza a própria autora, isso envolve ações concretas, como o fornecimento de um bom transporte coletivo, apoio ao pedestre e a construção de espaços públicos. Nessa mesma linha, ressalta Verdaguer (2002, p. 97), que “a

acessibilidade pressupõe certo caráter aberto do espaço público, sua conexão a todos os sistemas de transporte e da garantia de segurança mínima aos seus usuários”.

Essas “estratégias espaciais” são relevantes no sentido de nos adiantarmos ao fato de que a cidade é constituída por meio de processos diferenciados, que fazem do espaço urbano um produto resultante dessas diferenças. É nessa perspectiva que enfatizamos que determinados espaços públicos como a Praça Eurípio Rauen (Lagoa) e o Parque do Lago, não fiquem limitados ao uso de quem habita nas suas proximidades, ou então, por aqueles que dispõem do automóvel particular para acessá-los, considerando, também, que nenhum dos referidos espaços é diretamente servido pelo sistema de transporte coletivo. Seria desejável que seus usos, pelo conjunto da população guarapuavana, não se restringisse às comemorações do Dia do Trabalhador (mas que atividades dessa natureza pudessem intensificar-se), ou então, durante a parada do Dia da Pátria, momento em que o Calçadão da Rua XV assume, realmente, a função do “centro” da cidade, no qual a população se reúne para expressar os sentimentos de “civismo” e de “amor pela Pátria”. Anualmente, as comemorações alusivas ao Dia do Trabalhador, no dia 1º de maio, são realizadas na Praça Eurípio Rauen e No Parque do Lago com a Festa do Trabalhador (Foto 42). Segundo o Diário de Guarapuava (2003)⁴¹, a festa já tem uma tradição de mais de 25 anos, no entanto, há pouco mais de uma década, vem sendo organizada pelo poder público municipal.

Trata-se de uma festa de cunho institucional organizada pelo poder público, por meio das diversas secretarias e outras instituições, como: Força Sindical, Associação Comercial e Industrial, Clube dos Diretores Lojistas, Imprensa, Diocese de Guarapuava, dentre outras. A atração principal é o torneio de pesca na lagoa e no lago, onde, desde logo cedo, pessoas advindas de todas as partes da cidade aglomeram-se em torno dos mesmos para a prática da pesca. Além da pescaria liberada, as pessoas recebem prêmios pelos maiores peixes e pela maior quantidade e diversidade pescada, bem como para o pescador mais idoso. Ademais, são realizadas atividades esportivas como o campeonato de *skate*, a prática do futebol e recreação; a corrida rústica do Dia do Trabalhador; atividades culturais com a apresentação *shows* e de grupos artísticos locais; além dos torneios de truco e

⁴¹ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Cidade: mais de 5.000 pessoas festejam o dia do trabalhador. Guarapuava, sábado e domingo, 3 e 4 de maio de 2003. p. 5.

xadrez que, geralmente, ocorrem no Ginásio Esportivo Joaquim Prestes e no Serviço Social do Comércio (SESC).



Foto 42 - PARQUE DO LAGO: TORNEIO DE PESCA (FESTA DO TRABALHADOR)
Fonte: Foto do autor (2007)

No entanto, para além desses espaços, considerados como os principais espaços públicos da cidade, aonde ocorrem os acontecimentos comemorativos, as festas tradicionais, queremos destacar outros dois: a Praça da Ucrânia situada no Bairro Trianon e o Parque das Crianças no Bairro Bonsucesso, enquanto lugares mais utilizados pela população guarapuavana, em virtude das formas diferenciadas de usos que tais espaços proporcionam. Outro aspecto que enfatizamos, no caso desses espaços públicos é, justamente, o fato de estarem fora do raio de ação do centro da cidade, ou seja, estão localizados em bairros totalmente residenciais, o que, de certa forma, facilita um acesso diferenciado aos mesmos. Corroborando, dessa forma, para um “estatuto de espaço público”, evidenciado por Verdaguer (2002, p. 97). Na perspectiva desse autor, um elemento indispensável para garantir o caráter público de qualquer espaço e a sua acessibilidade, é a sua capacidade de atrair um número relativamente grande de pessoas e com elevada frequência.

Nesse caso, o exemplo da Praça da Ucrânia merece destaque, principalmente, em função da diversidade dos usos que ocorre nesse espaço

público. Considerada uma típica praça de bairro, é utilizada cotidianamente pela população do entorno, para atividades de lazer, contemplação e práticas esportivas, atendendo a demanda dos diferentes tipos de público (Fotos 43 e 44).



Foto 43 - PRAÇA DA UCRÂNIA: USOS DIVERSOS DO ESPAÇO PÚBLICO
Fonte: Foto do autor (2008)



Foto 44 - PRAÇA DA UCRÂNIA: USOS DO ESPAÇO PÚBLICO (FUTEBOL)
Fonte: Foto do autor (2008)

Trata-se de um lugar de referência no bairro, o espaço para as caminhadas no final de tarde, para a prática de vários estilos esportivos, para o encontro e a conversa no final de semana, revelando-se enquanto reflexo da relação entre os sujeitos e o espaço público, retratando a constituição do lugar na cidade.

Como lembra Queiroga (2003, p. 137), “a praça, enquanto lugar público do ócio, potencializa a razão comunicativa, uma noção de identidade urbana que o lazer, na esfera da vida privada, dificilmente poderia propiciar”. Enfim, considerando as fotografias mostradas anteriormente, enquanto um momento de registro das práticas socioespaciais ocorridas no espaço, evidenciamos a multifuncionalidade de usos da praça enquanto expressão da vida pública.

Mesmo que voltadas para o lazer, contemplação e prática esportiva, diversos sujeitos usufruem do lugar. Desde as crianças no *playground*, dos adolescentes e jovens que utilizam as quadras e mesmo a grama para jogar voleibol, basquetebol e futebol, até as famílias que se dirigem ao local para a contemplação, tomar o chimarrão e para a conversa. Outro aspecto relevante em relação à praça são as práticas que aí se desenvolvem, trata-se da disponibilidade de um estagiário (estudante de educação física), mantido pela Secretaria de Esporte e Recreação para organizar e orientar, principalmente as atividades esportivas aí desenvolvidas.

Já no caso do Parque das Crianças, outro espaço público importante da cidade, não somente pelo fato da ampla área e pela diversidade de equipamentos disponíveis para uso da população, mas sim, pelo fato de estar localizado em área residencial (Bairro Bonsucesso). Ressaltamos esse aspecto em função de que o referido espaço público atende grande parcela da população na cidade, notadamente, a parte nordeste da cidade, uma área pouco servida de espaços públicos. Apesar de assumir o caráter de um Parque Temático (daí o nome homônimo), visto que grande parte da sua área é destinada ao público infantil com *playgrounds*, pistas de obstáculos, dentre outros equipamentos. Já, outra parte, constitui-se de quadras esportivas e por uma pista de *bicicross*. Além de atrair principalmente as famílias, geralmente em função do fato de levar o público infantil para usufruir dos equipamentos disponíveis, o parque é utilizado também para as caminhadas diárias, para contemplação e para práticas esportivas, sobretudo em fins de semana.

Nos finais de semana, atrai também o público jovem, inclusive, grupos provenientes de outros bairros da cidade. Nesse caso, a Rua Rivadávia Ribas, que margeia o parque, com seus barzinhos e lanchonetes, transforma-se no ponto de encontro, para a conversa, para beber e ouvir som, enfim, passar o tempo.

Ademais, o parque é utilizado esporadicamente para a realização de festas tradicionais e/ou comemorativas como, por exemplo, as festas juninas (Foto 45), competições esportivas, notadamente as de *bicicross*, inclusive sediando campeonatos locais, regionais e interestaduais em diferentes modalidades. Vem nessa direção a idéia de Queiroga (2003), para quem o espaço público, ainda oferece a possibilidade do contato impessoal, proporcionando o estabelecimento de ações culturais, desde as interações sociais do cotidiano até manifestações cívicas da Sociedade. Enfim, atividades que, de forma ou outra, contribuem para a quebra da rotina diária, do repetitivo, mesmo que momentaneamente, como os momentos do improvisado (LEFEBVRE, 2001), ou dos “rituais” e do “extraordinário” (DA MATTA, 1999).



Foto 45 - PARQUE DAS CRIANÇAS: FESTA JUNINA
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal (2004)

Nossa abordagem do espaço público no contexto da cidade, até aqui estabelecida, foi àquela voltada para a caracterização do espaço público enquanto

lugar constituído por uma diversidade de usos, funções e formas de ser e estar no espaço, notadamente voltadas para o lazer. No entanto, queremos encaminhar nossa análise, para uma relativização do espaço público como expressão de um processo que se estabelece a partir da produção e reprodução da cidade, atrelado ao contexto e a conjuntura da reprodução da sociedade no tempo e no espaço. Considerando tais pressupostos, fundamentamo-nos na idéia de Damiani (1997), a qual enfatiza que as práticas voltadas para o lazer, para o uso e apropriação do espaço público mesmo imersas nas teias da economia e da política, são elementos que fundamentam o processo humanizador nas cidades. Para essa autora:

[...] O lazer, mais institucionalizado, o da produção e conservação de grandes parques urbanos, por exemplo, consegue atingir diferentes camadas sociais. Esses parques não significam a anulação das diferenças sociais, não produzem um encontro real entre essas camadas sociais, mas definem diferentes usos, a partir, também, dessas diferenças sociais. Definem múltiplos usos. É onde a classe média se exercita e se diverte. É onde, para as camadas mais populares, se produzem encontros de intensa significação. (...) é o lugar da paquera, da festa. Também da festa oficial e oficializada, os programas culturais promovidos pelas autoridades políticas. Mas esses parques e as praças, são, também, lugar dos “excluídos” e de atividades ilegais: tráfico de drogas, encontros de homossexuais e michês, lugar de repouso dos mendigos, lugar de arregimentação de trabalhadores “desocupados”, potencialmente disponíveis, portanto, momento do circuito das migrações temporárias, etc. a significação social desses lugares é múltipla. E cada um tem uma peculiaridade irreduzível. Através desses espaços, cria-se um novo ponto de vista, que não prescinde dos outros - o das estratégias econômicas e políticas: é o da prática socioespacial, que chega ao limite de recuperar a ação e a consciência da ação individuais, como vida social, produzida socialmente (DAMIANI, 1997, p. 50).

A princípio, evidenciamos a incontestação de que os usos dos espaços públicos estão diretamente atrelados a uma série de coações estabelecidas pelo processo de produção do espaço urbano, associado a determinações econômicas, políticas, sociais e culturais. Trata-se de uma dinâmica que impõe determinados limites para a apropriação, para o uso do tempo e do espaço na cidade, mas, por outro lado, é nos interstícios desse processo, que evidenciamos, cada vez mais, a emergência dos sujeitos que não ficam estranhos a essa realidade, geralmente imposta e é para esse último aspecto que queremos chamar atenção. Fazemos referência, nesse sentido, ao uso do espaço público, para além das atividades institucionalizadas e programadas. Desde o local que representa desde a prática socioespacial mais banal, do improvisado, até o espaço para a festa, enquanto

expressão dos atos políticos, cívicos e culturais; ou, ainda, para as reivindicações e os manifestos, como temos observado durante às comemorações do Dia da Pátria no Calçadão da Rua XV, momento, em que os sem teto, os professores, servidores municipais (Foto 46) e estaduais, dentre outros, tem utilizado para reclamar seus direitos perante os governantes e à sociedade. Fazendo do espaço público, um lugar carregado de simbologias que lhes são peculiares, ora podem afirmar o poder de instituições, ora podem ser o lugar, por excelência, da crítica e do ato público, do contrapoder (QUEIROGA, 2003).



Foto 46 - PARADA DE 7 DE SETEMBRO: MANIFESTOS
Fonte: Foto do autor (2007)

A partir dessas constatações, somos levados, a pensar no espaço público de forma que não outra: enquanto o lugar da possibilidade. O lugar que se metamorfoseia entre os dissensos e os consensos, entre o conflito e a diversidade. Como ressalta Serpa (2004, p. 32) que, ao tratar do acesso ao espaço público, enfatiza que o uso, a apropriação incluem também o efetivo, o imaginário, o sonho, o corpo e o prazer, que caracterizam o homem como espontaneidade, como energia vital. Enfim, é esse conjunto de estratégias, táticas e ações, das práticas

socioespaciais, que fazem com que o espaço público seja um ponto de equilíbrio entre o desejo e a necessidade dos diferentes sujeitos que vivem na cidade.

Portanto, para melhor expressarmos o sentido do espaço público na cidade, trazemos para a análise a idéia formulada por Queiroga (2003). Para a compreensão do lugar na cidade, do espaço público, mais especificamente da praça pública, o autor criou uma categoria de análise, por ele denominada, de “pracialidade”, que é, na verdade “um estado de praça”. Na perspectiva de Queiroga (2003, p.140), a pracialidade, nada mais é, do que uma prática socioespacial própria da vida pública, que se pode estabelecer em determinados momentos para diferentes sistemas de objetos integrantes do espaço intraurbano, envolvendo desde ações comunicativas do cotidiano da vida pública até as ações políticas e suas representações simbólicas. (...) “pracialidades são, portanto, concretudes, existências que se situam no espaço-tempo, participando da construção e das metamorfoses da vida pública”.

Essa proposição é importante, principalmente, do ponto de vista que as situações de pracialidade se fazem presentes no espaço público de forma geral, não estão somente restritas ao que conhecemos hoje pela praça pública, enquanto um dos principais espaços públicos da cidade, mas sim, nos diversos logradouros públicos, sejam os largos, jardins, parques e a rua, por meio das práticas socioespaciais e das apropriações eventuais, que extrapolam a suposta funcionalidade específica desses sistemas de objetos, materializados no espaço urbano.

Seguindo, nessa mesma linha de raciocínio, queremos ressaltar, vinculada à idéia de “pracialidade”, de forma paralela, a idéia da “caminhabilidade”. Uma prática socioespacial que, ao mesmo tempo, que nada mais é, do que o simples deslocamento pela cidade constitui-se, também, enquanto elemento mediador das diferentes formas de uso e apropriação do espaço urbano, por meio do corpo que circula, trabalha ou, simplesmente, observa. Enfim a caminhabilidade trata-se da expressão de parte da vivência da cidade, é a mediação do diálogo entre a casa e à rua, ou seja, entre a privacidade (casa) e a sociabilidade (rua), no contato com o outro em um espaço compartilhado.

No entanto, a consideração do ato de se deslocar pela cidade, significa, antes de tudo, abordar uma prática socioespacial que está intrinsecamente atrelada ao que Caiafa (2007) chama de “aventura das cidades”. Consiste, nesse sentido, tratar da caminhabilidade como determinante para o estabelecimento das formas de

partilha da rua, do espaço público e da cidade. Segundo Caiafa (2007, 58), esta última só existe, a rigor, quando esse espaço de contágio se produz, quando se prioriza o pedestre e o transporte coletivo, quando o ritmo urbano prioriza a ocupação coletiva.

Nesse sentido, chamamos atenção, a princípio, para a crescente tendência da apropriação privada do espaço público associada ao consumo no/do espaço urbano. A privatização dos espaços públicos, em maior ou menor grau e de formas diferenciadas, é um fato recorrente que atinge todas as cidades, sendo que Guarapuava, enquanto uma cidade média, não foge dessa regra. Como ressalta Gomes (2002, p. 176), a apropriação privada dos espaços comuns “trata-se de um processo muito amplo, complexo e com manifestações e aspectos bem variados”. Segundo esse autor, a magnitude desse processo pode compreender desde a simples ocupação da calçada até o fechamento de ruas e bairros. Para tentar ilustrar um pouco dessa situação, enfatizaremos principalmente o caso da “rua”⁴², por exemplo, enquanto espaço público maior, além de outros espaços públicos (praças, parques, calçadão e vias), vinculados a questão à acessibilidade, já mencionada anteriormente.

De início, evidenciamos que os espaços para o pedestre são gradativamente menores e menos qualitativos, isso se torna evidente com a priorização do espaço para o automóvel em detrimento de quem tem que circular a pé pela cidade. Como mostra Featherstone (2000, p. 149) “o surgimento do automóvel e o estreitamento e desaparecimento das calçadas é visto como marco do fim do passeio despreocupado pela cidade”. Enfim, uma morfologia caracterizada por uma cidade que traduz as diferenças, intensificando cada vez mais os processos de privatização dos espaços públicos, do individualismo, traços marcantes de um espaço urbano diferenciado socioespacialmente.

Enquanto deveríamos destinar espaço para a circulação das pessoas (pedestres) como praças, parques e calçadas, dentre outros espaços públicos,

⁴² Enfatizamos a “rua” enquanto espaço público, por excelência, o espaço maior na cidade. Não pelo simples fato de que grande parte da cidade é formada pelas ruas, mas sim, pelos atributos que esse espaço público encerra na vida cotidiana das pessoas que vivem e convivem na cidade. Como enfatizou Jacobs (2001), as ruas e suas calçadas, são os principais locais públicos de uma cidade. Nessa perspectiva, tomamos como referência a idéia de Carlos (2004a). Para essa autora, no panorama das ruas podemos evidenciar a vida cotidiana: “seu ritmo, suas contradições, - os sentimentos de estranhamento, - as formas como se trocam mercadorias, - o modo como a solidão desponta a arte da sobrevivência (meninos de rua, mendigos), - as vitrines onde o ritual da mercadoria inebria, - o contraste das construções, das suas formas, usos, cores, - as imagens dos *outdoors* e luminosos que ocupam o olhar (p. 55)”.

estamos, cada vez mais, estimulando a presença do automóvel particular em nossas ruas, mais espaços para estacionamentos, contribuindo, negativamente para os congestionamentos e a poluição. Enfim, uma série de práticas socioespaciais que evidenciam a má utilização do solo urbano, da cidade enquanto um espaço coletivo.

Nas ruas da área central, não raro, evidenciamos que, a cada dia, os pedestres perdem o espaço público, como no caso das calçadas e da rua, por exemplo, para o comércio e para os automóveis, respectivamente. Em uma cidade, que ainda traz em seu bojo as características da cidade de outrora, em que as ruas e calçadas da área central, com raras exceções (como o Calçadão e a Rua Saldanha Marinho), são muito estreitas, passa-nos a sensação de que não há mais espaço suficiente para transitá-lo a pé, não pela presença nela dos sujeitos sociais, seu objetivo precípua, mas sim, pela concorrência, muitas vezes desleal pelo consumo do espaço. Como ressalta Lefebvre (2001):

a cidade capitalista criou o centro de consumo. (...) já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo do lugar. (...) nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrinas, mostras, torna-se razão e pretexto para a reunião das pessoas; elas vêem, olham, falam, falam-se (LEFEBVRE, 2001, p. 130).

A idéia de Lefebvre é relevante no sentido de retratarmos parte da experiência da vida urbana ditada pela concorrência na utilização das calçadas pelos comerciantes que desejam expor seus produtos; lanchonetes e sorveterias que se utilizam das calçadas com mesas e cadeiras para acolher seus clientes. Essa constatação corrobora a idéia de Caiafa (2007), para quem a experiência da caminhada na cidade se torna a primeira vítima da cidade que torna-se cada vez mais privatizada. Já, para Serpa (2007), quem arrisca em fazê-la, na cidade contemporânea, deve disputar a rua e a calçada com carros e os comerciantes e suas mercadorias, sejam ambulantes ou não. Enfim, da caracterização da rua, enquanto local da experiência e dos conflitos no espaço público.

Basta uma caminhada pela área mais central de Guarapuava para nos depararmos cotidianamente com situações de privatização de um espaço que, teoricamente, deveria ser de uso de todos, mas que, na verdade acaba sendo apropriado individualmente, ou segundo o interesse de determinados sujeitos. O simples ato de caminhar pela cidade mostra-nos que a calçada passa a ser local de

exposição dos produtos das lojas, muitas vezes até impedindo o transitar do pedestre, ou, em outros casos, observamos guias rebaixadas que dificultam a acessibilidade aos diferentes locais da cidade (Fotos 47, 48 e 49).



Foto 47 - EXEMPLO DE USO PRIVADO DO ESPAÇO PÚBLICO (CALÇADA)
(Rua Saldanha Marinho - Centro)
Fonte: Foto do autor (2007)

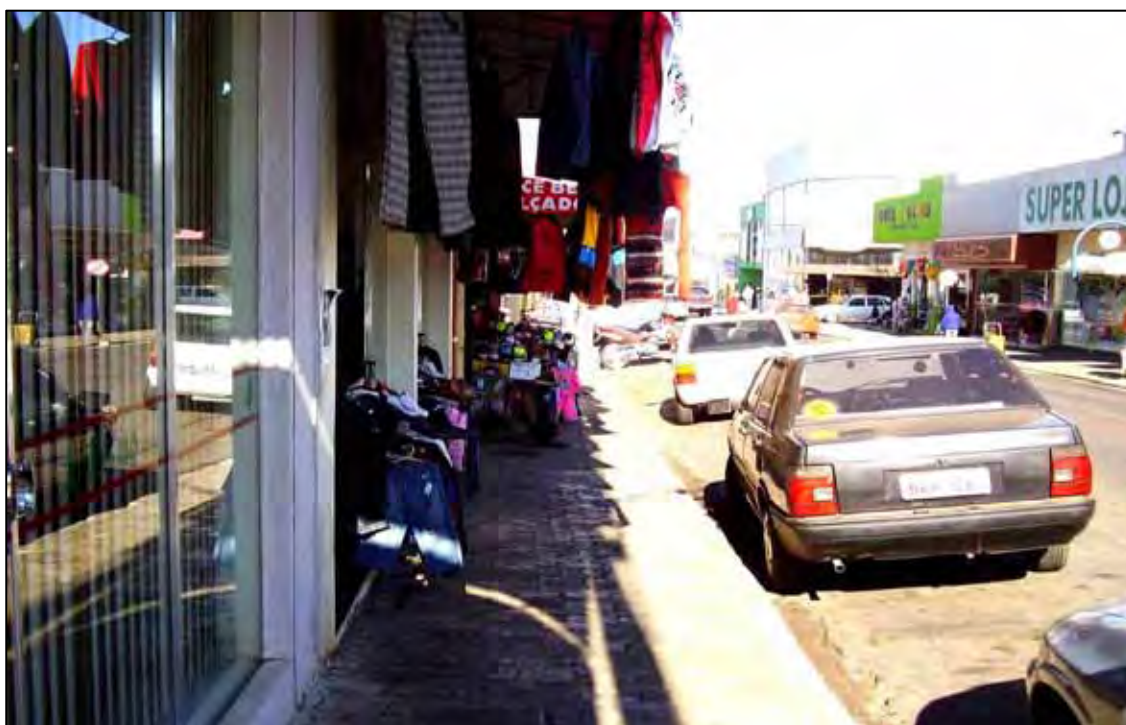


Foto 48 - EXEMPLO DE USO PRIVADO DO ESPAÇO PÚBLICO (CALÇADA)
(Mercadorias expostas na calçada, Rua Guaíra - Centro)
Fonte: Foto do autor (2007)



Foto 49 - EXEMPLO DE USO PRIVADO DO ESPAÇO PÚBLICO (CALÇADA)
(Guia rebaixada para estacionamento, Rua Guaira - Centro)
Fonte: Foto do autor (2007)

Ainda, no tocante ao livre acesso pelas ruas e calçadas, com objetivos de alcançar os locais desejados, para satisfação das necessidades cotidianas por meio das diferentes práticas socioespaciais, dependemos da mobilidade pela cidade, a qual está diretamente relacionada com a facilidade com que os deslocamentos e/ou a caminhabilidade podem ser realizados. No entanto, o dia-a-dia dos sujeitos enquanto pedestres, na cidade de Guarapuava, indicam-nos que essa experiência da vida urbana está sempre atrelada aos conflitos resultantes da multiplicidade dos usos e interesses diversos.

Quando nos referimos aos conflitos, estamos nos reportando para uma série de fatores de impedância⁴³, verdadeiras barreiras físicas, que delimitam as práticas socioespaciais na cidade. Não é difícil nos depararmos com situações como: calçadas quebradas, esburacadas ou então em desníveis, com rampas para acesso dos automóveis a garagens particulares, que se constituem em obstáculos para o pedestre; sem falar que o acesso pelas calçadas se torna mais difícil quando temos que competir pelo espaço com as mesas e cadeiras dos restaurantes, cafés,

⁴³ Segundo o Guia de Acessibilidade Urbana (2006, p. 10) tratam-se de elementos ou condições que possam interferir no fluxo de pedestres, como, por exemplo, mobiliário urbano, vegetação, postes, balizadores, sinalização, dentre outros.

lanchonetes e sorveterias; com postes, equipamentos das empresas prestadoras de serviços telefônicos e de TV, água, energia elétrica e lixeiras. Esses aspectos podemos observar em alguns exemplos a seguir (Fotos 50 e 51).



Foto 50 - BARREIRA ARQUITETÔNICA: CALÇADA COM DECLINAÇÃO ACENTUADA
(Rua Comendador Norberto - Centro)
Fonte: Foto do autor (2008)



Foto 51 - BARREIRA ARQUITETÔNICA: POSTES E LIXEIRA
(Rua Professora Leonídia - Centro)
Fonte: Foto do autor (2008)

Considerando as situações acima elencadas e retratadas, sem muito receio de afirmar, a “aventura” da caminhabilidade pela cidade, coloca-nos constantemente em uma tensão, em que determinadas irregularidades existentes nos espaços públicos acabam inibindo o pedestre em sua mobilidade no espaço urbano.

Segundo o que prevê o Código de Posturas Municipal de Guarapuava, em seu artigo 268, parágrafo quarto, “não poderá existir descontinuidades entre calçadas”. No entanto, mesmo que os aspectos legais existam e sejam “claros”, na prática, evidenciamos a eminência dos problemas de transgressão da mesma e, nesse caso, quem sofre as conseqüências é o pedestre, que necessita se locomover pelas ruas e calçadas. Nesse caso, práticas socioespaciais, como o simples caminhar despreocupado acabam se tornando algo negativo como a transposição de uma pista de obstáculos. O simples fato de atravessar a rua passa a ser um obstáculo a ser superado e não uma experiência viável, feita com segurança (Foto 52).



Foto 52 - ACESSIBILIDADE: AUTOMÓVEIS VERSUS PEDESTRES
(Rua Vicente Machado - Centro)
Fonte: Foto do autor (2008)

É quase uma normalidade, ou uma imposição, as pessoas atravessam a rua correndo. Essa situação ainda se agrava no caso das pessoas com mobilidade

reduzida (deficientes, idosas, obesos, gestantes). E, sem falar, que são comuns as buzinas, ou então, soarem frases dos condutores como: “você tá louco?”, “quer morrer?”, “não enxerga?”..., para citar alguns. Nesse sentido, há idéia de Kowarick (2000), para quem, em determinados momentos, o espaço público passa a ser sinônimo de desrespeito, sentimento de derrota e medo.

Outro fato, que merece ser tratado com atenção, é o caso da acessibilidade das pessoas portadoras de necessidades especiais. A corroborar com os aspectos já abordados, há a reportagem realizada pelo Diário de Guarapuava⁴⁴, na qual se informa que, entre os deficientes físicos, os cadeirantes são os que têm grande dificuldade de locomoção. Para essas pessoas, são muito reduzidas as possibilidades de transitar por determinadas ruas e calçadas da cidade.

O descumprimento das determinações legais do município mostra-se, com clara evidência, nas irregularidades das calçadas em vários locais da cidade, acarretando problemas aos pedestres, de forma geral, mas, sobretudo, aos portadores de deficiências físicas.

Segundo o então Conselheiro da Associação dos Deficientes Físicos de Guarapuava (ADFG), Jânio Gilberto Ferreira, muitas calçadas não possuem o rebaixamento da guia para os portadores de deficiências físicas, em especial os cadeirantes, dificultando o acesso de pessoas como ele. “Também há obstáculos de toda espécie, como árvores, muros, lixeiras, e entradas de garagem” (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2004). Graças às reivindicações da Associação, a Prefeitura implantou rebaixos de guia, em alguns lugares da Rua Saldanha Marinho e da Rua XV de Novembro, facilitando o acesso dos portadores de deficiências às calçadas. Segundo o Conselheiro da ADFG,

Com isso, o acesso às calçadas torna-se possível para os deficientes físicos. A Lagoa das Lágrimas, a Praça Cleve e a Praça da Fé também tem acesso especial para essas pessoas. (...) acreditamos que a irregularidade das calçadas é uma falha da prefeitura, pois, quando o Alvará de Licença de uma obra é liberado, deve haver uma fiscalização para verificar se será possível o acesso dos deficientes físicos às calçadas. (...) muita coisa já foi feita em benefício aos deficientes físicos, mas ainda tem muito para se fazer (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2004, p. 4).

⁴⁴ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Urbanismo. Ruas possuem barreiras arquitetônicas: os portadores de deficiência física são os que mais sentem os reflexos das calçadas irregulares, impedindo o acesso das pessoas, sem contar com a falta de guias rebaixadas para os cadeirantes. Ano 5, n. 1394, 3 e 4 de julho de 2004. p. 4.

Por outro lado, o então Secretário de Habitação e Urbanismo, Flávio Alexandre, ressalta que as novas regulamentações, prescritas no Código de Postura, consideram as necessidades das pessoas portadoras de deficiência, de acordo com as normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT).

Ainda, segundo o Arquiteto Luiz Marcelo Sanches, o ideal para o planejamento urbano da cidade é que a prefeitura exija dos projetos particulares o desenho da calçada para aprovação:

[...] A calçada é uma terra de ninguém, pois é um local público e de responsabilidade do proprietário, então, acontecem os problemas que a gente percebe nas ruas das cidades. Isso acontece por falta de fiscalização e padronização (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2004, p. 4).

No entanto, de acordo com o Diário de Guarapuava (2000)⁴⁵, verifica-se que o problema do acesso às calçadas pelos portadores de deficiências físicas trata-se, na verdade, de um dos problemas. Segundo entrevista com o então presidente da Associação dos Deficientes, Vercy José Rosalino, grande parte dos prédios públicos e residenciais de Guarapuava não oferecem acesso facilitado para os deficientes físicos e, quando têm rampas, por exemplo, a maioria delas está fora do padrão. Em outra situação, os meio-fios não são rebaixados e poucos são os locais onde o deficiente não ficou esquecido (DIÁRIO DE GUARAPUAVA 2000). Esses problemas são evidentes na cidade, como constatamos em nosso trabalho de campo, pois mesmo nos locais em que existem as guias rebaixadas (parte da Rua Saldanha e do Calçadão), o acesso a edifícios, principalmente privados, como as lojas, por exemplo, está muito aquém do oferecimento de condições favoráveis ao livre acesso, principalmente para os cadeirantes.

Enfim, ressaltamos, na verdade, um paradoxo que norteia a experiência e a vivência urbana entre os diferentes sujeitos e suas respectivas necessidades, num momento em que constatamos a preocupação com a melhoria da fluidez e a segurança do trânsito na cidade, notadamente nos últimos anos, mais precisamente, a partir de meados de 2005. Desde então, evidenciamos que o Conselho Municipal de Trânsito (Comutra), juntamente com o Departamento de Trânsito de Guarapuava

⁴⁵ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Geral. Deficientes sofrem para entrar em prédios. Ano 2, n. 348, 8 de junho de 2000. p. 13.

(Guaratrian) vêm alterando o sentido de diversas ruas, por meio da proposta do Sistema Binário de Trânsito. Trata-se da mudança de sentido de várias ruas, todas atreladas ao anel central da cidade, com o objetivo de melhorar o tráfego de veículos nas adjacências do centro, assim como da sinalização.

No entanto, considerando o panorama geral do acesso à cidade e seus respectivos espaços públicos, esperamos, enfim, que tais mudanças não estejam centradas somente no trânsito, priorizando o fluxo de veículos, principalmente, como se, com a resolução desses problemas, estivéssemos resolvendo todos os problemas da cidade. Embora devamos mesmo considerar o automóvel, mas sim do ponto de vista de um problema que se atenua constantemente com os congestionamentos, acidentes, poluição e a violência no trânsito.

Cotidianamente, durante nossos trabalhos de campo, deparamo-nos com situações como veículos estacionados em locais de guias rebaixadas, causando dificuldades de acesso e/ou passagem aos pedestres ou, então, estacionados em locais destinados ao transporte coletivo. Enfim, trata-se de ações que traduzem, na prática, uma apropriação privada de um espaço público e, por isso mesmo, um lugar que deveria ser partilhado por todos, independentemente de quem está num automóvel particular ou do cidadão que se locomove a pé.

É, nesse sentido, que para concluirmos esse item, queremos retomar as idéias de “pracialidade” e da “caminhabilidade”, enquanto práticas socioespaciais e referenciais da vida pública na cidade do ponto de vista dos seus usos, por meio do corpo e dos desejos dos diferentes sujeitos que nela vivem e convivem. Nessa direção, destaca-se, nesse caso, com a idéia de Carlos (2004a):

é através do seu corpo e seus sentidos que o homem constrói e usa lugares - um espaço usado num tempo definido pela ação cotidiana. Isto é, o lugar é a porção do espaço apropriado para a vida - daí a importância do corpo e dos sentidos, que comandam as ações que envolvem e definem o ato de morar que tem a casa como centro, mas que a partir dela vai ganhando os significados dados pela articulação desta, com o bairro, com a praça, com a rua; nesse processo vão identificando-se os lugares da vida, marcando/apoiando a relação com o outro (CARLOS, 2004a, p. 51).

Na verdade, queremos insistir na idéia da retomada do espaço público enquanto o lugar do possível, em meio às possibilidades e os desejos dos cidadãos. Pois, são raros, mas existem, momentos em que a aplicação da regra, no caso da

execução de multas, reequilibra as relações de poder para os menos favorecidos, nesse caso o pedestre.

Nesse sentido, compartilhamos de algumas situações que presenciamos, por acaso, não que esse fosse nosso objetivo durante o trabalho de campo, de alguns casos de multas aplicadas pelos agentes do Departamento de Trânsito de Guarapuava (Guaratran), por estacionamentos em local proibido (faixas de pedestre, guias amarelas, sobre a calçada), ou então por excederem o tempo controlado. Essas constatações confirmam a idéia de Gomes (2002), para quem há um comprometimento do espaço público, em função da sua apropriação privada. São espaços que, teoricamente, deveriam ser usados por “todos na cidade”, para utilizar o termo apregoado por Resende (2004).

No entanto, isso significa criar novas estratégias e a retomada de outras como, por exemplo, o princípio da reunião, do repovoamento da cidade, dos seus conteúdos de forma “lúdica”, como enfatiza Lefebvre (2001). Para o autor, torna-se necessária a retomada de determinados elementos, mesmo que representados por fragmentos de uma cultura pública. Eles são fundamentais, no sentido de reivindicarmos um espaço público apropriado pela prática socioespacial, para o encontro, para a festa e para o lúdico, para os atos políticos e culturais, assim como para o protesto e para as reivindicações. Como enfatizam Borja y Muxí (2003, p. 47), o espaço público supõe o “domínio público, ou seja, o uso social coletivo e multifuncional”. Enfim, são importantes práticas socioespaciais que articulem a diversidade e a complexidade das demandas urbanas.

É nessa perspectiva que passaremos a abordar, na seqüência, o sistema de transporte coletivo enquanto uma forma de acessibilidade à cidade e, particularmente aos seus espaços públicos. Desenvolveremos nosso enfoque, a partir da análise da distribuição socioespacial dos usuários do transporte coletivo, bem como enfatizaremos, por meio das formas de acessibilidade e mobilidade, como ocorrem os usos da cidade ou parte dela. Assim, serão avaliadas as possibilidades dos cidadãos de alcançar os destinos necessários, ou então aqueles desejados para a satisfação das suas necessidades cotidianas atreladas ao trabalho, estudo e ao lazer, dentre outras.

4.2. OS PERCURSOS DA CIDADE: TRANSPORTE COLETIVO E ESPAÇO PÚBLICO



TRANSPORTE COLETIVO URBANO (RUA GUAÍRA - CENTRO)

Fonte: Foto do autor (2008)

O transporte coletivo é a respiração da cidade...
Janice Caiafa (2007, p. 42).

Hoje existe todo um debate sobre as dinâmicas de descentralização, fazendo-se referência, mesmo, à dissolução da centralidade ou ao fim da cidade, enquanto o *locus* da concentração e dos acontecimentos, mesmo que, grande parte desse processo ocorra nas grandes cidades, ou seja, no contexto das metrópoles. No entanto, em se tratando das cidades médias, evidenciamos que, mesmo observando-se tendência de expansão do seu território com o aparecimento de áreas implantadas em descontinuidade, em determinados casos, elas ainda continuam sendo estruturadas a partir do centro principal.

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto que, numa cidade monocêntrica, como é o caso de Guarapuava, o transporte coletivo é condição *sine qua non*, no sentido de proporcionar mobilidade e, por conseguinte, acessibilidade

às demandas dos diversos segmentos sociais, notadamente aos que habitam em setores mais periféricos do espaço urbano, sejam as relativas ao deslocamento para trabalho, sejam para serviços, saúde, estudo, lazer etc.

Segundo Cardoso (2007), a acessibilidade urbana é condicionada pela interação entre o uso do solo e o transporte e se constitui como um importante indicador de diferenciação socioespacial, ao lado, entre outros, da mobilidade, da habitação, da educação e da renda. Nesse sentido, a acessibilidade, ao ser parte integrante e fundamental da dinâmica e do funcionamento das cidades, passa a ser um elemento que contribui para a qualidade de vida urbana, na medida em que facilita o acesso da população aos serviços e equipamentos urbanos. Nesse sentido, compartilhamos com a afirmação de Caiafa (2007, p. 42), para quem o transporte coletivo é responsável por fazer a cidade respirar, ou seja, trata-se de um elemento fundamental para sua sobrevivência e para que ela realize sua “aventura” própria de “misturar os estranhos” num mesmo espaço acessível e compartilhado.

Contudo, a acessibilidade depende, dentre outras condições, das possibilidades de mobilidade dos diferentes sujeitos na cidade. Para Jones (1981), a mobilidade refere-se à capacidade de um indivíduo de se deslocar na cidade e que envolve dois componentes principais. O primeiro depende da performance do sistema de transporte, revelada pela capacidade deste interligar locais espacialmente distintos e o segundo das características do indivíduo associadas ao seu grau de inserção perante o sistema de transporte e das suas necessidades (apud CARDOSO, 2007).

No entanto, as discussões sobre a mobilidade são amplas, podendo extrapolar para muito além da escala do espaço urbano. Considerando Tarrus (apud VASCOCELLOS, 1996) a “antropologia do movimento” está atrelada a determinados estágios do movimento socioespacial, sendo:

- Migração internacional ou regional, de ocorrência considerando tempos longos;
- Mobilidade residencial, na cidade, relacionada aos ciclos da vida familiar e aos condicionamentos sociais e econômicos; e,
- A mobilidade diária, relacionada às atividades cotidianas no tempo e no espaço (VASCONCELLOS, 1996, p. 24).

Já, considerando as diretrizes da Cartilha da Mobilidade Urbana (2005), lançada pelo governo Federal por iniciativa do Ministério das Cidades com o intuito de implementar uma política de mobilidade urbana que contribua para o acesso universal à cidade e ao desenvolvimento urbano sustentável, constatamos que a mobilidade urbana trata-se de:

[...] um atributo das cidades e se refere à facilidade de deslocamentos de pessoas e bens no espaço urbano. Tais deslocamentos são feitos através de veículos, vias e toda a infraestrutura (vias, calçadas, etc.) que possibilitam esse ir e vir cotidiano. Isso significa que a mobilidade urbana é mais do que o que chamamos de transporte urbano, ou seja, mais do que o conjunto de serviços e meios de deslocamento de pessoas e bens. É o resultado da interação entre os deslocamentos de pessoas e bens com a cidade. Por exemplo, a disponibilidade de meios (automóveis, ônibus, metrô, bicicletas, etc.) e infraestrutura adequados para os deslocamentos de pessoas e bens numa área da cidade, pode ajudar a desenvolver tal área. Do mesmo modo, uma área que se desenvolve, vai necessitar de meios e infraestrutura adequados para os deslocamentos das pessoas e bens naquele local (CARTILHA DA MOBILIDADE URBANA, 2005, p. 3).

Nessa perspectiva, pensar a mobilidade urbana é, portanto, pensar sobre como se organizam os usos e as ocupações na cidade, enquanto totalidade, com intuito de garantir o acesso das pessoas aos bens e aos serviços que ela oferece (locais de trabalho, escolas, hospitais, igrejas e santuários, praças, parques e outros espaços públicos). Não se trata de, apenas, pensar os meios de transporte, o trânsito e os fluxos, em si, mas sim, pensar uma realidade em movimento, considerando os sujeitos como parte determinante no processo de produção e reprodução da cidade enquanto reprodução da vida. Nesse sentido, destacamos Harvey (2004), para quem:

O direito a produzir espaço ultrapassa em muito a capacidade de circular no interior de um mundo espacialmente estruturado pré-organizado. Significa, além disso, o direito de reconstruir relações espaciais (formas, recursos de comunicação e regras territoriais) que transformem o espaço em um arcabouço absoluto de ação num aspecto mais maleável e relativo da vida social (HARVEY, 2004, p. 329).

Nesse sentido, compartilhamos também com a ideia de Caiafa (2007, p. 58), de que são as condições de mobilidade urbana que vão determinar, em grande parte, as regras da cidade enquanto um espaço partilhado. Para essa autora, “são ritmos que se criam em plena circulação”. Entretanto, são esses ritmos que vão fornecer, ou não, os elementos necessários para a produção e os usos dos espaços

públicos, proporcionando, nesse sentido, formas diversas de apropriação do espaço urbano.

No entanto, segundo Vasconcellos (1996), a forma mais adequada de tratar a questão do movimento humano em determinado espaço deveria considerar todos os tipos de deslocamento, o que não é nosso interesse na tese. Assim posto, enfatizamos em nosso estudo, três tipos básicos: o transporte coletivo (ônibus) analisado por nós especificamente nesse item, o transporte particular (automóvel, motocicleta, bicicleta) e um último tipo que, na realidade, não se trata de uma forma de transporte, mas sim de deslocamento, a mobilidade socioespacial realizada a pé. Além do transporte coletivo estudado, neste item da tese, em relação ao espaço público, as demais formas são por nós trabalhadas em outros itens, como o relacionado à centralidade e à acessibilidade urbana, bem como no penúltimo capítulo, com base nas informações obtidas a partir da aplicação das enquetes de opinião com a população.

Essa opção justifica-se pelo fato de que nosso objetivo mais direto não é estudar os tipos de transportes na cidade, mas sim, os deslocamentos e a distribuição socioespacial, principalmente a partir do sistema de transporte coletivo urbano. Consideramos, aqui, a ênfase de Villaça (2001, p. 21), para quem “a estruturação no âmbito intra-urbano é dominada pelo deslocamento do ser humano”, sua circulação pela cidade, seja enquanto portador da mercadoria força de trabalho, enquanto consumidor, ou em busca do lazer, ou seja, em todos os tipos de deslocamentos que se realizam na vida urbana.

No entanto, nosso enfoque está direcionado para o último estágio considerado por Vasconcellos (1996), aquele da mobilidade diária do cidadão no espaço urbano. Essa opção leva em consideração as dificuldades que envolvem uma análise da mobilidade socioespacial urbana, os ritmos sociais em sua relação com a diferenciação socioespacial, agentes econômicos, meios de transporte e acessibilidade.

Assim sendo, nosso recorte é mais modesto, limitar-nos-emos à análise da mobilidade diária relacionada com as práticas socioespaciais no tempo e no espaço e, principalmente a partir das possibilidades de acessibilidade à cidade e aos seus respectivos espaços públicos, que o transporte coletivo proporciona e/ou pode proporcionar, enfatizando que a democratização do espaço urbano é resultante de um processo mediado pelas possibilidades de locomoção e acesso à cidade pelos

diferentes sujeitos sociais. É essa preocupação que orienta nossa análise na seqüência.

O sistema de transporte coletivo da cidade de Guarapuava é operado pela empresa Pérola do Oeste que presta o serviço à população dessa cidade, desde o final da década de 1970. Segundo Silva (1995), foi a partir de 1974 que surgiu, na cidade, o primeiro serviço de transporte coletivo com o nome de “Transportes Coletivos Waldemar Tonato”, que contava com uma frota de apenas cinco veículos. Posteriormente, essa empresa passou a se chamar Transportes Coletivos Pérola do Oeste Ltda. Atualmente, ela faz parte do Grupo Gulin de Curitiba, que possui o monopólio do transporte coletivo local. O sistema de transporte tem seu funcionamento por um total de dezessete horas diárias, entre 6:00 e 23:00 horas e está estruturado a partir de dois terminais (Figura 9).

O terminal da Fonte que está localizado na área central da cidade como parte do quarteirão compreendido entre as Ruas Capitão Rocha e Vicente Machado, e as Ruas Guairá e Padre Chagas, trata-se de um local onde já se localizaram o antigo mercado municipal e, posteriormente, a antiga estação rodoviária da cidade que aí permaneceu até a década de 1980, quando foi transferida para o bairro Bonsucesso, em direção a BR 277; e, - o Terminal Trevo, cuja denominação faz referência a sua localização entre o entroncamento da BR-277 com Avenida Manoel Ribas, o qual funciona como um terminal de alimentação das linhas provenientes dos distritos e dos bairros periféricos da zona norte da cidade como: Bairro Industrial, Primavera, Conradinho e São Cristóvão.

De acordo com a proposta de transporte coletivo sustentável para a cidade desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Paraná (SEDU), no início do ano de 2006, o sistema de transporte público por ônibus de Guarapuava atende a uma população aproximada de 120.000 passageiros, que realizam em torno de 33.000 viagens diárias em média, através da oferta de aproximadamente 700 partidas diárias, ou seja, há indicativos de que uma parte significativa da população guarapuavana faz uso do transporte coletivo diuturnamente.



Figura 9 - GUARAPUAVA: LINHAS DO TRANSPORTE COLETIVO E TERMINAIS URBANOS - 2006

Fontes: SEDU - PR (2006) e fotos do autor (2007)

Nesse sentido, priorizamos, em nossa análise, a mobilidade socioespacial urbana por meio do uso do transporte coletivo, considerando dois aspectos que julgamos principais para a proposta de nossa tese: - o “acesso” que o mesmo possibilita à cidade como um todo, e - num segundo momento, enfatizando as “formas de apropriação” que o sistema pode proporcionar aos espaços públicos de forma geral, ou seja, uma relação entre o sistema de transporte coletivo e o espaço público, considerando os trajetos e pontos de ônibus. Vasconcellos (1996, p. 27) destaca que estes elementos são fundamentais nesse tipo de análise: primeiramente a “acessibilidade” e sua distribuição social no espaço; e, por conseguinte, como os grupos e classes sociais se “utilizam” da cidade e, em especial, dos seus espaços públicos, fazendo uso desse sistema de transporte.

A princípio, queremos pedir licença ao leitor para esclarecer, ao que nos próximos parágrafos, nossos escritos encontram-se numa linguagem diferente do

restante do texto na tese⁴⁶. Para tecer nossas considerações em relação aos deslocamentos da população por meio do transporte coletivo urbano, exemplificaremos com a narrativa sobre nossa experiência durante o trabalho de campo, contemplando também nossa própria vivência, enquanto usuário desse meio de transporte na cidade. A tentativa de expressar parte da vida cotidiana na cidade por meio do uso do transporte coletivo mostrou-nos e se mostrou como um circuito de experiências que queremos compartilhar aqui com o leitor.

O sistema de transporte coletivo da cidade é constituído por um total de 48 linhas que, em sua maioria são radiais e sobre as quais nos detivemos. No entanto, além dessas, o sistema está articulado por meio de uma linha perimetral ↔ circular passando por vários bairros, outra troncal que liga o terminal central ao terminal localizado na zona norte da cidade e cinco linhas que interligam os dois terminais, além de passarem por outras áreas da cidade durante o percurso realizado entre um e outro.

Por uma questão metodológica, nossas observações e levantamento das informações (trabalho de campo) sobre o transporte coletivo efetivaram-se durante os horários de maior movimento, ou seja, entre 06h30 e 08h30 e entre 17h30 e 19h30, de segunda a sexta-feira. Percorremos no mínimo três vezes cada uma das 42 linhas de transporte coletivo da cidade (no caso de algumas linhas foram necessárias mais viagens em função da mudança da rota ou então pela dificuldade na demarcação correta dos pontos), a princípio conferindo e atualizando, quando necessário, as rotas das linhas; num segundo momento demarcando os pontos; e, num terceiro, anotando o “sobe e desce” dos passageiros, por ponto, para cálculo posterior da mobilidade diária de passageiros.

Diuturnamente, manhã e final da tarde, considerado sempre o horário de “pico”, ora no Terminal da Fonte, área central da cidade, ora no Terminal do Trevo, zona norte da cidade, observamos e acompanhamos a multidão que se apressa e

⁴⁶ Queremos esclarecer ao leitor que não somente nesse item, em que mencionamos parte de nossa vivência da cidade (enquanto pesquisador, mas também enquanto o cidadão comum, numa relação entre sujeitos: aquele que pesquisa e aqueles que são pesquisados), apresentamos em nossa tese um conjunto de informações que extrapolaram os objetivos do que observávamos. Falamos de uma série de elementos que traduzem, de certa forma, partes da rotina ou momentos da vida das pessoas enquanto habitantes da cidade e usuários do transporte coletivo. Não somente nesse item, mas ao longo do texto, estaremos nos reportando a determinados fragmentos de conversas com as pessoas (anotações e gravações) e entre as pessoas nos ônibus ou nos pontos de espera, assim como, em outros momentos do nosso trabalho de campo nas ruas, praças e parques da cidade. Consideramos que, mais do que elementos isolados, são relatos que, à sua forma, expressam as diferentes experiências de vida na cidade.

forma filas em busca do transporte coletivo. Por uma questão de disciplina, antes ou depois de ter cumprido as funções do ritual cotidiano faz-se necessário manter uma suposta “ordem” para tomar o ônibus. Embora, às vezes essa ordem seja transgredida pelos passageiros que se espremem e tentam entrar, ao mesmo tempo no ônibus, revelando uma busca desesperada por um lugar, ou para quem já cumpriu uma jornada de trabalho pode ser uma questão de honra, visto também que paga por isso, ou outras vezes passa a impressão de que aquele ônibus é/ou seria o último no retorno para a casa.

Em fim, num dia normal, iniciamos nossas atividades com a tomada de determinada linha (exemplificamos aqui em nosso depoimento com a linha número 36 com destino ao conjunto Residencial 2000, Bairro Imóvel Morro Alto - Figura 10), no terminal central logo a partir das seis e trinta da manhã. Nesse período, o centro da cidade ainda “dorme”, o movimento restringe-se aos guardiões e a um pequeno número de pessoas que se dirigem ao trabalho.



Figura 10 - GUARAPUAVA: EXEMPLO DE LINHA DO TRANSPORTE COLETIVO
(Linha 36 - Conjunto Residencial 2000)
Fonte: SEDU - PR (2006)

No terminal, o fluxo de pessoas ainda é pequeno, restrito aos funcionários da empresa de transporte coletivo e a poucos usuários. No trajeto em direção ao bairro, o público, ainda que restrito, é constituído de trabalhadores em geral, funcionários públicos, professores da rede municipal e estadual de ensino, agentes de saúde, dentre outros, que trabalham em repartições públicas ao longo do trajeto, bem como alunos dessas redes de ensino.

Em nossa chegada ao bairro, destino final da linha, pequenas aglomerações de indivíduos aguardam o ônibus, há, nas proximidades, outros que se apressam em busca do transporte coletivo; nos dias de chuva, como observamos nesse, e em outros dias de nosso levantamento de campo, tudo é mais difícil, pois as ruas são somente “cascalhadas” e a lama torna-se um inconveniente durante o acesso entre a casa e os pontos do transporte coletivo.

Essa situação foi por nós evidenciada, no relato de duas senhoras, uma que trabalha como doméstica na área central da cidade e outra dona do lar: no caso da primeira, comentava no coletivo que, “nos dias de chuva é um sofrimento, tenho que vir com o calçado velho, troco aqui no ponto ou no trabalho, é uma dificuldade...”. Já, no caso da segunda, dizia que, “nos dias de chuva é sofrido, pior pra trazer as crianças para irem na escola, se molham sujam o calçado e a roupa, depois não seca o uniforme...”. Essa relação entre o tempo e o espaço é reveladora, quando observamos que determinados sujeitos sociais passam por diferentes personagens para ter acesso até as áreas oficiais da cidade, numa trajetória cotidiana do corpo na circulação pelos diferentes lugares do espaço urbano para satisfação de suas necessidades como o trabalho e o estudo, para ficarmos nesses dois exemplos momentaneamente.

Já no bairro ou ao longo do caminho de volta ao terminal central, uma diversidade de usuários ocupa o veículo em busca de um lugar para se acomodar: idosos (os quais nem sempre conseguem um lugar adequado), estudantes (que para estudar têm que se deslocar para outras áreas da cidade), trabalhadores (para os quais é apenas o início de mais uma jornada diária), enfim, habitantes da cidade que, de forma ou outra, buscam o acesso às áreas mais centrais da cidade para a satisfação de suas necessidades cotidianas, sejam quais forem.

Na maioria das vezes, o trajeto de volta para o centro é efetuado com o ônibus lotado, visto que para atender a demanda, nesses horários, a empresa disponibiliza carros extras para os bairros mais distantes, os quais geralmente são

os mais populosos. O clima para uns é de alegria e conversa com o vizinho, com o colega de trabalho ou de estudo (geralmente sobre o trabalho, futebol, política, os noticiários recentes), para outros, parece que a noite foi curta e é o tempinho de “cochilar” mais um instante.

Enfim, queremos enfatizar que, no transporte coletivo, expressam-se modos muito peculiares de comunicação, ou seja, em meio a um sistema de transporte coletivo dominado pelo tempo do relógio, característico da cidade moderna, observamos também os homens dos “tempos lentos”, aqueles que estão ligados a uma rede solidária local (expresso nas iniciativas como “manda um abraço para fulano ou cicrano”), do motorista, que ao passar, buzina para o conhecido residente no bairro. Há até quem vai ouvindo o noticiário ou então um programa diário de músicas “gauchescas e sertanejas” de uma rádio FM local em seu rádio portátil.

No entanto, depois de decorrida uma hora (trata-se de um dos trajetos mais distantes da cidade), eis que estamos de volta ao terminal central, a ansiedade toma conta dos cidadãos que têm que se apressar, entrar em outra fila para tomar outro ônibus em direção ao terminal trevo (localizado ao norte da cidade), ao trabalho, à escola, a um posto de saúde ou a outros pontos para realizar outra atividade qualquer.

Novamente, as pessoas afunilam-se em direção às roletas de saída do terminal, tomando rumos ignorados que se configuram por meio das mais diversas formas de apropriação da cidade e seus diferentes locais, por aqueles que se apropriam ou que simplesmente passam. No ritmo acelerado imposto pelo vai e vem do trabalho, das repartições públicas, hospitais, escolas, igrejas, compras, lazer e espaços públicos, são centenas e milhares de cidadãos, que têm nesse tipo de transporte a única alternativa de acesso à cidade, transpondo suas distâncias e realizando seus percursos no intuito de satisfazer suas necessidades básicas cotidianas.

Enfim, com esse breve relato, queremos salientar que a garantia da mobilidade para todo cidadão, assim como, por consequência dessa mobilidade, a sua acessibilidade as mais diferentes partes da cidade é uma condição básica para fazer do espaço urbano um espaço mais igualitário do ponto de vista da democratização do acesso a ele. Caso contrário, como enfatiza Caiafa (2007), se a cidade não proporcionar essa mobilidade e a possibilidade de acesso a ela, logo, não pode ser considerada uma cidade do espaço público.

A afirmação de Santos (2002, p. 319), ajuda-nos no sentido de que “a cidade constitui-se no lugar onde há mais mobilidade e mais encontros”. Quanto maior for essa mobilidade, por meio dos deslocamentos diários dos cidadãos, maiores serão as possibilidades e a intensidade das relações interpessoais no espaço urbano. No entanto, há que se considerar o processo de estruturação da cidade, a diferenciação socioespacial, a concentração dos equipamentos coletivos enquanto fatores limitantes das práticas cotidianas. Esse enfoque tem a mesma direção da idéia de Pereira (2005), para quem:

A mobilidade espacial e a acessibilidade, definidas pelo poder aquisitivo interferem no uso e na apropriação do espaço urbano, de acordo com a utilização do tempo que se encontra cada vez mais organizado com base na função trabalho, para a maioria da população, implicando na diversidade de atividades desenvolvidas, caracterizando o cotidiano de cada um. Essa configuração cotidiana mantém correspondência com o acesso distinto à cidade capitalista, que é diferenciada e segregada socioespacialmente (PEREIRA, 2005, p. 311).

Nesse sentido, evidenciando que grande parte da população da cidade de Guarapuava é usuária do transporte coletivo, nosso enfoque direciona-se para a análise de parte da realidade socioespacial do cidadão que se utiliza desse meio de locomoção, como condição básica de estar e de viver a/na cidade, seja para cumprir sua jornada cotidiana na relação trabalho-casa, estudo-casa, seja para aqueles momentos que fogem dessa rotina diária, como os momentos de lazer, momentos “extraordinários”, do encontro e da festa que são componentes integrantes do que ressalta Lefebvre (2001), como condicionantes básicos do direito à cidade e que são antropológicos, ou seja, das necessidades básicas do cidadão.

A representação da mobilidade socioespacial cotidiana dos cidadãos guarapuavanos pode ser observada enquanto resultado síntese da distribuição e concentração diária dos usuários do transporte coletivo por pontos de ônibus na cidade (Figura 11). A representação dos deslocamentos diários da população, a circulação e a mobilidade pela cidade, são indícios que podem contribuir significativamente para a ocupação do espaço público, ou então, para a produção de uma cidade enquanto um grande espaço público, um espaço com capacidade de atrair os diversos segmentos sociais em sua composição e respectiva interação socioespacial.

A representação do transporte coletivo, demonstrada na Figura 11⁴⁷, revela a distribuição e a concentração dos seus usuários em seus trajetos cotidianos pela cidade. Mostra-se, a princípio, tal como uma rede de movimento, definida a partir da vida dos cidadãos, como um elemento que condiciona e expressa os diferentes usos ou não-usos dos diferentes lugares e da delimitação das práticas socioespaciais no espaço urbano. Nessa perspectiva, o estudo da mobilidade socioespacial, por meio do transporte coletivo, assume, em nosso trabalho, uma conotação significativa, por dois aspectos a serem destacados: o primeiro deles constituiu-se da busca pela representação da distribuição socioespacial por parte dos seus usuários expressa, aqui, por meio da Figura 11; o segundo, o da relação entre o transporte coletivo e os espaços públicos, do ponto de vista do acesso aos mesmos na cidade, considerando a distribuição desigual dos mesmos pelo espaço urbano.

No que tange ao primeiro aspecto, por nós abordado, podemos observar, por meio da representação da Figura 11, que grande parte dos segmentos sociais faz uso da cidade, ou ao menos de parte dela, cotidianamente, por meio da utilização do transporte coletivo urbano. Enfatizando que uma parte significativa dessa população é proveniente dos bairros, ressaltamos que dependem quase que exclusivamente do transporte coletivo para seus deslocamentos, fato também evidenciado a partir da aplicação de nossa enquête de opinião sobre os meios de deslocamento da população na cidade, cujos resultados apontam o transporte coletivo como primeira opção. Os itinerários das linhas, na maioria das vezes, afluem para a área central, em função das atividades que aí se desenvolvem, afora aquelas destinadas ao estudo ou ao trabalho, quando localizado em áreas industriais situadas em diferentes locais da malha urbana e, até para além dela, em alguns casos.

⁴⁷ A figura número onze (11) é a síntese de nosso trabalho de campo sobre o transporte coletivo em Guarapuava, realizado no primeiro semestre de 2006. Em posse do mapa da cidade e suas respectivas linhas de ônibus, percorremos as 42 linhas, por nós pesquisadas, no mínimo três vezes, considerando somente os dias úteis e os horários de pico, para: - identificar os trajetos, demarcar a localização exata dos pontos, e - anotar o sobe/desce de passageiros por ponto nos horários de pico (manhã e tarde). Nosso intuito era obter uma média, que nos forneceu uma síntese da distribuição socioespacial diária da população (média do número de passageiros por ponto, representada nesse cartograma, a partir de legenda cujas classes foram calculadas pela técnica dos pares recíprocos) que faz uso desse tipo de transporte para se locomover na cidade segundo suas necessidades. Além desse levantamento, a observação direta e a escuta (registradas em caderneta de campo), a iconografia e as informações do levantamento efetuado nos jornais, formam o conjunto de procedimentos adotados para tratarmos da relação entre o transporte coletivo e o espaço público na cidade de Guarapuava.

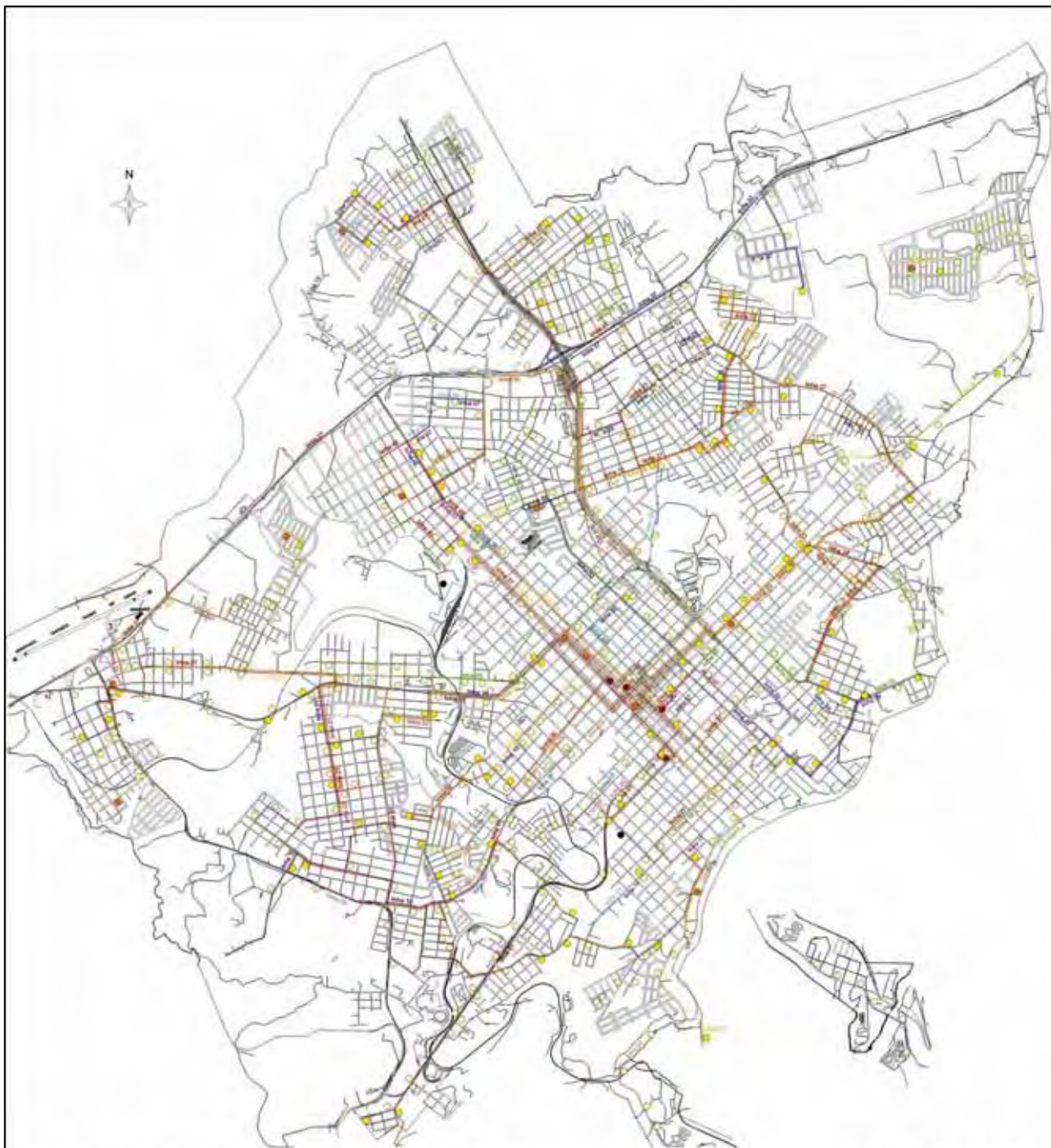


Figura 11 - GUARAPUAVA: TRANSPORTE COLETIVO - NÚMERO DE PASSAGEIROS POR PONTOS DE ÔNIBUS - 2006

<p>LEGENDA</p> <p>PASSAGEIROS POR PONTOS DE ÔNIBUS</p> <p>1 - 8 29 - 34</p> <p>9 - 18 56</p> <p>19 - 22 82 - 91</p> <p>Linhas de ônibus</p>	<p>Escala Gráfica</p> <p>0 km 0,8 km 1,6 km 2,4 km</p>	<p>Fontes:</p> <p>Companhia Urbanizadora de Guarapuava - SURG</p> <p>Centro de Planejamento Urbano de Guarapuava</p> <p>Departamento de Terras e Cartografia</p> <p>Trabalho de Campo (2006)</p>	<p>Elaboração:</p> <p>Carlos Roberto Loboda</p> <p>Oséias Martinuci</p> <p>Ano: 2006</p>
---	---	--	--

Observa-se, ainda, que esses itinerários, para serem bem compreendidos, devem ser cruzados com as temporalidades desse sistema de transporte, para se entender a utilização da área mais central da cidade, visto que, no início da noite, todo esse sistema de fluxos leva as pessoas de volta para suas residências, para se refazer de mais uma jornada diária.

Segundo Vasconcellos (1999), as viagens podem ser classificadas de acordo com uma série de características como: motivo, horário, duração e modo de transporte. De acordo com as informações obtidas junto a SEDU - PR (2006), os interesses das viagens, razões e deslocamentos diários dos cidadãos guarapuavanos, em nosso caso especificamente representado por meio do transporte coletivo público, estão classificados da seguinte maneira:

- *Motivo 01:* Base Domiciliar - Trabalho: viagens com base domiciliar e motivo trabalho, o que significa que a origem ou o destino da viagem é o domicílio e a característica do local do outro extremo da viagem é o trabalho. As viagens deste motivo representam, aproximadamente, 39% da demanda diária;
- *Motivo 02:* Base Domiciliar - Estudo: viagens com base domiciliar e motivo estudo, o que significa que a origem ou o destino da viagem é o domicílio e a característica do local do outro extremo da viagem é o estudo (regular e outros). As viagens deste motivo representam, aproximadamente, 15% da demanda diária;
- *Motivo 03:* Base Domiciliar - Outros: viagens com base domiciliar e motivos outros, o que significa que a origem ou o destino da viagem é o domicílio e a característica do local do outro extremo da viagem não é trabalho nem estudo. As viagens deste motivo representam, aproximadamente, 40% da demanda diária;
- *Motivo 04:* Base não Domiciliar: viagens com quaisquer motivos na origem ou destino, o que significa que a origem e o destino da viagem não são o domicílio. As viagens deste motivo representam, aproximadamente, 6% da demanda diária.

As informações apontam-nos para os principais motivos pelos quais os cidadãos guarapuavanos se deslocam no espaço urbano para atividades diversas referentes à própria vida urbana. Dentre as principais atividades, destacam-se

principalmente: - aquelas voltadas para o trabalho, ao processo produtivo notadamente, acentuando, dessa forma, a concepção da cidade enquanto o “*locus da produção*”; - o estudo que comparece como significativo na utilização do transporte coletivo; além de, - uma série de outras atividades não identificadas.

No caso dos dois primeiros sub-grupos, os trajetos estão atrelados a destinos fixos e horários determinados, enquanto os últimos tem um perfil mais flexível, reforçando a classificação proposta por Vasconcellos (1999, p. 42), que distingue em viagens “obrigatórias” de “discriminatórias”. Além desses dois grupos principais, o autor considera um terceiro, o qual denomina de “compulsório”, ou seja, são aquelas viagens realizadas como parte das viagens de outra pessoa como, por exemplo, no caso das crianças que se deslocam com os adultos.

Entretanto, é nos dois últimos motivos, cuja realização é mais flexível e que corresponde a, aproximadamente, metade dos usuários do transporte coletivo guarapuavano, que se concentram nossas atenções. Optamos por selecionar esses dois sub-grupos pelo fato de que, entre eles, há probabilidade maior de ocorrência de deslocamentos para uso dos espaços públicos na cidade, ainda que entre os dois sub-grupos primeiros, usuários que se deslocam ao trabalho e ao estudo, pode haver aqueles, também, que freqüentam esses espaços ao transporem determinados trechos como pedestres, ou em momentos de curta espera pelo transporte coletivo, incrementando o uso do espaço público, a calçada, a rua, ou uma praça, para citar alguns exemplos.

Mesmo que mais da metade dos usuários do transporte coletivo façam uso desse meio de locomoção para atividades vinculadas ao trabalho e ao estudo, em determinados períodos, notadamente nos horários de pico, o que corresponde a mais de 60% dos usuários no período da manhã, por exemplo, quando o transporte coletivo assume a função de dar movimento e conteúdos para os diferentes lugares da cidade, notadamente sua área central pelas funções que a mesma desempenha (comércio e serviços), concentrando uma parte significativa da população, ao menos durante o dia, pois em sua maioria, são provenientes de outros locais da cidade, dos bairros.

Entretanto, queremos chamar atenção, para o fato de que, no restante do dia (horários entre picos), a mobilidade dos usuários é consideravelmente diversificada, comparada com a representação dos interesses de viagens dos usuários fora dos horários de maior fluxo (Figuras 12 e 13).

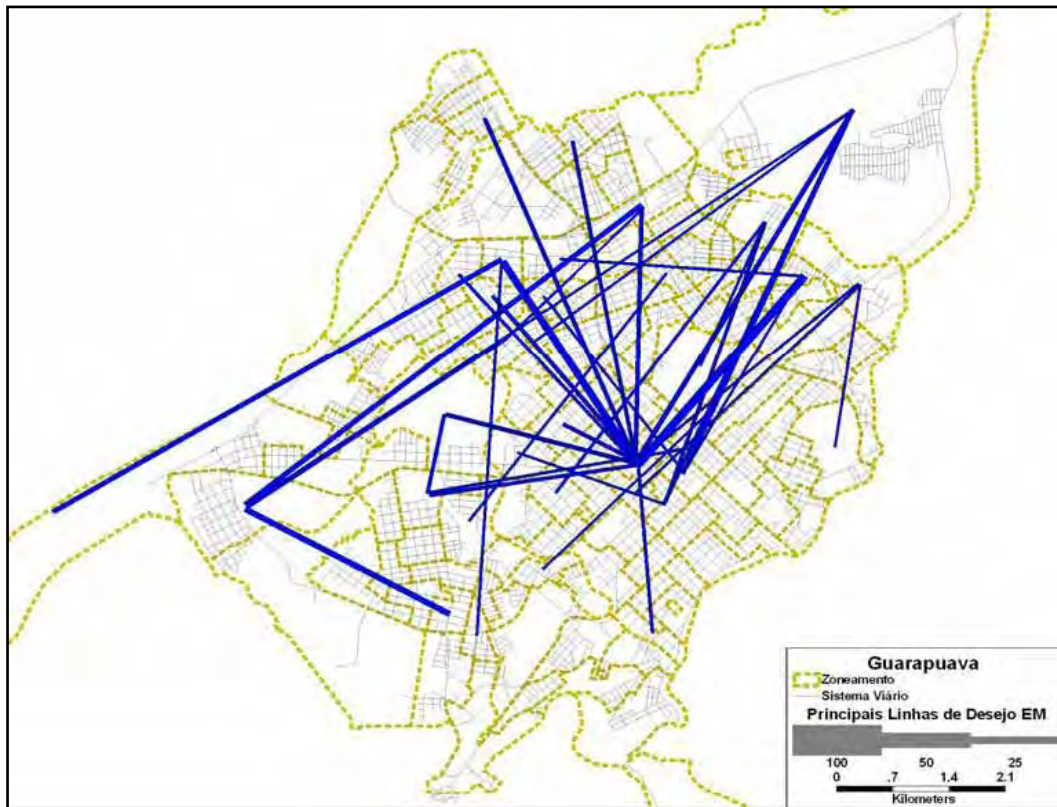


Figura 12 - GUARAPUAVA: LINHAS DAS RAZÕES DE VIAGENS NO HORÁRIO DE PICO (MANHÃ)
 Fonte: SEDU - PR (2006)

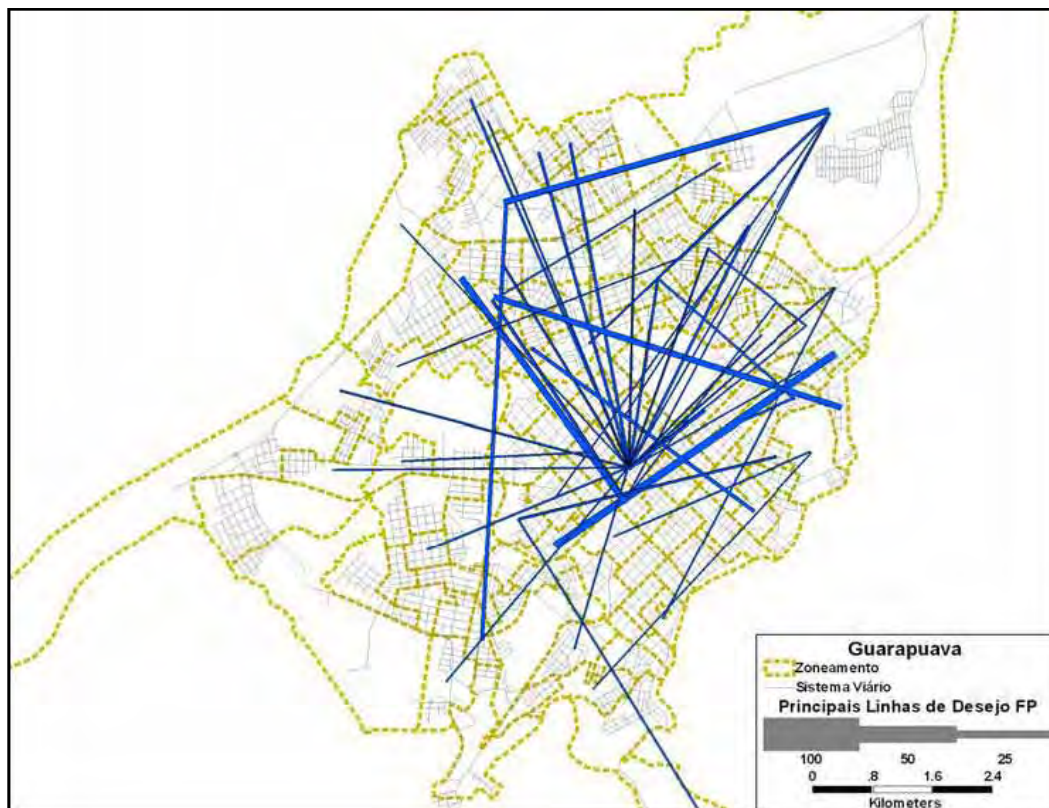


Figura 13 - GUARAPUAVA: LINHAS DAS RAZÕES DE VIAGENS FORA DO HORÁRIO DE PICO
 Fonte: SEDU - PR (2006)

É nessa perspectiva que, enfatizando os trajetos discriminatórios, ou seja, aqueles realizados em função dos destinos e horários livres, como fazer compras, atividades ligadas ao lazer, visitas, dentre outras, que evidenciamos as possibilidades do “repovoamento” da cidade, pelos diferentes usos dos espaços públicos, por meio da valorização do pedestre em seus trajetos cotidianos.

Não podemos negligenciar que a incontestável circulação dos cidadãos guarapuavanos esteja voltada, em grande parte, para o processo de produção de uma cidade enquanto, ela mesma, espaço de produção, uma tendência que não é específica dessa ou daquela cidade, mas das cidades contemporâneas, marcadas por intensa divisão socioespacial do trabalho, que delimita e especializa a utilização do espaço urbano.

No entanto, isso não deve ser visto como uma exclusividade, ou como via de regra, mas sim, devemos considerar que, nos interstícios desse processo, há uma realidade em movimento, ou seja, o desenrolar de práticas socioespaciais, denotadoras da cidade também enquanto o local da reprodução da vida. Há momentos em que os espaços públicos passam a integrar os trajetos cotidianos, seja meramente pela contemplação, pela passagem, ou definitivamente pelo uso ou apropriação dos mesmos, como também pela identificação com esses espaços cotidianos. É nesse sentido que lembrando Carlos (2001a, p. 36), quando afirma que: “é no uso do espaço urbano que é possível apreender o imprevisto, a improvisação e o espontâneo, que criam os pontos de referência da cidade, onde a multidão improvisa a festa, a reunião, superando-se a rotina no igual e repetitivo”.

Já, no que se refere ao segundo ponto, por nós enfatizado, aquele da relação entre as linhas do transporte coletivo e os espaços públicos da cidade, podemos afirmar, a princípio, que a maioria dos trajetos de ônibus contemplam, em seus itinerários, as praças e parques da cidade (dez entre as dezesseis praças e três entre os cinco parques possuem pontos de ônibus). No entanto, nossa posição em relação a essa questão é de que todos esses espaços deveriam ser contemplados com os pontos de ônibus, considerando-se, que essa ação e/ou estratégia poderia contribuir significativamente, no sentido de dar uma nova dinâmica aos mesmos, tanto do ponto de vista do acesso, como, por conseguinte, dos usos diferenciados.

Tomamos como exemplo teórico-empírico dessa situação, um dos casos que confirma tal perspectiva na cidade de Guarapuava. Trata-se da Praça Coronel

Luiz Daniel Cleve, localizada na área central da cidade, continuação do Calçadão da Rua XV de Novembro. A praça em questão, além do fato de ser uma das mais centrais da cidade, construir-se de um espaço dotado de equipamentos para o lazer e contemplação é, em grande parte do dia, apropriada justamente pelas pessoas que se utilizam do transporte coletivo, seja a nível intraurbano, como também para além da cidade.

Além, de servir de ponto de espera para quem utiliza dos pontos do transporte coletivo intraurbano, evidenciamos que grande parte dos usuários que aí tomam ônibus, quase que diariamente, são usuários das linhas de transporte coletivo que ligam a cidade aos seus distritos (Foto 53). São pessoas oriundas de localidades vizinhas e que fazem uso da praça como local de espera, ou seja, um ponto de referência, para quem se dirige a cidade, e dela faz uso, para suas práticas cotidianas em busca dos bens e serviços, dentre outros.



Foto 53 - PRAÇA CLEVE: PONTO DE ÔNIBUS (LINHAS DISTRITAIS)
Fonte: Foto do autor (2007)

Já no que diz respeito às outras áreas públicas, sejam praças, parques e outros espaços públicos que não são imediatamente servidas pelos ônibus do transporte coletivo, essa facilidade não se estabelece. Dessa forma, salientamos a importância da articulação entre os pontos de ônibus e os espaços públicos na cidade, proporcionando uma forma diferenciada de usos aos mesmos. Nesse

sentido, ao priorizar o sistema de transporte coletivo, estaremos fazendo também, com que mais pessoas passem a se utilizar da rua, por exemplo, nos seus trajetos entre os pontos e o os demais locais almejados, sobretudo, porque a rua é, acima de tudo, um bem público na cidade.

No entanto, essa questão passa por uma determinante estrutural da atual configuração do sistema do transporte coletivo guarapuavano. Ao observarmos atentamente sua disposição (Figura 11), constatamos que várias linhas apresentam itinerários que se sobrepõem, formando verdadeiros “corredores viários” em determinados setores da cidade. Esta sobreposição de linhas de atendimento sobre uma mesma via, ou então trechos comuns de várias vias, caracterizam-se como Corredores de Transporte Público. Segundo a Sedu - PR (2006), eles surgem e/ou constituem-se pelo processo de crescimento dos atendimentos sem um planejamento sistêmico, o que acaba por priorizar determinadas áreas da cidade, notadamente aquelas faixas e/ou eixos melhor servidos pela existência de comércio e serviços, representados pelas principais vias de circulação da cidade.

Entretanto, por outro lado, evidenciamos que outras áreas acabam sendo mal servidas pelo sistema de transporte coletivo, ou seja, em determinados locais da cidade, notadamente as áreas periféricas, com justificativa no sub-aproveitamento da capacidade e baixa demanda, a frequência dos ônibus é reduzida, restringindo também, nesse sentido, as possibilidades do acesso à cidade para os segmentos sociais que aí habitam, acentuando a cidade diferenciada socioespacialmente, resultado da divisão social e técnica do trabalho e suas repercussões espaciais.

Tal fato é comum nos bairros mais periféricos da cidade em determinados períodos do dia, notadamente nos períodos entre os horários de pico, em que a população tem que programar suas práticas cotidianas com os intervalos maiores entre os horários de passagem do transporte coletivo. Essa situação é mais agravante ainda nos finais de semana, ou seja, principalmente naqueles momentos em que as pessoas poderiam usufruir da cidade e sua centralidade para momentos de encontro e lazer, ou outras atividades.

Enfim, são essas situações em que evidenciamos a redução da possibilidade de ocorrência de experiências da cidade que não somente aquelas baseadas no trabalho. Chamamos atenção para o fato de que ações paliativas e setorializadas, em grande parte, estão desvinculadas de ações que articulem a diversidade e a complexidade das demandas do cidadão enquanto habitante e

sujeito produtor da cidade em sua dinâmica. Dessa forma, as chances de acesso dos segmentos sociais menos favorecidos aos espaços públicos e sua centralidade depende, quase que exclusivamente, da oferta e qualidade do sistema de transporte coletivo, considerando as distâncias a serem percorridas, em um contexto em que grande parte dos bairros periféricos é mal servida de espaços públicos.

Ainda, do ponto de vista da acessibilidade ao sistema de transporte coletivo, podemos observar a representação da mesma a partir dos cadastros da rede e linhas do transporte público urbano pela Sedu - PR (2006), por meio do Sistema de Informação Geográfica, em áreas de influência (*buffers*) com trezentos metros de extensão lateral a partir do eixo de todas as linhas de transporte público da cidade, indicando a acessibilidade da população às linhas de transporte coletivo (Figura 14).



Figura 14 - GUARAPUAVA: COBERTURA ATUAL DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO - 2006
Fonte: SEDU - PR (2006)

Como resultado dessa análise, observamos que a cidade de Guarapuava apresenta 51% de sua área urbana habitada coberta com distâncias de caminhadas

inferiores a 150 metros em média; 23% requerendo entre 150 e 300 metros e 26% com mais de 300 metros de caminhada. Os dados mostram-nos que mais de um quarto da população tem seu acesso ao serviço de transporte coletivo dificultado em função das grandes distâncias a serem percorridas até determinado ponto de ônibus. Ainda, é importante observarmos que tal representação está baseada no acesso à linha de transporte coletivo pela sua distância média e não podemos considerar essas mesmas distâncias em relação aos pontos especificamente, visto que estes não estão disponíveis em todos os bairros, podendo aumentar consideravelmente essas distâncias para além da linha de cobertura do transporte coletivo, se considerarmos, por exemplo, a distância média a partir do ponto e a residência, pois geralmente não se trata, simplesmente, de uma linha reta.

Além da questão do acesso aos pontos do transporte coletivo, das formas de se chegar até os mesmos, torna-se necessário tratarmos também das suas condições, no sentido de que o usuário tenha uma infra-estrutura mínima, como cobertura e bancos, que lhe garanta condições de uso, durante o tempo de espera pelo transporte. Em nosso levantamento de campo encontramos, na cidade de Guarapuava, distintos tipos de pontos de ônibus (Fotos 54, 55 e 56).



Foto 54 - TRANSPORTE COLETIVO: TIPOS DE PONTOS DE ÔNIBUS
(Avenida Prefeito Moacir Julio Silvestre - Bairro Dos Estados)
Fonte: Foto do autor (2007)



Foto 55 - TRANSPORTE COLETIVO: TIPO DE PONTO DE ÔNIBUS
(Rua Xavier da Silva - Bairro Santana)
Fonte: Foto do autor (2007)



Foto 56 - TRANSPORTE COLETIVO: TIPO DE PONTO DE ÔNIBUS
(Avenida Manoel Ribas - Bairro Conradinho)
Fonte: Foto do autor (2008)

Nesse caso, classificamos os tipos de pontos de ônibus segundo sua infraestrutura, da seguinte maneira: 1) pontos dotados de cobertura, bancos e quebra vento; 2) pontos com cobertura, mas sem bancos e proteção contra o vento e a chuva; 3), pontos sem cobertura em que apenas um poste indica o ponto e nome do bairro; e, 4) pontos que são apenas um marco em madeira que trazem as cores da empresa de transporte coletivo.

Além dos tipos acima mencionados, ressaltamos também que, em determinados locais da cidade, os pontos simplesmente, inexistem, se consideramos que para tal, seria necessária a existência de algo como referência. Caracterizam-se, apenas, como um local de consenso entre a população usuária freqüente da linha e a empresa de transporte coletivo, sendo esse, no entanto, um fato que dificulta o uso do sistema de transporte por quem não conhece a área onde está o ponto não identificado.

A falta de uma infra-estrutura mais adequada para atender os usuários do transporte coletivo é uma questão que, geralmente, tem causado polêmica na cidade. Por meio de matérias realizadas pelo Jornal Diário de Guarapuava⁴⁸, evidenciamos que os usuários não se mostram satisfeitos com as condições dos

⁴⁸ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Condições dos pontos de ônibus desagradam usuários. Ano 7, n. 1765. 29 de dezembro de 2005. p. 5.

pontos de ônibus do transporte coletivo. Dentre as principais reclamações dos usuários, estão aquelas de ter que enfrentar o sol, a chuva ou frio para esperar pelo transporte. Considerando as opiniões de dois trabalhadores usuários, os senhores Júlio Pereira e Antônio Caldas, respectivamente, os pontos não oferecem o conforto necessário nos momentos de espera entre as atividades relacionadas ao trabalho, escola, serviços e lazer, dentre outros:

[...] Não adianta ter cobertura e não ter parede. Quando chove a goteira pinga nas pessoas que estão esperando o ônibus. Isso quando não tem vento, porque quando tem nem guarda-chuva adianta. Quando chove com vento molha tudo e não tem para onde ir. As pessoas sobem nos bancos para que não se molhem, deixando-os sujos e molhados. É uma tristeza. (...) Uma vergonha para a cidade. São muito ruins, nem um pouco adaptados às condições climáticas da cidade. (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2005, p. 5)

Ainda em relação à situação dos pontos de ônibus do transporte coletivo em outra reportagem do Diário de Guarapuava⁴⁹, notamos que, para os moradores usuários, mesmo os pontos com cobertura protegem pouco do sol e não evitam que as pessoas se molhem nos dias de chuva, como, por exemplo, na opinião da balconista Josiane Pedroso, “quando chove é horrível ficar esperando o ônibus no ponto. A gente se molha e fica na chuva passando frio. A cobertura somente não é suficiente para se proteger”; ou então, na opinião da senhora Noeli Pereira, “quando chove é sempre assim. Para levar as crianças na aula é pior, todos nós nos molhamos”.

Segundo informações⁵⁰ dos técnicos da Secretaria de Habitação e Urbanismo, uma das razões pela quais não se incrementou os pontos dotados de cobertura, bancos e quebra vento, ao menos no que diz respeito à área central, foi em virtude de uma questão estrutural ensejada pela falta de espaço disponível pela pequena dimensão das calçadas, acarretando em conflitos entre quem espera pelo transporte coletivo e os transeuntes.

Este fato foi, por nós, constatado por ocasião de outra pesquisa, (LOBODA, 2003), em que se verificou que a largura das calçadas na cidade varia entre 1,0 e

⁴⁹ TESSEROLI, Ricardo. Chuva expõe problemas da periferia de Guarapuava: falta de infra-estrutura causa transtorno à população e gera reclamação de moradores. **DIÁRIO DE GUARAPUAVA**. Cidade. Guarapuava, 21 de setembro de 2006, p. 03.

⁵⁰ As informações aqui elencadas são notas registradas durante o I Colóquio Pedagógico: reflexões da cidade a partir da intervenção pública “Guarapuava em debate”, realizado na Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro pelo Departamento de Geografia e a Secretaria de Habitação e Urbanismo nos dias 26 e 27 de outubro de 2006.

5,0 m, sendo que a maioria delas apresenta uma largura que varia entre 1,5 e 2,0 m. Ainda, no que diz respeito às calçadas, algo que merece ser destacado é a falta de acesso para as pessoas portadoras de necessidades especiais, pois grande parte dos pontos, até mesmo na área central, não dispõe de guias rebaixadas para os cadeirantes, os quais enfrentam verdadeiras barreiras arquitetônicas, para ter acesso às calçadas e, conseqüentemente, ao transporte coletivo. Além disso, é importante lembrar que, de acordo com dispositivos legais, a empresa deve ter 10% da frota equipada com veículos para o transporte das pessoas portadoras de deficiências.

Segundo informações obtidas junto à Associação dos Deficientes Físicos de Guarapuava, até o ano de 2010, toda a frota e linhas deverá estar equipada para o transporte das pessoas portadoras de deficiência. Ainda, de acordo com a Associação, o transporte das pessoas deficientes na cidade é feita por meio de parceria com a empresa de transporte coletivo. No caso das pessoas que trabalham, ou então que tenham algum tipo de atividade regularmente, a empresa é notificada do endereço da pessoa pela Associação e disponibiliza veículos equipados nos horários de necessidade.

Já, no caso das atividades desenvolvidas coletivamente na sede da Associação, como no caso das reuniões mensais e demais projetos, a empresa é notificada e atende de forma exclusiva, indo diretamente nas residências das pessoas, para fazer o transporte até a Associação e vice versa.

No entanto, segundo a presidência da Associação o transporte ainda é uma das maiores dificuldades, considerando as múltiplas necessidades e realidades que permeiam o cotidiano das pessoas portadoras de deficiência, principalmente, em relação à sua mobilidade, enquanto aspecto fundamental para a vivência na cidade.

A preocupação da Associação com o transporte das pessoas portadoras de deficiência na cidade já vem de longa data como observamos na reportagem realizada pelo Diário de Guarapuava (1999)⁵¹, no ano em que foi inaugurado o primeiro ônibus equipado para o transporte delas. Naquele momento, além da integração das pessoas com o restante da comunidade, era importante garantir o transporte para aqueles que residiam nos bairros e possuíam emprego na área central da cidade.

⁵¹ DIÁRIO DO POVO. Geral: Deficientes físicos terão ônibus e linhas especiais. Ano 1, n. 80. 19 de março de 1999. p. 2 e 5.

Encaminhando nossa discussão, queremos novamente chamar atenção para a representação síntese do sistema de transporte coletivo (Figura 11), especialmente para o detalhe da distribuição dos seus usuários pela cidade. Uma observação atenta leva-nos a evidenciar a capacidade do sistema de misturar as pessoas no espaço urbano.

A quantidade média de pessoas, por ponto, revela-nos uma relação entre os bairros periféricos e a área central, ou seja, as maiores quantidades de usuários estão nas bordas da cidade, notadamente naqueles setores mais populosos e, sem dúvidas, a concentração desse fluxo, em sua maioria é o centro. Embora, as maiores frequências de passageiros tenham sido evidenciadas em dois locais específicos, que são o campus sede da Universidade Estadual do Centro-Oeste, localizado no Bairro Santa Cruz e o campus do Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Guarapuava (CEDETEG), no Bairro Cascavel, com as maiores taxas de frequência média de passageiros, notadamente, atrelada aos estudantes e funcionários da referida instituição de ensino superior, visto que os horários por nós pesquisados coincidem com os horários de aulas e demais atividades.

Na verdade, afora esses dois pontos, tidos como os de maior frequência, o que se destaca é a concentração dos usuários nos pontos situados nas imediações da área central da cidade. Entretanto, ainda que haja uma concentração do ponto de vista do comércio e de serviços, da representação simbólica dessa área da cidade, seja pela preocupação do poder público em adequar o sistema de trânsito, criando e articulando vias principais de acesso, melhorando o sistema de transporte coletivo, no sentido de criar uma cidade mais misturada, evidenciamos que essa realidade em movimento só seria possível por meio das práticas socioespaciais enquanto resultado dos diferentes usos do espaço pelo cidadão em diferentes períodos, ou seja, é preciso considerar também as temporalidades socioespaciais.

Como enfatiza Sennett (2003, p. 273), a geografia da cidade passou a depender do relógio, ou seja, “densidade e diversidade, de dia, dispersão e homogeneidade, à noite”. E, nesse caso, o sistema de transporte coletivo assume essa função primordial de articular o centro e a periferia, fazendo com que a cidade funcione por meio da circulação do cidadão, embora essa seja uma preocupação mediada pelo processo de produção da cidade.

O que queremos enfatizar é a necessidade de um sistema de transporte urbano que realmente proporcione a circulação dos diferentes segmentos sociais em

torno da centralidade física e simbólica da cidade. Os principais acontecimentos ocorrem no centro principal. Aqui, aí, ou lá, estão os principais espaços públicos. Não nos parece conveniente, muito menos democrático, que o direito à centralidade ou o simples mover-se pela cidade e seus diferentes lugares, esteja restrito aos cidadãos que possuem um automóvel particular.

Nesse sentido, insistimos na idéia da priorização do sistema de transporte coletivo, considerando que o automóvel privado é uma solução confortável para uma minoria na cidade. Nesse caso, o primeiro passa a ser uma das formas possíveis para a população transitar pela cidade, conhecer e viver a cidade, apropriando-se da mesma de forma mais igualitária de seu espaço, bem como participando de forma mais significativa da vida pública da cidade. Como enfatiza Serpa (2007, p. 36), a esfera pública não pode ser restringida simplesmente aos espaços concretos de circulação e de repartição de fluxos, nem aos espaços materiais de consumo, de lazer e diversão. No entanto, é a esfera pública que nos reúne na companhia uns dos outros. Embora, seja ela que, da mesma forma, evita que nos encontremos uns com os outros.

Entretanto, o próprio sistema de transporte coletivo acaba sendo inibidor da circulação, ao menos daqueles de baixo poder aquisitivo, quando necessitam de ao menos R\$ 4,00 para se dirigir a qualquer lugar da cidade e retornar. Um sistema fundado no lucro e no relógio, que de certa forma, também restringe o acesso e, por conseqüência, determinadas práticas socioespaciais na cidade. Como ressalta Serpa (2004 e 2007), ao tratar da “acessibilidade”, ela não se trata de algo disponível ou possível a todo cidadão, pois está limitada e controlada, tanto do ponto de vista concreto, como simbolicamente. Nessa linha de raciocínio, concordamos com Santos (2005), para quem:

A casa, o trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem esses pontos, são igualmente elementos passivos que condicionam a atividade dos homens a comandam a prática socioespacial. A **práxis**, ingrediente fundamental da natureza humana, é um dado socioeconômico, mas é também tributário dos imperativos espaciais (SANTOS, 2005, p. 34, grifo do autor).

Esse controle expressa-se na cidade, por meio da falta de interação entre os diferentes setores do espaço urbano, nas formas diferenciadas nos usos como uma maneira de “neutralizar o outro” em um espaço que é, ou, teoricamente, deveria ser, acessível a todos. Como enfatiza Caiafa (2007, p. 66) “o desprezo pelo

transporte coletivo é figura de um desejo de segregação conservadora e familiarista, privatista e que trabalha, portanto, contra a cidade.” No entanto, essa diferenciação faz com que determinados sujeitos sociais vivam e convivam com a percepção e a imposição de que a cidade, ou parte dela, não lhe pertence, ou para usar a expressão de Da Mata (1991), a sensação do “sabe com quem está falando?”. Tais formas de controle não se evidenciam somente no caso de quem não tem acesso ao transporte coletivo e, por consequência, à cidade e seus diferentes locais. Para retratar parte dessa situação, trazemos o exemplo suscitado por Dupas (2003), ao abordar a questão dos veículos de transporte coletivo em nossas cidades. Para esse autor:

[...] os veículos de transporte público transformaram-se em imensos *outdoors* em movimento, a poluir visualmente o que resta do espaço visual; e os cidadãos que pagam seu transporte transformam-se em suportes ambulantes de anúncios de produtos e serviços (DUPAS, 2003, p. 66).

A constatação de Dupas (2003) é denotadora de uma realidade que vai além do fato de que o usuário já paga, geralmente um preço alto pelo seu transporte, além de contribuir, de forma indireta, para a disseminação dos mais variados anúncios e propagandas de empresas privadas (Foto 57).



Foto 57 - TRANSPORTE COLETIVO: EXEMPLO DE *BUS-DOOR*
Fonte: Foto do autor (2008)

Nesse caso, chamamos a atenção para o fato de que o usuário perde o direito, mesmo que apenas retórico, de olhar a paisagem urbana, por exemplo, durante os trajetos, visto que os anúncios impedem essa possibilidade, um direito do cidadão usuário do transporte coletivo, visto que paga por isso.

Enfim, levando em consideração as constatações aqui trabalhadas, para concluir esse item, queremos enfatizar que a busca pelo coletivo, a eminência da busca pela cidade mais socializada, por uma cidade melhor distribuída socioespacialmente, culturalmente, depende em grande parte do sistema de transporte coletivo, da intensificação dos espaços para os pedestres, da estreita relação entre o transporte coletivo e os espaços públicos.

Trata-se de uma articulação que demanda ações concretas: o simples fato acordado entre o poder público e a empresa de transporte coletivo em oferecer o transporte, gratuitamente, em determinados dias e períodos, mesmo que esporadicamente, nos finais de semana, por exemplo; a redução do preço da tarifa para quem comprovar menor renda. Enfim, determinadas iniciativas e práticas que possam, a longo prazo, transformarem-se em estratégias socioespaciais no sentido de reunir os diferentes na cidade, no intuito de dar atenção à sua diversidade. Como aponta Caiafa (2007, p. 25), é a mistura urbana, a *concentração* e a *circulação*, o contágio em plena rua que garantem a nossa presença e a liberdade de circular e, portanto, a nossa relação afetiva com a cidade.

É, nessa perspectiva, que encaminharemos nossas atenções, na seqüência, para uma reflexão pautada na opinião da população sobre seus espaços públicos. Mesmo que essa opinião esteja aqui transmitida por meio da fala do autor, com base no discurso dos diferentes sujeitos sociais, são elementos relevantes do ponto de vista da identificação das práticas socioespaciais, dos hábitos e costumes e sua opinião geral, considerando que, de certa forma, são contraditórios. Nesse caso, nosso posicionamento, enquanto pesquisador deve estar pautado na tentativa de desvendar o movimento que está às ocultas em função dessa contradição.

Portanto, passaremos na seqüência, para uma abordagem pautada na interpretação e na comparabilidade, da relação entre a Sociedade e seus respectivos espaços públicos, considerando suas práticas socioespaciais cotidianas, identificadas na fala e na escrita, por meio do instrumental do trabalho de campo: enquete de opinião.

CAPÍTULO V - A CIDADE: LUGAR DO ENCONTRO OU DO DESENCONTRO...?

*Encontrar é trocar, envolvendo a experiência do estar junto em um mesmo lugar...
Tamara Tania Cohen Egler (2000, p. 215).*

5.1. A OPINIÃO DOS GUARAPUAVANOS SOBRE SEUS ESPAÇOS PÚBLICOS

A pesquisa sobre a opinião junto aos guarapuavanos, sobre seus espaços públicos, apresentou-se como uma alternativa metodológica imprescindível, considerando que a preocupação maior de nossa pesquisa estava em analisar as práticas socioespaciais e as formas de apropriação dos espaços públicos, por meio dos seus usos e não-usos, e como estes são concebidos pela população. Mesmo que essa opinião geral esteja ancorada em elementos de representação ou de produção desses espaços na cidade, essa atividade mostrou-se fundamental no sentido de buscarmos a razão, ou as razões, que fazem com que o cidadão guarapuavano usufrua, ou não, dos espaços públicos. Além disso, há o fato de que a aplicação desse procedimento favoreceu a ocorrência de momentos em que pudermos entrar em contato com as diferentes realidades vivenciadas pelos cidadãos.

Queremos esclarecer aqui a nossa opção em concentrar nesse item os resultados e as principais informações levantadas a partir das enquetes de opinião da população guarapuavana sobre seus espaços públicos. Considerando a importância dessa análise, para nossa tese, pelo fato de por meio do trabalho de campo entrarmos em contato com as pessoas, assim procedemos no sentido de valorizar e “dar voz ao cidadão” enquanto sujeito produtor da cidade, aquele que vive e convive com a realidade urbana, usuário ou não dos espaços públicos.

Entretanto, apesar desse item específico, os resultados provenientes da enquete apresentam-se também em outras partes da tese, quando oportunos. Ressaltamos, também, que parte das informações obtidas por meio das enquetes, seja das respostas efetuadas por escrito, ou nas conversas que muitas vezes foram para além dos objetivos precípuos, foi trazida para a tese, em sua forma literal atrelada à nossa interpretação por meio da descrição e da comparabilidade entre as opiniões e nosso trabalho de observação (caderneta de campo).

Nossa enquete de opinião (Quadro 5) não foi aplicada somente nos espaços públicos da cidade, mas também no terminal central de ônibus, além de ter sido aplicada junto a alunos, professores, funcionários e pais de alunos de oito escolas de ensino fundamental e médio de Guarapuava (duas particulares e duas públicas situadas na área central e quatro públicas localizadas em áreas periféricas da cidade, sendo uma delas municipal). Esses procedimentos tiveram por objetivos atingir os mais variados segmentos sociais, usuários ou não dos espaços públicos.

O leitor deverá estar atento para o fato de que não foi definida uma amostragem significativa estatisticamente. O que se trata aqui é uma análise de caráter mais qualitativo e que toma como referência os respondentes da enquete aplicada no primeiro semestre de 2007. Essa opção está também fundamentada no pressuposto de Gerardi e Silva (1981), de que nas Ciências Sociais, um dos critérios utilizados para estabelecer se determinada coleta de informações é significativa, ou não, está pautado na repetição e/ou similaridade das respostas por parte dos entrevistados, critério este, por nós utilizado, no momento de análise das enquetes. Deste modo, queremos destacar na tese que os percentuais aqui trabalhados não são necessariamente representativos do universo populacional de Guarapuava, mas que nos parecem expressivos do ponto de vista de elementos para a compreensão da identificação e do perfil dos respondentes, suas condições socioeconômicas e principalmente os hábitos, costumes e opinião dos habitantes guarapuavanos em relação aos usos e não-usos de seus espaços públicos.

As questões efetuadas, durante a aplicação da enquete, segundo o quadro 5, somam um total de quinze. Os aspectos priorizados nesse instrumento de pesquisa vão desde identificação, caracterização socioeconômica até aos hábitos do cidadão guarapuavano em relação aos seus espaços públicos. São doze questões de múltipla escolha e três abertas⁵², que solicitam a opinião dos respondentes sobre suas práticas socioespaciais nesses locais, por meio do cotidiano dos mesmos na cidade.

⁵² São inúmeros os critérios de elaboração de roteiros de entrevistas e enquetes de opinião nos diversos tipos de pesquisa, assim como na classificação e direcionamento de suas questões. Utilizamos em nosso trabalho de campo um questionário do tipo "autopreenchido". Nesse sentido, foi organizado a partir da mescla de questões "fechadas, abertas e mistas", visando obter o máximo de informação do respondente sobre o assunto tratado, fundamentando-nos em pesquisas sobre o assunto, como por exemplo, as de De Angelis (2000) e de Oliveira (2007). Considerando Souza et. al. (2005, p. 133), essa modalidade de questionário foi a que mais se coadunou com nossa proposição pelo fato de que pode ser aplicado com ou sem a presença do entrevistador. Esse procedimento mostrou-nos que aquelas enquetes em que os respondentes efetuaram o preenchimento em casa, apresentaram uma quantidade significativamente maior de informações que as enquetes aplicadas por nós pessoalmente.

ENQUETE DE OPINIÃO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS (MODELO)	
ENTENDA-SE POR ESPAÇOS PÚBLICOS (Praças, Parques, Calçada e Ruas da cidade)	
Idade:	Sexo: <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F Endereço (Bairro):
Nível de instrução: <input type="checkbox"/> BÁSICO <input type="checkbox"/> FUNDAMENTAL <input type="checkbox"/> MÉDIO <input type="checkbox"/> SUPERIOR	
Renda familiar (média): <input type="checkbox"/> ATÉ 2 SALÁRIOS <input type="checkbox"/> DE 2 A 5 <input type="checkbox"/> DE 5 A 10 <input type="checkbox"/> ACIMA	
Ocupação: <input type="checkbox"/> TRABALHA/PROFISSÃO () <input type="checkbox"/> ESTUDA <input type="checkbox"/> APOSENTADO <input type="checkbox"/> DESEMPREGADO	
1. Qual sua carga horária semanal de trabalho?	
2. Dedicar algum tempo ao lazer durante a semana? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Quanto em média? ()	
3. Nos fins de semana e feriados, o que geralmente costuma fazer? <input type="checkbox"/> SAI <input type="checkbox"/> PERMANECE EM CASA	
4. Qual sua principal ocupação quando permanece em casa nesses dias de folga? <input type="checkbox"/> ATIVIDADES LIGADAS AO TRABALHO <input type="checkbox"/> DESCANSA APENAS <input type="checkbox"/> VÊ TV <input type="checkbox"/> DEDICA-SE AOS AFAZERES DOMÉSTICOS <input type="checkbox"/> ATIVIDADES LIGADAS AO ESTUDO <input type="checkbox"/> LEITURA <input type="checkbox"/> OUTRAS ATIVIDADES () Obs: Marcar até 3 opções	
5. Quando sai de casa quais são os locais que você costuma freqüentar? <input type="checkbox"/> PRAÇA () <input type="checkbox"/> PARQUE () <input type="checkbox"/> CINEMA <input type="checkbox"/> CLUBE <input type="checkbox"/> CAMPO <input type="checkbox"/> CALÇADÃO <input type="checkbox"/> MUSEU <input type="checkbox"/> SANTUÁRIOS <input type="checkbox"/> CASA DE PARENTES OU AMIGOS <input type="checkbox"/> OUTROS () Obs: Marcar até 3 opções	
5. 1. Que tipo de transporte você utiliza para se locomover na cidade? <input type="checkbox"/> CARRO <input type="checkbox"/> ÔNIBUS <input type="checkbox"/> MOTO <input type="checkbox"/> BICICLETA <input type="checkbox"/> OU ANDA A PÉ	
6. Quando falamos nos espaços públicos da cidade qual o primeiro local que lhe vem em mente?	
7. Você costuma freqüentar alguma praça ou parque da cidade? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO OBS: Se a resposta for negativa passar para a questão número 13	
8. Qual ou quais praças ou parques você costuma freqüentar? Por quê?	
9. Em qual ou quais dias da semana você costuma freqüentar esses espaços na cidade? <input type="checkbox"/> SÁBADO <input type="checkbox"/> DOMINGO <input type="checkbox"/> FERIADOS <input type="checkbox"/> DURANTE A SEMANA	
10. Em qual período geralmente você costuma freqüentar as praças ou parques da cidade? Por quê? <input type="checkbox"/> MANHÃ <input type="checkbox"/> TARDE <input type="checkbox"/> NOITE	
11. Geralmente, qual é seu tempo de permanência na praça ou parque?	
12. Quais são os principais motivos que o levam a freqüentar uma praça ou parque? <input type="checkbox"/> CONVERSAR <input type="checkbox"/> CAMINHAR <input type="checkbox"/> DESCANSAR <input type="checkbox"/> CONTEMPLAÇÃO <input type="checkbox"/> PRÁTICA DE ESPORTES <input type="checkbox"/> LEVAR CRIANÇAS <input type="checkbox"/> LEITURA <input type="checkbox"/> OUTROS Obs: Marcar até 3 opções	
13. Qual sua opinião geral sobre os espaços públicos (Praças, Parques, Calçada e Ruas) de sua cidade?	
14. Há alguma coisa que mais o agrada nas praças, parques e calçada de sua cidade?	
15. O que mais o desagrada nas praças, parques e calçada de sua cidade?	
Pesquisador/Doutorando: Carlos Roberto Loboda Orientação: Maria Encarnação Beltrão Sposito	FCT/UNESP - Presidente Prudente - SP Pesquisa financiada pela CAPES

Quadro 5 - ENQUETE DE OPINIÃO SOBRE OS ESPAÇOS PÚBLICOS

Nossa preocupação, aqui, está voltada para uma compreensão da cidade e de seus respectivos espaços públicos a partir da opinião dos diversos sujeitos sociais. Buscamos, também, com essa abordagem, conhecer os hábitos e costumes da população guarapuavana, como ela diz utilizar-se, bem como apropriar-se, ou não, do espaço público. Nessa perspectiva, procuramos saber também, em função de que se apropriam, considerando, tanto, elementos relacionados à vivência diária, da vida no bairro, do seu cotidiano, representado por aquilo que Lefebvre (1999, p. 119) chama de “isotopias”, enquanto lugares do mesmo, mesmos lugares, a ordem próxima; como também, aspectos de ordem mais subjetiva, que compõem a percepção dos mesmos, sobre os espaços públicos de forma geral, fundamentando-nos nas “heteretopias”. Estas são representadas pelo outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo excluído e imbricado, a ordem distante.

No entanto, como demonstra Carlos (2004a, p. 8), “é na análise da vida cotidiana, onde a prática sócio-espacial se desenrola dando conteúdo a vida cotidiana, enquanto nível determinante que esclarece o vivido, na medida em que a sociedade produz o espaço, apropriando-se dele, dominando-o”. Enfim, buscamos uma caracterização da relação entre as possibilidades e os desejos, os usos e não-usos dos espaços públicos.

Considerando tais pressupostos, baseamo-nos ainda, na perspectiva de Oliveira (2007, p. 197), para quem, numa abordagem dessa natureza, devemos partir dos elementos citados pelos usuários, daquilo que lhes é relevante para o uso e a partir do espaço que utilizam. Assim, devem ser valorizados seu entorno e suas vivências enquanto referências, elementos esses, que apontam também para o espaço público que imaginam, ou como desejam que fosse.

Nesse caso, a partir das concepções dos respondentes, fundamentando-nos nas modalidades de representação dos espaços públicos, assim como dos aspectos e elementos considerados para o uso e apropriação dos espaços públicos, para formular um agrupamento:

- *Atividades esportivas (modalidades e equipamentos):* caminhadas, cooper, futebol, skate, bicicross, quadras esportivas, campinhos etc;
- *Atividades lúdicas (modalidades e equipamentos):* playgrounds, espaços livres, jogos, brincadeiras, contemplação, encontros, ler, rir;

- *Alimentação*: lanches, pipoca, sorvete, barracas, feira, barzinhos e lanchonetes;
- *Elementos paisagísticos*: arborização, gratuidade, o verde, a beleza, flores, gramado, lagos e lagoas;
- *Elementos arquitetônicos e urbanísticos*: monumentos, quiosques, iluminação, pontes, espelhos d`água, sanitários, bancos, lixeiras;
- *Segurança e manutenção*: espaços seguros, tranquilidade, guardiões, zeladores, policiamento.
- *Atividades culturais*: eventos, teatro, movimentos, práticas religiosas, festividades.

Considerando a seqüência das questões dirigidas aos cidadãos guarapuavanos, trazemos a seguir uma análise dos resultados que, a princípio, estiveram centrados na identificação do perfil dos entrevistados, passando para as práticas socioespaciais, hábitos e costumes e, por fim, enfocando como a população concebe os espaços públicos da cidade enquanto usuário, ou não, desses locais na cidade.

5.2. O PERFIL DOS RESPONDENTES

Com o intuito de esclarecer melhor quem foi nosso público alvo, apresentamos nesse item, o perfil dos respondentes. No que diz respeito à idade, optamos por trabalhar com correspondência, em porcentagem, entre o número de enquetes aplicadas e o número de habitantes por faixa etária, segundo os dados do IBGE (2000), embora nem sempre tenha sido possível obter essa proporcionalidade. De acordo com os dados levantados (Tabela 3), queremos ressaltar que as enquetes analisadas apresentam uma discrepância, entre os o número de respondentes e os da população real, notadamente nas faixas etárias correspondente às faixas 15 a 19 anos, 50 a 59 e acima dos 60 anos.

Tabela 3 - DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESPONDENTE E DA POPULAÇÃO DE GUARAPUAVA

FAIXAS ETÁRIAS	RESPONDENTES¹ (%)	POPULAÇÃO² (%)
15 a 19 anos	23,8	10,3
20 a 29 anos	23,8	18,4
30 a 39 anos	18,5	16,6
40 a 49 anos	16,2	11,9
50 a 59 anos	13,1	7,4
Acima de 60 anos	4,6	6,4

Fontes: 1 - Enquetes aplicadas (2007) / 2 - Censo Demográfico IBGE (2000)

Segundo o sexo, nosso universo apresentou um número maior de pessoas do sexo feminino, praticamente em todas as faixas etárias. Atribuímos essa diferença a dois aspectos principais: o primeiro deles é que as enquetes respondidas pelos pais dos alunos em sua maioria foram efetuadas pelas mães, ocorrendo da mesma forma com as enquetes respondidas pelos alunos do ensino médio que apresentaram um número superior de pessoas do sexo feminino.

Outro elemento, por nós levantado, e considerado de relevância em nossa análise, foi relativo à localização da moradia dos indivíduos que responderam a enquete, considerando o par dialético: centro-periferia. É preciso considerar aqui certa generalização, pois interessou-nos saber, em relação a esse item, se o mesmo morava no Bairro Centro (representado na tese pela Figura 6), ou fora dele. As informações nos mostraram que em todas as faixas etárias, houve uma predominância dos respondentes que se localizam fora da área central da cidade. Lembrando que essa diversidade locacional dos respondentes foi por nós buscada quando realizamos a aplicação das enquetes em colégios da área central e também

em áreas periféricas, enfatizando o que já dissemos anteriormente, que o objetivo foi justamente ter um universo mais variado possível, tanto do ponto de vista socioeconômico, quanto dos locais de moradia, embora seja muito claro, que ambas estão intimamente relacionadas.

Em relação ao grau de instrução e renda dos respondentes, observamos que predominam os indivíduos que possuem o nível de ensino médio, sendo que, entre os entrevistados foi significativa a resposta de que possui uma renda média de até dois salários mínimos, equivalendo a mais da metade dos respondentes.

Já, no que diz respeito à ocupação ou atividade desenvolvida pelos respondentes, optamos por uma classificação composta por cinco tipos, a saber: - trabalhador, não importando o setor, se com carteira assinada, temporário ou informal; - estudante, nesse caso acima dos quinze anos de idade; - aposentado; - desempregado; e, por fim, - dona de casa.

Considerando os dados correspondentes aos referidos tipos, pudemos evidenciar uma supremacia de indivíduos que desempenham algum tipo de trabalho, seguido pela categoria estudantes, sendo que alguns conciliam as duas atividades. No entanto, o que nos chamou atenção em relação a essa questão, foi o fato de que na seqüência, juntamente com os aposentados, estão os desempregados, confirmando uma realidade no contexto das cidades brasileiras, que em sua maioria, apresentam um contingente considerável de pessoas sem trabalho mesmo não considerando se esse seria formal ou não.

Uma das questões que consideramos importante para nossa análise foi a relação existente entre as horas em que os diversos segmentos sociais dedicam ao trabalho, independente da ocupação, em comparação com as horas de tempo livre. Essa correspondência pode ser um indicador do tempo destinado ao lazer, às festas, ao encontro, o que, teoricamente pode ter uma relação direta com os usos dos espaços públicos da cidade: a praça, o parque, dentre outros espaços públicos.

Observamos que predominam entre os respondentes aqueles que possuem uma carga horária superior a quarenta horas semanais de trabalho. Verificou-se que mais da metade do conjunto dos respondentes que estão nas faixas de renda de até dez salários mínimos inserem-se nessa categoria. Embora, seja muito mais expressiva na faixa daqueles que ganham entre dois e cinco salários mínimos, em média.

Enfim, consideramos alguns aspectos que, de certa forma, contribuem diretamente para a redução das possibilidades de se destinar algum tempo para atividades relacionadas ao tempo livre e/ou ao lazer propriamente dito. Como expressa Giddens (1991, p. 26), “o esvaziamento do tempo” é em grande parte a pré-condição para o “esvaziamento do espaço” e tem assim prioridade causal sobre ele. Corroborando também, com a tendência exposta por Negt (2002, p. 25) de que “a redução do tempo acelera o processo de erosão dos espaços públicos”, ou seja, percebemos que esse fato tem uma grande relevância entre os entrevistados e nos mostra que o cidadão gasta muito mais o seu tempo com as práticas socioespaciais voltadas para suas necessidades cotidianas, que com os desejos, revelando que a utilização do espaço público está diretamente ligada ao tempo disponível, e como consequência desses, outros fatores como a acessibilidade a esses espaços, por exemplo.

A resposta da senhora de 45 anos moradora no Xarquinho (Bairro Industrial), pode ilustrar, em parte, essa situação, em relação ao tempo disponível, por exemplo, quando questionada se freqüentava algum espaço público na cidade, a resposta foi a seguinte: “não, eu trabalho”. Confirma-se, assim, a compreensão de Padovani (2003, p. 181) de que “nunca o tempo livre foi tão controlado, sem que o indivíduo percebesse. A encenação é tão perfeita, que entre outras coisas o controle também passa despercebido”.

Essa realidade da cidade atual está diretamente atrelada às atribulações de quem tem, no espaço urbano, o ambiente da sobrevivência. Constatamos que tudo passa pela relação entre práticas socioespaciais no tempo e no espaço, ou seja, o tempo do ócio e dos lazeres está estritamente ligado ao tempo do trabalho, dos deslocamentos e da acessibilidade à cidade e aos seus diferentes locais. Essa realidade, que caracteriza a sociedade urbana moderna, é compreendida por Lefebvre (1991), da seguinte maneira,

[...] o **tempo obrigatório** (o do trabalho profissional), o **tempo livre** (o dos lazeres), o **tempo imposto** (das exigências diversas fora do trabalho, como transporte, idas e vindas, formalidades, etc), verifica-se que o tempo imposto ganha terreno (LEFEBVRE, 1991, p. 61, grifos do autor).

De acordo com o autor, o lazer propriamente dito, passa a ser na maioria das vezes, um “momento” de ruptura em meio às práticas socioespaciais cotidianas (enquanto pedestre, no trajeto casa - trabalho, nos momentos de espera nos pontos

de ônibus, etc...). Essa reflexão é fundamental, no sentido de auxiliar-nos na compreensão da atual cidade e sua tendência à fragmentação, em que a apropriação socioespacial fica restrita a determinadas parcelas da cidade, pois o tempo programado aumenta significativamente em relação ao tempo livre e essa assertiva tem influência direta do ponto de vista dos usos da cidade e, por conseguinte, dos espaços públicos.

Considerando a perspectiva de Damiani (1997), temos que,

[...] Mais do que tempos e espaços industrializados, frutos do mundo da mercadoria no universo do tempo livre, o lazer ainda é residual às lógicas sociais, que reproduzem a sociedade existente, a das empresas e do Estado; e, nessa medida, constitui o espaço e o tempo primordiais da vida urbana mais plena (DAMIANI, 1997, p. 47).

Ainda, nessa linha de raciocínio, é relevante ressaltarmos também a idéia de Santos (1997, p. 48) quando enfatiza que “as cidades são criadas para a economia e não para os cidadãos”. A afirmação desse autor é evidente nas limitações observadas em nossas cidades a partir das relações entre o tempo e o espaço, entre a rua e casa, na redução do espaço público, no anonimato entre as pessoas, tornando a cidade cada vez mais funcional para a economia capitalista, o que contribui diretamente para o individualismo, sendo que a redução do tempo, da mesma forma, acelera o processo de erosão dos espaços públicos enquanto locais de convivência.

As práticas socioespaciais desenvolvidas pelos habitantes da cidade no seu cotidiano são denotadoras, em sua maioria, das necessidades meramente econômicas; os sujeitos sociais gastam muito mais tempo com as necessidades e menos com os desejos. Enfim, estamos tratando de uma cidade que se mostra, de forma complexa, enquanto resultado da troca generalizada que, tendencialmente, leva à repetição cotidiana e que contribui para um movimento negativo, o seu processo desumanizador, ou seja, uma suposta tentativa de transformação da cidade num espaço produzido socioespacialmente de forma homogênea.

No entanto, outro aspecto relevante a ser considerado nesse contexto, foi o fato da maioria dos respondentes destinarem parte do seu tempo livre para o lazer (com uma correspondência entre 50 e 80%, com exceção da classe entre 50 e 60 anos), considerado as faixas etárias e também a renda. Embora, haja uma predominância das opiniões de que o tempo dedicado ao lazer é de até cinco horas

semanais. No entanto, a partir dessas informações, subtemos que é um tempo restrito que, se destinado ao uso de um espaço público, é feito de forma rápida. A correlação das informações entre o tempo de lazer e a renda dos respondentes, mostra-nos que aqueles que possuem uma renda entre um e dez salários, possuem uma carga horária que está acima de quarenta horas semanais, em mais da metade dos respondentes, sendo mais significativa essa tendência, entre os que possuem uma renda entre dois e cinco salários.

Essa realidade que se impõe, confirma de certa forma, a análise de Lefebvre (1991, p. 62), para quem o lazer é, antes de tudo, e para todos ou quase todos, uma ruptura (momentânea) com o cotidiano. Para este autor, “o lazer não é mais a Festa ou a recompensa do labor, também não é ainda a atividade livre que se exerce para si mesma. É o espetáculo generalizado: televisão, cinema, turismo”. A idéia de Lefebvre é basilar no sentido de fornecer subsídios para a análise do caráter cada vez menos público dos espaços urbanos. Sugere que estes são progressivamente menos apreendidos como espaços de pertencimento, efetivamente; não são mais os lugares da interação socioespacial, por excelência, mas sim, de encontros pontuais e de lazer rápido, utilizados na verdade como espaços dos momentos de ruptura com a rotina cotidiana. As atuais formas de apropriação dos espaços públicos caracterizam-se como arranjos extremamente instáveis e temporários. Essa “organização”, segundo Oliveira (2000, p. 251) “é produzida por um determinado padrão de interação e conflito entre os diversos segmentos sociais que ali (sobre)vivem”.

Na seqüência, segundo o roteiro elaborado por nós, quando questionados se saem de casa ou não, nos finais de semana e feriados, pudemos notar que as respostas obtidas têm uma relação com o fato de dedicarem algum tempo ao lazer durante a semana, visto que predominantemente os respondentes dizem sair de casa nesses dias para realização de algum tipo de lazer.

Então, com o intuito de compreender quais são os motivos que fazem com que saiam de suas residências e quais locais costumam freqüentar, lançamos uma questão semi-aberta em que poderiam optar, ao responderem, por até três alternativas ou complementar, quando fosse o caso com algum tipo de atividade que não estivesse sido contemplada no questionário proposto.

Numa ordem decrescente, as opções dos entrevistados variaram em torno das seguintes opiniões: a) casa de parentes ou amigos; b) parques, praças e

calçadão; c) clubes; d) santuários; e, e) cinema e igrejas, entre as respostas mais representativas. No entanto, compareceram nesse âmbito aqueles que costumam freqüentar locais, como: campos de futebol, casas noturnas, museu, grupos de jovens, além dos que não opinaram.

O que nos chamou atenção, aqui, é que a predominância dos respondentes costuma freqüentar a casa de parentes ou amigos quando sai nos dias de folga, isso para todas as faixas etárias e de renda.

De início, observamos que se trata de uma das principais características culturais ainda presente nas cidades interioranas - a visita aos parentes e amigos nos fins de semana, associada, geralmente ao ir à igreja. Embora as opções de lazer, tenham aumentado na cidade, sobretudo, nas últimas décadas, principalmente com a implantação dos parques urbanos, evidenciamos que, nos bairros, persistem algumas características de outrora.

Nessa direção, destacamos a matéria publicada pelo Jornal Folha do Oeste⁵³, na segunda metade da década de 1970. As informações sobre a opinião da população guarapuavana, principalmente nos bairros, quando questionada sobre onde passar o domingo, resultou na seguinte conclusão:

O perfil pouco estimulante do domingo em nossa sede urbana é missa ou culto, almoço diferente, Cesta, cinema ou TV e, à noite jantar. Assim, no dia seguinte, volta-se apenas fisicamente ao trabalho mais lubrificado para a engrenagem de sempre (FOLHA DO OESTE, 1977, p. 9).

Por outro lado, está a relação de afinidade, que se mostra muito forte nos bairros da cidade. Nesses locais, as relações e interações socioespaciais são muito mais freqüentes, pois, em função das dificuldades de acesso ao centro da cidade e suas condições mais favoráveis à vida urbana os moradores dos bairros, notadamente da periferia pobre, refugiam-se na sociabilidade da casa e dos vizinhos, haja visto também, que outras opções de lazer são muito restritas, são áreas da cidade praticamente desprovidas de locais como uma praça pública, por exemplo.

Também evidenciamos essa situação ao correlacionamos as informações entre os locais que os respondentes costumam freqüentar, quando saem nos dias

⁵³ FOLHA DO OESTE. Onde passar o domingo? n. 2091, Ano 40, Guarapuava - Paraná, 15 de Maio de 1977. p. 9.

de folga, e a sua renda, por exemplo. Ela é mais representativa entre aqueles que possuem uma renda de até dois salários mínimos. Diferente, por exemplo, dos que possuem mais de dez salários mínimos e, que além da casa de parentes e amigos, preferem freqüentar as praças, seguidas pelas opções do cinema, clubes e casas noturnas.

Entretanto, há que se considerar que o desejo de “estar entre os iguais”, seja por uma questão de afinidade, ou mesmo por *status*, no caso as classes mais abastadas, confere a esse último grupo social atitudes segregacionistas, geralmente vinculadas, em seus discursos, à necessidade de segurança nos espaços públicos. Por isso, explica-se a opção por freqüentar o cinema, os clubes e outras formas de sociabilidade na cidade que permita-lhes estar entre os seus, evitando, de certa forma, o contato direto com o outro, notadamente aqueles das camadas inferiores. Embora, a comparação entre a renda e opção de lazer, mostre-nos uma preferência pelo espaço público, mesmo por aqueles que possuem maior renda, devemos considerar a idéia de Kowarick (2000, p.114), que “sem sombra de dúvida, em contraposição à segurança do espaço privado, a violência do espaço público é uma das principais características de nossas cidades”. Voltaremos a essa discussão mais adiante.

Na seqüência, entre as respostas obtidas à questão relativa às razões pelas quais saem de casa, para o lazer, estão aquelas que podem ser agrupadas como freqüência aos espaços públicos, representados aqui pelas praças, parques e o calçadão da Rua XV de Novembro. Essas opções foram seguidas, pela indicação de clubes privados (espaços de uso coletivo, mas não espaços públicos), santuários, cinemas, igrejas e campos de futebol, o que nos permite afirmar que predomina na opinião dos respondentes, de certa forma, a utilização geral do espaço público na cidade.

Além desses, que são os mais freqüentados, apareceram também como locais comumente utilizados pela população, casas noturnas (bares, lanchonetes e danceterias), museu, chácaras e pesqueiros. Os motivos que levam os diversos segmentos sociais a freqüentarem tais espaços, na cidade, e fora dela, serão tratados adiante quando fizermos uma análise específica dos mesmos, por meio da opinião dos respondentes sobre os usos e não-usos do espaço público. Antes, consideraremos a opinião dos respondentes que permanecem em casa nos dias de folga.

A princípio, observamos que, os motivos para justificar a permanência no âmbito do espaço privado são variados, indo além das opções sugeridas na enquete. Considerando uma seqüência decrescente tivemos, associadas a passar o tempo vago em casa, as seguintes razões relativas ao uso do tempo por meio de atividades como: a) ver televisão; b) descansar; c) realizar trabalhos domésticos (no caso das donas de casa); d) estudar; e) desenvolver o trabalho profissional; e, f) realizar leitura. Ademais, foram citadas, atividades como o uso do computador (principalmente para acesso à internet), dedicação à convivência familiar e ao artesanato.

As formas de utilização do tempo vago em casa apontam-nos para as tendências de práticas socioespaciais, na cidade atual. Aquela enfatizada por Viana Junior (1995), para quem, o homem moderno está cada vez mais fechado em si mesmo, em sua casa, assistindo filmes e concertos na televisão em vez de freqüentar as salas de espetáculo, comunicando-se com seus pares pelo computador, em vez de encontrá-los no espaço urbano, e fechando-se, por conforto e segurança.

Nessa mesma linha de raciocínio, reportamo-nos, também, a idéia de Caiafa (2007), quanto enfatiza que as compras, por telefone e pela internet, acabam por implicar em um processo que envolve ausentar-se das caminhadas pelo espaço público, do contato mais direto com as pessoas, do contato direto com o outro pela cidade. Enfim, práticas segregacionistas que contribuem para uma urbanidade que nega o outro. Para essa autora,

[...] nas cidades despovoadas, as experiências comunitárias tendem a se dar em espaços fechados e homogêneos. (...) são as famílias, as igrejas, os clubes, dentre outros. No entanto, nesses espaços predominam o reconhecimento e a previsibilidade. São encontros previsíveis entre conhecidos e a rigor o coletivo não se traduz (CAIAFA, 2007, p. 25).

Nesse sentido, as cidades acabam transformando-se, transvestindo-se em paraísos tecnológicos oferecendo aos seus cidadãos falsas benesses, principalmente, no caso das grandes aglomerações como as regiões metropolitanas, o que difere da cidade, objeto de nosso estudo, ainda que, em alguns aspectos já se assemelhem, resguardando as devidas proporções. Os espaços públicos, por sua vez, vão sendo cada vez mais banalizados, ou então, relegados ao esquecimento, quando não lhes conferem funções totalmente diversas daquelas com objetivos

precípuos. As coisas mais simples, como crianças brincando nas ruas ou os lugares de festas e de encontro desaparecem, a não ser nos bairros; as praças, transmutadas em concreto, prevalecem enquanto locais de passagem; tudo isso somado faz com que as pessoas percam suas próprias referências (CARLOS, 1992).

No entanto, temos que destacar que a casa (privado), trata-se do ponto de referência nas relações com o público (rua), entre privacidade e sociabilidade, entre o indivíduo e comunidade, para depois, em outra escala, ser analisada, ainda, na sua relação com a cidade. Ao correlacionarmos as informações obtidas com a aplicação de nossa enquete, verificamos que, mesmo nos momentos vagos, ou nos finais de semana, o estar em casa vai muito além do descansar ou do ver televisão. Em todas as faixas de renda, observamos que se utilizam desse tempo para desempenhar atividades relacionadas ao trabalho e que essa tendência é muito mais expressiva, no caso das pessoas que possuem uma renda de até cinco salários mínimos.

Outro aspecto, que ficou evidente, foi aquele atinente à utilização desse tempo para o trabalho, ora como complemento da renda, como no caso das pessoas que se dedicam ao artesanato, por exemplo; ou daqueles que fazem parte da Associação dos Artesãos e comercializam seus produtos na feira realizada no Calçadão da Rua XV; ou daqueles que estão sem um trabalho fixo e precisam de alguma forma, ganhar o sustento. Há que se levar em consideração, também, o caso das donas do lar, para quem o trabalho é uma constante, embora não relacionado a uma remuneração, ou que recebam algum tipo de salário.

Na seqüência, outra informação, por nós buscada com a enquete, diz respeito aos meios de locomoção do cidadão para a realização de suas atividades cotidianas no espaço urbano. A nosso modo de ver, a locomoção do cidadão é um elemento que contribui, significativamente, do ponto de vista da acessibilidade à cidade ou da simples circulação que permita os deslocamentos entre a casa, o trabalho, o estudo, o lazer, etc. Como resultado das informações obtidas, verificamos que o meio de transporte mais utilizado na cidade é o transporte coletivo por ônibus, seguido pelo automóvel particular e pelos deslocamentos realizados a pé, ratificando, que no caso desse último, trata-se de um tipo de locomoção. Ficam, por último, as opções dos cidadãos que se utilizam da motocicleta e de bicicletas para seus deslocamentos pela cidade. A correlação entre informações aponta para a

utilização do transporte coletivo, principalmente, por quem desempenha algum tipo de trabalho ou é estudante. Sendo representativo, também, o uso desse tipo de transporte pelos aposentados.

Enfim, essa primeira parte constitui-se de noção mais geral, em que abordamos o perfil dos respondentes atrelado às suas práticas socioespaciais cotidianas. Estaremos, a partir de agora, enfatizando tais práticas, relacionando-as diretamente aos usos e não-usos dos espaços públicos. Para tanto, levaremos em consideração os hábitos e costumes dos seus habitantes.

5.3. PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS: USOS E NÃO-USOS DO ESPAÇO PÚBLICO

Levando em consideração os pressupostos indicados no início desse capítulo, trataremos, neste item, da relação direta entre os respondentes e o espaço público, a partir da sua vivência cotidiana, considerando os usos e formas de apropriação dele, refletindo, nesse sentido, nas formas de identificação entre habitante e lugar.

Nessa perspectiva, lançamos mão, a princípio, de uma questão que levasse o respondente a pensar em algum espaço público da cidade com o qual tenha mais afinidade por um motivo ou outro, ou seja, quando tratamos dos espaços públicos na cidade, qual lhe vinha em mente?

Esse questionamento mostrou-nos um resultado interessante, do ponto de vista da diversidade na escolha dos locais. Apesar da preponderância de alguns locais, notamos que o cidadão vê e/ou percebe a cidade por meio do seu local de convivência diária ou então, geralmente, a partir dos seus trajetos entre casa, trabalho e espaços de lazer. Esse resultado confirma a perspectiva de Carlos (2001a, p. 221), de que “o cidadão não se apropria integralmente da cidade”, ou seja, as práticas socioespaciais são sempre limitadas por trajetos e usos geralmente rotineiros, por locais possíveis de serem apropriados pelo corpo e pelos seus sentidos, sendo que essa apropriação propriamente dita, geralmente acontece em determinadas parcelas da cidade e não em sua totalidade.

Dentre os principais locais indicados pelos cidadãos destacaram-se respectivamente, o Parque do Lago e a Praça Eurípio Rauen (Lagoa das Lágrimas), ambos localizados próximos à área central da cidade (parque nº. 1 e praça nº. 3 da figura 2). No caso do primeiro, trata-se de um amplo espaço público criado no final da década de 1990 e que oferece os mais variados tipos de lazer, sendo utilizado por diversos segmentos sociais. Já, no caso da segunda opção, pode-se dizer que é um dos espaços públicos mais tradicionais da cidade, que sempre foi usado como cartão postal, pois é um lugar que retrata a memória urbana de Guarapuava em função da importância simbólica que lhe é peculiar. Por estarem localizados nas proximidades do centro da cidade e pelas possibilidades de diferenciados tipos de uso que oferecem, são também os mais utilizados pela população. No entanto, é

necessário frisar as possibilidades de acesso, notadamente maiores, para quem mora nas proximidades, ou então, dispõe do automóvel particular para acessá-los.

Na seqüência, aparece o Parque das Crianças (parque nº. 3 da figura 2), seguido pela Praça Nove de Dezembro (praça nº. 1 da figura 2) e o Calçadão da Rua XV de Novembro. Destacamos que esses últimos reforçam a preferência pelos espaços públicos mais tradicionais da cidade, associados à área central, que é o centro principal ou tradicional de Guarapuava.

Uma relação que se expressa nas respostas obtidas é aquela entre o centro, espaço público e comércio. O Calçadão assume a função de eixo principal da cidade, local em que se concentram as principais atividades comerciais, devido à localização ao longo do mesmo das principais empresas de serviços e comércio, como é o caso das agências bancárias: Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, Banco Real, Caixa Econômica Federal, dentre outras; e, as mais variadas redes de lojas como: Casas Bahia, Pernambucanas, Madol, Magazine Luíza. Nesse mesmo espaço, está o comércio popular, marcado pela presença de uma série de lojas de R\$ 1,99. Enfim, nessa parte mais central da cidade, paralelamente às grandes empresas comerciais e de serviços, o calçadão é, também, o local do comércio informal, aonde podemos evidenciar a luta de diversos segmentos sociais pela sobrevivência na cidade.

Em uma caminhada pelo calçadão, podemos constatar a presença no local, dos diferentes sujeitos sociais e suas respectivas atividades. Há os artesãos, expondo seus produtos; assim como os pipoqueiros e sorveteiros; vendedores de CD/DVD e objetos religiosos; o vendedor de alho; as barraquinhas de guloseimas e artesanato; os pedintes, os catadores de lixo e os garis. No entanto, voltaremos a tratar desses sujeitos sociais e suas relações com os espaços públicos, na área central da cidade, no próximo capítulo.

Além das indicações já citadas, que foram os lugares mais lembrados pelos cidadãos, tivemos a Praça da Fé, a Praça da Ucrânia e o Parque das Araucárias, além das ruas de forma geral (praças nº. 11 e nº. 5, respectivamente, e, parque nº. 3 da figura 2). A primeira constitui-se num espaço de lazer implantado recentemente em área degradada (antiga pedreira), com o intuito de acolher os grandes eventos religiosos: trata-se de um espaço de cunho ecumênico; já, a segunda, é uma típica praça de bairro, espaço público muito utilizado pela população do Bairro Trianon, localizado próximo ao centro da cidade, com uma população de pouco mais de

quatro mil habitantes, constituído em boa parte, por segmentos de classe média. No caso do parque, trata-se de uma área destinada à preservação ambiental e a pesquisas, no entanto, é liberado para o uso público em horário específico (das oito às dezoito horas).

Um fato que nos chamou atenção nesse item foi a Praça Nove de Dezembro, a mais tradicional e central da cidade, foi o terceiro espaço público lembrado entre os entrevistados, de forma geral. Considerando a correlação das informações, evidenciamos que, por se tratar do espaço público mais tradicional de Guarapuava, foi lembrado em sua maioria por aquelas pessoas que se encontram na faixa etária acima dos cinquenta anos. Geralmente eles faziam referência a aspectos alusivos às antigas funções da praça (festas, comemorações), que hoje, restringem-se aos encontros e conversas com os amigos. Esse fato nos faz lembrar Carlos (2001a, p. 231) ao enfatizar, que “para os velhos a destruição das referências da vida é como se fosse o desaparecimento de momentos da própria vida”, fato este, evidenciado na opinião de um senhor de 62 anos, aposentado, residente no Bairro Batel, em relação à referida praça: “tinha que ter mais quermesses e as festanças de antigamente quando esse local era mais animado”. Essa perspectiva é reforçada por Frúgoli Junior (1995, p. 15), quando nos aponta que, aos poucos, aqueles espaços públicos tradicionais que detinham uma sociabilidade circunscrita e reconhecível, perderam força enquanto centros de vida urbana, passando a caracterizar parte da memória da cidade tradicional.

Em se tratando de referências urbanas, outro fato que merece atenção, foi o caso das respostas emitidas por alguns moradores dos bairros periféricos da cidade. Quando questionados sobre o primeiro espaço público que lhes vinha em mente, as respostas foram as seguintes: o espaço do cidadão⁵⁴, o posto de saúde, a escola, a igreja e os santuários. Essas respostas refletem, a nosso ver, tanto as necessidades básicas do cidadão, seja o espaço público para o lazer e convivência (geralmente exíguo), ou então, a reivindicação de locais que satisfaçam suas necessidades básicas, como educação, saúde e vida espiritual.

A nosso modo de ver, deparamo-nos aqui com um paradoxo. Ora os moradores dos bairros se reconhecem nessas parcelas da cidade, criando uma noção de convivência mútua e de pertencimento ao lugar, tomando como base a

⁵⁴ É a denominação dada, em Guarapuava, aos locais de convivência e assistência à população. Existentes e distribuídos estrategicamente em determinados bairros da cidade, tais espaços são geralmente dotados de ginásio de esportes, posto de saúde e creche.

irrisória infra-estrutura e assistência, no diz respeito às necessidades básicas do cidadão. Ora, para outros, notadamente aqueles moradores dos bairros mais distantes, as respostas emitidas passam a noção de um não pertencimento, de um sentimento de exclusão em relação ao restante da cidade, quando fazem referências do tipo: “ir pra a cidade”; “quando vou para a cidade”, “na cidade existem praças bonitas, mas aqui no bairro não tem nenhuma”, “vou pra cidade de 15 em 15 dias ou uma vez por mês”. Enfim, são expressões que representam de certa forma, o que nos mostra Da Matta (1997 e 1991), de situações em que o indivíduo convive com a idéia de que determinada parte da cidade não é para seu bico.

Por outro lado, observamos que outros, mesmo de forma precária, sentem-se incluídos na cidade, passando a noção de que esse espaço lhes é peculiar como o caso de uma senhora que utilizava o transporte coletivo durante nosso trabalho de campo em direção ao Núcleo Paz e Bem (Bairro Vila Carli), conjunto habitacional periférico localizado na área noroeste da cidade, totalmente descontínuo da malha urbana, e que fez o seguinte comentário com sua colega de banco: “mulher do céu, você viu como a cidade cresceu para cá, né? Uns dois anos atrás, isso aqui era tudo um bassoral [tipo de vegetação nativa] e veja só hoje, é tudo cidade”. Enfim, essas “noções de cidade” a partir da experiência dos seus habitantes são fatores relevantes quando consideramos as práticas socioespaciais cotidianas no contexto do processo de estruturação e reestruturação da cidade. Mesmo que exista formas precárias de inclusão, ninguém está totalmente excluído dela e, mais do que nunca, as atuais práticas revelam-nos a emergência dos sujeitos que nela sobrevivem.

Outro espaço público por excelência, ao qual já fizemos referência, a “rua”, também apareceu na opinião dos cidadãos. Seja pela beleza das grandes avenidas de acesso à área central da cidade, com seus canteiros centrais floridos, e com seus monumentos, seja em função dos reclamos pelas más condições das mesmas nos bairros desprovidos de infra-estrutura adequada, sem pavimentação e nem calçadas, a rua torna-se um elemento importante no processo de análise, a partir do qual podemos pensar a experiência cotidiana, dos encontros e dos confrontos estabelecidos pelas práticas socioespaciais na cidade.

Se, no centro da cidade, ela assume o papel principal de permitir o fluxo rápido dos automóveis, o que segundo Caldeira (2000, p. 310), mesmo que essa autora faça referência à problemática atual em torno da rua na metrópole, a concepção de que “a rua enquanto elemento central da vida pública moderna é

então, eliminada”. Entretanto, evidenciamos ao longo da pesquisa, que essa situação repete-se, de certa forma nas cidades médias, espaços urbanos em que, mais do que nunca, prioriza-se o fluxo de veículos e o fluir na cidade. Enfim, como ressalta Oliveira Neto (2005, p. 39), “na rua tenta-se correr ou andar devagar, dependendo do horário que se tem a cumprir; ao mesmo tempo, os fluxos da rua determinam o ritmo mais lento ou acelerado para aqueles que nela transitam”.

Por outro lado, enfatizamos que, nos bairros, a rua assume características totalmente diferenciadas, proporcionando uma condição na qual o público e o privado fundem-se, o individual e o coletivo entrelaçam-se nos encontros e no lúdico, que se expressam por meio dos jogos e brincadeiras que crianças, adolescentes e jovens praticam na própria rua, por meio das conversas entre parentes e amigos. A rua é, assim, um lugar que se metamorfoseia mediado pelas práticas socioespaciais dadas pela relação entre os sujeitos, e desses, com o par espaço e tempo na cidade.

Considerando a análise efetuada até o momento, julgamos que foi de fundamental importância saber qual é a opinião do cidadão local em relação aos seus espaços públicos, entretanto, faz-se necessário irmos, além dessa informação mais geral. Portanto, passamos agora para uma análise da relação direta entre espaço público e cidadão enquanto usuário, ou não, dessas parcelas da cidade no sentido de satisfazer necessidades diárias, como trabalho, estudo, lazer, dentre outros, que marcam as práticas socioespaciais na cidade e, particularmente, no espaço público.

A princípio, buscamos saber se o cidadão guarapuavano costuma ou não freqüentar os espaços públicos da cidade, notadamente suas praças e parques. Por meio da análise das respostas, buscamos averiguar se a população guarapuavana faz uso do espaço público e quais aspectos melhor demonstram essa relação entre o indivíduo e o espaço público.

Considerando o conjunto dos respondentes das enquetes aplicadas, observamos que a maioria deles afirmou que costumam usufruir desses lugares para atividades diversas da própria vida urbana. Segundo o balanço das informações obtidas, essa resposta foi positiva em todas as faixas etárias e de renda, numa freqüência que variou entre 60 e 80%).

Além da questão se freqüenta, ou não, algum dos espaços públicos na cidade, acrescentamos os seguintes: “qual” e “por quê?” Com o desdobramento dessa questão, buscamos a princípio, compreender quais são os possíveis elementos e/ou atributos, que fazem com que os diversos segmentos sociais apropriem-se, ou não, desses espaços na cidade. Se a resposta fosse positiva, se desmembraria numa seqüência de questões sobre os usos dos espaços e, caso fosse negativa, o respondente era levado, diretamente a dar sua opinião geral sobre os mesmos.

Visando uma articulação entre a preferência dos respondentes por freqüentar determinados espaços públicos da cidade procuramos saber quais são mais utilizados e quais atributos levam a tais opções. Como salienta Castells (1999b), “nem todos os lugares apresentam interação social e riqueza espacial”, essa diferenciação pode ser identificada a partir das qualidades físicas do local, da sua simbologia, das formas de acessibilidade, enfim, algumas especificidades que dão estatuto aos diferentes locais da cidade.

Nessa perspectiva, observamos que ocorreu uma similaridade dos dados obtidos em relação aos espaços mais lembrados pelos entrevistados anteriormente. Foram exatamente a Praça Eurípio Rauen (Lagoa) e o Parque do Lago, os espaços ditos mais freqüentados, seguidos pela Praça Nove de Dezembro, Praça da Fé e o Parque das Crianças. Para além desses, os mais utilizados, surgiram na seqüência, a Praça da Ucrânia, o Parque das Araucárias e o Parque Luiz Ciscato (Jordão), respectivamente.

Dentre os principais atributos relacionados aos motivos de utilização dos espaços públicos pelos guarapuavanos e nos fundamentando nas modalidades de representação, aspectos e elementos dos locais, podemos relacionar os seguintes indicativos: a tranqüilidade do lugar, a proximidade entre a residência e o espaço público, enfatizando que esse é um aspecto importante, pelo fato de tratar diretamente da questão da acessibilidade, quanto mais próximo, maiores serão as possibilidades dos usos, por meio da caminhabilidade. Para além desses, outros aspectos que se destacaram, foram o encontro com amigos e o movimento de pessoas nesses locais. Além, das referências aos espaços públicos enquanto área livre, área verde (alusão à natureza, ar puro). Ou então, do espaço utilizado também para o trabalho e para a participação em eventos religiosos que esporadicamente neles ocorrem, como por exemplo, as celebrações da Semana Santa na Praça da

Fé. Enfim, alguns dos aspectos que melhor retratam as justificativas pela escolha e uso de determinados locais públicos da cidade.

Quando questionados sobre quais dias e horários costumam fazer uso dos espaços públicos, observamos uma correspondência entre os dias, períodos e os horários em que habitualmente freqüentam esses lugares. Observamos que a opção pelo domingo teve a preferência dos respondentes, sendo que a preferência pelos dias da semana, aparece já na seqüência, sendo mais significativa, inclusive, que os sábados e feriados.

No que diz respeito aos períodos do dia em que os respondentes freqüentam o espaço público, a ocorrência maior é, no período da tarde, e a permanência no local é, em sua grande maioria, de até uma hora. Confirmando, nesse caso, a preferência pelo “lazer rápido”, conciliado com as demais atividades do cotidiano na cidade contemporânea. De maneira geral, a freqüência está atrelada as seguintes justificativas, na ordem de destaque dada pelos respondentes: - o momento mais agradável do dia; - o único tempo disponível; - é o horário de maior movimento para “ver e ser visto”.

Além desses, os mais expressivos, outro aspecto chamou-nos atenção entre as respostas obtidas, que foi o da segurança, atrelada ao período do dia (final da tarde). Ressalta, nesse caso, a identificação recorrente dos espaços públicos como locais propensos ao perigo e a violência em determinados horários, principalmente, à noite.

A questão referente aos motivos que levam o cidadão guarapuavano aos espaços públicos é importante para analisarmos as formas de utilização dos mesmos. Assim, pelas respostas dadas à questão aberta, identificamos alguns dos principais elementos e/ou atributos dos espaços públicos que atraem a população a esses lugares, para a realização de atividades diferenciadas, como, algumas que já foram apontadas anteriormente.

Nessa perspectiva, de forma muito expressiva, evidenciamos em primeiro lugar, que o guarapuavano vai ao espaço público principalmente para realizar suas “caminhadas” cotidianas, denotando mais uma relação com o “lazer rápido”. No entanto, um dado que consideramos relevante para a análise é que na seqüência, o mais indicado foi que os espaços públicos da cidade constituem-se nos locais

destinados à sociabilidade entre os cidadãos, tendo em vista que grande parte diz ir ao espaço público para “conversar” e “encontrar amigos”.

Trata-se de opiniões relevantes, pelo fato de reforçarem a idéia do espaço público enquanto o “lugar da interação socioespacial”. Mesmo que essa interação com o outro esteja relacionada aos amigos, caracterizando a interação entre determinado grupo e, não entre os grupos. Há que se destacar esse aspecto pelo fato de que é muito freqüente nas pesquisas recentes, a afirmação de que a conversa e os encontros dos cidadãos ocorrem cada vez mais em locais que concorrem diretamente com o espaço público como os bares, lanchonetes, restaurantes, clubes, *shopping centres* e galerias.

No entanto, a diversificação nos usos dos espaços é reforçada quando percebemos que na seqüência, aparece a opção dos cidadãos que se dirigem ao espaço público para levar crianças, encontrar com parentes e amigos, o que indica a presença nesses locais das famílias guarapuavanas. Essa prática é representativa e foi evidenciada durante nossos trabalhos de observação direta, principalmente, em espaços públicos como: Parque do Lago, Parque das Crianças, Praça da Ucrânia e na Praça Nove de Dezembro.

Dentre os elementos mais representativos estão, também, aqueles ligados ao descanso, à contemplação e ao passeio. Esses elementos estão, geralmente, associados à idéia do espaço público, enquanto quebra da “monotonia urbana” e expressão de “tranqüilidade e gratuidade”, ou então, enquanto fragmentos que são como “recantos”, entremeio ao espaço quase que todo edificado que representa a cidade.

Por outro lado, observamos, ainda, a utilização dos espaços para a prática de atividades esportivas, de forma geral. Destacam-se, nesse caso, as caminhadas e corridas, o tradicional futebol com os amigos é uma atividade representativa em determinados locais, visto que grande parte das praças e parques da cidade possui uma quadra esportiva, embora, seja importante ressaltar também que, nem sempre, oferecem boas condições de uso.

Em menor proporção, mas não menos importante dentro do contexto dos usos diferenciados dos espaços públicos da cidade apareceram práticas como: - reuniões de famílias e grupos de amigos para tomar o tradicional chimarrão, retratando os aspectos da cultura local; - aqueles que enfatizam que esses locais

são propícios para momentos românticos e o namoro; e, - um número reduzido dos respondentes que disseram utilizar os espaços públicos para a prática de leitura.

Enfim, podemos observar por meio dessas práticas socioespaciais que os espaços públicos são os lugares das possibilidades na cidade. Que são os usos dessas parcelas do espaço urbano pelo cidadão que podem potencializá-los, enquanto locais de “interação socioespacial”.

Ao nosso modo de ver, a animação e a segurança dos espaços públicos na cidade dependem exatamente da presença dos cidadãos nesses lugares. Como ressaltam Borja y Muxí (2003, p. 109) “a melhor maneira de garantir a segurança do espaço público é a continuidade do seu uso social”. Nesse sentido, a vitalidade das nossas praças, parques e demais espaços públicos requer um ambiente favorável, à atração e às possibilidades de interação social, que é justamente definida pela intensidade da pracialidade e da caminhabilidade que vão determinar as formas de usos, de apropriação e de constituição de identidades.

Sobre esses aspectos que estaremos tratando, na seqüência, na abordagem sobre quais são as formas, funções e usos do espaço público, a partir da opinião geral do cidadão guarapuavano.

5.4. ESPAÇO PÚBLICO: ENTRE AS NECESSIDADES E OS DESEJOS

A terceira e última parte de nossa enquete é aquela por meio da qual procuramos saber diretamente qual é a opinião dos cidadãos guarapuavanos sobre seus espaços públicos. As respostas obtidas às três últimas questões trazem a visão geral dos respondentes, independentemente, se usuários, ou-não, desses espaços na cidade. Tendo em vista o interesse da pesquisa em contemplar também o sujeito (cidadão) e suas práticas socioespaciais cotidianas, não temos dúvida de que sua opinião assume um papel relevante em nossa análise. Trata-se do espaço público narrado pelas pessoas.

Para tanto, partimos da noção geral dos guarapuavanos sobre os lugares públicos da cidade, acrescido do que mais o agrada ou desagrada em relação aos mesmos, considerando os elementos de representação e produção socioespacial atinente aos locais. Nesse caso, fundamentando-nos em Lefebvre (1999), enfatizando os elementos do espaço público enquanto um espaço produzido, tanto no nível do lugar, da realidade concreta por meio dos trajetos e dos usos cotidianos; quanto no nível do outro lugar, ou o lugar do outro, considerando-se os aspectos subjetivos que esse último encerra. A distinção entre as necessidades e os desejos assume um caráter subjetivo, no mundo contemporâneo, o que torna a análise das respostas ainda mais difícil.

Como trata-se da opinião geral dos respondentes, nossa análise está pautada em elementos concretos, da vivência cotidiana dos sujeitos sociais, mas que, também, possuem uma carga simbólica. Como frisa Seabra (1996, p. 77), o cotidiano é ao mesmo tempo abstrato e concreto; institui-se e constitui-se a partir do vivido.

Nessa mesma linha, alerta-nos Serpa (2007), que a análise do espaço público, necessariamente, deve considerar sua produção simbólica. Da reprodução dos diferentes aspectos culturais, da intersubjetividade que relaciona os diferentes sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos.

Apesar das dificuldades impostas à análise, constatamos uma proporção significativa de informações, que nos permitiu elaborar uma síntese dos sentidos, das formas e funções dos espaços públicos, verificando os aspectos que levam, ou, por outro lado, afastam os guarapuavanos desses espaços na cidade.

Levando-se em consideração as dificuldades já destacadas, mas no sentido de facilitar a compreensão e a reflexão, subdividimos as considerações dos respondentes em dois grupos de ordem geral - aspectos positivos e aspectos negativos - tomados em relação aos espaços públicos, procurando, entretanto, fazer sempre um contraponto entre os mesmos, além da comparação com nossas atividades de campo, haja visto, que percorremos todos os espaços públicos pesquisados, no intuito de assegurar a coerência de nossa análise, a partir das argumentações aqui efetuadas e da realidade observada.

As opiniões, agrupadas como **favoráveis** aos espaços públicos, giraram em torno da existência e da importância dos mesmos na, e para, a cidade, considerando os aspectos que serão ressaltados a seguir.

A princípio, destacamos que a opinião geral retrata que um terço dos respondentes, em todas as faixas etárias, considerou os espaços públicos como “bons”, sem relativizar a resposta. Chamou-nos a atenção, na seqüência, o fato de que outra parte significativa dos respondentes fez referência a esses espaços, enquanto lugares “bem cuidados” e, principalmente, enquanto locais de “lazer, encontro e do movimento”, reiterando sempre a necessidade dos mesmos para a população citadina enquanto locais de convivência, da infra-estrutura e dos equipamentos para o lazer. Para a professora de 43 anos no Bairro Santa Cruz: “é o lugar de lazer e onde você pode brincar com seus filhos”. Na opinião do jovem de 18 anos, residente no Bairro Industrial: “deixam a cidade bonita e é mais um lugar de lazer”. Já, para a senhora de 40 anos, residente no centro: “esses ambientes são extremamente importantes e necessários para o lazer da população guarapuavana”. Ainda, na opinião da estudante de 18 anos, moradora no Bairro Boqueirão: “são lugares bem movimentados principalmente por pessoas que procuram um lugar mais tranquilo. É lugar para diversão para as crianças”.

Para outros, os espaços públicos são locais fundamentais para o “equilíbrio urbano”, do ponto de vista da “qualidade ambiental”. Como ressalta a senhora de 43 anos residente no Bairro Santana: “lugares limpos e bem arborizados”. Além, dos que mencionaram os elementos arquitetônicos enquanto referências desses locais para a cidade. Como ressalta a jovem de 29 anos moradora no Bairro Trianon: “os jardins e os recantos”. Ou então, na opinião do jovem de 25 anos, residente no Bairro Industrial: “elementos de cunho cultural e históricos, mesclados à modernidade do centro urbano”. Ainda, para a estudante de 28 anos moradora no

Bairro Boqueirão: “gosto de ficar olhando as flores, o lago e a lagoa, gosto da paisagem”.

Já, noutro sentido, referindo-nos ao grupo das opiniões **desfavoráveis**, observamos que giram em torno dos reclamos pelo descaso com os espaços públicos da cidade. Permeado, nesse sentido, ora pela negligência do poder público na implantação e manutenção dos espaços públicos; ora pela própria população que faz mau uso desses locais, do vandalismo, principalmente. Ressaltamos também, no que toca esse aspecto, que geralmente ocorre uma tendência dos respondentes a destacarem os fatores negativos dos locais. Evidenciando a idéia de Caldeira (2000, p. 326), para quem “os espaços públicos urbanos constituem-se em locais da coincidência entre a democratização e a deteriorização”.

No entanto, entre os fatores que se mostram negativamente observamos que grande parte dos respondentes enfatizou que os espaços públicos são e/ou estão mal cuidados. Ao nosso modo de ver, a predominância dessa resposta, expressa dois aspectos que precisamos esclarecer: o do “abandono” por parte do poder público, atrelado ao mau uso por parte da própria população; e, a polêmica questão da insegurança que assombra o uso do espaço público na cidade contemporânea.

No primeiro aspecto, evidenciamos referências ao descaso em relação aos espaços públicos na cidade, sendo que ora a responsabilidade recai sobre o poder público que não dá merecida atenção aos locais e sua infra-estrutura, ou seja, a “culpa é do prefeito”, ora, essa responsabilidade é atribuída aos próprios cidadãos, que não fazem bom uso dos equipamentos disponíveis.

A matéria realizada pelo Diário de Guarapuava (2004)⁵⁵ mostra-nos, também, que, principalmente os espaços públicos são alvos de atos de vandalismo na cidade. Na Praça Cleve, os 52 conjuntos de luminárias foram recuperados. Em algumas praças, além das luminárias, cabos subterrâneos foram arrancados, como recentemente foi registrado no Parque do Lago e no Parque das Crianças (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2004).

No sentido de melhor ilustrar essa situação na cidade, apresentamos a seguir (Quadro 6), um resultado síntese dos atos de vandalismo registrados em doze meses, no ano de 2004, além dos custos que representaram para o poder

⁵⁵ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Cidade. Patrimônio Público: Surg conclui reparos na iluminação em praças do município. Ano 5, n. 1409, 24 e 25 de julho de 2004. p. 6.

público municipal e para o cidadão guarapuavano, quem acaba realmente pagando por meio dos impostos e outros tributos. Sem dúvida, o prejuízo maior é da própria população, que fica sem poder utilizar determinados equipamentos nas praças ou parques, ou impedido de freqüentar determinados espaços públicos à noite pela falta de iluminação, para ficar nesses exemplos.

Equipamento e locais	Valor em R\$
1. Iluminação em vias públicas	
Lâmpadas e luminárias quebradas: 4.500	290.520,00
2. Manutenção de iluminação	
Parque do Lago	13.000,00
Praças do Trianon	6.000,00
Praça Cleve e Eurípio Rauen (Lagoa)	4.700,00
Praça Padre Paulo Tschorn (Santa Terezinha)	700,00
Praça Juscelino Kubitscheck de Oliveira	1.700,00
Trevo de acesso a cidade	4.800,00
Parque das Crianças	5.200,00
Total	36.100,00
3. Depredação	
Lixeiras: 208	12.330,24
4. Vandalismo	
Sanitários públicos	17.388,80
Arborização e paisagismo	16.000,00
Pontos de ônibus: 8	6.440,00
Placas e postes: 720	129.600,00
Total geral	509.299,04

Quadro 6 - GUARAPUAVA: VANDALISMO EM 12 MESES (2004)

Fontes: Companhia de Serviços e Urbanização de Guarapuava e Jornal Diário de Guarapuava (2004)
Org.: Autor (2007).

O vandalismo e a depredação acabam por inibir o uso da infra-estrutura e, por conseguinte, a própria utilização do espaço público de forma geral. Contudo, no que diz respeito à atribuição dos problemas ao poder público, evidenciamos referências como a do Senhor de 45 anos residente no Bairro Morro Alto: “o prefeito deve arrumar as praças e as ruas”; ou então, a opinião do estudante de 17 anos residente no Bairro Trianon que afirma, e depois reivindica: “não tão muito bão. Queria pedir para o Fernando Ribas Carli (prefeito) que faça coisas que preste, já que o seu filho ganhou como deputado, ele que ajeite direito as ruas”.

Já, no que tange à responsabilização dos próprios usuários, ressaltamos a opinião do estudante de 17 anos residente no Bairro Conradinho: “não estão sendo bem cuidados, principalmente os dos bairros, falta segurança e estão sendo dominados por marginais para o uso de drogas”.

A correlação entre as informações atinentes à renda e à opinião geral dos respondentes, mostram-nos que, para aqueles que possuem uma renda de até cinco salários mínimos, os reclamos são em torno, principalmente da falta de “atrativos”, seguidos por aspectos como, “má conservação”, falta de sanitários e da água nos espaços públicos. Além desses, mais representativos, estão também aqueles relacionados ao abandono nos bairros e à insegurança.

Já para os respondentes com renda a partir de dez salários, por exemplo, a insatisfação está atrelada a dois aspectos principais, a falta de atrativos e o mau uso. Acompanhados, na seqüência, em mesma proporção, pela falta de infraestrutura, pela insegurança e pela associação do espaço público a locais perigosos.

Enfim, são constatações que se impõem. No entanto, queremos destacar que dentre essas, uma se sobressai, aquela de que o poder público é o único responsável pelos problemas com o espaço público, eximindo-nos da responsabilidade sobre sua manutenção, retratando, de certa forma, a idéia de Da Matta (1991), de que aquilo que acontece fora de nossas casas é um problema do governo. Trata-se da idéia do espaço público enquanto “terra de ninguém”.

O segundo aspecto recorrente e que se fez notar, de forma significativa, foi o da insegurança, que é sempre polêmico, pois o espaço público é percebido como o espaço do medo e não como o espaço do uso. Vários dos respondentes atribuem a não freqüência deles e de outras pessoas, aos espaços públicos, como decorrência da falta de segurança, da falta de policiamento e do perigo iminente que a permanência nesses locais pode acarretar. Esse fato evidencia um paradoxo, pois é justamente o uso diferenciado dos espaços públicos que vai garantir, de certa forma, a segurança dos mesmos, ou para usar as palavras de Caldeira (2000), a segurança é mantida pelo engajamento e não pelo isolamento.

No entanto, são constantes, nas respostas, declarações como: “geralmente nesses lugares encontram-se os vândalos”; “os locais estão ocupados por drogados e prostitutas”; “não estão sendo bem cuidados, principalmente os dos bairros”, “falta atrativos”; “estão sendo dominados por marginais para o uso de drogas” e “os desempregados, os drogados, os bêbados, as crianças pobres e os miseráveis”.

Essas visões são importantes, em nossa reflexão, em razão de ao menos dois motivos principais: a) o espaço público é visto, por parte da população, como local propenso ao perigo; b) em função do primeiro ponto, como uma relação de

causa e efeito, o perigo e a violência resultariam da falta de frequência que caracteriza esse espaço. Nesse sentido, observamos que não somente o espaço público, mas a cidade como um todo, passa a ser vista como perigosa.

Por outro lado, temos que considerar também, que essa questão está atrelada a uma idéia reducionista do que seja o espaço público, em nosso país, enfatizada por Gomes (2002), para quem:

[...] Hoje, no Brasil, a idéia de coisa pública se confunde, em grande medida, com algo de baixa qualidade ou de uso exclusivo de camadas populares, como no caso de hospitais, escolas, parques, centros de lazer etc. De certa forma, a mesma desvalorização ocorre com o espaço público, uma vez que o acesso é livre, e a frequência majoritária é composta, em geral, de elementos oriundos de classes populares (GOMES, 2002, p. 185).

Associada a essa idéia, destacamos ainda que, na opinião de parte dos respondentes, há recorrente menção aos “maloqueiros, desocupados, suspeitos”, supostos atores sociais que utilizam esses locais para consumir bebida alcoólica e drogas, prostituir-se, pedir esmolas e praticar furtos e, sobretudo, associa-se esses espaços “àquele que não quer trabalhar”, “ao vagabundo”. Ao analisar esses atores sociais freqüentadores dos espaços públicos na metrópole paulistana, Frúgoli Júnior (1995, p. 48) trata-os como “atores sociais sem rosto definido, que estão em toda parte, escondem-se na paisagem urbana, adquirem vários gestos, rostos feições e, portanto, estão em lugar nenhum”.

Essa visão, geralmente estereotipada desses sujeitos está, muitas vezes, associada ao fato de que as pessoas não utilizam os espaços públicos em função do uso freqüente, principalmente das praças centrais por esses tipos sociais. Não estamos querendo afirmar que este não seja um fator limitante para o uso dos locais por um maior número de pessoas, no entanto, não podemos tomar apenas um dos elementos geradores de conflitos de usos, como regra geral para a não utilização dos lugares públicos pelo conjunto da sociedade. E, por outro lado, compartilhamos com Caiafa (2007), quando afirma, que são os desconhecidos em torno de nós que qualificam o espaço público e facilitam o nosso acesso, ao circularem conosco pela cidade.

Outro ponto, destacado, pelos respondentes é relacionado à falta de infraestrutura nas praças, parques e vias públicas, notadamente aos problemas de acesso pelas calçadas, como evidenciamos na opinião da senhora de 50 anos,

doméstica, residente no Bairro São Cristóvão: “em alguns parques, [tem] brinquedos quebrados e calçadas que nem dá para anda”. Outros reclamos, também dentre os mais freqüentes, são em relação à falta de sanitários, de água potável e de telefones públicos. Na opinião da senhora de 29 anos, residente no Bairro Santana: “precisa melhorar o espaço público e falta banheiro”. Mesmo nas praças melhor dotadas de infra-estrutura, na área central da cidade, faltam sanitários públicos.

Esses fatores, a nosso ver, são determinantes, do ponto de vista do uso dos espaços públicos principalmente no que diz respeito ao tempo de permanência das pessoas nos mesmos. Aliado à carência de infra-estrutura está, também, na opinião dos cidadãos, a falta de atrativos, como o desenvolvimento de projetos de cunho cultural que possam abrir novas perspectivas de usos. A tabulação das informações obtidas pela enquete nos apontam que esses reclamos são maiores entre os mais jovens. Como na opinião do jovem de 17 anos, morador no Bairro Primavera que, caracterizando os espaços públicos afirmou que: “estão abandonados, são muito parados, não tem graça nenhuma”.

Ressaltamos um aspecto já destacado por nós em outro texto, Loboda (2003), que é a falta, nos espaços públicos, de infra-estrutura para uso de pessoas da terceira idade. Mesmo sem fazer referência ao o que deveria ser implantado, a senhora de 63 anos residente no Bairro São Cristóvão respondeu: “deveria oferecer alguma coisa mais interessante”. A partir do cruzamento das informações verificamos que, para o grupo acima dos 60 anos, faltam atrativos, nos espaços públicos que, são muito distantes. Confirma essa opinião, o fato de que somente a Praça Eurípio Rauen, dispõe de duas mesas quadriculadas para a prática do jogo de dama ou xadrez.

Entretanto, sem dúvidas, principalmente a juventude, clama por novos atrativos nos espaços públicos e indica que esse é um dos problemas desses locais. Geralmente os espaços públicos localizados nos bairros, quando lá existem, estão restritos a um campinho de futebol, que acaba sendo, na maioria das vezes, a única opção de lazer e, notadamente, restrita ao sexo masculino. Essa constatação ficou evidenciada também, por exemplo, na resposta da senhora de 41 anos residente no Bairro Industrial: “a falta de esportes como o judô, todos adoravam, não têm praças, gostaria que voltasse a aula de judô”. (...) “faltam atividades culturais”. Ou então, na resposta da estudante de 17 anos residente no mesmo Bairro: “na minha opinião

falta entretenimento, melhor conservação no espaço e ficam longe de nossas casas”.

Ainda em relação à opinião geral dos cidadãos sobre os espaços públicos observamos que, para parte deles, esses espaços não existem no entorno de suas moradias. Essa constatação está atrelada à centralidade urbana exercida pelo centro principal e pelas áreas pericentrais, onde se concentram os dos principais espaços públicos da cidade. Já, no caso dos bairros periféricos, os espaços públicos, geralmente, encontram-se em más condições de uso, quando não em situação de abandono. Podemos associar, aqui, novamente uma relação de causa e efeito, a falta de implantação e manutenção desses locais públicos de sua infraestrutura abre precedentes para o não-uso, ou então, para a utilização dos mesmos para outros fins, que não o encontro e o lazer da população.

Como salienta Caiafa (2007, p. 25), “a violência é muito mais provável nas regiões despovoadas onde as pessoas referem permanecer entre os conhecidos em ambientes familiares, onde o espaço público está abandonado”. Essa afirmação é coerente do ponto de vista que o espaço público não utilizado pela população para os fins a que se destina, acaba abrindo precedentes para que seja utilizado para outros fins, como: consumo de bebidas alcoólicas, drogas, a pichação, enfim a depredação do espaço público.

Segundo matéria publicada pelo Diário de Guarapuava (2000)⁵⁶, verificamos a ocorrência de tais fatos nos espaços públicos da cidade, como no caso da Praça Padre Paulo Tschorn (Santa Terezinha, nº. 9 da figura 2), em que os vigias do Ginásio de Esportes, nela localizado, não queriam mais atuar no local em função das ameaças sofridas por indivíduos que invadem o local para dormir ou então praticar atos de vandalismo.

Alguns deles entram no ginásio, usam os banheiros que deixam sujos e sempre acabam estragando alguma coisa. Ameaçados até de morte, os vigias ficaram calados por muito tempo e alguns pediram para ser remanejados para outros locais. A praça é o *point* desses elementos. Pessoas comentam que há consumo de drogas e álcool (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2000, p. 12).

Voltamos a insistir, a apropriação socioespacial é algo que está associada a determinados atributos do espaço, pois são determinadas qualidades dos lugares

⁵⁶ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Desocupados causam medo no Santa Teresinha. Ano 2, n. 303. 15 de fevereiro de 2000. p. 12.

que vão permitir sua utilização. Entretanto, além da baixa qualidade, são evidentes os reclamos pela falta dos espaços públicos nos bairros, principalmente naqueles mais longínquos. Nesse caso, o acesso ao espaço público torna-se duplamente prejudicado, seja pela inexistência dos mesmos, ou então pela dificuldade em transpor as distâncias para ter acesso aos espaços que se concentram no centro, ou próximo dele.

Algumas das respostas em relação a essa questão expressam a idéia dos moradores dos bairros mais periféricos que se sentem alijados dos direito de usufruir de um espaço de convivência perto de seus locais de moradia. Alguns exemplos que ilustram essa constatação foram dados pelas opiniões dos moradores do Bairro Industrial. No primeiro caso, uma senhora de 30 anos moradora do bairro escreveu o seguinte ao fazer referência à falta de espaços públicos no bairro: “é bom que a sociedade tenha espaços tranqüilos, um ambiente bom para sair com a família e amigos, mas creio que nem todos são privilegiados, ruas esburacadas, praças mais próximas a 15 min”. (...) as praças são muito longe, não é todos os bairros que têm espaços públicos, isso deveria mudar... Na segunda opinião, o estudante de 17 anos do mesmo bairro escreveu que: “na cidade, existe algumas partes como o lago [parque do lago] lá é muito bom de ir, mas tem praças muito mal cuidadas, bem no bairro onde eu moro não tem nenhuma praça ou parque, tem no centro da cidade e fica longe da minha casa”.

E, por fim, duas questões concluem a análise desse referencial empírico, a partir da idéia do que mais agrada e o que mais desagrada o cidadão em relação aos espaços públicos da cidade. No que se refere ao que mais chama atenção nesses locais, os respondentes concentraram suas opiniões sobre os aspectos e elementos considerados para a reprodução e representação dos espaços como: a vegetação e a tranqüilidade dos locais associadas ao encontro com amigos, sendo seguidos pelo movimento das pessoas, beleza dos lugares (incluindo nesse fator os aspectos paisagísticos e relacionados à avifauna), o espaço livre e/ou a área verde de lazer, os equipamentos, notadamente os brinquedos infantis. E, por fim, há aqueles que destacaram o espaço público enquanto o lugar do lúdico e da festa, lembrando dos mágicos e ilusionistas que atuam principalmente nas praças centrais, como a Praça Cleve e Nove de Dezembro, além do Calçadão da Rua XV de Novembro.

Ademais, o Calçadão da Rua XV foi lembrado enquanto o espaço destinado ao consumo, enfatizado pelos respondentes principalmente por suas imponentes vitrines, lojas, bares e lanchonetes, ou então, considerando a opinião da Senhora de 38 anos residente no Bairro São Cristóvão, que “as praças e parques deveriam ter praças de alimentação também”. Além dos que afirmaram que nada os agrada nesses espaços. Por fim, gostaríamos de compartilhar de algo que nos chamou mais atenção, foi a opinião do jovem estudante de classe média com 17 anos, residente no Bairro Alto da XV, que clama: “quero *shopping center*”. Talvez, possamos, de maneira hipotética, associar tais opiniões, haja visto, que a idéia das praças de alimentação no espaço público, pode ser uma forma de levar a “praça de alimentação”, comum hoje nos *shopping centers*, para a praça pública...? Pensemos nisso...!

Já, no que tange ao que mais desagrada o cidadão guarapuavano em relação aos seus espaços públicos, além de alguns já mencionados acima destacamos os seguintes: - o vandalismo e a presença de lixo nos locais atrelados à má conservação; - o repúdio aos locais em função da presença do “outro”. Como evidenciamos na resposta da estudante de 18 anos, residente na Vila Bela: “os desempregados, os drogados, os bêbados, as crianças pobres e miseráveis, etc”.

Como visto, aqui, mais do que na questão anterior, surgiram menções do tipo: “desocupados, suspeitos, maloqueiros”, ou então, “drogados, bêbados e mendigos”, além de “crianças pedintes”, “prostitutas”, “violência e assaltos” e “repressão policial”, dentre outras. A resposta do estudante de classe média de 17 anos, residente no centro reflete, de certa forma essa visão, repudiando a presença nos espaços públicos desses tipos sociais e ações como: “prostitutas, pretos, gangues, pichações e drogas”. A presença de determinados tipos sociais e suas respectivas práticas, são associadas por parte da população à deterioração dos espaços públicos da cidade, devendo ser evitados. Idéias dessa magnitude são criadas a partir do estereótipo dos tipos sociais que aí freqüentam e das atividades que desenvolvem, desconsiderando, nesse caso, o processo de produção recente do urbano gerador desse quadro social e, que se faz visível no espaço público, por meio das relações e práticas sociais que aí se estabelecem. Na verdade, tratam-se de traços da diversidade dos usos do espaço público pelos diversos tipos sociais, que ainda não é “percebida” pelo conjunto da Sociedade, que passa a associar o

espaço público a locais propensos ao perigo, violência e a má reputação. Como enfatiza Serpa (2007, p.104):

O perigo não é tangível, embora a insegurança seja “real”. (...) Uma primeira constatação se impõe: a insegurança, a incivildade, o perigo não são verificados *in loco*. É a ausência de usuários e de passantes o melhor indicador de lugares “inseguros” (SERPA, 2007, p. 104).

Deparamo-nos aqui com uma questão complexa e que merece ser aprofundada. No entanto, partimos do pressuposto que o espaço público é justamente um espaço que traduz as diferenças socioespaciais e também sua diversidade. Como lembram Borja y Muxí (2003), o espaço público não cria essas diferenças, no entanto, é nesses espaços que elas se expressam com maior intensidade. Ou ainda, como salienta Serpa (2007), longe de neutralizar as dissonâncias urbanas, o espaço público é o espelho que as reflete.

Trata-se, na verdade, da expressão da diversidade e esse “diverso”, segundo Frúgoli Júnior (1995, p. 35), gera a contradição e o conflito. Para o autor, a “diversidade” é vista de forma crescentemente negativa, principalmente pelas classes sociais de maior poder aquisitivo, que abandonaram o espaço público em detrimento do espaço privado, como os clubes sociais privados, academias, dentre outras opções de lazer que vão para além da cidade e associam, de certa forma, o espaço público à idéia de espaços violentos e perigosos. Nessa mesma linha, observamos em Borja y Muxí (2003, p. 91) que:

Frente aun cierto desentendimiento e incapacidad por parte de algunas ciudades para resolver sus problemas sócio-económicos y del bombardeo midiático sobre los peligros que suponen los espacios públicos, que se hallan ocupados por los “otros” que allí vivem, venden ou deambulan, la solución más rápida es decidir que es necesario praticar um certo “higienismo social” para sanear la ciudad. Se ha considerado previamente a la ciudad como uma realidade patológica, y hasta “satanizada” (BORJA Y MUXÍ, 2003, p. 91).

Ainda, a corroborar essa idéia, enfatiza Queiroga (2003), ao tratar das elites urbanas, principalmente nas grandes cidades, que evitam cada vez mais os espaços públicos, ou seja, esses espaços deixam de lhes ser úteis. Segundo o autor, esse fato é simplesmente lamentável e tem sido precocemente interpretado como o fim do espaço público, sem considerar a verdadeira extensão do processo.

Essa análise é feita também por Bauman (2001, p. 80), enfatizando que as pessoas da camada “superior” não pertencem ao lugar que habitam, pois suas preocupações estão, ou melhor, flutuam e navegam a deriva, em outros lugares. Para este autor, “em conjunto, as atuais elites urbanas são despreocupadas em relação aos assuntos de sua cidade, que vem a ser apenas uma localidade entre outras”. No entanto, são os locais em que moram essas pessoas na cidade, que geralmente são mais bem servidas de infra-estrutura e equipamentos públicos, ou seja, a cidade acolhe melhor, justamente camadas da sociedade que, na maioria das vezes, despreza várias porções da cidade, dentre elas, o espaço público e os sujeitos que deles usufruem. Essa visão intolerante por parte dos cidadãos implica, segundo Frúgoli Júnior (1995, p. 32) numa visão dos espaços públicos como “invariavelmente locais do perigo à espreita, da prostituição, do tráfico, do consumo de bebida alcoólica, pedintes, devendo ser evitados”.

No entanto, considerando essa perspectiva geradora de conflitos nos usos e principalmente na noção de um espaço público na cidade atual, compartilhamos com o argumento de Jovchelovitch (2000), de que a idéia de violência que permeia a vida pública ainda não é suficiente para erradicar os elementos que ligam a experiência concreta do dia-a-dia a projetos de esperança e convivialidade. Nesse caso, entendemos que mais importante do que a polícia para manter a “ordem” e os espaços públicos seguros, é a sua ocupação, bem como o trânsito livre das pessoas, que vão “garantir”, de certa forma, sua segurança por meio dos usos diferenciados, pelas situações de pracialidade e de caminhabilidade.

Enfim, para concluir esse capítulo, queremos ressaltar que a partir da noção geral de espaço público para cidadãos guarapuavanos respondentes da enquete, pudemos perceber a complexidade e a multifuncionalidade que são características dessas parcelas do espaço urbano por meio das práticas socioespaciais que nelas se estabelecem. Contudo, entre o espaço público concreto e aquele imaginado, entre o espaço da necessidade e o do desejo, da diferença e da diversidade, são as práticas socioespaciais, ensejadas por essas opiniões, na afirmação dos usos cotidianos, que o espaço público angaria sentido, instituindo-se e constituindo-se enquanto lugar na cidade. Caracterizando, dessa forma, a cidade enquanto um grande espaço público. Um espaço de múltiplos lugares e representações, permeado pela diferença e pelos conflitos.

Nessa perspectiva, estaremos abordando o espaço público no próximo capítulo, a partir da relação centro-periferia. Como espaços integrantes da dinâmica urbana, principalmente, do ponto de vista do processo humanizador da cidade, enfatizaremos como esses espaços se apresentam no cotidiano do cidadão que habita a periferia. Portanto, considerando as informações levantadas e analisadas com a enquete de opinião, atreladas à análise da centralidade e da acessibilidade já esboçada no capítulo anterior, passaremos para fazer uma espécie de contraponto, à análise do espaço público na periferia pobre da cidade, na relação entre o sagrado e o profano no espaço público e, por fim, no retorno ao centro da cidade e à multifuncionalidade do espaço público.

CAPÍTULO VI - ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE E ESPAÇO PÚBLICO

A cidade é feita de várias cidades, de diversos lugares que vão se inserindo nos interstícios do urbano, onde a vida, repleta de relações, se desenvolve.
Cássio Eduardo Viana Hissa (2006, p. 86).

Nesse capítulo conclusivo de nossa tese, propomos uma análise do processo imanente à estruturação da cidade percorrendo um caminho inverso e/ou, ao menos, nada convencional. O caminho a que nós fazemos referência diz respeito ao fato de buscarmos refletir acerca da estruturação da cidade, a partir de alguns aspectos característicos das áreas periféricas da cidade, dos bairros e conjuntos habitacionais periféricos, seus espaços públicos e as práticas socioespaciais que neles se estabelecem, enquanto diferentes modos de viver na cidade, analisados aqui por meio da relação centro-periferia.

No entanto, ressaltamos a princípio, que não se trata mais de uma estrutura centro-periferia puramente simples, ou seja, aquela que caracterizou a cidade latino-americana, na segunda metade do século XX, segundo a qual há um centro comercial e de serviços, há os bairros de classe alta e média logo em torno desse centro e a periferia pobre ou marcada pela autoconstrução, pelo processo de edificação inacabada, pela incompletude dos meios de consumo coletivo. Não se trata mais dessa estrutura, porque, Guarapuava, apesar da sua característica monocêntrica, existe bairros de classe média e média para alta, que estão localizados na área periférica da cidade. Então, em nossa tese a palavra e/ou a referência à relação centro-periferia não vem como designativa de uma organização por círculos concêntricos como a proposta por Burgess de 1923, por exemplo, mas sim, para designar uma estruturação da cidade que está articulada ao centro principal.

A cidade percebida, a partir da relação centro-periferia, ajuda-nos a compreendê-la não tão somente enquanto um espaço hierarquizado que se mostra ordenado a partir de um centro econômico e político que determina o processo de estruturação da cidade, por meio de políticas públicas, as quais, na maioria das vezes, não passam de medidas compensatórias, regulatórias e paliativas, desconsiderando as verdadeiras dimensões das diferentes periferias da cidade. Nesse sentido, apoiamo-nos na idéia de Kowarick (2000), mesmo que o autor faça referência à periferia metropolitana, parece-nos conveniente, pelo fato de que utiliza

o termo no plural, “periferias”, denotando que, na verdade, há milhares de vilas e jardins e também em função de que são muito desiguais.

[...] Algumas mais consolidadas do ponto de vista urbanístico; outras verdadeiros acampamentos destituídos de benfeitorias básicas. Mas, no geral, com graves problemas de saneamento, transporte, serviços médicos e escolares, em zonas onde predominam casas autoconstruídas, favelas ou o aluguel de um cubículo situado no fundo de um terreno em que se divide as instalações sanitárias com outros moradores: é o cortiço da periferia (KOWARICK, 2000, p. 43).

Considerando também a análise de Caldeira (2000), verificamos que as cidades modernas foram sempre marcadas por tais desigualdades, que são sociais e também espaciais. Assim, a cidade é vista como produto em que seus espaços são apropriados de maneiras diferenciadas por diversos grupos, dependendo de sua posição social de poder. Nesse sentido, queremos ressaltar a perspectiva de Lefebvre (2001), por meio da qual evidenciamos que a cidade é um espaço complexo, constituído por determinadas dimensões:

[...] A cidade tem uma dimensão **simbólica**; os monumentos, como também os vazios, praças e avenidas, simbolizam os cosmos, o mundo, a sociedade ou simplesmente o Estado. Ela tem uma dimensão **paradigmática**; implica em e mostra oposições, a parte interna e a parte externa, o centro e a periferia, o integrado a sociedade urbana e o não integrado. Finalmente, ela possui a dimensão também **sintagmática**: ligação dos elementos, articulação das isotopias e heterotopias (LEFEBVRE, 2001, p. 65, grifos do autor).

A consideração de tais dimensões torna-se imprescindível, num momento em que observamos em curso, a busca e/ou tendência da produção da cidade, enquanto um espaço homogêneo. Mas que, na verdade, trata-se de um espaço de representação, um espaço em que as pessoas estão cada vez mais sozinhas, afastando-se umas das outras, ou seja, um individualismo exacerbado, marcado pela negação do outro, da alteridade. Trata-se de um processo de diferenciação socioespacial que contribui para o empobrecimento da vida na cidade, do ponto de vista do direito a ela.

Entretanto, são essas mesmas dimensões da cidade que nos permitem enfatizar que todo cidadão deve ter o “direito ao entorno”, direito à casa e ao espaço público, direito à cidade, ao seu centro e, o mais importante, à vivência da centralidade, tanto do ponto de vista da acessibilidade, quanto dos símbolos que ela representa, pois o fato de conhecer a cidade pode contribuir no sentido da formação

de uma noção de pertencimento a ela. No entanto, essa perspectiva só pode angariar sentido concreto e se materializar no espaço urbano, se as condições de mobilidade e acessibilidade socioespaciais forem minimamente garantidas, mesmo que as referências básicas sejam o entorno mais próximo, como o bairro, a rua.

Não é nossa intenção aqui criar uma “teoria da borda” para a análise da estruturação da cidade, no entanto, trabalharemos na perspectiva de uma relação dialética, estabelecida entre centro e periferia, ou seja, só é possível falar da cidade a partir de sua periferia (borda) quando conhecemos, de forma considerável o seu centro (exercício esboçado, por nós, na terceira parte da tese) e o grau de centralidade que essa forma de estruturação do tipo monocêntrica representa, levando em consideração que os bairros se encontram articulados ao centro da cidade, o intermédio entre ambos, depende exclusivamente do centro. Trata-se de um fato que evidenciamos ao longo da tese por meio da distribuição e acesso aos equipamentos coletivos, comércio e de serviços, transporte coletivo, espaço público, dentre outros.

É certo que a cidade é o lócus da diferenciação socioespacial. Os lugares da diferença sempre existiram na cidade e, nesse sentido, ou como consequência, as pessoas distribuem-se no espaço urbano a partir da distribuição desigual da terra. Contudo, o que propomos aqui é tratar de parte dessas desigualdades socioespaciais, mas principalmente, dar a devida atenção às diferenças e à diversidade, que se fazem notar nos usos da cidade ou em parte dela. Será dada atenção às relações dialéticas que se estabelecem na interlocução ou na interação entre o centro e a periferia, entre a casa e a rua, ou, ao que nos propomos desde o início da tese, entre o espaço público e a cidade.

Para tanto, subdividimos essa parte conclusiva de nossa tese em três partes: 1) a princípio, abordamos o espaço público nas áreas periféricas da cidade, tomando os bairros na periferia como referência, considerando, nesse caso, que o fato de estar junto é uma prática social expressiva e construtora de qualidades do cotidiano; b) em seguida, tratamos da relação entre o espaço público e os aspectos culturais, notadamente aqueles voltados para determinados hábitos e costumes da população, com destaque para a religiosidade, por meio da relação entre o sagrado e profano, nos espaços públicos guarapuavanos; e, c) por fim, tratamos do espaço público associado à centralidade urbana, enfatizando a capacidade de na cidade, produzir-se um espaço mais democrático, no qual as diferenças permanecem,

embora não percebidas pelo conjunto da sociedade. E, é aí, que residem também as possibilidades de, por meio das práticas socioespaciais, construirmos uma cidade pautada num espaço público moderno e democrático⁵⁷, um espaço que é produto das diferentes relações e sujeitos sociais, por conseguinte, dos diferentes usos e formas de apropriação.

Essa postura não se coloca aqui de forma isolada, visto que desde o início de nossa tese, posicionamo-nos no sentido de estudar a cidade a partir de uma “via marginal”, determinada pelo estudo das práticas socioespaciais, do dia-a-dia do cidadão, a partir das quais podemos desvendar parte da vida na cidade. Entendemos que a explicação geográfica da cidade não pode se efetivar completamente sem passar pelas mediações das práticas socioespaciais mais simples. A descrição, ou mais que isso, a representação, a experiência cotidiana das pessoas na cidade, situações aonde participamos ora como sujeito pesquisador, ora como sujeito habitante da cidade e participante de sua dinâmica, passamos a conhecer, em algum grau, seu processo de produção, estruturação e reestruturação, apontado questões, elencando seus problemas, suas possibilidades, enfim, pensando a cidade em sua complexidade.

⁵⁷ Essa idéia deriva diretamente da proposta de Caldeira (2000), ao tratar dos ideais políticos e democráticos expressos nos espaços públicos das cidades modernas por meio de elementos como: abertura, indeterminação, fluidez e coexistência de diferenças não assimiladas. Para essa autora, “no espaço da cidade moderna, diferentes cidadãos negociam os termos de suas interações e de fato interagem socialmente a despeito de suas diferenças e desigualdades. Esse ideal da cidade aberta e tolerante às diferenças sociais e as negociação em encontros anônimos cristaliza o que chamo de espaço público moderno e democrático” (CALDEIRA, 2000, p. 307).

6.1. A CIDADE INCOMPLETA: ESPAÇO PÚBLICO E PERIFERIA



RUA MIGUEL LOSSO (BAIRRO INDUSTRIAL)

Fonte: Foto do autor (2008)

*“Mais asfalto para ir e vim do trabalho, sem as calçadas”
(Senhora de 45 anos, Bairro industrial).*

*“Gosto da rua pra jogar com os amigos”
(Estudante de 15 anos, Bairro industrial).*

*“Tinha que ter calçamento por que quando chove não podemos ir a escola”
(Estudante de 16 anos, Bairro Aldeia).*

*“No bairro industrial não tem, mas os da cidade eu até gosto”
(Estudante de 17 anos, Bairro industrial).*

*“Nenhum(a) porque não tem aqui perto”
(Estudante de 18 anos, Residencial 2000 - Bairro Imóvel Morro Alto).*

Queremos iniciar esse item considerando a opinião dos moradores que residem nas áreas periféricas⁵⁸ da cidade, com ênfase para aquelas ocupadas por pessoas de menor poder aquisitivo. Chamou-nos atenção parte das respostas dos mesmos quando indagados sobre sua opinião relativa os espaços públicos na cidade, durante a aplicação de nossa enquete de opinião nos referidos bairros.

Essas opiniões, mesmo que assumam aqui a postura, ou a fala do pesquisador, com base no discurso do outro (sujeito pesquisado), que toma como base o que foi dito e/ou escrito pelos respondentes, não se tratam de idéias isoladas, considerando o conjunto das respostas das pessoas moradoras principalmente nos bairros Industrial e Conjunto Residencial 2000 (Bairro Imóvel Morro Alto), e Boqueirão, ambos localizados na área periférica da cidade, como esclarecemos anteriormente, em item específico, relativo à análise da enquete de opinião sobre os espaços públicos de Guarapuava.

Entretanto, tais opiniões evidenciam, de certa forma, uma idéia de isolamento por parte das pessoas que residem nesses locais, ou seja, deixam transparecer que determinadas áreas (bairros) parecem não fazer parte da cidade, configurando uma situação de não pertencimento à cidade, de estar à margem de certas benesses que só existem no “centro” ou na “cidade”, ou ainda, para utilizar uma expressão de Santos (1997, p. 91), em situações em que muitas vezes “a distância geográfica é duplicada pela distância política”. Nesse sentido, longe de ser uma “força de expressão” é, na verdade, uma evidência da cidade enquanto um espaço produzido de forma diferenciada, marcado pela contradição e pelo conflito.

A partir dessa constatação, parece-nos pertinente encaminhar nossa abordagem pautado num questionamento que traduz em partes o que queremos tratar aqui, que é o seguinte: como abordar, o que dizer e como tratar da

⁵⁸ Ao mencionarmos o termo “periferia”, atrelado à relação centro-periferia, estamos fazendo referência aos bairros e conjuntos habitacionais destinados à população de menor poder aquisitivo e, por isso mesmo, encontram-se distantes da área mais central da cidade e, geralmente em descontinuidades da malha urbana. Na maioria das vezes, são resultantes de uma expansão urbana que ocorre de forma desassistida e desprovida de infra-estruturas como ruas asfaltadas, sistema de esgoto, calçadas, sem falar na implantação de uma praça pública, por exemplo. Essa caracterização é importante, também, pelo fato de que o termo periferia não quer dizer que esteja sempre associado com áreas destinadas às camadas mais pobres da cidade. Um dos exemplos mais claro disso na cidade de Guarapuava é o conjunto habitacional Sol Nascente, localizado na área periférica Sul da cidade com vistas para o vale do rio Jordão, constituído de habitações de alto padrão. Segundo informações da Secretaria de Planejamento Urbano de Guarapuava é, nessa mesma área da cidade, que está sendo lançado o primeiro loteamento fechado. Esse é só um exemplo da complexidade que se instaura nos estudos recentes na relação centro-periferia nas cidades médias, em que se torna eminente um processo de reestruturação urbana e da cidade por meio de novos empreendimentos, como por exemplo, os loteamentos fechados, ou então a implantação de *shopping centers*.

caminhabilidade e da pracialidade nos lugares periféricos da cidade? Esse questionamento é fundamental, ao nosso modo de ver, para estabelecermos, mesmo que minimamente, uma relação entre a cidade, o espaço público e a periferia, representada aqui pelos “bairros”⁵⁹ mais distanciados da área central da cidade, tomando-os como referência.

No entanto, como sugere o título desse item, trata-se de lugares em construção, não somente pelo aspecto visível das edificações, em que quase sempre há um novo cômodo em construção, uma janela nova que se coloca, mas sim, da constituição do lugar de pertencimento e identidade. Uma vida pública informal impulsionada pela vida pública formal e associativa em que as pessoas se conhecem e mantêm relações de favores como o do recado, da encomenda, do empréstimo, ou seja, do acontecer solidário.

No entanto, para tratar do processo de estruturação de Guarapuava, não podemos deixar de fazer menção à análise de Santos (1994, p. 111). Ao abordar a urbanização recente das cidades no Brasil, enfatiza esse autor, que se trata de um processo marcado por ações “corporativistas” em que, na maioria das vezes, o próprio poder público, com influência de outros grupos produtores do espaço urbano, assume papel preponderante: “criador privilegiado da escassez; estimula, assim, a especulação e fomenta a produção de espaços vazios dentro das cidades; incapaz de resolver o problema da habitação empurra a maioria da população para as periferias”.

Nessa mesma linha, preconiza Carlos (2005),

la reproducción de la sociedad capitalista se realiza en varios planos, entre los cuales es necesario considerar la importancia del saber técnico que genera las bases para la realización de la dominación del Estado, que en un primer momento transforma la ciudad en un cuadro físico, representada en un mapa y, por esta condición, posible de ser rediseñada en función de las acciones políticas. Una visión que niega la idea de que la ciudad es una obra humana producto de la historia. En un segundo momento, produce la banalización del sentido del “derecho a la ciudad”.

⁵⁹ Considerando que a cidade não pode ser apropriada como um todo, tomamos o bairro como referência, pelo fato de que são os lugares apropriados pelos sujeitos que neles moram e com eles identificam-se. Tomamos como referência a idéia de Carlos (2001a), para quem o bairro representa um recorte do modo de vida urbano, da apropriação e uso do espaço na cidade, um fragmento onde se desenrola principalmente a vida privada do cidadão enquanto base da sua relação afetiva com o lugar. No entanto, essa relação de identidade entre habitante-lugar, não deve restringir-se simplesmente em função do espaço privado (a casa), mas numa relação dialética com o espaço público (a rua, a praça, outros espaços públicos), haja visto, que é no bairro que ocorre de forma mais significativa as relações de vizinhança, do acontecer solidário e afetivo, enfim, da identidade.

Essa dinâmica produzida socioespacialmente é condicionante da valorização e especulação da terra urbana, culminando com o afastamento de parte da população menos favorecida para os locais periféricos, desprovidos de infraestrutura que lhes garanta condições mínimas e dignas de vida. Por conseguinte, há perda, por parte dos sujeitos sociais, do direito de ter acesso à cidade, aos seus bens e serviços, seus equipamentos de uso coletivo. Estas ficam restritas apenas aos locais de moradia, do “não sujeito”, do indivíduo que é considerado uma “máquina” que circula entre a casa e o trabalho.

Considerando essa constatação, queremos novamente, abrir um parêntese, para esclarecimento do que segue. Ao iniciar nossa tese, tivemos a necessária precaução em delimitar o que estávamos estudando enquanto espaços públicos (as praças, os parques, calçadão e vias, públicos). No entanto, ao abordarmos tais espaços nas áreas periféricas, nos conjuntos habitacionais ou até mesmo bairros da cidade de Guarapuava, deparamo-nos com um fato que merece o mínimo de atenção, principalmente em relação a dois aspectos principais.

A princípio, salientamos a má distribuição dos espaços públicos nessas áreas da cidade. Essa desigualdade é iminente e, por outro lado, revela-se com mais contundência, justamente nos locais em que se concentra parte considerável da população guarapuavana, como é o caso dos bairros mais densamente populosos: Boqueirão, Vila Bela, Morro Alto, Vila Carli, Industrial e Conradinho (Figura 15). Grande parte desses bairros não dispõe, ao menos de forma minimamente igualitária, de um espaço, que por direito, deveria existir, pois por meio dele garantir-se-ia o direito ao entorno, o espaço público para o ócio, para o lazer, para o encontro e a convivência entre os sujeitos na cidade, ou em partes dela.

Em segundo lugar, há que se considerar que nos bairros ocorre uma relação mais afetiva da população com os espaços públicos, quando tais espaços lá existem, não são denominados como uma praça pública, ou um espaço de lazer, embora assumam essa função. Sem mencionar que, na maioria das vezes, esses espaços públicos e sua infra-estrutura, já mínima, não merecem a devida atenção, tanto por parte do poder público na implantação e, principalmente, na reposição e manutenção dos já existentes, quanto por parte da própria população, que acaba contribuindo para a depredação desses espaços e sua infra-estrutura por meio de atos de vandalismo. Trata-se de ações que se traduzem no mau uso do espaço público.

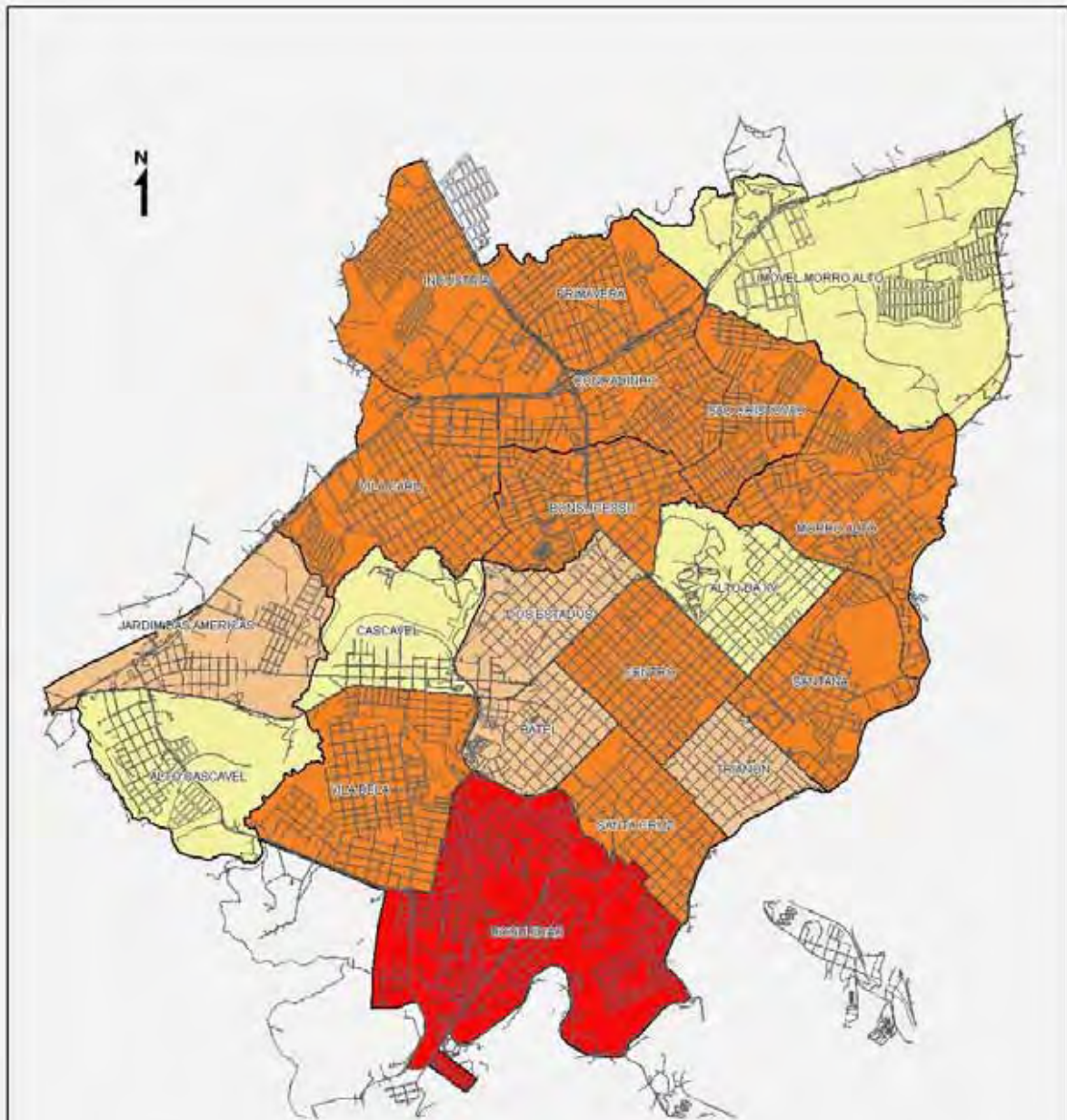


Figura 15 - GUARAPUAVA: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR BAIRROS (2000)

<p>LEGENDA</p> <p>População</p> <ul style="list-style-type: none"> 17.600 a 17.700 (1) 6.200 a 17.600 (11) 3.700 a 6.200 (4) 0 a 3.700 (4) 	<p>BASE CARTOGRÁFICA Centro de Planejamento Urbano de Guarapuava (CEPLUG)</p> <p>FONTE DE DADOS IBGE (Censo 2000)</p> <p>ORGANIZAÇÃO: Carlos Roberto Loboda ELABORAÇÃO: Oséias Martinucci</p>	<p>ESCALA GRÁFICA</p> <p>400 0 400 800 1200 (metros)</p>	<p>Sistema de Projeção: UTM Datum Horizontal: Verício Unesp (USP-IBGE) Datum Vertical: RN 1585H e RN 1527E (IBGE) Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.</p>
---	---	---	--

No sentido de conduzir nossas considerações retomamos nossa preocupação inicial, ou seja, percebemos e queremos compartilhar aqui, a dificuldade em tratar do espaço público enquanto requisito para o direito à cidade, mas principalmente nos bairros periféricos, locais, aonde geralmente o que é reclamado primeiramente é a casa, um lugar para viver, a unidade do homem privado. Portanto, queremos novamente, chamar para a discussão as opiniões dos moradores elencadas, no início desse item, enquanto elementos determinantes para caracterização da cidade como resultado de um processo que ocorre de modo diferenciado e, muitas vezes, pautado em formas precárias de inclusão das pessoas no processo de produção da mesma, por alguns motivos que passaremos a abordar na seqüência.

A princípio, damos-nos conta que, em determinadas áreas da cidade a pracialidade, por exemplo, não nos parece possível, simplesmente pelo fato de que as praças não se fazem presentes. Nessa mesma linha de raciocínio, como tratar da caminhabilidade, se a calçada também praticamente inexistente, sem mencionar o fato de, que muitas vezes, a própria rua é repleta de obstáculos com os quais se deparam os corpos que nela precisam circular, para a satisfação de suas necessidades cotidianas. Verificamos, nesse sentido, que nas áreas periféricas o espaço público, em grande parte, é negado e passa a ser algo buscado cotidianamente por meio das “táticas”, (DE CERTEAU, 2003, p. 101), enquanto “as armas dos fracos”, do improvisado e da conquista como uma prática socioespacial cotidiana.

No sentido de ilustrar parte dessa situação, pautamo-nos na idéia do direito do entorno, não somente do entorno mais próximo, mas a partir do mesmo, enquanto um elemento importante para a efetivação da relação com o outro, com a comunidade e, por fim, com a cidade. Queremos, então, enfatizar a disposição dos espaços públicos guarapuavanos, com o objetivo de aprofundar a discussão no que tange ao acesso da população aos mesmos, fato que está diretamente atrelado a sua disposição espacial e às formas de acesso. Nesse sentido, concordamos com a idéia de Gomes (2002, p. 172) de que, “as práticas sociais, são em certa medida, dependentes de uma dada distribuição ou arrumação das coisas no espaço”. Torna-se necessário uma redefinição socioespacial, tanto do ponto de vista físico, quanto simbólico, na perspectiva da reconstrução da esfera pública (GOMES, 2002).

No que diz respeito à existência e à distribuição dos espaços públicos na cidade, partimos do princípio que ao menos “teoricamente”, tais locais devem estar dispostos com um mínimo de equidade na cidade, permitindo o acesso, a esse espaço, aos diferentes tipos sociais. Nesse sentido, queremos insistir que o acesso que aqui nos referimos, não se restringe apenas ao permitido por meio dos veículos motorizados, sejam particulares, ou então por meio do transporte coletivo, mas sim, pelos deslocamentos das pessoas por meio da caminhabilidade.

Para De Angelis (2000)⁶⁰, quando abordamos a distribuição dos espaços públicos na malha urbana devemos nos fundamentar em determinados parâmetros de ordem técnica que principiam pela localização e distribuição de forma igualitária dos mesmos. Segundo esse autor, o espaço público deve estar situado em determinado ponto em que o cidadão gaste o menor tempo possível para ter acesso ao mesmo em uma caminhada a pé.

Além dessa premissa, considerando a proposta de Di Fidio (apud DE ANGELIS, 2000, p. 59), ressaltamos alguns critérios que são fundamentais, no sentido de estabelecer alguns índices e/ou parâmetros para avaliar às distâncias entre residências e os espaços públicos, bem como caracterizar esses espaços, considerando o seguinte: a) para pequenos espaços públicos e tendo por referência a habitação, devem estar situados a uma distância máxima de 400 m, o que corresponde a uma caminhada entre cinco e dez minutos, atendendo, sobretudo, o público infantil; e, b) para os espaços maiores e tomando como referência o quarteirão, a distância deve ser no máximo de 800 m ou equivalente a dez minutos de caminhada, nesse caso a estrutura deve atender a uma clientela mais diversificada, ou seja, pensando em todas as faixas etárias.

No intuito de verificarmos a situação dos espaços públicos guarapuavanos, notadamente, suas praças, parques e outros espaços públicos, pautado nesses índices, os quais segundo De Angelis (2000) são os mais utilizados e referenciados nas pesquisas desenvolvidas no Brasil, elaboramos uma figura, na qual representamos a abrangência potencial dos espaços na cidade, traçando um círculo a partir da área central do espaço público (Figura 16).

⁶⁰ Queremos esclarecer para o leitor, que embora o estudo efetuado por De Angelis (2000) seja especificamente sobre as praças públicas no contexto da cidade (seu objeto de estudo), entendemos, que essa discussão possa ser estendida para outros tipos de espaços públicos na cidade, como: parques de menor porte, jardins públicos, dentre outros.

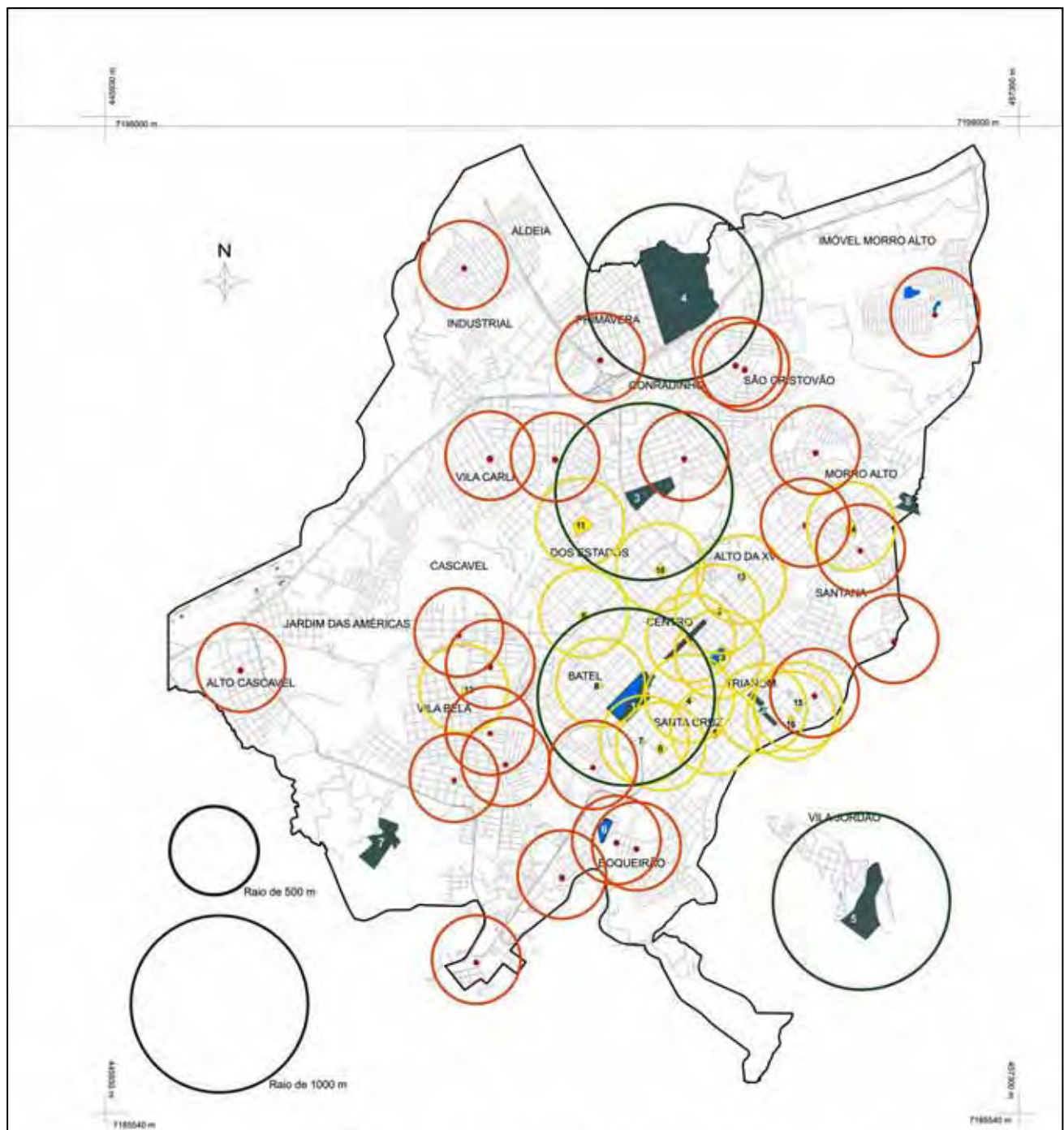
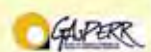


Figura 16 - GUARAPUAVA: ÁREA POTENCIAL DE ABRANGÊNCIA DOS ESPAÇOS PÚBLICOS - 2007

LEGENDA PARQUES PRAÇAS OUTROS CALÇADÃO LAGOS		Escala Gráfica 0 km 1 km 2 km 3 km	Fontes: Companhia Urbanizadora de Guarapuava - SURG Centro de Planejamento Urbano de Guarapuava Departamento de Terras e Cartografia	Elaboração: Carlos Roberto Loboda Oséias Martinucci Ano: 2007
--	--	--	--	---



No entanto, para nossa tese, tomando como base as referências acima, ampliamos a área de abrangência para os espaços menores, como no caso das praças e dos outros espaços públicos para um raio de 500 m. Já, para o caso os parques, enquanto áreas de grande porte, essa ampliação foi para um raio de abrangência equivalente a 1000 m. Não que tais distâncias signifiquem parâmetros rígidos, para o uso do espaço público na cidade, no entanto, assumem aqui o sentido de que, quanto mais próximo da residência, certamente, maior será o potencial de sua utilização pela população do seu entorno.

Considerando a figura 16, apresentada anteriormente, percebemos que evoca uma série de questionamentos e perspectivas de abordagens. No entanto, queremos insistir na idéia de que o processo de produção do espaço urbano fundado no valor de troca, exclusivamente, mostra-nos de forma explícita que essa prática é excludente e priva o cidadão do acesso ao espaço público de forma mais eqüitativa na cidade. Portanto, trabalhamos na perspectiva de que é necessário enfatizarmos o direito à diferença, à equidade territorial, e à acessibilidade, no lugar do “ideal de igualdade” e da cidade como um espaço homogêneo. Nesse caso, consideramos, na análise, um princípio básico de equidade em que, possamos tratar com mais igualdade, os diferentes na cidade.

Com essa postura, queremos chamar atenção para o fato de que a má distribuição dos espaços públicos na cidade de Guarapuava, não é vista por nós como o caos, ou assume aqui um tom de denúncia, mas sim, um fato que nos revela as múltiplas formas de uso pelas práticas socioespaciais representadas pelas iniciativas, ações e percursos dos sujeitos sociais, como o uso e apropriação da rua para o lúdico (Foto 58), do terreno baldio que se transforma no espaço público para a prática do futebol (Foto 59), como registramos no caso do Bairro Industrial durante nosso trabalho de campo. Nessa perspectiva, segundo De Certeau (2003), é necessário:

[...] Analisar as práticas microbianas, singulares e plurais, que um sistema urbanístico deveria administrar ou suprimir e que sobrevivem a seu periclitamento; seguir o plural desses procedimentos que, muito longe de ser controlados ou eliminados pela administração panóptica, se reforçam em uma proliferação ilegítima, desenvolvidos e insinuados nas redes da vigilância, combinados segundo táticas ilegíveis mas estáveis a tal ponto que constituem regulações cotidianas e criatividade sub-reptícia que se ocultam somente graças aos dispositivos e aos discursos, hoje avançados, da organização observadora (DE CERTEAU, 2003, p. 175).



Foto 58 - ESPAÇO PÚBLICO: UTILIZAÇÃO DA RUA (JOGOS E BRINCADEIRAS)
(Rua Alfredo Maciel - Bairro Industrial)
Fonte: Foto do autor (2008)



Foto 59 - PRÁTICA DO FUTEBOL EM TERRENO BALDIO
(Rua Augusto Marcon - Bairro Industrial)
Fonte: Foto do autor (2008)

Tais evidências, em outra visão, poderiam nos remeter a uma idéia, até certo ponto pessimista da cidade, encaminhando-nos para um posicionamento ao lado de suposições da cidade em crise, do fim da cidade e, por conseguinte, até do fim do espaço público, considerando as profundas transformações pelas quais têm passado a cidade no seu processo de produção recente. No entanto, concordamos com Ferrara (2000), para quem essa idéia de caos ou crise que, no senso comum, expressa insegurança é índice de grande abertura e riqueza do pensamento e, talvez, da ação. Para essa autora, o caos e a complexidade são, nas atuais circunstâncias, outras denominações para as transformações radicais e contínuas que atingem o cotidiano, para novas possibilidades. No entanto, frente a essas constatações queremos (re)afirmar nosso posicionamento inicial perante a tais tendências, de que a cidade e, principalmente o espaço público, é e continuará sendo, acima de tudo, esse espaço também em redefinição, mas, sobretudo, o espaço do possível, do ser e estar na cidade.

Contudo, o espaço público na periferia é o resultado de uma forma diferente de organização em torno da necessidade de um espaço para a vida coletiva. Seja na própria rua; no campinho de futebol, onde a terra, a poeira e os pés descalços, parecem não atrapalhar os sonhos dos meninos em torno da suposta idéia de se tornar um dia um atleta profissional (Foto 60)⁶¹, ou motivados pelo desejo de conquistar o primeiro lugar no torneio do final de semana (Foto 61); seja o momento de assistir o espetáculo, para encontrar e conversar com amigos e vizinhos.

Outro exemplo de que a cidade vai muito além de uma linha isotrópica, de um espaço ordenado sob os auspícios e ideologia dos seus planejadores, dos grupos corporativos que a produzem, fundados nos seus próprios interesses é, justamente o seu movimento para além de um espaço circunscrito. Uma realidade em movimento, que pode ser traduzida pela utilização da rua, principalmente, tratando-se dos locais periféricos da cidade.

⁶¹ A foto número 60 retrata o momento de treinamento dos meninos que freqüentam as escolinhas de futebol. Trata-se de um projeto, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Esporte e Recreação que atende os diferentes bairros da cidade. Consiste na disponibilização do material e de uma pessoa para organizar e orientar as atividades, que ocorrem no mínimo três vezes por semana. Para além das atividades cotidianas, são realizadas competições entre os bairros por meio de torneios. Segundo informações da referida secretaria, o projeto atendeu mais de 3.000 meninos. Recentemente, foi reformulado, contando com a construção de Ginásios Esportivos na Vila Concórdia (Bairro Boqueirão), São Cristóvão, Vila Bela e Vila Carli. São oferecidas nesses espaços escolinhas gratuitas das modalidades de futsal, voleibol, handebol, karatê e kick boxing. A construção desses empreendimentos consiste na refuncionalização do espaço público, visto que foram construídos em locais considerados, por nós, na tese como outros espaços públicos (Figura 2). Inclusive, em uma praça pública, como o caso da Praça Luiz Cúnico (n. 12 da Figura 2), localizada na Vila Bela.



Foto 60 - PRÁTICA ESPORTIVA: ESCOLINHA DE FUTEBOL
(Rua Salvador Scheneider - Bairro Boqueirão)
Fonte: Foto do autor (2006)



Foto 61 - PRÁTICA ESPORTIVA: TORNEIO DE FUTEBOL
(Rua Salvador Scheneider - Bairro Boqueirão)
Fonte: Foto do autor (2008)

Nessa perspectiva, a rua é utilizada para a convivência, para o encontro, para o lazer, para os jogos enquanto expressão do lúdico. Corroborando com a posição de Lefebvre (2001 e 1991), para quem a rua é o local do encontro, das trocas, do lúdico, da festa, do improviso e do lazer. Consideramos, ainda, que na periferia é que evidenciamos o bairro enquanto um lugar na cidade, uma referência entre a o local de moradia e a cidade, um lugar caracterizado pelo “acontecer solidário”, nas relações socioespaciais, principalmente na sociabilidade da casa e dos vizinhos, da ajuda mútua e da proteção. Como já destacou Santos (1996), ao analisar as formas de viver no cotidiano das classes populares, o movimento dessas pessoas é mais intenso, pois a proximidade entre as residências propicia interações mais espontâneas.

Não raro, é possível observarmos, nos finais de tarde, a prática do uso das ruas, que muitas vezes assumem a função da praça pública ou da quadra esportiva que inexistem nos bairros da cidade, como evidenciamos no caso do uso da Rua no Bairro Boqueirão (Foto 62). Na era da TV, do computador e dos videogames, a rua e suas formas mais simples de utilização expressam-se significativamente, por meio do lúdico e das brincadeiras.



Foto 62 - BRINCADEIRA COM CARRINHO DE ROLIMÃ NA RUA
(Avenida Mansueto Maito - Bairro Boqueirão)
Fonte: Foto do autor (2008)

Portanto, há uma série de práticas socioespaciais que qualificam o espaço social, confirmando, por exemplo, a idéia de Lefebvre (2001, p. 132) de que “o esporte é lúdico”. (...) “As brincadeiras das crianças não devem ser desprezadas, nem as dos adolescentes”. Essa constatação mostra-nos que o espaço público vai muito além dos usos planejados, ou daqueles lugares traçados pelo zoneamento imposto ou, muitas vezes, imaginado pelo planejamento urbano. Evidenciamos, nesse caso, que nos bairros periféricos, o espaço público passa a ser uma “conquista”. Como salienta Damiani (1997):

[...] O *lazer* nos espaços urbanos não se reduz a formas ordinárias de estratégias e políticas, embora o sentido dessas estratégias seja servir o lazer. O lazer também é uma conquista. Nos espaços periféricos, mais populares, o *caráter de conquista* dos lugares de lazer é evidente. Dramática e coletivamente, eles são conquistados, sendo expressões da *identidade irredutível* dos espaços empobrecidos, a ação solidária de homens, mulheres e, mesmo, das crianças - as ruas fechadas para a prática de esportes; os bares clandestinos e os campos de futebol nos conjuntos habitacionais programados, sem sua presença; as praças conquistadas, etc. (DAMIANI, 1997, p. 47).

Esses espaços são considerados quando eles lá existem e não se restringem ao espaço da rua, um espaço que geralmente é visto como trajeto, um caminho para o trabalho ou que “leva para a cidade” e suas áreas oficiais. Mesmo que não passem de subespaços públicos, consideradas as precárias condições de uso, são locais que trazem consigo manifestações das diversas formas de sobreviver na cidade, que representam e expressam os resquícios de uma esfera pública.

Embora, seja nos bairros, muitas vezes destituídos do espaço público, que a rua acaba por assumir essa função, não raro, ela é o espaço apropriado diferentemente da função única e exclusiva de servir ao automóvel como demonstramos, anteriormente, nas atuais funções das ruas nas áreas centrais da cidade, caracterizadas pelos locais de passagem, do fluxo em detrimento do encontro, da convivência e do lúdico, enquanto nas áreas da periferia a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo, acabam por fortalecer as relações de vizinhança, tornando-as fundamentais no processo de relações socioespaciais entre as famílias. Isso ocorre, diferentemente do que acontece nas áreas mais centrais ou nos bairros de classe média em que tais relações são mais seletivas, haja vista, que o poder aquisitivo diminui as

necessidades de ajuda mútua, e da mesma forma, contribui para a individualização socioespacial (SERPA, 2007).

Outro fato relevante, que merece ser retomado, foi que, na enquete, ninguém mencionou os “outros espaços públicos” (Figura 2), quando questionados sobre qual o primeiro espaço público da cidade lhes vêm em mente (haja visto, que nos bairros mais periféricos são os únicos espaços públicos existentes). Em nosso modo de ver, esse fato desdobra-se em dois aspectos possíveis: a princípio, pelo fato de que, como ressaltamos anteriormente, tais espaços públicos não possuem uma denominação como uma praça “fulano ou a praça sicrano”, o que pode contribuir diretamente para que esses espaços não criem uma identidade e seja lembrada, mesmo para a população que habita em de seu entorno. Segundo Serpa (2001, p. 29), é de fundamental importância a identificação de espaços públicos no interior dos bairros periféricos para o resgate da identidade entre o morador e seu espaço de habitação e, principalmente, no sentido de incentivar o surgimento nesses locais dos “quintais de convivência”, pensados com extensão da casa.

Não queremos dizer que essa suposta falta de identidade com o lugar, seja do ponto de vista do não-uso, mas sim, pelo simples fato da ausência de uma denominação do ponto de vista legal, do espaço público enquanto uma referência no bairro. Em segundo lugar, observamos que o próprio direcionamento estabelecido em nossa enquete de opinião tenha sido determinante no sentido de levar os respondentes a fazer referência à determinada praça ou parque, geralmente localizado na área mais central da cidade e, não ao espaço público que está no seu entorno mais imediato.

Entretanto, um paradoxo é evidente no tratamento que se dá aos espaços públicos na cidade. Enquanto as praças e parques mais centrais possuem guardiões e zeladores, os espaços públicos fora dessa área recebem um tratamento esporádico e, às vezes, em função das reclamações da população, como evidenciamos por meio da imprensa, dos jornais, rádios e TVs locais. Só a título de comparação e explicitação dessa questão observamos que vários espaços públicos como: ruas, praças e parques como, por exemplo, a Praça Nove de Dezembro já tiveram outra denominação (Praça João Pessoa), a Praça Eurípio Rauen (Praça da Independência), outro caso dessa prática da mudança de nome por mais de uma vez, com o intuito de homenagear esta ou aquela celebridade guarapuavana, paranaense ou até mesmo brasileira. No entanto, em contrapartida, os diversos

espaços públicos encontrados nos bairros mais periféricos, sequer recebem uma denominação do ponto de vista legal.

Alertamos aqui para a possibilidade da união entre o poder público a população dos bairros, na organização de projetos que possam dar uma significância maior para os poucos espaços existentes, uma denominação para os mesmos, assim como, incrementar as possibilidades de uso, reforçando sua apropriação socioespacial. Mesmo que exíguos e, talvez, por isso mesmo, são fundamentais no sentido de incrementar e diversificar as formas de lazer na periferia da cidade.

Já, por outro lado, enfatizamos também, a necessidade da organização da população em torno de movimentos e associações para juntos reivindicarem um espaço público para o lazer, para o encontro e a festa, quando na maioria das vezes, o que interessa é a casa enquanto necessidade básica. Aliás, registramos, de passagem, a fraca articulação da Sociedade em torno dos movimentos sociais de bairros, das associações, notadamente naqueles localizados ou representantes das áreas em que há mais necessidade de melhorias. Não que esse seja o caso apenas da cidade de Guarapuava, pois se trata, na verdade, de uma característica do processo de estruturação das cidades brasileiras, notadamente as cidades médias, em que os reclamos ainda são muito pontuais, quando não, estão atrelados a uma articulação temporária, geralmente associada aos períodos eleitoreiros e às trocas de favores políticos.

Entretanto, não raro, evidenciamos a formação de grupos, geralmente nos bairros, associados ora aos movimentos institucionais, como igrejas, pastorais, associações, ou então, aos movimentos dos grupos de *hip hop*, por exemplo. Grupos que por meio de uma “identidade de projeto” Castells (1999a), procuram utilizar-se de elementos e estilos para construir uma identidade própria. Mesmo que timidamente, tais formas de organização podem se transformar, em longo prazo, em elementos associados a tomadas de decisão, tornando algo aparentemente natural e corriqueiro, em algo social, nesse caso, em torno dos movimentos urbanos. Contudo, como nos mostra Castells (1999a):

Para que isso aconteça, faz-se necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos (não exatamente revolucionários), pelos quais são revelados e definidos os interesses em comum, e a vida é, de algum modo compartilhada, e um novo significado pode ser produzido (CASTELLS, 1999a, p. 79).

Tais pressupostos são relevantes, pois compartilhamos a idéia de que o cidadão não pode continuar sendo um sujeito abstrato no processo de produção da cidade, mas sim, um interlocutor, que passe a discutir com o poder público e a sociedade os programas de moradia, de infra-estrutura, de implantação e manutenção de espaços públicos, ações e demandas dos movimentos populares, incentivo à cultura, dentre muitos outros, resguardando, mesmo que minimamente, os direitos fundamentais dos diferentes sujeitos que habitam na cidade.

Ao desenvolver essa análise, temos a afirmação de Borja e Muxí (2003), quanto tratam das questões relativas às práticas setoriais no espaço urbano:

[...] Así resultaron las operaciones de vivienda donde cada operación es destinada a un segmento social determinado y a prioridad es asignada casi siempre a la vialidad como ordenamiento y como inversión. El espacio público pasó a ser un elemento residual (BORJA y MUXÍ, 2003, p. 47).

É evidente que as transformações empreendidas na cidade determinam uma tendência da sua estruturação. As práticas socioespaciais demonstram que essa estruturação se redefine em função das preocupações imediatas do poder público, justificadas muitas vezes pelas emergências sociais de habitação, ou então, vinculadas às estratégias imobiliárias que limitam e fragmentam, cada vez mais, o uso do espaço urbano. Portanto, determinadas parcelas do espaço urbano, como no caso dos bairros periféricos, acabam assumindo funções únicas, que verdadeiros depósitos de habitações. Culminando com a preocupação de Borja e Muxí (2003, p. 29), de que “la ciudad fragmentada tiene tendencia a ser una ciudad físicamente despilfarradora, socialmente segregada, económicamente poco productiva, culturalmente miserable y políticamente ingobernable”.

Nesse sentido, notamos que, paralelamente ao aumento significativo da população na cidade, nas últimas décadas, resultante de variados fatores, não houve o acompanhamento básico das condições de habitação e dos serviços urbanos, explicitando-se em diferenciação no processo de ocupação e do uso do solo na cidade. No entanto, considerando essa dinâmica que se processa de forma excludente, menosprezar a existência, ou então a simples manutenção dos poucos locais públicos existentes nos locais periféricos é, sem sombra de dúvidas, negligenciar e deixar de lado o cidadão, contribuindo para o aumento da diferenciação socioespacial urbana.

Trata-se de uma diferenciação que, apesar de ser expressiva na paisagem urbana, de repercutir diretamente nas diferentes formas de acesso no que tange ao direito à cidade, não significa, portanto, a anulação dos sujeitos no processo de produção e reprodução do espaço urbano. Como procuramos demonstrar ao longo desse item, ninguém está totalmente segregado do processo, ou da cidade, mesmo que as formas de inclusão sejam precárias para determinados sujeitos, pois, de certa forma, segregados somos todos nós. Estamos inseridos no espaço urbano, embora isso não signifique a plena apropriação socioespacial do mesmo.

É no bairro, na periferia mais pobre, que o cotidiano assume múltiplas dimensões e se realiza em muitas funções, que não apenas as econômicas. Nesses locais, o encontro pode acontecer a qualquer momento, pois o contato entre os sujeitos é mais próximo e espontâneo, um espaço mais rico de possibilidades. Seja nas conversas com os vizinhos, nas trocas de informações e dos favores, nas idas aos pequenos estabelecimentos comerciais, por meio de relações de confiança, na sociabilidade que se realiza na rua, nos locais de comércio, através da concessão de informações, por meio da rua vigiada por seus “proprietários naturais”, para utilizar a expressão de Jacobs (2001). Portanto, há condições para a criação de uma noção conhecimento e, principalmente, de pertencimento, a partir da relação com o outro e, para além desse, com a cidade.

Considerando os pontos analisados até aqui, queremos salientar determinados aspectos que consideramos relevantes. A princípio, destacamos que, em determinados locais da periferia pobre de Guarapuava, há diminuição das condições que favorecem as práticas socioespaciais da pracialidade e da caminhabilidade nos espaços públicos, comparativamente a outros locais da cidade, notadamente aqueles melhores servidos pelos equipamentos de uso coletivo.

Entretanto, evidenciamos nesses locais destituídos de infra-estrutura, um universo diferente que, por sua diversidade, denota-se como criatividade, como tática, como formas de identidades e lugares diferenciados, como possibilidades de subversão ao cotidiano repetitivo enquanto característica básica da cidade moderna.

Há, é preciso se destacar, uma imbricação entre a pracialidade e a caminhabilidade. Aqui a casa é um pouco de rua. Como a rua é também um pouco de casa. Aqui, a rua é, ao seu modo, um pouco de praça ou de parque. Assim como o é, também, o campo de futebol. Ou então, o campo de futebol que, também, é o terreno baldio. Aqui, o espaço de lazer também está atrelado ao espaço

transcendental, à igreja e seus núcleos comunitários. Espaços em que o sagrado articulado ao lazer renova os sujeitos para as atividades do cotidiano, como abordaremos na seqüência.

Enfim, aspectos que caracterizam a cidade como um “amalgama de permanências de mudanças”, de diferenças e de diversidade. A cidade não é só seu centro, para onde voltaremos no último item desse capítulo. Ela tem sempre um pouco de centro, na periferia, e um pouco de periferia, no centro. É a mistura na cidade. Como ressalta Lefebvre (1999), a cidade constrói, destaca, liberta a essência das relações sociais. O que lhe atribui, de certa forma, o caráter de um grande espaço público.

6.2. ESPAÇO PÚBLICO: ENTRE O SAGRADO E O PROFANO

Nesse item, faremos uma abordagem dos espaços públicos relacionados às práticas religiosas. Buscaremos trabalhar com aquelas que se estabelecem, nos próprios espaços públicos (praças, parques, santuários e outros espaços públicos), além de outros locais que assumem essa função específica como o caso dos santuários e capelas. Essa abordagem é relevante em nossa tese, por dois motivos principais: a princípio, pelo fato de que são constantes as práticas religiosas nos espaços públicos da cidade; e, em segundo lugar, em virtude de que tais espaços foram citados em nossa enquete de opinião pela população, quando questionada sobre os usos dos espaços públicos guarapuavanos, revelando uma estreita relação entre a população e estes espaços, enquanto representação dos hábitos e costumes. Enfim, trata-se de suas práticas socioespaciais enquanto elementos culturais.

De certo, que a forte presença e influência das igrejas na paisagem urbana é um fato característico em nossas cidades. É uma realidade que trazemos conosco enquanto representação do poder da Igreja Católica em sua estreita relação com o Estado e, principalmente, a influência dessa relação na dinâmica da estruturação da cidade. Não raro, observamos sempre nas áreas centrais das cidades, locais destinados para as catedrais, geralmente entrepostas por amplos espaços públicos. Uma característica que traz consigo os traços e os reflexos de um Brasil colônia e que se reproduz até mesmo nas cidades mais recentes (MARX, 1991; 2003 e REIS Filho, 1968).

Nesse sentido, um aspecto chamou nossa atenção durante a pesquisa que foi a relação, no espaço público, entre situações antagônicas e reveladoras das diversas funções e usos que nele se expressam. Funções essas, que vão desde a produção das práticas mais banais, como simples passar pelo espaço público, como outras, que encerram práticas de cunho cultural e institucional. No intuito de encaminhar nossa discussão para a análise dessa relação entre os diferentes uso do espaço, nos utilizar-nos-emos da relação entre o “sagrado” e o “profano”⁶²,

⁶² É conveniente esclarecemos que a relação entre “sagrado e profano” em nossa tese não vai além da relação das práticas de cunho religioso ou espiritual com ligação direta ao primeiro termo, de outras atividades que ocorrem efetivamente nos espaços públicos da cidade. Para melhores esclarecimentos sobre diferentes autores e concepções sobre a referida relação, consultar as obras de Rosendahl (2005; 2003), Marx (2003; 1991) e Da Matta (1997).

mediada por diferentes práticas socioespaciais que representam essa situação dialética no espaço público concreto.

Nesse sentido, consideramos a diferenciação entre o sagrado e profano utilizada por Rosendahl (2005, p. 193), para quem essa análise deve partir do pressuposto de que o território é dividido em lugares do *cosmo* (que estão profundamente comprometidos com o domínio do sagrado) e, como tal, marcado por signos e significados; e, em lugares do *caos* (aqueles que designam uma realidade não divina). Para essa autora, o cosmo qualifica-se como território sagrado, enquanto o caos representa ausência de consagração, sendo um território profano, não religioso.

A relação entre o sagrado e profano (ROSENDAHL 2005 e MARX, 1991) está nitidamente expressa nos usos recorrentes dos espaços públicos da cidade e na sua diversidade de usos. Tais práticas foram, por nós, constatadas por meio dos usos diferenciados dos espaços públicos da cidade pela população. Essa concepção foi corroborada, pelas informações obtidas em nossa enquete de opinião e, ratificada quando entramos em contato com tais práticas por meio de nossos levantamentos de campo (observação direta).

Apesar das transformações auferidas pelo processo de secularização, os símbolos da religiosidade representados pelos santuários, capelas e grutas, imagens sacras, oratórios estão muito presentes na paisagem urbana de Guarapuava. Como enfatiza Rosendahl (2005), a religiosidade é um sistema de símbolos sagrados e seus respectivos valores, envolvendo a produção, o consumo, o poder, as localizações e fluxos, além dos agentes sociais em suas dimensões, econômica, política e de lugar. Como, assim também o é, com os símbolos de representação do Estado e sua monumentalidade; dos clubes como o caso do Lions Club, Rotary Club etc; ou então, de sociedade secretas como a Maçonaria. Enfim, uma série de grupos e suas formas simbólicas de atuação e representação no espaço urbano. No entanto, o espaço público assume uma função primordial quando tratamos diretamente das atuações práticas e simbólicas dessas instituições.

Retomando nosso propósito inicial, priorizaremos, nesse item, aquelas práticas diretamente atreladas ao sagrado e ao profano no espaço público. Considerando, é claro, que essa, seja somente mais uma maneira de tratar das múltiplas formas de uso do espaço público na cidade.

Como salienta Serpa (2004 e 2007), por meio das práticas socioespaciais recentes, dos usos e apropriação diferenciados, evidenciamos que os espaços públicos urbanos passam por um processo de territorialização do espaço. Transformaram-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos que fragmentam o espaço público por meio dos diferentes usos. Corroborando, também, com a idéia de Pallamin (2005), para quem:

As práticas sociais contemporâneas têm promovido a ampliação dos modos de presença cultural e política no espaço público, configurando uma multiplicidade de arenas de ação cujos horizontes de valores nem sempre são mutuamente compatíveis (PALLAMIN, 2005, p. 35).

Tais pressupostos, são importantes no sentido de caracterizar as multifuncionalidade do espaço público na cidade contemporânea. Ressaltamos, nesse sentido, que estamos tratando das diferentes formas de uso e apropriação. Nesse caso, de um espaço utilizado pela população para diversos fins. E não o contrário, daquele espaço público relegado ao esquecimento, ou ao abandono, assumindo, muitas vezes funções que não aquelas a que se destina. Retomamos, nesse sentido, a idéia de Sobarzo (2007), para quem o espaço público deve ser visto como um possibilitador dos encontros impessoais e anônimos, um espaço compartilhado sem a compulsão de conhecê-las profundamente.

[...] Esse aspecto permite partir de uma perspectiva que assume a diferença no espaço público, mas que não idealiza o convívio entre a diversidade como se fosse uma relação próxima e profunda; pelo contrário, parte do pressuposto que o ideal era um convívio civilizado, sob normas impessoais. Nesse sentido, a possibilidade de encontros “civilizados” pode ser compreendida como a capacidade social, no espaço público, de se propiciar a reunião entre as diferenças, permitir a mútua observação, o diálogo e a co-presença, sem significar, embora muitas vezes tenha acontecido, a manifestação dos conflitos e interesses antagônicos (SOBARZO, 2007, p. 161).

É, considerando essa perspectiva, do espaço público enquanto lugar do possível, que estaremos tratando das práticas que nele ocorrem, notadamente entre o sagrado e o profano. A princípio, chamamos atenção, para uma prática que ocorre cotidianamente nas praças, parques e outros espaços públicos da cidade.

Trata-se da oração do terço, que paralela e articuladamente às atividades desenvolvidas pela Igreja Católica⁶³ na cidade, tornou-se uma prática cotidiana, para parte da população. Todos os dias, às dezoito horas, os fiéis têm encontro marcado nas praças, parques e outros espaços públicos para a prática da reza do terço, como podemos evidenciar no caso da Praça da Saudade (Foto 63).



Foto 63 - ORAÇÃO DO TERÇO NAS PRAÇAS (PRAÇA DA SAUDADE)
Fonte: Foto do autor (2007)

Considerando determinados espaços públicos da cidade, essa prática ganha notoriedade, como no caso da Praça Juscelino Kubitschek de Oliveira, situada em frente à Universidade Estadual do Centro-Oeste como, por exemplo, pudemos evidenciar na afirmação da senhora de 56 anos residente no Bairro Santa Cruz: “já conseguimos reunir mais de sessenta pessoas na Praça JK para rezar o terço”.

Para Passos e Guerriero (2004, p. 122), essa “relação entre o sagrado e profano adquire configurações próprias, que transcendem qualquer delimitação, fixação e homogeneidade de sentidos presentes em lugares”. Nessa perspectiva, analisando, do ponto de vista da diversidade de usos, presenciamos tanto na Praça

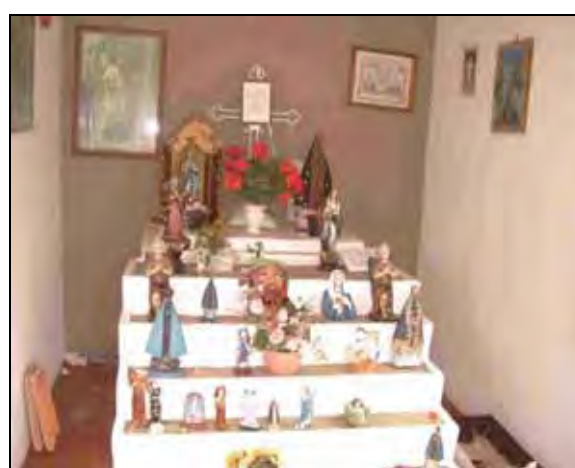
⁶³ Queremos esclarecer ao leitor que nosso interesse aqui não é de estudar as práticas religiosas na cidade como um todo, assim como as diversas igrejas, religiões ou crenças nela existentes. Nosso enfoque está voltado para as práticas que ocorrem efetivamente no espaço público enquanto momentos que ocorrem no circuito e na relação entre o par dialético: a casa e a rua.

da Saudade, quanto nas Praças Padre Paulo Tschorn e Juscelino Kubitschek de Oliveira concomitantemente, a oração do terço e os grupos de jovens que se reuniam para o consumo de bebidas e passar o tempo, transeuntes, além daqueles que jogavam futebol na quadra esportiva da Praça Juscelino Kubitschek.

Na seqüência, chamamos atenção para outro espaço público, embora com as prerrogativas de ser um local destinado à expressão religiosa, é o caso da mística Capela do Degolado (Fotos 64 e 65). Situado na Rua General Rondon, Bairro Dos Estados, esse espaço é mais uma representação da relação entre o sagrado e o profano na cidade⁶⁴, considerado até mesmo como uma atração turística, ainda que, para outros, seja um lugar para a oração e contemplação, uma espécie de Santuário.



Foto 64 - CAPELA DO DEGOLADO
Fonte: Foto do Autor (2007)



**Foto 65 - CAPELA DO DEGOLADO:
OBJETOS DE DEVOÇÃO**
Fonte: Foto do Autor (2007)

A pequena capela à qual se tem acesso por meio de escadarias trata-se, de mais um espaço, que representa as crenças populares⁶⁵ em meio à dessacralização dos espaços religiosos na cidade moderna. Trata-se de um local que convivem

⁶⁴ A Capela do Degolado é mais uma das manifestações das práticas socioespaciais religiosas na cidade. Além, é claro, da representação espacial da “geografia da religião no espaço urbano”. Tendo uma relação direta com o espaço público, podemos destacar também a existência de Grutas e Monumentos espalhados pela cidade, corroborando com a territorialização religiosa. Como o caso da imagem de Dão Bosco na Rua Capitão Rocha (Vila Carli). Ou então, a Gruta de São João Maria, no Parque Luiz Ciscato (Jordão), para citar alguns exemplos.

⁶⁵ Segundo Marcondes (1998, p. 107), o lendário local provém do século passado. Com a passar do tempo, a credence popular passou a atribuir milagres a pessoa do soldado que ali teria sido sepultado. Para a autora, segundo a lenda, trata-se de um soldado pertencente às tropas de Juca Tigre que tentara deserdar (fugir), mas fora visto, enquanto se escondia e foi aprisionado. Apesar de implorar o perdão, o soldado foi obrigado a cavar sua própria cova, para depois ser degolado pelo chefe federalista. Hoje, o local é visitado por inúmeras pessoas que ainda crêem nos seus milagres, depositando objetos religiosos como: imagens, fotografias, fitas, velas, dentre outros. Como demonstrado anteriormente (Foto 65).

aqueles que o visitam para fazer suas orações, pedidos, devoções etc; também, por grupos que se utilizam do local, como ponto de encontro para o consumo de bebidas e até de entorpecentes, caracterizando as diferentes formas de usos desse espaço.

Outro exemplo, característico das práticas religiosas em espaços públicos em Guarapuava, é o da Praça da Fé, apresentada no capítulo inicial da tese. Trata-se de uma praça pública que assume um papel peculiar no contexto da cidade. Seu projeto inicial, traçado pelo poder público em conjunto com lideranças da igreja católica e de outras, foi de criar um espaço destinado a sediar eventos religiosos, além de integrar diferentes igrejas por meio de um espaço ecumênico.

É uma ampla área, sendo que mais da metade é de espaço livre para o público, com uma capacidade para acolher aproximadamente 60 mil pessoas. O que chama atenção, nesse espaço público, é a forma e a disposição dos elementos que a compõem (como mostrado no capítulo 1, foto nº. 11). Já no acesso à praça, estão dispostos quatro monólitos, construídos em formato de livros, com mensagens de reflexão. Outro aspecto que chama atenção é disposição do piso, que tem o objetivo de passar a idéia de raios de luz que se irradiam do interior praça em direção à rua. Ademais, conta com palco, que também é utilizado esporadicamente para *shows* de *hip hop*, *playground* e sanitários. Além das funções específicas, a praça é utilizada pela população do entorno para as caminhadas cotidianas, descanso e contemplação.

No entanto, é com as programações da Semana Santa promovida pela Igreja Católica, que a praça ganha notoriedade, com a encenação da “Vida, Paixão, Morte e Ressurreição de Cristo”, além, da comemoração de Corpus Christi. Eventos, antes realizados nas paróquias, hoje se concentram na praça. Nos últimos anos, o evento da Paixão de Cristo vem ganhando notoriedade, não somente em nível local, mas também regional, que é ratificada pela iniciativa do Poder Público Municipal demandando que o evento integrasse o calendário de festas religiosas do Estado do Paraná.

Organizado pelo poder público municipal e a diocese de Guarapuava, o evento caracteriza-se como um dos maiores acontecimentos cênicos a céu aberto do Estado do Paraná (Foto 66). No entanto, por trás dessa organização, está um conjunto de pessoas que representam as dez paróquias locais, que acompanhadas pela companhia Arte de Manha (grupo de teatro local), atuam na representação do acontecimento cristão, interpretando os personagens bíblicos. Enfim, um momento que se transformou num “ritual” para a comunidade católica guarapuavana.

Corroborando com a idéia de Da Matta (1997, p. 37), quando enfatiza que “uma ação que no mundo diário é banal e trivial pode adquirir alto significado (a assim “virar” rito), quando destacado num certo ambiente e por uma repetição de vezes”. Segundo reportagens do Diário de Guarapuava, nos anos de 2004⁶⁶ e 2005⁶⁷, o evento reuniu aproximadamente 500 pessoas (entre atores amadores e bastidores) e atraiu um público superior a quarenta e cinco mil pessoas para a Praça da Fé. Já, segundo informações do Semanário Tribuna Regional (2008)⁶⁸, neste ano, o evento contou com cerca de 650 atores amadores, em sua maioria jovens, das dez paróquias locais e um público de aproximadamente cinquenta e cinco mil pessoas.



Foto 66 - ENCENAÇÃO DA PAIXÃO DE CRISTO (PRAÇA DA FÉ)

Fonte: Foto do autor (2007)

Como mencionado anteriormente, a exemplo desse evento principal, que ocorre regularmente, acontece também na praça a o encerramento da celebração de

⁶⁶ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Geral. Mais de 45 mil pessoas assistem a Paixão de Cristo. Ano 5, n. 1337, 13 de abril de 2004. p. 7.

⁶⁷ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Cidade. Paixão de Cristo: cerca de 45 mil pessoas assistem ao espetáculo. Ano 6, n. 1575, 29 de março de 2005. p. 3.

⁶⁸ TRIBUNA REGIONAL DO CENTRO-OESTE. Cidade. Paixão de Cristo: espetáculo religioso mostra integração entre a comunidade. Ano. 4. n. 199, 21 a 27 de março de 2008. p. 3.

Corpus Christi⁶⁹. Esse evento religioso assume outro caráter no contexto da cidade, tendo em vista, que a manifestação religiosa inicia-se no centro da cidade, em frente à Catedral Nossa Senhora do Belém (com as ruas enfeitadas com tapetes coloridos) e percorre em procissão pelas ruas até a Praça da Fé (Fotos 67 e 68). Para Da Matta (1997, p. 65), a procissão tem um sentido conciliador, formado por um núcleo de pessoas que carregam o santo, (nesse caso o corpo de cristo, representado pela Hóstia consagrada, conduzida num ostensório) e, geralmente, estão rigidamente hierarquizadas, são autoridades eclesiásticas, civis e militares. No entanto, segundo esse autor, “o núcleo é formado e seguido por um conjunto desordenado de todos os tipos sociais: penitentes que pagam promessas, aleijados e doentes que buscam alívio para seus males, pessoas comuns que apenas demonstram devoção”.



Foto 67 - CELEBRAÇÃO DE CORPUS CHRISTI (RUAS)
Fonte: Diocese de Guarapuava (2008)



Foto 68 - CELEBRAÇÃO DE CORPUS CHRISTI (PRAÇA DA FÉ)
Fonte: Diocese de Guarapuava (2008)

Ainda, considerando a análise de Da Matta (1997, p. 65), um fato importante em relação às procissões, é que:

Ao mesmo tempo que o santo homenageado está num andor e separado pelo povo por sua natureza e pela mediação das autoridades que o cercam, ele caminha com o povo, e dele receba na rua (e não na igreja) suas orações, cânticos e piedade (DA MATTÁ, 1997, p. 65).

⁶⁹ Segundo informações da Diocese de Guarapuava (2008), no Brasil, a festa passou a integrar o calendário religioso de Brasília, em 1961, quando uma pequena procissão saiu da Igreja de madeira de Santo Antônio e seguiu até a Igrejinha de Nossa Senhora de Fátima. A tradição de enfeitar as ruas surgiu em Ouro Preto, cidade histórica do interior de Minas Gerais. A confecção de tapetes de rua é uma manifestação de arte. Utilizando diversos tipos de materiais, como serragem colorida, borra de café, farinha, areia e alguns pequenos acessórios, como tampinhas de garrafas, flores e folhas, as pessoas montam, um tapete, com dizeres e figuras relativas ao assunto. Por este tapete passa a procissão, seguida pelas pessoas que participam com fervor. Em Guarapuava os tapetes serão confeccionados em frente à catedral, início da procissão, e na Praça da Fé, local da chegada.

A idéia desse autor é importante, analisando, do ponto de vista simbólico que o rito proporciona, o santo está entre o povo, na rua, fato, que difere, por exemplo, de um desfile realizado como parada militar, em Sete de Setembro, em que as autoridades estão fixas, em seus palanques, como o povo que a ela assiste. Considerando as informações do Diário de Guarapuava (2003)⁷⁰, verificamos que a procissão leva, todos os anos, milhares de fiéis a percorrer as ruas da cidade, repetindo um ato de fé já tradicional em Guarapuava.

[...] Mostrando que mantém viva sua fé, moradores de vias públicas por onde passou a procissão montaram altares improvisados, com imagens de Jesus, nas calçadas, janelas e sacadas dos prédios. Na praça da Fé, foi celebrada a santa missa por d. Giovane e d. Wagner, e sacerdotes da diocese (DIÁRIO DE GURAPUAVA, 2003, p. 9).

Seguindo, nessa mesma linha, não podemos deixar de fazer menção aos santuários existentes na cidade. Embora caracterizados por espaços que assumem objetivos precípuos, que sejam aqueles dedicados à oração, obras de caridade, a concentração espiritual, são também locais utilizados para a contemplação, para a realização das festas religiosas comemorativas e, até mesmo, para fins turísticos e/ou do “turismo religioso”.

Não raro, os encartes elaborados pela Secretaria Municipal de Turismo apresentam tais locais entre os principais pontos turísticos da cidade de Guarapuava, notadamente o Santuário da Divina Ternura, o Santuário de Schoenstatt e a Praça da fé. Corroborando, nesse caso com Rosendahl (2005), quando afirma que a religiosidade é um sistema de símbolos e valores, dentre eles, o consumo. Enfim, uma questão polêmica que não desenvolveremos aqui.

Há também o caso do Santuário da Divina Ternura, também popularmente conhecido como “Morro da Divina Ternura”, em função da elevação do terreno (Foto 69). Está situado na área noroeste da cidade, no Bairro Vila Carli, às margens da BR 277, saída em direção à cidade de Foz do Iguaçu.

O local chama atenção, pelo fato de que, além de ser considerado um local de fé pela população, propicia o desenvolvimento de outras funções, atreladas a obras assistenciais, como: o movimento juvenil Peregrinos de Damasco (visa à evangelização), existente no Brasil e também no exterior; a padaria que visa orientar

⁷⁰ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Cidade. Corpus Christi renova a fé. Ano 6, n. 1134, 21 e 22 de junho de 2003. p. 9.

os jovens para a profissionalização (sem fins lucrativos); o salão “Bom Samaritano”, utilizado para cursos e evangelização; além da Casa de Orientação e gruta. Para além dessas funções específicas, o santuário é utilizado para festas comemorativas e para visitas da população em geral.



Foto 69 - SANTUÁRIOS: SANTUÁRIO DA DIVINA TERNURA
Fonte: Foto do autor (2008)

Já, o Santuário de Schoenstatt, está situado no Bairro Boqueirão, às margens da PR 170, que liga Guarapuava às colônias alemãs no Distrito de Entre Rios e ao Município vizinho de Pinhão (Foto 70).

Trata-se de um local, com objetivos bem definidos, em função de ser um local destinado para a espiritualidade. No entanto, chama atenção, também, o conjunto do espaço, formado pela capela, um altar, arborização e jardins. Apesar da sua localização, praticamente fora da cidade, o santuário é visitado cotidianamente pelas pessoas, que se dirigem a ele, por meio das caminhadas, por exemplo.

O espaço também é muito visitado por pessoas advindas de outros municípios, geralmente nos finais de semana, quando o movimento no santuário é constante.



Foto 70 - SANTUÁRIOS: SANTUÁRIO DE SCHOENSTATT
Fonte: Foto do autor (2008)

Como mostra a reportagem do Diário de Guarapuava (2000)⁷¹, sempre há, na cidade, aqueles que preferem trocar, por vezes, a agenda do lazer convencional, por momentos de reflexão e contato com a espiritualidade.

[...] Esses fiéis, realizando de forma anônima e discreta uma rotina de orações, fazem a caminhada de algumas horas, com chuva ou com sol, no inverno ou no verão, com o terço na mão, prece na voz, passando por ruas e ruas, pegando a estrada, rumo ao Santuário de Schoenstatt (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2000, p. 5).

Além dos santuários já mencionados, os quais ganham maior notoriedade no contexto da cidade, existe ainda o Santuário de Nossa Senhora Aparecida, localizado no Bairro Bom Sucesso (Foto 71). Trata-se, na verdade, de uma paróquia santuário. O que chama atenção é a arquitetura da edificação que foi inspirada na imagem de Nossa Senhora Aparecida, com as duas mãos postas em oração. Na mesma linha dos outros locais já mencionados, constitui-se num espaço muito utilizado para oração, meditação, além de uma série de outras atividades que lhe

⁷¹ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Geral. Na moldura da natureza, fiéis encontram recanto de fé. Circulação Regional. Ano 2, n. 278, 21 de janeiro de 2000. p. 5.

são inerentes, notadamente aquelas com vista para obras assistências, voltadas para a evangelização e auxílio à comunidade.



Foto 71 - SANTUÁRIO DE NOSSA SENHORA APARECIDA (FESTIVIDADES)
Fonte: Foto do autor (2006)

No que tange a esse último aspecto, queremos enfatizar a estreita relação entre a comunidade, ou ao menos parte dela, e esses centros aglutinadores de pessoas na cidade, considerando que a sociedade é composta por vários credos, o que também limita certas relações de convivência entre os sujeitos. No entanto, o que queremos destacar, é que, mesmo tratando-se de experiências comuns, as quais ocorrem em espaços mais ou menos homogêneos, como o caso das paróquias, das igrejas e dos salões comunitários. Essas acabam por transforma-se nos únicos locais e momentos de encontro e de sociabilidade, dos momentos festivos e de lazer. Aqueles momentos que para Da Matta (1997) são,

momentos extraordinários marcados pela alegria e por valores considerados altamente positivos. A rotina da vida diária é que é vista como negativa. Daí, o cotidiano ser designado pela expressão **dia a dia** ou, mais significativamente, **vida** ou **dura realidade da vida**. Em outras palavras, sofre-se na **vida**, na rotina impiedosa e automática do cotidiano, em que o mundo é reprimido pelas hierarquias do poder do “sabe com quem está falando?” e, obviamente, do “cada coisa em seu lugar” (DA MATTA, 1997, p. 52, grifos do autor).

Para sermos mais claros, nesse sentido, destacamos, por exemplo, algumas das atividades que se desenvolvem cotidianamente no Santuário Nossa Senhora Aparecida. Fundamentadas no princípio básico da religiosidade, tais atividades desmembra-se em vários tipos de pastorais, movimentos, serviços e ações como: catequese de adultos, grupos de reflexão e vivência, clubes de mães, cozinha comunitária, grupo de terceira idade, comitê contra a miséria e a fome, teatro, lazer, dentre outros.

Para citar um exemplo que, de certa forma, está diretamente associado ao espaço público, não raro, as ruas em frente ao Santuário são transformadas pelos jovens na “rua do lazer”. A rua, enquanto o meio de circulação e acesso rápido, por meio do automóvel, passa a dar lugar ao tempo em detrimento do espaço, o “tempo para a apropriação”. O tradicional futebol, o voleibol, tênis de mesa, dentre outras atividades, são atrações de quem faz da rua um espaço de encontro e de convivência.

Nessa mesma linha de raciocínio, verificamos que, na falta de outra estrutura, para o lazer nos bairros, os espaços comunitários das igrejas assumem a função do espaço público coletivo para a realização de práticas socioespaciais atinentes à própria vida urbana.

Outro exemplo dessa prática é o caso do Projeto Comunidade Cultural que se desenvolve em parceria da Secretaria de Educação e Cultura com grupos teatrais da cidade, professores de dança e artes, que dentre outros, ensinam técnicas sobre as habilidades de teatro, dança, circo, música e artes visuais para os moradores dos bairros (Foto 72).

O que queremos ressaltar, é que a partir dessas relações, sejam nos espaços públicos como os centros comunitários, os Espaços do Cidadão existente nos bairros, por exemplo, ou nos espaços atrelados às igrejas, surgem novas possibilidades dos encontros, a partir das quais se realiza a relação com o outro no espaço urbano. Nesses diferentes espaços e envolvendo pessoas de todas as idades, as aulas acontecem nos finais de semanas em diversos bairros da cidade como: Bonsucesso, Batel, Vila Bela, Industrial. A segunda parte do projeto consiste em apresentações itinerantes, em que os grupos farão intercâmbio de apresentações, culminando com uma apresentação geral, para toda a comunidade no encerramento das atividades.



Foto 72 - PROJETO COMUNIDADE CULTURAL NOS BAIROS
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal (2008)

Num período em que as práticas socioespaciais na cidade são caracterizadas por ações individualizadas, as pessoas estão cada vez mais fechadas dentro de suas residências, presas a uma televisão⁷², compartilhando do desejo de estar entre os iguais, corroborando para uma urbanidade que nega o outro, certamente, atividades como as relatadas anteriormente, mostram-nos um horizonte diferenciado. São aspectos importantes, pelo fato de buscarmos ultrapassar as fronteiras impostas da cultura de massa representada pela televisão, ou então, os limites dados pelas apresentações comerciais de teatro, geralmente elitizadas, em função dos preços para se ter acesso a elas.

Enfim, é considerando as diferentes práticas socioespaciais, enquanto resultantes de um movimento em que o público e o privado se relacionam num processo em que ora opõem-se, ora interpenetram-se, que se revelam, nos

⁷² Ao tratar dessa questão, abordando uma “nova urbanidade” Carlos (1997, p. 201) alerta-nos para o fato, de que, em casa, a TV transforma radicalmente a relação entre as pessoas de uma mesma família. Presas num cotidiano repetitivo e massacrante diante da TV, ninguém mais se fala. (...) Mais que isso, a TV nos acostuma à violência exacerbada tornando-nos indiferentes aos dramas que se desenrolam a nossa frente, fazendo com que nos fechemos, cada um si mesmo, presos numa redoma que nos protege de qualquer contato, aprisionando-nos a interesses egoístas e tornando-nos indiferentes ao bem comum no mundo contemporâneo.

interstícios do cotidiano da cidade, as possibilidades de constituição dos diferentes lugares e seus sujeitos sociais. Dão-se, então, condições favoráveis a diferentes formas de organização dos sujeitos, enquanto construtores de suas próprias histórias, produtores da cidade enquanto reprodução da vida, das relações sociais por meio da identificação entre “habitante e lugar”. Contudo, como ressalta Carlos (2001a), as relações sociais tem sua realização por meio de necessidades básicas, como um espaço em que as práticas socioespaciais ganham concretude, quais sejam:

[...] a casa como unidade do homem privado; a rua como acessibilidade possível aos espaços públicos, lugar dos encontros, dos percursos, bem como a possibilidade de uma miríade de trocas (em que o comércio ganha significado especial); os lugares de trabalho; os pontos de lazer, etc., lugares onde se realiza a vida humana em determinado tempo (CARLOS, 2001a, p. 34).

A partir dessas constatações, o que queremos esclarecer é o que expomos a seguir. Por mais que se procure implantar uma cidade homogênea, organizada para atender interesses econômicos, ela é plena de lugares. No entanto, não queremos com isso, reforçar a idéia recorrente da diferenciação socioespacial e do espaço público enquanto resíduo, ou então, como fragmento da vida pública na cidade. Mas sim, ressaltar a multiplicidade dos usos e apropriações, a “pluralidade” das práticas socioespaciais ensejadas pelas relações entre o público e o privado, entre o sagrado e profano no espaço público, ou mesmo no espaço coletivo e que refletem no uso do espaço público concreto.

Tratam-se, na verdade, de diferentes formas de se relacionar, de representar num mesmo espaço o diferente, ou seja, o outro. Como enfatiza Jovchelovitch (2000), fundamentada no pensamento de arendtiano, a pluralidade é um elemento essencial da vida pública. Para essa autora, a diferença não é um simples sinônimo de isolamento ou da fragmentação. Pelo contrário, é comunidade própria da esfera pública que permite à diferença ser expressa. Assim, o é, com o espaço público. Não um espaço banal, mas um lugar que se expressa por meio das práticas socioespaciais que nele se desenvolvem.

Nessa perspectiva, estaremos abordando no último item desse capítulo conclusivo, o espaço público enquanto expressão de um espaço multifuncional. Nesse caso, enfatizaremos principalmente a área central da cidade e seus espaços públicos, pois em tese, é no centro que as coisas acontecem e, também, é aí que

elas se concentram. Um espaço caracterizado pelos usos diversos ensejados pelas práticas socioespaciais na cidade, do local da sobrevivência, perpassando pelo lúdico e pela festa, pelo ambiente para as manifestações políticas, comemorativas, cívicas e culturais, bem como, do espaço do protesto e a reivindicação. Enfim, práticas e relações sociais que fazem com que o espaço público continue sendo lugar de sociabilidade e reunião dos diferentes segmentos sociais na cidade.

6.3. TODOS OS CAMINHOS LEVAM AO CENTRO: O “RETORNO À CIDADE”



PRAÇA NOVE DE DEZEMBRO E MATRIZ (DIA DA PÁTRIA)

Fonte: Foto do autor (2007)

Los centros no son solamente núcleos neurálgicos de la vida urbana por su capacidad multifuncional y por producir un sentido integrador. También son el lugar de la diferencia. Jordi Borja Y Zaida Muxí (2003, p. 59).

Como item conclusivo da tese, nossa intenção é dar desenvolvimento ao fio analítico, retomando seu início, ou seja, voltando a tratar do centro e sua congênere, a centralidade urbana, ambos atrelados à utilização do espaço público na cidade de Guarapuava. Essa perspectiva reside na tentativa de evidenciar a cidade enquanto um grande espaço público, com todos os percalços que essa alusão pressupõe. A princípio, consideramos que a cidade nada mais é do que o espaço produzido por meio de relações sociais e de práticas socioespaciais, que são expressão da cidade, enquanto o lugar e/ou lugares da contradição e do conflito. No entanto, ou, por outro lado, é nesse mesmo espaço que evidenciamos as diferentes formas de ser, estar e viver na cidade. Tratando-se do espaço público, enquanto o lugar da reivindicação, do lúdico, da festa, enfim, das possibilidades, enfatizando, que nessa perspectiva, o espaço público assume grande notoriedade no espaço urbano.

Nesse sentido, consideramos a idéia de Lefebvre (1999, p. 111), para quem a cidade é o lugar que “centraliza” as criações e, no entanto e por isso mesmo, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem “relações”. Ela cria uma situação, a situação urbana onde as coisas “diferentes” advêm umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças. Ainda, nessa mesma linha, observamos em Sposito (2004a, p. 314), que “a cidade, como espaço de concentração, propicia o convívio, encontro, a proximidade, mesmo que, paradoxalmente, nele se perceba o isolamento, a falta de companhia ou o desencontro”.

Sem dúvida, nossos trajetos são cada vez mais marcados pelas passagens, pela “geografia do relógio” de que nos fala Sennett (2003), pois nós passamos pelos diferentes locais da cidade, nós passamos pelo espaço público. Um reflexo, segundo Carlos (2004a, p. 26), de que o tempo acelera em função da técnica que requer a construção de novos espaços, que vai modificando as relações dos habitantes com o lugar e no lugar, redefinindo as práticas socioespaciais.

Nesse sentido, geralmente, nossa permanência na cidade fica restrita aos afazeres, notadamente o trabalho, expressando o “tempo forçado” (LEFEBVRE, 2001) ou então àqueles momentos em que temos que aguardar em filas nas instituições burocráticas e de outras naturezas, das quais dependemos para a consecução de nossas necessidades rotineiras, como as agências bancárias, e casas lotéricas, por exemplo, aonde observamos, constantemente no calçadão da Rua XV de Novembro e nas suas adjacências, a formação de longas filas, disputando o espaço das calçadas cotidianamente com os pedestres. Confirma-se nesse sentido, a idéia de Kowarick (2000), para quem, na rua, o espaço público traduz-se na banalidade da violência cotidiana das horas gastas com as necessidades básicas, com os percursos entre a moradia e o trabalho, por exemplo.

No entanto, o que queremos destacar é que, entremeio às mais variadas práticas socioespaciais que ocorrem no processo de “produção do espaço urbano”⁷³, das coações impostas pelo mesmo, que desponta a criatividade daqueles que fazem do espaço público, um local de convivência e, até mesmo, de sobrevivência.

⁷³ Como mostra-nos Carlos (1994, p. 84), o espaço urbano é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não só no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição circulação e troca), mas também às sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Dessa forma, o urbano é mais que uma forma de produzir, é também um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida.

É nessa perspectiva, que segundo Orlandi (2001), não podemos reduzir o sujeito urbano ao ocupante simplesmente, mas sim, pensar o morador, o proprietário, o passante, o que não tem lugar, todos como sujeitos que vivem a cidade em diferentes condições. Confirma-se, nesse caso, com a idéia de Cavalcanti (2004, p. 152), de que:

se a cidade é um espaço público por encerrar nela a complexidade da coexistência humana, por constituir-se no ambiente da vida coletiva, ela tem a responsabilidade de viabilizar, de permitir e incentivar essa vida coletiva, de orientar para essa coexistência humana (CAVALCANTI, 2004, p. 152).

Nesse caso, podemos afirmar que, hoje, o espaço público está mais popular, no sentido de ser mais ocupado pelos segmentos de menor poder aquisitivo e, nem por isso, cremos que menos importante. Somos conscientes de que há um recuo da noção de espaço público em comparação com a do início da cidade moderna. Esse processo está vinculado ao que Gomes (2002, p. 174) caracteriza como “recuo da cidadania”⁷⁴, pois o encolhimento do espaço público corresponde ao recuo da convivência cidadã que ganha novos atributos, uma nova roupagem por meio de novas práticas socioespaciais.

Nesse caso, ressaltamos que, simultaneamente ao processo de centralidade evidenciado pela concentração dos bens e serviços, e do comércio no entorno dos espaços públicos mais centrais, como o calçadão da XV, da Rua Saldanha Marinho e as suas praças, como a Praça Nove de Dezembro e a Praça Cleve, ocorre aí uma simultaneidade das diversas formas de ser e estar na cidade. Uma dinâmica que corrobora a concepção de Frúgoli Júnior (1995, p. 34), que “uma das características fortes dos centros urbanos é a coexistência, no mesmo espaço, de uma multiplicidade de códigos e significados”.

É nesses espaços que circulam e estão os vendedores ambulantes, os artesãos, aí se fazem presentes os transeuntes. Nesses locais, ocorrem as principais manifestações políticas e culturais, os protestos, as rodas de conversa. Eles também acolhem os pedintes e a prostituição, os catadores de lixo. Aí também, estão de certa forma, os pobres da cidade. Enfim, eis aí o que é o espaço público, ou então, o que é a própria cidade. O espaço da redefinição constante, o espaço

⁷⁴ Na concepção desse autor, não há nostalgia nessa constatação, mas há a certeza de que novos signos de novos arranjos físicos resultam em novas formas de construir a vida coletiva, novas imagens físicas e sociais da cidade (GOMES, 2002, p. 174).

marcado pela complexidade e diversidade, o qual estaremos abordando na seqüência.

O calçadão, utilizado outrora para as tradicionais “avenidas” é, hoje, o centro comercial da cidade, um espaço ocupado em função das mais variadas formas de atração, principalmente para o “consumidor”. Pode-se observar esse perfil de espaço urbano, por meio dos produtos expostos na própria calçada, locutores ao vivo para atrair a clientela para as lojas, a poluição sonora proporcionada pelas músicas e pelos anúncios de ofertas, assim como, a presença dos letreiros, faixas e vitrines.

Ademais, devemos acrescentar à dinâmica dessa paisagem, a apropriação e circulação por parte de plaqueiros, vendedores ambulantes, artesanatos, panfleteiros, pedintes, dentre outros. Entretanto, trata-se de um espaço que é reflexo das redefinições e usos do espaço público, esse espaço em constante transformação. Como enfatiza Cavalcanti (2007), ao tratarmos da rua na cidade contemporânea não podemos tratar dela apenas como um lugar da passagem, da circulação rápida e impessoal de pedestres, carros e ônibus no dia-a-dia apressado. Para essa autora é preciso destacar:

[...] A importância da rua, ou melhor, das ruas, para a vida coletiva, como lugar onde é possível a manifestação de grupos, onde ocorrem apropriações temporárias por determinados segmentos da sociedade, seja para expor suas reivindicações, seja para buscar, nela mesma, sua sobrevivência: pedindo, mendigando, vendendo, toda sorte de coisas e mercadorias. A rua, além disso, é lugar de lazer, de encontro, de circulação de informação, de manifestações populares. É também ponto de referência simbólica (CAVALCANTI, 2007, p. 23).

No entanto, considerando tais pressupostos, deparamo-nos com alguns questionamentos necessários. Como evidenciamos isso na prática? Como é possível captar parte dessa realidade em movimento? É, por meio da análise da vida cotidiana na cidade e, particularmente, no espaço público que adentraremos, a partir de agora, em alguns aspectos que denotam parte das práticas socioespaciais no tempo e no espaço da cidade, tentando contribuir para responder as questões ensejadas por nosso tema de pesquisa.

A princípio, abordamos um momento em que realmente a Rua XV de Novembro e o Calçadão assumem a função do centro, como foco das atenções na cidade, indo para além das funções físicas da principal artéria da cidade.

Reportamo-nos, aqui, ao momento das comemorações alusivas ao Dia da Pátria, momento em que converge, para o centro, grande parte da população, envolta pelo tradicional ritual de sentimento e “amor pela pátria”.

Da Matta (1997, p. 46) classifica as paradas de comemoração do Dia da Independência como “ritual nacional”, pelo fato de que se trata de uma prática que está fundada na possibilidade de dramatizar valores globais, críticos e abrangentes da nossa sociedade. Na perspectiva desse autor, “quando se realiza um ritual nacional, toda a sociedade deve estar orientada para o evento centralizador daquela ocasião, com a coletividade “parando” ou mudando radicalmente suas atividades”.

Não é diferente quando acompanhamos esse momento (ritual). Há a demarcação e delimitação de um espaço muito bem definido. Em frente a Praça Nove de Dezembro (Praça da Matriz), local onde estão enterradas as cinzas do Padre Chagas o fundador da cidade, é notório um palanque alto destinado às autoridades locais, geralmente composto por representantes do poder público municipal (Prefeito Municipal), das forças armadas (Tenente ou Coronel) e da igreja católica (Bispo ou o Pároco da Matriz) (Foto 73).



Foto 73 - PARADA DE 7 DE SETEMBRO: PALCO E AUTORIDADES
Fonte: Foto do autor (2007)

Essa constatação corrobora com a afirmação de Da Matta (1997), que a comemoração se realiza num local historicamente santificado e diante de figuras que representam a ordem jurídica e política do país. Para além dessa forma de organização hierarquizada, verificamos que o povo, de forma geral, faz papel de assistentes e observadores que prestigiam o ato de solenidade e de respeito às autoridades, assim como, aos símbolos nacionais.

A rua é isolada e demarcada, para que se possa manter a ordem e o bom desempenho de quem passa desfilando. No entanto, como salienta Da Matta (1997, p. 56), “realmente, o ponto focal do desfile Dia da Pátria é a passagem pelo local sacralizado, onde se presta continência às mais altas autoridades constituídas”.

[...] O desfile militar cria um sentido de unidade, sendo o seu ponto crítico a dramatização da idéia de corporação nos gestos, vestes e verbalizações, que são sempre idênticos. No Dia da Pátria, assim, ficam separados autoridades e o povo e, dentre as autoridades, aqueles que detêm e controlam maior ou menor parcela do poder (DA MATTA, 1997, p. 57).

O sentido de unidade expresso pelo amor à Pátria é evidenciado por meio de um ideal de “igualdade”, e de uma “identidade legitimadora” (CASTELLS, 1999a) que o ritual proporciona, mesmo que a noção de “cidadão brasileiro” seja temporária, considerando que, ao final, as atividades cotidianas tenham que ser novamente assumidas. Trata-se de um ritual que tem objetivos previamente definidos, que não aqueles definidos por Da Matta (1997), como evento único que, realizado por grupo ou classe bem definido, que é - pelo acordo geral ou pela força do poder - colocado acima de todas as diferenciações que tipificam tais sistemas, podendo representar toda coletividade.

Nesse sentido, evidenciamos que a parada constitui um momento aglutinador na cidade. Aqui, misturam-se, entre aqueles que se apresentam, os que estão entre as autoridades e o povo que assiste, enfim, diferentes segmentos da sociedade local. Subdividido em pequenos grupos, todos tem seu momento auge, de passar pelo meio do povo e em frente das autoridades. Grupos como: os soldados, escolas municipais e estaduais, secretarias municipais, setores de comércio e serviços, entidades profissionais, associações, para citar alguns exemplos. Segundo o Diário de Guarapuava (2004)⁷⁵, foram, em 2004, mais de oitenta grupos.

⁷⁵ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Cidade. Desfile de 7 de Setembro mostra a história de Guarapuava. Ano 5, n. 1444, 7 e 8 de setembro de 2004. p. 5.

Entretanto, queremos chamar atenção para dois detalhes, em meio a tantos outros, que marcam esse tipo de ritual. O primeiro deles, relacionado à importância para os participantes, principalmente para os que desfilam pela Rua XV de Novembro. Isso se expressa por meio das vestimentas, da ordem sempre mantida, das múltiplas formas de representar o grupo, ou então expressar servidão à pátria e o amor a Deus como observamos em uma das faixas durante o desfile (Foto 74).



Foto 74 - PARADA DE 7 DE SETEMBRO: EXPRESSÃO DE SERVIDÃO À PÁTRIA
Fonte: Foto do autor (2007)

Como segundo aspecto, chamamos atenção para um fato específico, mas que traduz, de certa forma, os ideais de “igualdade” que o ritual proporciona. Nesse caso, destacamos a padronização dos uniformes dos alunos do ensino municipal, lembrando que foi uma doação efetuada pela administração pública, anunciada com veemência nas narrações do desfile, quando passavam os alunos e professores das escolas municipais.

Por outro lado, queremos novamente recorrer Da Matta (1997), para ressaltar, que esse ritual também é marcado por contradições, por momentos em que o domínio extraordinário pode ser também segmentado. Segundo a perspectiva desse autor,

Nele estão contidos elementos **previstos** e **imprevistos**, pelo sistema social. E, na categoria dos eventos previstos e constituídos explicitamente pela própria sociedade, uma dicotomização entre os acontecimentos altamente ordenados (as cerimônias, solenidades, congressos, aniversários, funerais, reuniões etc.), dominados pelo planejamento e pelo **respeito** (expresso na continência verbal e gestual), e os eventos dominados pela **brincadeira**, diversão e/ou **licença**, ou seja, situações em que o comportamento é dominado pela liberdade decorrente da suspensão temporária das regras de uma hierarquização repressora (DA MATTA, 1997, p. 49, grifos do autor).

É considerando esses pressupostos, que evidenciamos, em meio às comemorações, aqueles que traziam suas reivindicações e seus protestos, fundados numa “identidade de resistência” (CASTELLS, 1999a). Mesmo tratados como “arruaceiros”, por parte dos que assistem e não compreendem esse tipo de ação e acompanhados, de perto, pelo olhar atento dos policiais incumbidos de manter a ordem. Têm sido costumeiro, ao menos nos últimos anos, nos finais dos desfiles, sujeitos de diferentes grupos sociais, percorrerem o mesmo caminho, manifestando sua indignação, como no caso dos professores, dos servidores municipais, além do grupo que protestava contra a privatização de empresas estatais (Foto 75).



Foto 75 - PARADA DE 7 DE SETEMBRO: PROTESTOS
Fonte: Foto do autor (2007)

Esse momento em que o espaço público passa a ser o local dos atos públicos, da política e das reivindicações também foi por nos evidenciado por meio da reportagem do Diário de Guarapuava (2006)⁷⁶, em que a comemoração da Independência do Brasil foi marcada por atos de “civismo, protestos e campanha política”. Segundo o Diário, dois fatos chamaram atenção em meio às comemorações:

O intenso corpo-a-corpo realizado por candidatos nas próximas eleições e o protesto realizado pelo Movimento Grito dos Excluídos.

(...) Com bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e até de um dos líderes da revolução cubana, Ernesto Che Guevara, e faixas escritas com frases de protestos - como “Sim à vida e não à Alca. Soberania não se negocia!” e “Somos rebentos dessa nova era. A liberdade e Fraternidade são bandeiras dessa nova Terra” -, dezenas de pessoas passeavam em meio a população em protesto marchando, além do 7 de setembro o Grito dos Excluídos, todos vigiados de perto pela Polícia Militar (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2006, p. 5).

Nessa mesma linha de raciocínio, considerando o espaço público enquanto o espaço de múltiplas funções, representações e usos diferenciados, enfatizaremos agora, determinadas práticas socioespaciais, relacionadas com aqueles sujeitos que vivem e sobrevivem por meio de atividades desenvolvidas no espaço público.

Num momento marcado pelo desemprego, fato que assola o trabalhador, seja na grande, média ou pequena cidade, o trabalho informal tem sido uma saída, talvez a única viável para manter o sustento próprio ou da família, no sentido de atenuar as mazelas uma política econômica internacional excludente. Na cidade de Guarapuava, essa realidade não foge à regra. Como mostra o Diário de Guarapuava (2001)⁷⁷, no início da década de 2000, segundo a Agência do Trabalhador, o desemprego ultrapassava o número de vinte mil pessoas.

Nesse sentido, o que observamos é uma série de “estratégias” e “táticas” de sobrevivência, evidenciadas no cotidiano dos diversos sujeitos sociais. Uma caminhada pelo calçadão da Rua XV de Novembro e suas adjacências é suficiente para nos depararmos com realidades opostas articuladas à centralidade da cidade. Enquanto alguns passam rapidamente, em função das atividades que desenvolvem, sejam negócios, compras ou serviços; outros, aí permanecem o dia todo, expondo

⁷⁶ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Cidade. A parada do Dia 7 de Setembro foi marcada por civismo, protestos e campanha política. Ano 7, n. 1937, 8 de setembro de 2006. p. 5.

⁷⁷ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Geral. Cidade tem 21 mil desempregados. Ano 3, n. 532, 17 de Janeiro de 2001. p. 7.

suas mercadorias, tentando de alguma forma garantir a alimentação, a moradia, ou então complementar a renda familiar.

Passando por esse espaço público, enquanto expressão da centralidade na cidade, podemos comprar artesanato, guloseimas, frutas, sorvetes, alho, relógios, CDs e DVDs, artigos religiosos, ervas medicinais, ou então, tirar um retrato e assistir a um espetáculo proporcionado pelos artistas de rua. Enfim, diferentes necessidades e concepções de mundo e de vida, misturam-se na metamorfose do espaço público enquanto o local das diferenças e da diversidade. Como destaca Lefebvre (1999):

É na centralidade que descobrimos e essencial do fenômeno urbano, “na centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça.” (...) a centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. Amontoamento de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas nas praças de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados, eis o que constitui o urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 110).

No sentido de deixar mais claras nossas considerações, queremos destacar, por exemplo, alguns que indicam a relação teórico-empírica, dentre os tantos mencionados e evidenciados por nós pelo trabalho de campo e mesmo em nosso cotidiano pela cidade. O primeiro deles trata-se do fotógrafo Valdemar, o único fotógrafo ambulante (lambe-lambe) da cidade. Mesmo na era das câmeras fotográficas digitais, ele resiste às inovações do mundo moderno e, está cotidianamente com seus instrumentos de trabalho, no Calçadão, retratando momentos dos transeuntes que por aí passam (Foto 76).

No entanto, mais que uma opção, trata-se de uma necessidade. Apesar de ter trabalhado em muitas outras atividades, permanece nessa função em função da falta de oportunidades e um trabalho fixo, embora goste e tenha muitos anos nessa profissão, trabalhando no calçadão e em eventos, mesmo com o “movimento fraco”, como ele se refere em alusão à baixa procura pelo serviço e à concorrência desleal das empresas de revelação fotográfica. O que chama atenção é que, para além desses sujeitos quase sempre despercebidos pelo conjunto da Sociedade, existe sempre uma história de vida, de luta cotidiana pela sobrevivência, como é o caso de Valdemar, que já teve sua casa destruída por incêndio no início de 2005, mas que, entre o trabalho e as horas vagas, tudo vai sendo reconstruído.



Foto 76 - CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVENBRO: FOTÓGRAFO
Fonte: Foto do autor (2007)

Já, para outros, o trabalho no espaço público é uma questão de opção, de filosofia de vida. Como nos afirma Carlos (2001a, p. 216) “os lugares, dotados de realidade física e sensível, inscrevem-se como espaço social, permitindo ações, sugerindo ou impedindo-as, e nesse caminho, criam a prática socioespacial”. Evidenciamos, por exemplo, no caso do artesão Willian, que escolheu o trabalho informal como estilo de viver de cidade em cidade, trabalhando e expondo seus produtos (Foto 77).

Segundo o artesão, é uma experiência de vida, que retrata uma série de desafios, ao argumentar:

“às vezes não somos bem recebidos nas cidades; em muitos locais somos confundidos com os ambulantes que vedem produtos piratas; muitas pessoas, mal informadas, não consideram nossa atividade como um trabalho digno, como qualquer outro; mas enfim, eu vivo do espaço público, é dele que eu tiro meu sustento”. (Willian)



Foto 77 - CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO: ARTESÃO

Fonte: Foto do autor (2007)

Ainda em relação aos sujeitos que trabalham no espaço público, não podemos deixar de fazer referência aos catadores de lixo que circulam pela cidade, pois são elementos humanos visíveis, em meio ao trânsito de veículos, ou estacionados, notadamente, no Calçadão e nos seus arredores. No entanto, queremos aqui, relacionar a atividade desenvolvida por essas pessoas e algumas opiniões suscitadas pela nossa enquete de opinião em relação ao Calçadão, como um dos principais espaços públicos da cidade.

Quando questionados sobre os espaços públicos da cidade, alguns respondentes fizeram tais referências ao Calçadão da Rua XV: “existem muitos pedintes por aí”; “outros dormindo no calçadão, nas praças e pelas ruas”; “presença de bêbados e drogados”; “as gangues”, dentre outros. Aspectos que denotam, segundo Pedrazzini (2006, p. 120), que “o espaço público é real e simbolicamente proibido a certos grupos sociais que fazem dele um local de marginalização”.

Já, na concepção de outros, verificamos, por exemplo, que o calçadão, “mais parece um depósito de lixo no final da tarde”. Enfim, chamamos atenção para algo que, por vezes, é contraditório e, por isso mesmo complexo. Haja visto, que

aquilo que ao olhar de alguns é triste, pelo mau aspecto do lixo deixado em determinados locais do calçadão, para outros é um meio de sobrevivência.

Isso fica claro, no início da noite, considerando as temporalidades desse espaço, dadas pelos diferentes usos da cidade em diferentes momentos, período em que as áreas do centro se esvaziam e outros sujeitos sociais aí aparecem, com seus carrinhos (muitas vezes difíceis de ser carregados em função do peso), para devolver a aparência da cidade limpa; são os catadores de lixo, que usufruem daquilo que é sobra, do que é descartado pela sociedade consumista, para garantir sua sobrevivência na cidade.

Por outro lado, outros já preferem a manhã, pelas circunstâncias dos deslocamentos e as horas de caminhada, como o caso do catador Verci de 29 anos (Foto 78). Pelo fato de morar muito longe do centro, afirma que sai muito cedo de casa. Mas é preciso, para aproveitar aquilo que as lojas deixam durante a noite, ou então, o que descartam logo pela manhãzinha.



Foto 78 - CATADOR DE LIXO: RUA SALDANHA MARINHO
Fonte: Foto do autor (2008)

O que nos chamou a atenção, nesse caso, foi a rede de relações que se estabelece entre os catadores e os donos das lojas, assim como ocorre também

com residências particulares, que guardam o lixo para determinados catadores, formando uma espécie de círculo solidário. Existe, entretanto, um acordo, que de certa forma, caracteriza uma territorialização do espaço por parte dos catadores. Como afirma Verci, ao deixar seu carrinho na Rua Saldanha Marinho, esquina com o Calçadão: “deixo meu carrinho aqui, muitos já sabem e colocam o lixo sem que eu precise pegar, mas no calçadão já tem outros catadores”.

Antes de avançarmos, queremos tratar de um aspecto que consideramos relevante do ponto de vista dos sinais de propriedade em relação aos cuidados com a cidade, com o simples fato de não jogar o lixo no chão. Como enfatiza Martins (2000, p. 52 e 53) “adotar sinais de propriedade, de limpeza e de beleza e jogar lixo e resíduos na rua constitui outra indicação de absoluto desprezo pelo contexto da ação e da vida”.

Na mesma linha de raciocínio, encontramos em Gomes (2002), em relação a tais práticas, a seguinte compreensão:

Ora, no Brasil costuma-se relacionar o lixeiro, dentro da escala da hierarquia social, como o elemento situado na base dessa pirâmide. Jogar lixo no chão significa, portanto, a demonstração de um certo privilégio social, por menor que ele seja. Em outros termos, as pessoas não sujam o espaço público simplesmente por falta de informação, pois ninguém tem o mesmo comportamento dentro de suas próprias casas. Suja-se o chão como uma demonstração de um prestígio social, pois isso quer dizer que alguém, menos importante socialmente, deverá recolher a sujeira produzida (GOMES, 2002, p. 190).

Confirmando a perspectiva desse autor, abrimos um parêntese, para relatar um fato evidenciado na área central de Guarapuava durante nossos trabalhos de campo: eis que nos deparamos com um indivíduo trajando terno e gravata, que saindo rapidamente de um café, em posse de uma latinha de refrigerante, ao entrar em seu automóvel, lança a latinha na calçada. Mesmo que seja um fato isolado, retrata de certa forma, o desprezo por um espaço que é de todos. Ou então, evidencia um suposto “status” de saber que tem alguém (o gari), que passando por ali, vai recolher; que será muito útil para um possível catador de lixo. Enfim, de qualquer forma, isso pode se somar a outros fatos, que diariamente denotam a banalização do espaço público em nossas cidades.

No que diz respeito aos usos do espaço público, queremos aproveitar para salientar alguns aspectos relacionados às temporalidades na utilização do Calçadão

da XV. Muito para além dos catadores de lixo mencionados anteriormente, na noite, outros sujeitos passam a usufruir desse espaço. Principalmente os jovens, sejam da área central, ou como no caso dos grupos vindos dos bairros. No entanto, o movimento agora não é mais aquele em torno das lojas, mas sim, dos bares e lanchonetes, sorveterias e lanches.

Contudo, o auge da utilização do calçadão, considerando-se essa outra dinâmica de uso, ocorre principalmente nas noites de sábado e domingo. A título de comparação, a Calçadão que outrora fora utilizado para as tradicionais “avenidas”⁷⁸, hoje, ganha novos significados. As “avenidas” continuam a ocorrer, entretanto, hoje, são realizadas por meio do automóvel. Além dessa mudança, transferiu-se de local. Realizadas anteriormente nas proximidades da Praça Nove de Dezembro e da Catedral, agora acontece em frente à Praça Cleve. Uma área de extensão do Calçadão da XV, aonde concentra-se bares, lanchonetes e lanches. Um local de lazer que concentra, principalmente, a juventude, seja da área central ou proveniente dos bairros.

Segundo Ferreira e Turra Neto (2006),

E a circulação é realmente intensa na XV. Circula-se muito à pé e, sobretudo, de carro e moto. O movimento de carros e motos pela XV não se dá como passagem para outro espaço, mas, principalmente, como forma mesma de divertir-se nesta mancha de lazer. Percorrer a XV à exaustão é parte do divertimento, é a forma instituída de estar na rua, interagir naquele espaço. Ver e ser visto é o objetivo dessa circulação. O deslocamento é lento, pode-se levar uns bons 20 minutos para se percorrer três quadras. Mas quem se propõe a passar ali não tem mesmo pressa. Alguns até param o trânsito para conversar com pessoas que estão nas calçadas, sem que isso aborreça os outros carros e motos que esperam (FERREIRA e TURRA NETO, 2006, p. 99).

Do ponto de vista do lazer, notamos que a Rua XV passa a ser o local para encontrar os amigos, beber e ouvir som, conversar “ver e ser visto”. Um espaço que se territorializa ora por meio dos diferentes usos, ora por meio dos diferentes sujeitos. Fazemos referência, nesse caso, aos conflitos e confrontos no uso do espaço pelos grupos. Não raro, depois das festas ocorrem as brigas entre os grupos rivais, ou então ocorre a destruição do patrimônio público, como já enfatizamos em outras partes da tese, notadamente na Praça Cleve.

⁷⁸ Trata-se da denominação local que se dava à prática de se fazer o *footing* em Guarapuava.

Mas, enfim, retomando nossa abordagem, para além desses usos diferenciados, dos sujeitos que adotam o espaço público enquanto local de lazer e da festa, ou então do trabalho, por vezes a única forma de sustento próprio, ou da família, estão também, os que o fazem como forma de complementar a renda. Entre meio esses grupos, evidenciamos, no Calçadão, o caso dos feirantes. Fazendo aqui uma alusão às antigas funções comerciais da cidade, com ênfase para as atividades desenvolvidas nos espaços públicos, a feira é atração ao longo do Calçadão em determinados dias da semana, notadamente nas quartas-feiras e nos sábados.

Trata-se da feira da Associação dos Artesãos de Guarapuava, corroborando com uma tradição nas cidades, embora de pequena dimensão, a feira é uma forma de divulgar o trabalho da Associação (Foto 79). Considerando que uma das normas para a atuação dos feirantes é a venda somente de produtos produzidos pelos mesmos. Entretanto, não podemos deixar de fazer referência à possibilidade que esse tipo de atividade pode proporcionar, notadamente do ponto de vista de mais um local de encontro para os cidadãos no espaço público, mesmo que associado ao consumo. De qualquer forma, o espaço público mostra-se como um espaço democrático, marcado pela convivência em um espaço compartilhado.



Foto 79 - FEIRA DO ARTESÃO: CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO
Fonte: Foto do autor (2007)

Contudo, não podemos deixar de destacar, que os espaços públicos ainda carregam consigo a dimensão da festa e do convívio, bem como da alteridade, possibilitando os encontros e as expressões dos diferentes modos de vida na cidade. Mesmo que a cidade enquanto um grande espaço público seja a expressão da diferenciação socioespacial, das contradições e dos conflitos que permeiam as relações sociais, nos interstícios desse processo estão os espaços públicos enquanto locais que proporcionam os momentos de rompimento com as imposições regradas do cotidiano na cidade contemporânea.

Na verdade, queremos enfatizar, que o espaço público, notadamente nas áreas centrais, acaba sendo muito mais que o simples centro de comércio. Frequentemente, o Calçadão e a Praça Nove de Dezembro transformam-se em espaços de diversas manifestações culturais, lúdicas e do imprevisto. Não raro, em meio aos transeuntes que, geralmente, deslocam-se apressadamente no cotidiano da cidade moderna, observamos um grupo de pessoas acompanhando atentamente a teatralização dos ilusionistas, ou então, aos artistas de rua, com suas peripécias e comunicabilidade aguçada (Foto 80).



Foto 80 - ILUSIONISTA: PRAÇA NOVE DE DEZEMBRO

Fonte: Foto do autor (2007)

Há que se considerar, também, aqueles que fazem do espaço público um local de subversão da lógica do cotidiano agitado dos cidadãos, os artistas de rua e seus “espetáculos” teatrais em meio à cidade que não para. Esse tipo de atividade, como nos mostra Cabral (2007), é relevante, pelo fato de propiciar, a todos na cidade, mesmo ao “homem excluído e esquecido”, do “lado de fora”, a possibilidade de se manifestar-se, de ser o autor do próprio texto, ao interagir com a cena, ser visto, percebido e ouvido pelos demais.

Na perspectiva de Cabral (2007):

[...] É importante lembrar aqui o caráter efêmero do teatro, toda essa troca de experiência se dá em tempo real e não mais se repetirá novamente, cada apresentação é única e representa um breve hiato que a partir dele abre inúmeras possibilidades para o animador cultural. A intervenção no espaço público por meio de atividades artísticas de lazer se concretiza em mais uma forma de resistência a um sistema globalizado que está transformando o espaço de circulação pública, antes espaço de convívio social, em espaços de trânsito, em “não lugares” que não propiciam a troca de vivências e a construção de identidades e significados. O resgate destes espaços por meio do lazer da arte, conseqüentemente da relação humana se faz urgente e fundamental (CABRAL, 2007, p. 15 e 16).

Nessa mesma linha, Frúgoli Junior (1995) ressalta que, no mosaico de ocupações socioespaciais que é o espaço público, a comunicação é de fundamental importância.

[...] Para desempenhar uma **performance** na rua, há a necessidade de algum apelo para que se forme a **roda** em volta, circunscrevendo simbolicamente uma **platéia**, nela a fala persuasiva do **orador**, é decisiva no sentido de atrair atenção, descrever o evento, manter a platéia atenta (FRÚGOLI JUNIOR, 1995, p. 54, grifos do autor).

Nesse mesmo sentido, evidenciamos na matéria realizada pelo Diário de Guarapuava (2000)⁷⁹ que, pela sobrevivência, como estilo de vida, pela arte, ou então, pelo simples fato de levar alegria às ruas de cidade em cidade, o espaço público também é invadido, mesmo que momentaneamente, pelos artistas de rua, ao mesmo tempo é envolto pela cidade e seu fluxo, quase que constante. Momentos, segundo Cabral (2007, p. 14), em “ator e espectador se confundem, num caleidoscópio de possibilidades. Não há “cenário” para além do desenho urbano

⁷⁹ DIÁRIO DE GUARAPUAVA. Geral. Artistas de vida cigana invadem o Calçadão da XV: mais do que o dinheiro, eles, que vivem de cidade em cidade, dizem que o mais importante é levar alegria às ruas. Ano 2, n. 339, 7 de abril de 2000. p. 12.

ressignificado pela intervenção artística que se apropria de sua estética se contrapondo a ela”.

Facas, capoeira, mágicas e ervas, brincadeiras, mediunidade nas cartas do tarô e um longo caminhar que atravessa o Brasil fazendo sorrir as caras do país nas praças e calçadas de cidades e cidades do país. Assim é a vida dos artistas de rua que esta semana chegaram do Nordeste para tomar conta da Rua XV de Novembro, bem no centro de Guarapuava.

(...) Claudio, ex-artista de circo, veio da Bahia com um amigo e uma amiga, para mostrar as habilidades da capoeira e um número arriscado: o salto através de um arco crivado de pontas de facas afiadas em seu interior. (...) para ele “na rua existe a oportunidade de apresentar o *show* para as pessoas e elas não pagam nada” (DIÁRIO DE GUARAPUAVA, 2000, p. 12).

Considerando tais evidências, ressaltamos que o espaço público é o espaço propício para a concentração e para a criação. Segundo Lefebvre (2001, p. 133), significa “dar ao tempo prioridade sobre o espaço, não sem considerar que o tempo vem se inscrever e se escrever num espaço, por a apropriação acima do domínio”. É o lugar que contém em seu bojo as características da festa e do lúdico. (...) “O espaço lúdico coexistiu e coexiste ainda com espaços de trocas e de circulação, com o espaço político, com o espaço cultural”.

Na seqüência, fazendo uma ponte com a idéia de Lefebvre, queremos abordar, justamente, o espaço público enquanto espaço de manifestações, de campanhas em voga (meio ambiente, patrimônio público, saúde, dentre outros), como expressão dos aspectos políticos e culturais, sejam de afirmação, ou de confronto, ou ainda das manifestações cidadãs ou sociais. Nesse sentido, destacamos dois exemplos, que nos parecem adequados para retratar a utilização do espaço público para campanhas de conscientização.

O primeiro deles trata-se da campanha pelo Dia da Água. Evento organizado por diferentes secretarias vinculadas ao poder público, escolas municipais e estaduais, Diocese, Empresa de Saneamento do Paraná (Sanepar), corpo de bombeiros, dentre outros (Foto 81). A passeata percorreu as principais ruas da cidade, assim como os principais espaços públicos, dentre eles o Parque do Lago. Foram feitas apresentações teatrais que objetivaram a conscientização da população de forma geral, para a preservação dos recursos naturais, principalmente a água.



Foto 81 - PASSEATA PELO DIA DA ÁGUA: RUA XV DE NOVEMBRO
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal (2004)

Já, o segundo exemplo refere-se à Campanha Educativa de Conscientização para a Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Bens Públicos, promovida pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Público de Guarapuava, escolas municipais e estaduais, imprensa local, dentre outros. Com o objetivo de alertar a população, em geral, para a importância da preservação do patrimônio local, desenvolveu-se uma série de atividades, principalmente com palestras e atos públicos como: abraço simbólico ao redor da Praça Nove de Dezembro (Foto 82) e a recondução das placas roubadas dos monumentos (Padre Chagas, Visconde de Guarapuava e Afonso Alves Camargo), localizados na mesma praça.

Enfim, na complexa relação entre o espaço público e a cidade, nas atuais circunstâncias, as evidências aqui tratadas, apontam-nos para primeiro enquanto elemento fundamental da dialética socioespacial urbana. Como ressaltam Borja y Muxí (2003), o espaço público é o espaço da representação. Nesses lugares, a sociedade faz-se visível. É, no espaço público, que se encerram as possibilidades das permanências e das ampliações da vida pública na cidade. Considerando suas

várias dimensões, o espaço público é o lugar de relação e de identificação, de contato entre as pessoas, de animação urbana e, às vezes, de expressão comunitária.



Foto 82 - ABRAÇO SIMBÓLICO DA PRAÇA NOVE DE DEZEMBRO
Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal (2004)

Para muito além das suas formas físicas, das determinações do lugar, o espaço público é o espaço dotado de dimensões, que são sociais, políticas e culturais. É na imbricação dessas dimensões que irão se constituir os lugares e suas possibilidades na cidade, de um espaço público que se mostra como o diverso, não no sentido de retratar uma dispersão, mas sim, criar novas situações de convívio entre os diferentes, principalmente em torno de questões comuns e de interesses gerais da Sociedade.

Desde o espaço da sobrevivência, por meio da mendicância; do espaço daquele que trabalha, mesmo de na informalidade; até, o local das reivindicações por melhores condições salariais, pela preservação do patrimônio municipal por parte da sociedade que se mostra mais organizada, o espaço público é o condicionante e possibilitador da representação do cidadão. Retomando a importante idéia arendtiana, de que o poder aparece quando os homens reúnem-se

e desaparece quando eles novamente se dispersam, cremos que o espaço público assume uma função preponderante no sentido de viabilizar a mobilização social, levando à subversão e, principalmente, à transformação.

Portanto, precisamos estar cientes de que essa mobilização é parte do cotidiano. As possibilidades estão nas práticas socioespaciais que se apresentam cotidianamente e devem ser consideradas. Certamente, perpassa pelas formas de reconhecimento de nós mesmos e da cidade, de nos reconhecermos também na cidade, e no espaço urbano, um processo que se faz por meio das relações com o “outro”, da alteridade. Como enfatiza Lefebvre (1999), isso se dá por meio das isotopias e heteretopias, enquanto práticas que levem a uma interação socioespacial entre os diferentes, dos usos e da apropriação enquanto elementos que proporcionam mudanças no cotidiano, da rotina diária imposta pelas diferentes hierarquias de poder.

Enfim, o que queremos destacar, é que, entre os desejos e as necessidades básicas, sagrado e profano, público e privado, casa e rua, isotopias e heteretopias, lugares abertos e fechados, diferença e diversidade... devemos priorizar a convivência entre as diferenças, como base para síntese contraditórias, como elemento fundamental no espaço público, na cidade, e por que, não?, no urbano. Considerando o estudo do processo de produção do espaço urbano, seja a partir do espaço público, como em nosso caso, ou então dos sistemas produtivos, temos tentativas que se somam no sentido de transpormos os obstáculos imanentes à dinâmica que se expressa na cidade atual, na busca pela compreensão das contradições presentes no espaço urbano, entre elas as ensejadas pelas relações sociais trabalhadas ao longo da tese.

Nesse caso, por derradeiro, deixamos a idéia de Lefebvre (1999, p. 112):

“Portanto, o urbano é uma forma pura: o ponto de encontro, o lugar de uma reunião, a simultaneidade. Essa forma não tem nenhum conteúdo específico, mas tudo a ela vem e nela vive...”

VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS: SÍNTESE OU PERSPECTIVAS...?



CALÇADÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO
Fonte: Foto do autor (2007)

El espacio cotidiano es el de los juegos, de las relaciones casuales o habituales con los otros, del recorrido diario entre las diversas actividades y del encuentro. Este espacio coincide con el espacio público dándole cualidades estéticas, espaciales y formales facilita las relaciones e el sentimiento de pertenencia al lugar.

Jordi Borja Y Zaida Muxí (2003, p. 93).

Numa perspectiva analítica socioespacial, podemos observar uma questão paradoxal que norteia as diferentes concepções e acepções, usos e funções do espaço público, no contexto da cidade ao longo do tempo. Já foram considerados os **principais locais** em torno dos quais muitas cidades se desenvolveram (notadamente as cidades pré-industriais), sendo considerados pontos de encontro onde ocorriam os debates e se decidiam questões de interesses gerais (mesmo que parte das diferentes sociedades ficasse de fora de tais decisões), além é claro, das suas funções de mercado, do lugar para ver e ser visto.

Entretanto, considerando o processo evolutivo das cidades, a partir da Modernidade e nos apoiando em nosso estudo sobre os espaços públicos na cidade de Guarapuava, ressaltamos que tais espaços assumem funções diferenciadas, tanto complexas, quanto aquelas que encerram a própria cidade enquanto um espaço produto de relações sociais que se estabelecem por meio do processo de produção diferenciada do espaço urbano.

Enquanto expressão de um espaço em **redefinição** constante, os espaços públicos na cidade contemporânea, ora se apresentam enquanto locais relegados ao esquecimento pela perda de algumas de suas funções principais, notadamente aquelas relacionadas ao encontro, à interação e à convivência, ou então por assumirem funções adversas; ora se fazem notar por meio de políticas de promoção dos mesmos enquanto locais de espetáculo na moderna cidade por meio de imagens simbólicas que lhes são peculiares, variando no tempo e no espaço. Não menos importante, parece-nos que é ressaltar o contrário, ou seja, o espaço público enquanto expressão de um processo de produção da cidade, das suas contradições, conflitos e reflexos, por isso mesmo, o lugar do possível, da intervenção, do ato político, da reivindicação, da festa, do lúdico e do improvisado.

Nesse caso, de uma forma ou de outra, somos levados a enfatizar, que a metamorfose do espaço público perpassa por uma suposta necessidade de transformação iminente das cidades em favor de sua valorização econômica e política, que devemos considerar na análise, não sem ressaltar que esse mesmo espaço público traduz, de forma peculiar, as diferentes experiências do urbano, das necessidades e dos desejos individuais e coletivos, dos diferentes valores sociais e culturais. Enfim, trata-se de determinadas práticas socioespaciais que diferentes sociedades experimentam ao longo do tempo e, que se expressam no espaço urbano por meio dos usos e apropriação, das diversas relações possíveis entre esfera pública e esfera privada.

Parece necessário, portanto, nas atuais circunstâncias, compreendermos esses espaços enquanto dimensões do espaço urbano cotidiano. Nessa perspectiva, queremos enfatizar a noção de espaço público que está pautada no espaço concreto, o da praça, do parque e da rua. Lugares em constante transformação, produzidos por meio de diferentes usos e, por conseqüência, pelos diferentes sujeitos sociais e suas respectivas diferenças, enfatizando, nesse caso a diversidade expressada segundo suas práticas cotidianas.

Essa diversidade, muitas vezes interpretada precocemente como o caos ou fim do espaço público, pode encerrar uma série de condições básicas que atribuem ao espaço uma característica de **esfera pública**, da vida pública identificada, num certo plano, com os vários tipos de ocupação, o que implica também, de algum modo, em certa organização por parte de instituições (partidos políticos, sindicatos, universidade, categoria profissional, associações de moradores, instituição cultural, dentre outras). Essa dinâmica socioespacial, entretanto, em nossa opinião, deve se submeter a critérios de utilização do espaço minimamente consensuais, priorizando antes de tudo, a sociabilidade expressa socioespacialmente na cidade, representada pela organização de passeatas, atos públicos, manifestações públicas, assim como, das manifestações culturais, das festas de rua, performances, do lúdico e do imprevisto.

Isso nos leva a concluir, também, que no caso das cidades médias, quase que em sua totalidade, mesmo tratando-se de espaços sujeitos ao processo de fragmentação, ruptura e diferenciação dos lugares urbanos, assim como, da sociedade, o fim do espaço público é uma situação que está muito distante de se tornar uma regra. Mas sim, trata-se de um campo fértil de análise, de diferentes leituras e interpretações diferenciadas daquelas realizadas para as grandes aglomerações. Essas constatações confirmam, nesse sentido, a idéia de Lefebvre (2001), para quem o espaço público se faz sempre presente, por meio do lúdico, dos parques de diversão, dos jogos coletivos de todas as espécies, que persistem em meio à sociedade do consumo dirigido. Contudo, o que queremos (re)afirmar aqui é que o espaço público não é a negação da cidade, mas ao contrário dessa visão pessimista, o espaço público é a reafirmação da sua existência na cidade moderna.

Nesse sentido, faz-se necessário, também, em contrapartida, desenvolvermos uma análise que procure se opor ao “otimismo ingênuo” da cidade moderna, suas determinações e regulamentações do cotidiano urbano por meio de uma visão funcionalista e economicista unicamente, mas sim, permear por um viés que considere a cidade enquanto um grande espaço público. Um espaço socialmente produzido, em que os sujeitos sociais possam conhecê-la e reconhecê-los nela por meio da alteridade, pois o ato de se identificar e de preservar a cidade, passa necessariamente pela identidade que temos com a mesma, com seus locais públicos e na relação com o Outro. Enfim, estamos nos referindo às relações que se estabelecem nos diferentes lugares no espaço urbano.

O que evidenciamos, ao longo da tese, e queremos destacar é que os espaços públicos devem ser vistos a *priori* enquanto lugares sociais, em que uma multiplicidade de significados são produzidos cotidianamente. Um espaço em redefinição, por meio de práticas socioespaciais cotidianas, fazendo desses lugares espaços da diferença e do conflito, mas também das possibilidades, das identidades, da subversão e transformação socioespacial. Nessa perspectiva, estamos falando da cidade enquanto produto da ação dos diferentes sujeitos sociais. Sujeitos que são os protagonistas da sua própria história, construtores da cidade e não somente consumidores de tudo aquilo que ela tem para oferecer; de sujeitos sociais históricos, mesmo que vistos a partir do olhar do pesquisador, considerando que ainda não são percebidos pelo conjunto da sociedade, são determinantes para a análise das formas de apropriação socioespacial urbana por meio dos espaços públicos, enquanto dimensão do processo de produção e estruturação da cidade contemporânea.

Esses pontos, levam-nos a concluir pela evidência, ou melhor, pela reivindicação de um espaço público possível, caracterizado por meio da pracialidade e da caminhabilidade, dos diferentes usos e apropriações atinentes às necessidades básicas do cidadão no espaço urbano. O que intentamos, por meio da tese, foi enfatizar que, mesmo estando num momento em que os espaços públicos estão sendo constantemente privatizados; em que evidenciamos em curso seu processo de desvalorização, seja no plano objetivo, ou subjetivo; em que há valorização constante dos espaços privados por meio das áreas residências fechadas, dos clubes, dos *shoppings centers*; em que se observa que os meios de comunicação de massa definindo cada vez mais nossas relações sociais; enfim, mesmo com todas essas coações, continuamos a fazer uso de ruas, calçadas, praças das nossas cidades, mesmo que muitas vezes só de passagem, visto que esses lugares possibilitam níveis de satisfação e interação socioespacial. Satisfações que os “novos” espaços de sociabilidade urbana não oferecem, ou não proporcionam para todos os segmentos sociais.

Por fim, gostaríamos de concluir por onde começamos, não pela sensação de que fizemos pouco, ou que a análise tenha sido insuficiente, ainda que ela seja sempre incompleta e sujeita à releituras e críticas, mas sim, reforçando a posição de que é importante acalantar a idéia de que é necessário, enquanto geógrafos, debruçarmo-nos, cada vez mais, sobre as problemáticas que o espaço público

enseja, tendo sempre em vista que este é uma possibilidade aberta para a constituição de novos projetos de vida na cidade e porque não, de sociedade urbana.

No entanto, mais que conclusões definitivas, que idéias prontas e acabadas, queremos encerrar com alguns questionamentos com os quais assumimos o compromisso de continuar refletindo, enquanto pesquisador, enquanto professor (futuramente), ou mesmo enquanto cidadão, habitante da cidade, na interlocução com aqueles que a pesquisam, estudam, planejam ou, simplesmente, nela (sobre)vivem, enfim, o “debate deve continuar”.

Questionamentos esses, alguns por nós respondidos durante a tese, já outros, de cujas respostas apenas nos aproximamos e aqui os retomados, outros ainda, que continuarão permeando nossas reflexões sobre a cidade e especificamente sobre o espaço público. Enfim, ressaltando que o trabalho não tem um fim em si mesmo, mas sim, o de assumir também um caráter de abrir novas perspectivas, de continuidade, possibilidades e inquietações.

Aceitando essas premissas e essa visão de produção do conhecimento, segundo a qual cada nova elaboração enseja um conjunto de novas questões, destacamos:

Qual é nosso espaço na cidade contemporânea?

Queremos fluir na cidade ou queremos fruir da cidade?

Qual o nosso tempo de lazer na relação entre a vida privada e trabalho?

Queremos áreas para embelezar a cidade ou para viver na cidade?

Quais são nossos vínculos identitários com a cidade ou com parte dela? ...

VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alcioly T. G. e MARCONDES, Gracita G. **Philantropia guarapuavana: 150 anos de história**. Guarapuava: Ed. Universitária UNICENTRO: Loja Maçônica Philantropia guarapuavana, 2001.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. Tradução de Píer Luigi Cabra. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BORJA, Jordi y MUXÍ, Zaida. **El espacio público: ciudad y ciudadanía**. Barcelona: Electa, 2003.

CABRAL, Nascimento Michelle. Rompendo fronteiras: lazer, teatro e espaço público. In: **Licere**. Belo Horizonte. n. 1, v.10, abril de 2007. p. 1 - 16.

CAIAFA, Janice. **Aventura das cidades: ensaios e etnografias**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2007.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA DO BRASIL: redes urbanas regionais: Sul / IPEA, IBGE, UNICAMP / IE / NESUR, IPARDES. Brasília: IPEA, 2000

CARDOSO, Leandro, Acessibilidade Urbana e Exclusão Social: novas relações, velhos desafios. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. X Simpurb. 2007. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Ufsc, 29 de out. a 2 de nov. de 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. La utopía de la gestión democrática de la ciudad. In: **Scripta Nova** - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Traducción de Oscar Alfredo Sobarzo Miño. n. 194 (9), v. XI. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2005.

_____. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004a.

_____. Uma leitura sobre a cidade. In: **Revista Cidades**. GEU: Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente/SP. v. 1 n. 1, 2004b. p. 11 - 30.

_____. **Espaço-tempo na metrópole: fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001a.

_____. O consumo do espaço. In: _____. (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001b. p. 173 - 186.

_____. A construção de uma “nova urbanidade”. In: SILVA, José Borzacchiello da (Org.). **A cidade e o urbano: temas para debate**. Fortaleza: EUFC, 1997. p. 199 - 212.

_____. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARTILHA DA MOBILIDADE URBANA. Ministério das Cidades e Instituto Pólis. 2. Ed. Brasília, 2005. Arquivo Digital. Disponível em www.cidades.gov.br. Acessado em fevereiro de 2007.

CAVALCANTI, Lana de Souza. Cidade, cidadania e cultura urbana: espaços públicos enquanto espaços de cidadania de jovens em áreas urbanas de Goiânia. In: *Ciência Geográfica. Ensino - Pesquisa - Método*. n. 2 v. X, Agb/Bauru/SP, maio/agosto, 2004. p.151 - 156.

_____. Cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intra-urbano e a formação para a participação em sua gestão. In: ASSIS PAULA, Flavia Maria de. e CAVALCANTI, Lana de Souza (Orgs.) **A cidade e seus lugares**. Goiânia: E. V., 2007. p. 10 - 28.

_____. Uma geografia da cidade: elementos da produção do espaço urbano. In: _____. (Org.) **Geografia da cidade: a produção do espaço urbano em Goiânia**. Goiânia: Alternativa, 2001. p. 11 - 32.

CLARK, David. **Introdução à geografia urbana**. 2. ed. Tradução de Lúcia E. de O. Gerardi e Silvana M. Pintaudi. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato. Perspectivas da urbanização brasileira: uma visão geográfica para um futuro próximo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA. X Simpurb. 2007. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Ufsc, 29 de outubro a 2 de novembro de 2007.

_____. Monumentos, política e espaço. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005. p. 9 - 42.

_____. Posição geográfica das cidades. In: **Revista Cidades**. GEU: Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente/SP. v. 1 n. 2, 2004. p. 317 - 323.

_____. **Trajetórias geográficas**. Prefácio de Milton Santos. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, Iná Elias de. et al. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279 - 318.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade: a era da informação - economia sociedade e cultura**. 2. ed. v. 2. Tradução de Klauss Brandini Gerhard. São Paulo: Paz e Terra, 1999a.

_____. **Sociedade em rede: a era da informação - economia sociedade e cultura**. 5. ed. v. 1. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999b.

_____. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

DALLA VECHIA, Zilma Haick et al. **Guarapuava em dois tempos: os contrastes de uma cidade (1819 - 1989)**. FAFIG: Guarapuava, 1989.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

_____. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 4. ed. (revista e ampliada). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAMIANI, Amélia Luisa. O lugar e a produção do cotidiano. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2001. p. 161 - 172.

- _____. Turismo e lazer em espaços urbanos. In: RODRIGUES, Adyr Balanstreri. (Org.). **Turismo. Modernidade. Globalização**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 46 - 54.
- DASCAL, Guillermo y SEGOVIA, Olga. **Espacio público: participación y ciudadanía**. Santiago: Ediciones SUR, 2000.
- DE ANGELIS, Bruno L. D. **A praça no contexto das cidades o caso de Maringá - PR**. 2000. 367f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- DE CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 9. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis - Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- DEFONTAINES, Pierre. Como se construiu no Brasil a rede de cidades. In: **Revista Cidades**. GEU: Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente/SP. v. 1 n. 1, 2004. p. 119 - 146.
- DIOCESE DE GUARAPUAVA. Santuários. Disponível em: <http://www.diopuava.org.br/>. Acessado em junho de 2007.
- _____. Festa de Corpus Christi. Disponível em: <http://www.diopuava.org.br/>. Acessado em julho de 2008.
- DUARTE, Matusalém de Brito. Entre o espaço global e o local: elementos para uma reflexão sócio-humanista da “explosão de espaços” no urbano. In: **Caminhos da Geografia**. Uberlândia. n. 5, v. 15, jun. de 2005. p. 41 - 47.
- DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- EGLER, Tamara Tania. Interação social no espaço urbano: encontros ou confrontos? In: _____. (Compiladora). **Repensando la experiencia urbana de América Latina: cuestiones, conceptos y valores**. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 205 - 221.
- FAORO, Raimundo. A aventura neoliberal numa ordem patrimonialista. In: **Revista USP**. n.17, março-abril-maio de 1993. São Paulo: Usp. p. 14 - 19.
- FEATHERSTONE, Mike. O flâneur, a cidade e a vida política virtual. In: ARANTES, A. C. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: São Paulo; Papius. p. 104 - 115.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2000.
- FERREIRA, Sandra Cristina; TURRA NETO, Nécio. Trabalho de campo pela Rua XV de Novembro: desvendando a sociabilidade juvenil em Guarapuava - PR. In: **Revista Formação**. Presidente Prudente. n. 13, v. 1, 2006. p. 77 - 105.
- FRÚGOLI JUNIOR, Heitor. **Espaços públicos e inteiração social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.
- GEIGER, Pedro Pinchas. O urbano e a estética. In: **Revista Cidades**. GEU: Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente/SP. v. 2, n. 3, 2005. p. 63 - 87.
- GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. São Paulo: DIFEL, 1983.
- GERARDI, Lucia Helena de Oliveira; SILVA, Barbara-Christine M. Nentwig. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.
- GUIA DE ACESSIBILIDADE URBANA. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006.

- GUIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Ed. da Unesp, 1991.
- GÓES, Eda. **Imagens da polícia: relações entre cidadania e violência** caracterizadas nas representações da polícia paulista, Janeiro/83 - março/85. 1998. 245f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-graduação em História da UNESP - Universidade Estadual Paulista, Assis, 1998.
- GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- GOTTDIENER, Mark. **Produção social do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1993.
- GUARAPUAVA. **Lei orgânica do município**. Câmara Municipal de Guarapuava/PR, 1990.
- GUARAPUAVA. **Lei n. 1101/2001, de 28 de dezembro de 2001**. Institui o Plano Diretor do município de Guarapuava e dá outras providências. Guarapuava: Paraná, 28 de dezembro, 2001.
- GUARAPUAVA. **Perfil da cidade de porte médio**. Paraná: programas de investimentos urbanos. CNDU/FAMEPAR/SUDESUL, Guarapuava, 1986.
- GUIDUCCI, Roberto. **A cidade dos cidadãos**. São Paulo: Brasiliense, 1975.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma sociedade burguesa**. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HARRIS, Chauncy D.; ULLMAN, Edward L. A natureza das cidades. Textos clássicos. Tradução de Márcia Trigueiro. Revisão de Roberto Lobato Correa. In: **Revista Cidades**. GEU: Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente/SP. v. 2, n. 3, 2005. p. 145 - 163.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. Ambiente e vida na cidade. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 81 - 99.
- IPEA - **Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil: Redes Urbanas Regionais: Sul/ Ipea, Ibge, Unicamp/Ie/Nesur, Ipardes**. n. 1, v. 6. Impressão, Brasília: Ipea, 2000.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Perspectiva; Bogotá: Convênio Andres Bello, 2001.
- JOHNSON, James, M. **Geografía urbana**. Barcelona: Oikos-tau Ediciones, 1974.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- KOBELINSKI, Michel. **Guarapuava é isto aqui: da sedução dos discursos ao Marketing da cidade**. 294f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista - UNESP/Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Guarapuava, 1994.

- KOHN, Margaret. **Brave new neighborhoods**: the privatization of public space. New York: Routledge, 2004.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- KRÜGER, Nilvaldo Passos. **Guarapuava**: seu território, sua gente, seus caminhos, sua história. Guarapuava, 1999.
- LAVALLE, Adrian Gurza. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. In: Espaço público: o conceito e o político. **Espaço e Debates**. Revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo. n. 46, v. 25, jan/jul 2005. p. 33 - 44.
- _____. **Espaço e vida públicos**: reflexões teóricas sobre o pensamento brasileiro. 397f. 2001. Tese (Doutorado em Ciência Política) Faculdade Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.
- LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço na experiência urbana contemporânea. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp/Aracaju, Sergipe: Ed. UFS, 2004.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- _____. **Revolução urbana**. Tradução de Sergio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- _____. **La revolución urbana**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- LE GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- LIMONAD, Ester. Reflexões sobre o espaço urbano e a urbanização. In: Revista **GEOgraphia**. Ano 1, n. 1, Rio de Janeiro, 1999, p. 71 - 91.
- LOBODA, Carlos Roberto. **Estudo das áreas verdes urbanas de Guarapuava - PR**. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Maringá. Curso de Pós-Graduação em Geografia. Maringá, 2003.
- MARCONDES, Gracita Gruber. **Guarapuava**: história de luta e trabalho. Textos históricos. Guarapuava: UNICENTRO, 1998.
- MARQUES, Márcia T. Tembil. **De onça a rouxinol**: a favela e a cidade (1950 - 1999). 216f. 2000. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual Paulista - UNESP/Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Guarapuava, 2000.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Hucitec, 2000.
- _____. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- MARX, Murilo. **Nosso chão**: do sagrado ao profano. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2003.
- _____. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel/Ed. da Usp, 1991.
- MARZOCHI, Samira Feldman. Redes eletrônicas e articulações não-governamentais: "esfera pública transnacional" em construção. In: Espaço Público: o conceito e o político. **Espaço e Debates**. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, n. 46 v. 25, 2005. p. 62 - 78.

- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Cartilha da mobilidade urbana**. 2. ed. Brasília, 2005.
- MONTE-MOR, Roberto Luís. A cidade e o urbano. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. (Org.). **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 185 - 197.
- MORAES, Vinicius de. **Roteiro lírico e sentimental da cidade do Rio de Janeiro, e outros lugares por onde passou o poeta**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- NEGT, Oskar. Espaço público e experiência. In: PALLAMIN, Vera M. (Org.) **Cidade e cultura: esfera pública e transformação urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002. p. 17 - 26.
- OLIVEIRA, Antônio Lustosa de. **Sonho de Romário Martins: monumento a Guairacá**. Documentário. Curitiba: Editora Lítero-técnica, 1978.
- OLIVEIRA, Marcelo Nahuz de. Avenida Paulista: a produção de uma paisagem de poder. In: ARANTES, A. C. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: São Paulo; Papirus, 2000. p. 209 - 255.
- OLIVEIRA, Maria das Mercêdes Brandão de. O lugar da praça: uso e apropriação de praças goianienses. In: ASSIS PAULA, Flávia Maria e CAVALCANTI, Lana de Souza (Orgs.). **A cidade e seus lugares**. Goiânia: E. V., 2007. p. 175 - 201.
- OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino. **A rua e a cidade: Campo Grande e a 14 de Julho**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005.
- ORLANDI, Eni. P. (Org.) **Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano**. Campinas, São Paulo: Pontes, 2001.
- PADOVANI, Eliane Guerreiro Rossetti. A cidade: o espaço, o tempo e o lazer. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira (Org.). **Ambientes: estudos de Geografia**. Programa de Pós-graduação e Geografia/Ageteo, Rio Claro, 2003. p. 171 - 183.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Desporto do Governo do Estado do Paraná, 1981.
- PALLAMIN, Vera M. Espaço público e as lutas por reconhecimento. In: Espaço Público: o conceito e o político. **Espaço e Debates** - Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo. n. 46, v. 25. jan/jul 2005. p. 55 - 61.
- PASSOS, João; Silas Guerriero. Metamorfoses religiosas no centro antigo de São Paulo: variações sobre a paisagem e o espaço. In: **Ciencias Socialis y Religión/Ciências Sociais e Religião**. Porto Alegre. n. 6, v. 6, outubro de 2004. p. 117 - 133.
- PEDRAZZINI, Yves. **A violência das cidades**. Tradução de Giselle Unti. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- PEREIRA, Silvia Regina. **Percursos urbanos: mobilidade espacial, acessibilidade e o direito à cidade**. 2006. 326f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- PLANO DIRETOR URBANO DE GUARAPUAVA. Caderno Diagnóstico - Volume I. 155f. Prefeitura Municipal/Secretaria Municipal de Urbanismo. Guarapuava, 1997. (Impresso).

- QUADROS, Sebastião Claro de. **Crescimento vertical da cidade de Guarapuava**. Guarapuava: Unicentro, 1992. (Impresso).
- QUEIROGA, Eugenio Fernandes. O lugar da praça: pracialidades contemporâneas na megalópole do sudoeste brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia de. (Org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Edições Territorial, 2003. p. 130 - 145.
- RABOTNIKOF, Nora. El espacio público: variaciones em torno a um concepto. In: Espaço Público: o conceito e o político. **Espaço e Debates** - Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo. n. 46, v. 25. jan/jul 2005. p. 45 - 54.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao estudo da evolução urbana no Brasil (1500 - 1720)**. São Paulo: EDUSP, 1968.
- RESENDE, Ana Paula Crosara de. **Todos na cidade: o direito a acessibilidade das pessoas com deficiência física em Uberlândia**. Uberlândia: Edufu, 2004.
- RESENDE, Fernando. Comunicação social e espaço público contemporâneo. In: **ALCEU**. Rio de Janeiro. v. 5 - n.10 - jan./jun, 2005. p. 129 - 145.
- ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005. p. 191 - 226.
- _____. Espaço, cultura e religião: dimensões de análise. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 187 - 224.
- SANT'ANNA, Maria Josefina Gabriel. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das ciências sociais. In: **Revista do Rio de Janeiro**, n. 9, jan./abr. de 2003. p. 91 - 99.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.
- _____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.
- _____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1997.
- _____. **Espaço do cidadão**. 3. ed. São Paulo: Nobel, 1996.
- _____. **Urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SALDANHA, Nelson. **O jardim e a praça: o privado e o público na vida social e histórica**. São Paulo: EDUSP, 1993.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 71 - 86.
- SEDU - PR. **Programa de sistema de transporte urbano sustentável no Paraná: análise de informações, diagnósticos e propostas de alternativas - Guarapuava**. Curitiba: PARNACIDADE: BID: LOGIT: LOGITRANS, 2006.
- SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. 5. ed. Tradução de Lygia Araujo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. O trabalho de campo em geografia: uma abordagem teórico-metodológica. In: **Boletim Paulista de Geografia**. AGB - Seção/SP, n. 84. São Paulo, julho de 2006. p. 7 - 24.

_____. **Espaço público e acessibilidade**: notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP - Espaço e Tempo. n. 15. São Paulo, 2004. p. 21 - 37.

_____. Morfologia urbana e apropriação social dos espaços livres de edificação na periferia. In: _____. (Org.). **Fala periferia**: uma reflexão sobre o espaço periférico metropolitano. Salvador: UFBA, 2001. p. 15 - 30.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na universidade**. São Paulo: Cortez e Moraes LTDA, 1975.

SILVA, Joceli Maria. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais**. 2002. 310f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Valorização fundiária e expansão urbana recente de Guarapuava - PR**. 1995. 191f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, letras e Artes da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná**. 2005. 264f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SILVA, Willian Ribeiro. A formação do centro principal em Londrina e o estudo de centralidade urbana. In: **Geografia - Londrina**. n. 2, v. 12, jul/dez, 2003. p. 21 - 44.

SILVA, Walderez Pohl da. **Guarapuava**: crônica de uma cidade anunciada (1819 - 1978). 116f. 1999. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual Paulista - UNESP/Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO. Guarapuava, 1999.

SOBARZO, Oscar. Apontamentos para uma proposta teórico-metodológica para a análise do espaço público em cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.) **Cidades médias**: espaços em transição. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 157 - 172.

_____. **Espaços da sociedade segmentada**: a produção do espaço público em Presidente Prudente. 2004. 221f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SOUZA, Edilberto Leopolski. **Usos, controle e preservação do recurso água na Cidade de Guarapuava-PR**. 1995. 97f. Monografia (Especialização em Geografia Física) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, Guarapuava-PR, 1995.

SOUZA, Edinilsa Ramos de. et al. Construção dos instrumentos qualitativos e quantitativos. In: MINAYO, Maria Célia de Souza (Org.) **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. p. 135 - 156.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Participação popular no planejamento e gestão de cidades sociopolítico-espacialmente fragmentadas: um ensaio sobre enormes obstáculos e modestas possibilidades. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (Orgs.). **Dilemas urbanos**: novas abordagens sobre as cidades. São Paulo: Contexto, 2003. p. 266 - 275.

SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **Da cidade pensada à cidade escondida: a segregação socioespacial em Guarapuava - Pr.** 101f. 2006. Relatório Geral de Qualificação. Centro de Ciências Humanas, letras e Artes da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reestruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. In: **Scripta Nova** - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. n. 245 (11), v. XI. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007.

_____. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. In: **Revista Cidades**. GEU: Grupo de Estudos Urbanos. Presidente Prudente/SP. v. 3 n. 5, 2006. p. 143 - 157.

_____. A produção do espaço urbano em dez anos de Gasperr: reflexão individual sobre uma trajetória coletiva. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.) **Produção do espaço e redefinições regionais**. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GASPPER, 2005. p. 85 - 116.

_____. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo. 508f. 2004. Tese (Livre Docência) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, FCT-UNESP, Presidente Prudente - São Paulo, 2004a.

_____. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias no Estado de São Paulo, Brasil. In: **Investigaciones Geográficas**: Boletín del Instituto de Geografía-UNAM. n. 54, 2004b. p. 114 - 139.

_____. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: _____. **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente [s.n.], 2001a. p. 609 - 643.

_____. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: _____. (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente [s.n.], 2001b, p. 235 - 253.

_____. "Reestruturação da cidade". In: MELO, Jayro Gonçalves (Org.). **Região, cidade e poder**. Presidente Prudente: GASPPER/UNESP, 1996, p. 111 - 126.

TESSEROLI, Ricardo. Chuva expõe problemas da periferia de Guarapuava: falta de infra-estrutura causa transtorno à população e gera reclamação de moradores. **DIÁRIO DE GUARAPUAVA**. Cidade. Guarapuava, 21 de setembro de 2006, p. 03.

TEIXEIRA, Luiz Cleve. **Reminiscências do passado**. Guarapuava: Esquema Edições, 1993.

TEIXEIRA, Manuel C. **A praça na cidade portuguesa**: Colóquio Portugal - Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001. p. 139 - 156.

TEIXEIRA, Murilo Walter. **Continente guarapuavano**: transição política social. Guarapuava Paraná, 1999.

TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna**: Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

_____. **História, memória e imaginário:** Guarapuava, uma cidade no processo de modernização (1950 - 2004). 275f. 2004. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis - UNESP, Assis, 2004.

THOMAZ, Edivaldo Lopes. **Análise empírica da fragilidade potencial da bacia do Rio Iratim - Guarapuava - PR.** 2000. 169f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade.** Ilhéus: Editus, 1999.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas.** São Paulo: Editora Unidas, 1996.

VAZ, Lilian Fesler. Notas sobre as praças do Rio de Janeiro no período colonial. In: TEIXEIRA, Manuel C. (Org.). **A praça na cidade portuguesa.** Colóquio Portugal-Brasil. Lisboa: Livros Horizontes, 2001. p. 139 - 156.

VERDAGUER, Carles Carreras i. **La funcinalitat de l'espai public:** nous espais del consum. In: ROBIRA, Rosa Tello i. (Coord.). Barcelona: Pòrtic, 2002, p. 95 - 116.

VIANA JUNIOR, Hélio. A internalização do urbano: alegrias e tristezas. In: SANTOS, Milton (Org.). **O novo mapa do mundo:** problemas geográficos de um mundo novo. São Paulo: Ampur, 1995. p. 106 - 109.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincon Institute, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas.** São Paulo: Humanitas/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

WHITACKER, Arthur Magon. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias In: **Scripta Nova** - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. n. 245 (11), v. XI. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007.

_____. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto - SP.** 2003. 238f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciência, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

_____. Espaço e representação: algumas considerações acerca do centro de uma cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média.** Presidente Prudente [s.n.], 2001, p. 255 - 273.

OUTRAS REFERÊNCIAS: Jornais e Crônica

FOLHA DO OESTE (Jornal Semanário). Levantamento de matérias sobre a cidade e os espaços públicos referentes às décadas de 1930 e 1940.

ESQUEMA OESTE (Jornal Semanário). Levantamento de matérias sobre a cidade e os espaços públicos referentes à década de 1970.

DIÁRIO DE GUARAPUAVA (Jornal Diário). Levantamento de matérias sobre a cidade e os espaços públicos referentes ao período de 1998 até o ano de 2006.

TEMBIL, Mikon. **Cidade aberta:** crônicas do cotidiano. Guarapuava - PR, 1984.

ANEXOS

ANEXOS

(Fichas dos levantamentos de campo)

FICHA: PESQUISA/TRANSPORTE COLETIVO

SOBE/DESCE DE PESSOAS POR PONTO DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE COLETIVO

LINHAS														-
												-		
	A	B	A	B	Média A	Média B	A	B	A	B	Média A	Média B	-	
P	S ↑ D	S ↑ D	S ↑ D	S ↑ D	S ↑ D	S ↑ D	S ↑ D	S ↑ D	S ↑ D	S ↑ D	S ↑ D	S ↑ D	Obs:	
1														
2														
3														
4														
5														
6														
7														
8														
9														
10														
11														
12														
13														
14														
15														
16														
17														
18														
19														
20														
21														
22														
23														
24														
25														
26														
27														
28														
29														
30														
Data:		Data:		-		Data:		Data:		-				
Hora:		Hora:		-		Hora:		Hora:		-				
Obs:						Obs:						-		
<p>A: Terminal ⇒ Bairro B: Bairro ⇒ Terminal P: Pontos das linhas de ônibus S ↑ D: Quantidade de pessoas que sobe/desce do ônibus por ponto</p>														
Pesquisador/Doutorando: Carlos Roberto Loboda Orientação: Maria Encarnação Beltrão Sposito								FCT/UNESP - Presidente Prudente - SP Pesquisa financiada pela CAPES						

FICHA: PESQUISA EM JORNAIS

FICHA

COLETA DE DADOS EM JORNAIS SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS (PRAÇAS, PARQUES E CALÇADÃO/VIAS)

1 - IDENTIFICAÇÃO:

TÍTULO DO JORNAL: _____

PERIODICIDADE: DIÁRIA SEMANAL MENSAL

LOCAL: _____ UF: _____

2 - MATÉRIA:

TÍTULO DA MATÉRIA: _____

AUTOR: _____

LOCAL (ESPAÇO PÚBLICO): PRAÇA PARQUE CALÇADÃO/VIAS

NOME DO LOCAL: _____ BAIRRO: _____

DATA DA MATÉRIA: ____ / ____ / _____. NÚMERO DO JORNAL: _____ PÁGINA INICIAL/FINAL: _____

CARACTERÍSTICA DA MATÉRIA: JORNALÍSTICA ARTIGO ENTREVISTA COLUNA SOCIAL

PÁGINA POLICIAL PÁGINA POLÍTICA OUTROS

2.1 - Destaque para a matéria na página

3 - RESUMO DA MATÉRIA

Pesquisador/Doutorando: Carlos Roberto Loboda
Orientação: Maria Encarnação Beltrão Sposito

FCT/UNESP - Presidente Prudente - SP
Pesquisa financiada pela CAPES